

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A CONJUNTURA ECONÔMICA DA MADEIRA NO NORTE DO PARANÁ.

Sob a orientação da Prof. Cecília Maria Westphalen.

Nadir Aparecida Cancian

Curitiba, setembro de 1974.

SUMÁRIO

- I - Introdução
- II - Política econômica e aspectos econômicos gerais do setor madeireiro.
- III- Conjuntura Econômica da Madeira no Norte do Paraná.
 - 1. Aspectos florestais: a mata e as madeiras.
 - 2. A ocupação do Norte do Paraná.
 - 3. As serrarias e a produção de madeiras no Norte do Paraná.
 - 4. Uma empresa madeireira no Norte do Paraná.
 - 4.1. Histórico.
 - 4.2. A aquisição da matéria prima.
 - 4.3. Variações sazonais no movimento de compras de madeira em toros.
 - 4.4. Produção de madeiras na empresa.
 - 4.5. Variações sazonais no movimento de vendas na Serraria São Carlos e na cotação de preços em São Paulo
 - 4.6. Processo de comercialização da empresa.
 - 4.7. Os preços.
 - 4.8. Os preços: variação cíclica.
 - 4.9. Fatores determinantes da formação dos preços.
 - 5. Transportes.
- IV - Conclusão.
- V - As fontes de pesquisa.
- VI - Bibliografia.
- VII- Anexos.

I - INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é unicamente o estudo do mercado interno da madeira num período curto, isto é, desde que passou a ter significado de importância para o Norte do Paraná, até o esgotamento da matéria prima em certas áreas e o início da exploração em outras. Isto compreende aproximadamente o período pós-guerra até meados da década de 1960.

Desviando aparentemente dos seus objetivos, este estudo inicia com rápida abordagem da política econômica e aspectos econômicos gerais, sem contudo aprofundá-los, apenas colocando situações que tiveram influência sobre a economia madeireira e com isso, também, sobre a do Norte do Paraná.

O roteiro do trabalho abrange uma parte comum a toda economia madeireira; uma parte específica, a economia madeireira no Norte do Paraná, área de grande ocorrência das madeiras duras ou de lei, ao lado de pequenas parcelas de pinho, o que lhe dá caráter diferente da exploração madeireira em outras regiões do Estado, onde o pinho predomina; um estudo de caso que permite a apreciação das atividades de uma empresa madeireira.

No que diz respeito ao aspecto empresarial será usado como modelo uma empresa, de tipo comum, situada no município de Cambé.

Isto, até certo ponto, parece insuficiente para visão global do problema. Aliado a esse estudo de caso, numa abordagem ampla far-se-á um estudo mais geral buscando conhecer a história da economia madeireira em todo o Norte do Estado, sempre procurando comparações.

Quanto ao fato deste estudo abranger um período muito curto, é preciso lembrar que se trata de área de colonização recente e a documentação disponível apenas se refere a um período mais recente ainda. A história da exploração madeireira também é rápida na região. Não havendo reflorestamento, esse importante setor da eco

nomia extinguiu-se em breve tempo. Daí o caráter de transitoriedade de de que se revestiram as serrarias regionais.

O período anterior e durante a Guerra será sempre considerado, mas a documentação é insuficiente para análise quantitativa.

Até que ponto se pode conhecer a história da economia madeireira do Norte do Paraná estudando as atividades de uma serraria da região, combinando sua documentação com outra de caráter geral? Eis o problema a ser estudado.

Foram formuladas duas hipóteses:

1a. - O estudo de uma empresa madeireira pode esclarecer alguns problemas desse setor da economia, elucidando as relações que podem existir entre produção, comercialização e preços da madeira.

Tomando como base uma empresa madeireira de exportação, é possível verificar que as oscilações nos seus mercados habituais se refletem sobre a mesma, afetando o volume de suas vendas.

Quando há crise nos preços, o volume de vendas entra em depressão, principalmente se houver dificuldades de transporte. Para minorar tais efeitos, a empresa procura novos meios para a colocação de sua produção, quer no mercado habitual mediante oferta a preços mais baixos, quer conquistando ou vendendo esporadicamente a outros mercados.

As dificuldades na obtenção de transporte constituem talvez o problema mais grave enfrentado pela empresa.

As compras de matéria prima e as vendas de madeiras serradas ou beneficiadas sofrem a influência de variações sazonais, da mesma forma que os mercados consumidores. As variações sazonais desses mercados se refletem profundamente na empresa.

Os preços das madeiras de exportação interestadual seguem as variações do seu maior mercado. É ali que os preços são formados, enquanto que as destinadas ao consumo local acompanham o fenômeno da oferta e procura local.

Há relação bastante significativa entre produção e preços.

quando há superprodução ocorre pressão baixista sobre os preços.

2a. - No que diz respeito aos aspectos gerais da produção, a economia madeireira no Norte do Paraná esteve ligada ao fenômeno da ocupação das terras. À medida que a madeira foi sendo esgotada em uma localidade, iniciou-se a exploração em outra.

A exploração madeireira só foi significativa enquanto se completava esta ocupação, o que aliás se fez de forma muito rápida.

A instalação de serrarias observou facilidades de transportes, localizando-se em grande número nos centros maiores ou próximos destes. A presença das serrarias pode, de modo aproximado, dar a medida da intensidade da exploração madeireira em uma localidade ou região, que se fez em estágios de duração limitada, deslocando-se ao se iniciar o esgotamento das matas, em busca de novas fontes. Pode dizer-se que a serraria é pioneira na abertura de regiões, aproveitando-se das madeiras liberadas pela ocupação agrícola das terras. Nota-se movimento de deslocamento das serrarias à medida que a colonização ou as novas frentes pioneiras penetram mais para o interior.

Isto não impediu, entretanto, que as oscilações da produção madeireira no Norte do Paraná ficassem sujeitas, até certo ponto, aos efeitos das oscilações cíclicas do total do Estado.

Outro objetivo do trabalho foi o estudo da história da produção e preços das madeiras. Nesse sentido buscou-se uma história serial quantitativa que definisse a natureza das relações existentes entre a produção, comercialização e preços das madeiras. Foi necessária, a fim de maior aprofundamento das análises, a delimitação geográfica da área de abrangência do trabalho, o que o facilitaria. Optou-se pelo Norte do Paraná, mesmo porque as condições são peculiares, fazendo-se mister o estudo específico de cada região do Estado.

Os dados estatísticos disponíveis para a formação de séries contínuas, dado a imperfeição do sistema oficial de coleta, não permitiram correlacionar a produção de madeiras no Norte do Para-

ná com seus respectivos preços, do mesmo modo que as séries formadas com a documentação da empresa tomada como modelo, não se referem exatamente à produção e sim ao movimento de comercialização das madeiras. Em vista disto, procurou-se as relações existentes entre a produção de madeiras no Norte do Paraná e o movimento de comercialização da empresa, bem como as relações entre essa mesma produção, os valores unitários médios das madeiras na serraria e os preços no mercado paulista, sabidamente líder no comércio de madeiras no Brasil.

Foi de grande valia na organização das tabelas, gráficos e no tratamento estatístico dos dados obtidos, o trabalho de J. Soares Pereira, que estudou os preços das madeiras nacionais no período de 1939 a 1948.

Processo semelhante de estudo dos preços da madeira, foi utilizado, resolvendo os problemas surgidos de forma análoga, isto é, toda vez que não se pode obter preços, estes foram observados através dos valores unitários médios, calculados mediante simples média aritmética.

No caso do estudo das variações sazonais foi utilizado o método de Persons, isto é, dos elos relativos, eliminando-se outros tipos de variações que causassem distorções.

Na obtenção dos índices de preços deflacionados foi usado processo idêntico ao da Fundação Getúlio Vargas, da mesma forma que os deflatores utilizados são aqueles publicados por esta instituição.

A observação das tendências se fez através de médias móveis anuais.

Para outros gráficos foram utilizados números absolutos.

Onde não foi possível a formação de séries estatísticas por falta de dados, foi seguido o método histórico tradicional.

II - POLÍTICA ECONÔMICA E ASPECTOS ECONÔMICOS GERAIS DO SETOR MADEIREIRO

Ao estudar a economia madeireira, notou-se estar ela voltada para as exportações, desde o princípio do século XX, quando fatores internos e externos permitiram a exploração das florestas brasileiras de maneira lucrativa.

Os engenhos de serrar existentes no século XIX puderam aos poucos, se beneficiar do desenvolvimento da técnica, aparelhando-se de maquinaria mais aperfeiçoada, ao mesmo tempo que o desenvolvimento dos meios de transporte, principalmente ferroviário, criou condições para as exportações, ao encontrar mercados externos satisfatórios.

Com isso a indústria madeireira foi crescendo, avolumando-se a partir da Primeira Guerra, quando esses mercados estavam em condições de absorver maior quantidade de madeira.

À proporção que a exploração madeireira se intensificou, notou-se a princípio uma preocupação das autoridades governamentais com os aspectos florestais e logo depois os econômicos, já que os valores das exportações começavam a apresentar divisas significativas.

Surgem algumas medidas de política econômica, tímidas a princípio, acentuando-se à medida que as exportações se tornam cada vez mais importantes, na década de 1940.

Pode-se dividir essa política econômica em dois períodos distintos: antes e depois da criação do I.N.P. .

Ao considerar-se a política econômica em dois períodos e estudar suas evidências, percebeu-se que os aspectos econômicos gerais em relação à madeira observavam aproximadamente essa divisão. Englobou-se, pois, a análise da política econômica e os aspectos econômicos propriamente ditos.

No período anterior à criação do I.N.P., o amparo à economia madeireira é quase nulo. Legislação esparsa e pouco eficiente, tra

tando quase que exclusivamente dos aspectos florestais sem contudo atingir o âmago do setor madeireiro.

No Paraná, em 1907, surgiu o Código Florestal do Estado, que embora vigente por longo tempo, não atingiu seus objetivos. Romário Martins que o analisou, afirma que ele se constituiu em "mera decoração da legislação paranaense"¹. Visava impedir o desflorestamento indiscriminado.

A questão sempre preocupou os governantes paranaenses, mas faltava uma ação conjunta entre o Estado e a União para que as medidas adotadas pudessem vigorar. De pouco adiantariam soluções isoladas, se o Paraná não tinha um mercado interno que pudesse absorver toda a madeira produzida, tendo portanto de buscar mercados interestaduais e exteriores, onde a ação do Estado não alcançava. Assim é que, em 1929, o Estado do Paraná procurando amparar a economia madeireira não conseguiu resultados satisfatórios, quando criou o Instituto da Madeira.

Sobre este assunto diz o Anuário Brasileiro de Economia Florestal:

Assinale-se que, já em 1929, numa época em que, pelo menos no Brasil, a democracia ainda era admitida sob a forma amplamente liberal dos revolucionários de 1789, o Congresso do Estado do Paraná decretou e o governador Afonso de Camargo sancionou a lei nº 2.670, de 15 de abril criando o Instituto da Madeira, cujas atribuições foram executadas, por delegação do mesmo governo, pelo Sindicato de Madeiras do Brasil, nos termos do decreto nº 1.486, de 26 de agosto, cuja regulamentação, então baixada, muitos pontos em comum oferece, com a que norteia a do atual Instituto do Pinho².

Afora isto, algumas instituições isoladas, pequenos grupos mais esclarecidos, procurando atuar através de boletins, revistas e jornais, notícias em Relatórios de Governos, alguns estudos esparsos, é talvez tudo quanto existe sobre o assunto.

Não eram poucas as queixas da falta de organização no setor, onde a iniciativa particular parece mais atuante que a pública.

No Paraná, os relatórios governamentais assinalam a desordem reinante. Embora a madeira contribuisse com uma renda significativa, como se pode observar pelos dados abaixo, esperou-se que o Governo Federal tomasse as primeiras iniciativas em defesa do produto.

PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES DO PARANÁ, EM 1934

Exportações	Renda ordinária
Erva mate beneficiada	1.446:168\$144
Erva mate cancheada	1.469:559\$658
Madeira	1.075:744\$529
Café	1.568:546\$470

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa. Manoel Ribas. 1934.

Uma das primeiras medidas do Governo Federal, que ensaiava passos na intervenção econômica, está registrada na Mensagem à Assembléia Legislativa do Governo do Interventor Manoel Ribas, em 1934.

O Governo, tendo necessidade inadiável de proteger as nossas florestas, evitando que sejam elas devastadas, sem nenhum resultado prático, baixou o Decreto nº 2.569 de 11 de dezembro do ano último, confiando ao Departamento de Terras a fiscalização de nossas matas, de conformidade com o Decreto Federal nº 23.793, de 23 de janeiro da quele ano.³

Essas medidas deixam transparecer um sintoma do mau aproveitamento das matas e conseqüentemente um excesso de oferta em relação à procura tendo em vista as quedas no volume da exportação a partir de 1923, com uma depressão em 1931, e incerteza da recuperação nos anos seguintes.

Se a ação do Governo Federal foi no sentido de proteger as florestas, o Governo do Paraná preocupou-se com o problema dos fretes que encareciam o produto. Na Mensagem citada, percebe-se que o governo reconhecendo a situação, procurava o apoio do Esta-

do de Santa Catarina, pelo menos nas questões de transportes e fretes⁴ pois a Rede Viação Paraná-Santa Catarina operava nos dois Estados, dando escoamento ao produto. Nesse ano conseguiu-se que a alteração de 40% nos fretes ferroviários não fosse efetuada, para a madeira beneficiada.

Mais esclarecedor é o Relatório Othon Mader, da Secretaria da Fazenda, que assinala a importação de madeiras pelo Brasil, em 1920, como tendo sido superior às exportações.⁵ Pela análise dos gráficos das exportações gerais de madeira, nota-se uma crise na exportação do pinho, em 1918, com uma depressão bastante acentuada em 1919, e ligeira recuperação em 1920, caindo novamente em 1921. Os níveis de 1918 só serão atingidos em 1936. Por aí percebe-se a situação angustiante dos produtores do Sul, já que o pinho só é encontrado nessa região; e também a dos intermediários nos grandes centros de comercialização como São Paulo e Rio de Janeiro.

Quanto ao Paraná, a exportação caiu a partir de 1928, até 1933, quando cessam as informações de Othon Mader.

EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS DO PARANÁ

A n o s	V a l o r
1927	14.796:823\$850
1928	16.960:205\$120
1929	15.776:436\$840
1930	7.848:755\$920
1931	9.091:422\$753
1932	7.486:990\$525
1933	6.149:768\$259

Fonte: Relatório da Secretaria da Fazenda e Obras Públicas do Paraná, p. 45.

É claro que aqui se caracteriza perfeitamente a crise de 1929 e a depressão que se lhe seguiu. Não se tomou qualquer providência que pudesse minorar o problema.

Nesse mesmo Relatório, as queixas de Othon Mader são patentes. "A nossa produção é jogada aos mercados consumidores, sem preço, sem cogitações de que haja ou não necessidade do produto... Oferecemos a mercadoria a toda hora e a qualquer preço".⁶

O autor do Relatório tendo tomado conhecimento de que o "comércio de madeiras, que se faz sobre as 'águas do Atlântico é de cem milhões de libras', ou sejam seis milhões de contos"⁷ queixa-se da falta de técnica no preparo da madeira e da falta de sondagens do comportamento dos mercados externos.

Em 1938, o Departamento de Agricultura teve a seu cargo a atribuição da defesa florestal, pelo Decreto nº 7.528. Antonio Albino Ramos diz que nessa época, o Departamento de Agricultura já apresentava "condições aperfeiçoadas para atender os problemas que se avolumavam"⁸, mas como já foi dito, medidas tomadas apenas pelo Paraná não poderiam resolver a questão.

As tentativas de organização do comércio e produção de madeiras, por parte da iniciativa particular, são lideradas pelo Centro do Comércio e Indústria de Materiais de Construção, do Rio de Janeiro, fundado em 1914 e do Centro do Comércio e Indústria de Materiais de Construção de São Paulo, fundado em 1917, que procuravam atuar no sentido de esclarecer os interessados no problema madeireiro. Surgem assim por esforço dessas instituições, na década de 1930, o Convênio de Madeiras do Distrito Federal, o Convênio do Amazonas, o Sindicato Patronal de Madeiras do Paraná e alguns outros.

Alguns periódicos como o boletim diário "O Centro", e a revista "Materiais de Construção"⁹, do Rio de Janeiro, são fontes importantes na divulgação dos principais problemas com que se defrontavam os madeireiros, bem como dão idéia de alguns fatos in-

teressantes. Manoel Jacinto Ferreira, industrial de madeiras, no Rio de Janeiro, e idealizador desses periódicos, compilou no livro "Pela Grandeza da madeira do Brasil" alguns comentários, discursos, entrevistas, extratos de atas do C.C.I.M.C., algumas estatísticas sobre exportações, publicados no boletim e na revista, e alguns artigos de interesse, publicados em outras revistas e jornais da época.

Dessa síntese organizou-se uma reconstituição do panorama madeireiro da década de 1930.

A 16 de abril de 1931 foi criado o "Convênio Madeireiro do Distrito Federal". Trata-se de verdadeiro Regulamento que, na ausência de qualquer ação normativa federal ou estadual, procura organizar o comércio de madeiras, tendo por finalidade coordenar, sistematizar, regulamentar, desenvolver, expandir os negócios e unir a classe madeireira.

Teve, entretanto, vida acidentada e curta esse Convênio, pois nada obrigava seu cumprimento, senão a assinatura, a palavra empenhada em cumpri-lo. As sanções empregadas pelos convencionais não amedrontavam todos aqueles que visando maiores lucros ocasionais, deixavam de lado o Convênio.

Seus objetivos estão assinalados em entrevista concedida por Manoel Jacinto Ferreira aos convencionais, publicada na revista "Materiais de Construção" nº 34 e 35, de 1934:

- Coordenar o comércio de madeiras.
- Organizar as classes de Madeira.
- Registrar seus elementos.
- Fazê-la respeitada e conhecida.
- Moralizar seu ramo e comércio.
- Impor o respeito mútuo aos compromissos assumidos.
- Desaparecer os aventureiros zangões e avulsos que só desmoralizam e aviltam os preços e o comércio de madeiras.

- Impor e definir responsabilidades mútuas entre Importadores, Exportadores e Madeireiros.¹⁰

Os aventureiros e avulsos eram comuns. As madeiras vinham do interior, principalmente do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, encaminhadas a consignatários, que se encarregavam do seu comércio. Outros comerciantes possuíam suas próprias indústrias quer no Rio de Janeiro, São Paulo, ou no interior dos Estados madeireiros. Geralmente a madeira era serrada em bruto e enviada aos centros mais desenvolvidos para serem beneficiadas e comercializadas. Estes eram os elementos estáveis no setor madeireiro. Os aventureiros ou avulsos eram os comerciantes ocasionais que aproveitavam os bons preços, abandonando a atividade, quando apareciam sintomas de transtornos no comércio ou crises. Esses, e outros elementos do grupo dos "estáveis", muitas vezes procuravam diretamente os produtores do interior dos Estados madeireiros, adquirindo vantagens que os consignatários muitas vezes não conseguiam. Deve-se notar que para esse período, não havia registro dos extratores, industriais e comerciantes como foi posteriormente organizado pelo I.N.P., sendo impossível controlar os oportunistas. O "Convênio" procurou sanar esse problema, quer no Rio de Janeiro, quer tentando esclarecer os produtores de outros Estados no sentido de organizarem-se, visando certa ordem no setor.

Sob o título "Mercado de Madeiras Nacionais - Convênio do Comércio do Distrito Federal", o boletim "O Centro" nº 21, de 24 de março de 1934 publicou uma entrevista de Manoel Jacinto Ferreira, que parecia otimista com o "Convênio".

- Como tem sido recebida aqui a "frente única" do Convênio dos Exportadores do Paraná e Santa Catarina?
- Otimamente bem. Pela verdadeira compreensão que todos têm da necessidade de se unirem, defendendo o seu patrimônio e o da nação, que ultimamente vem sendo desbaratado com preços de venda abaixo do custo de produção. Além disto, existe no nosso Cen

tro. solidariedade de vistas que vem sendo feito entre as Associações daqueles Estados e nesta Capital.

- Que pensa sobre a obrigação do industrial ou madeireiro desta Capital não poder comprar no interior do país senão por intermédio dos seus representantes legais aqui?

- Muito simples. Esta obrigação é um benefício mútuo, por que em compensação o Representante-Importador ou Consignatário, se obriga só a vender aos Industriais e Madeireiros, não podendo fazê-lo como até aqui, ao "Consumidor". Sendo assim, como vê, uma troca de benefícios. Além disso, até aqui, 95% dos Industriais e Madeireiros, só se supriam das suas compras de Madeiras aqui, por terem verificado na prática que as compras diretamente do interior, lhes traziam graves e sensíveis prejuízos e aborrecimentos não compensadores da diferença que imaginariamente julgavam obter.

Os 5% que ainda compram fora, o fazem contrariados e obrigados pelas circunstâncias da sua organização e capitais invertidos no Interior.¹¹

Na mesma entrevista abordou-se a questão do tabelamento ou fixação de preços estipulados pelo Convênio, que tudo indica visava, da mesma forma como procedeu mais tarde o I.N.P., um preço mínimo, o que significa neste caso, sub-consumo ou superprodução. As esperanças de que esse tabelamento fosse respeitado eram poucas, supondo-se que sempre seria burlado, em virtude da superprodução e do comportamento dos intermediários que em qualquer negócio buscam sempre melhores condições, no caso, preços mais baixos visando maior lucro com a revenda.

A documentação consultada não permite afirmar que houvessem medidas visando a expansão do consumo pela ampliação de mercados. Também não foi encontrado, em nenhuma fonte, tentativas de controle

da produção como meio de se manterem estáveis as cotações, nesse período.

Já foi referida a vida acidentada do Convênio de Madeiras do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Apesar dos esforços em contrário o Regulamento era frequentemente burlado. A Ata da Reunião das classes madeireiras em 29 de dezembro de 1933, com a participação de vários convencionais, registra as burlas frequentes contra os que o infringiam. Pelo Regulamento, seus filiados não poderiam comerciar com quem dele não fizesse parte, da mesma forma que não poderiam realizar compras diretamente aos produtores e tão somente de seus consignatários. Quando entrou em vigor, muitos se achavam presos a contratos, dos quais não poderiam se desfazer rapidamente, o que foi tolerado mediante o compromisso de ao término desses, não voltarem a comerciar com quem não fosse filiado ao Centro ou não houvesse assinado o Convênio. Isso gerou conflitos, pois tudo leva a crer que tais contratos eram intermináveis e que quando havia perspectivas de lucros agindo fora das normas do Regulamento, invocavam existir contratos, por muitos julgados fictícios, que os acobertavam. Outros, simplesmente não o respeitavam, comerciando com quem pudesse oferecer preços mais baixos e melhores condições. Tal situação levou à aplicação de sanções. Ficou decidido que aqueles que assinassem a Ata da Reunião, não comerciariam com as firmas infratoras, as suspeitas, ou que não fizessem parte do Convênio; denunciariam as infratoras ou as que desrespeitassem as sanções; os suspeitos receberiam aviso escrito de que o Convênio desconsiderava qualquer contrato com não filiados ou com aqueles que estivessem suspensos; aqueles que não assinassem a Ata seriam considerados como não convencionais. Aos não presentes, essas decisões seriam comunicadas por escrito, devendo ser obedecidas ou seriam também empregadas sanções.¹²

Essas medidas de pouco adiantaram, pois no ano seguinte, em

1934, o Regulamento foi reformulado, insistindo-se sempre nos mesmos propósitos.

A revista "Materiais de Construção" nº 31, de julho de 1934, publicou essa reformulação, dizendo que essa lista anulava todas as anteriores. Os artigos abaixo dão idéia do controle que o C.C. I.M.C. procurava exercer.

Art. 8º) Os Madeireiros não poderão comprar madeiras do País senão àqueles que estiverem filiados à Classe e aos associados do Centro.

Art. 9º) A Classe organizará quinzenal ou mensalmente uma lista oficial dos preços das principais madeiras do País, que servirá de base para os negócios deste ramo entre Representantes e Madeireiros, podendo ser publicada num dos jornais desta Capital, que fôr escolhido como órgão oficial da Classe.

Art. 10º) Fica absolutamente proibido às firmas atacadistas ou a qualquer de seus representantes, fazer vendas ao consumidor industrial ou madeireiro; para suas madeiras, poderão recorrer ao Centro para indicar qualquer uma das firmas associadas, para efetuar a venda mediante uma comissão precisamente estabelecida.

Art. 11º) Nenhum industrial Madeireiro poderá comprar no interior diretamente, a não ser por intermédio dos Representantes da Classe, filiados à mesma, salvo em casos excepcionais aprovados e submetidos à Assembléia da Classe.

Art. 18º) Nenhum filiado à Classe poderá comerciar com quem não esteja registrado pela mesma, sob pena de eliminação e perdas dos direitos de pertencer à Classe.¹³

Para que se entenda a questão é preciso considerar que o C.C. I.M.C. era uma organização bastante influente, reconhecida legalmente e que procurava servir de intermediária entre a classe e as esferas governamentais no sentido de resolver problemas comuns não só dos madeireiros, como também do ramo de materiais de construções em geral.

Problemas como fretes, custos de produção, greves, alterações

de salários, cargas e descargas, e outros, eram sempre solucionados com a intervenção do Centro, que dava assistência jurídica aos associados, enviava relatórios e petições às autoridades do governo. Daí a força para querer exigir o cumprimento do Convênio de Madeiras. Os industriais e comerciantes cujos objetivos são sempre maiores lucros nem sempre o respeitaram, da mesma forma que mais tarde, já no período do I.N.P. que tinha todo o amparo da lei ao seu dispor, viu desrespeitadas suas disposições.

Entre fins de 1934 e início de 1935, o Convênio deixou de impor penalidades aos infratores, como se pode perceber pela revista "Materiais de Construção", de 14 de julho de 1936. A essa altura dos acontecimentos reconhecia-se a falta de coesão entre as classes e seu espírito desassociativo.

Ao longo do período em estudo, os grandes problemas madeireiros tais como o aumento do número de serrarias, as dificuldades na comercialização, os preços, os períodos de superprodução, têm na base a questão das exportações.

Não é propósito deste trabalho tratar das exportações, a não ser para colocar situações que se refletem sobre o mercado interno. Deste modo, sabendo-se que o grande interesse do comércio e indústria de madeiras se localizou e viveu em função das exportações, procurou-se defini-la, com o propósito único de esclarecer problemas do mercado interno, no período anterior à criação do I. N.P. .

Dispõe-se de séries estatísticas de 1901 em diante, no que diz respeito a quantidades, valor em mil réis, e valor em libra ouro. A análise destas séries revela oscilações frequentes e acentuadas.

É interessante observar que até à Primeira Guerra as exportações foram quase inexpressivas e que justamente no período da guerra começaram a se elevar consideravelmente e a adquirir cada

vez maior significado. De 1914 a 1918 o aumento foi de 230,9% em relação a 1901 - 1913. Até o início do século, tomando o caso do Paraná como exemplo, existiam cerca de 64 serrarias; pelo censo de 1920 constatou-se que atingira a 174.

Ocorre um fenômeno singular, pois na Segunda Guerra como ver-se-á posteriormente, dá-se o inverso. Basta aqui lembrar que a América só participará ativamente das hostilidades no seu final e que ao contrário da última, a Primeira Guerra é mais localizada, tendo por cenário quase somente a Europa, principalmente ao Norte, e é mais uma guerra de trincheiras do que marítima, não chegando a afetar o comércio de madeiras senão positivamente.

Não se dispõe de série que demonstre o comércio platino nessa conjuntura, mas tudo leva a crer que as aquisições de madeiras que a Argentina fazia na Europa antes da guerra cessaram, passando a adquirir do Brasil, da mesma forma como deve ter ocorrido em relação a outros mercados anteriormente abastecidos pela Europa, o que no caso, beneficiou as madeiras nacionais.

A queda das exportações em 1917 não chega a caracterizar uma crise nas exportações. Tudo indica ser resultado de problemas internos, como a greve geral em São Paulo que paralizou por algum tempo as indústrias, inclusive a madeireira que sofreu enormes prejuízos.¹⁴

O término da guerra, 1918, coincide com séria crise madeireira, marcando o início de sérias dificuldades na década de 1920. Cessada a guerra, cessam as razões das grandes exportações, verificando-se apenas ligeira alta em 1920, seguida de depressão até 1922, marcando aquele de 1923 nova crise, seguida de depressão com oscilações até 1933. Neste ano se inicia um período de violenta ascensão até 1939 quando as exportações caem novamente, em virtude da Segunda Guerra.¹⁵

Nícia Villela Luz, falando das crises da década de 1920, prin

principalmente na sua segunda metade, diz que "provavelmente a magnitude do desastre representado pelo craque mundial de 1929 tenha obscurecido nossas dificuldades econômicas nos anos precedentes..."¹⁶ De fato, encontra-se muitos estudos sobre a crise de 1929, esquecendo-se das demais. Essa década é marcada por crises internas e nas exportações. No caso da madeira as crises foram sérias. Com as perspectivas de boas exportações nos anos anteriores, o número de serrarias avolumou-se, causando superprodução quando as exportações entram em crise. A crise de 1923, nas exportações de madeiras é tão séria, que se for levado em consideração esta e a crise de 1939, a de 1929 não teve tão grande importância. Na verdade, como o café sempre foi o produto básico, toma-se esse como ponto de partida para as análises das dificuldades econômicas e das crises nas exportações brasileiras, verificando-se com razão, ser a crise de 1929 a de maior importância no conjunto das exportações brasileiras.

A madeira traz nova perspectiva de análise, e confirma que as dificuldades brasileiras residiram no fato de ter poucos produtos na pauta das exportações, sendo o café produto chave das divisas; bem como a dependência de poucos mercados para os produtos em geral e principalmente no caso da madeira. Ilustra essa análise o caso do Paraná. Diz Paulo de Souza Ferreira:

Em fins de 1927 o Paraná atravessa uma grave crise que se esboça do seguinte modo: alta do café, grandes lucros auferidos pelas indústrias do açúcar e do algodão, originando uma febre de negócios vultosos em São Paulo. Nessa ocasião os madeireiros paranaenses contavam com uma produção diminuta e limitada por falta de material rodante na São Paulo - Rio Grande. A Argentina entra no mercado e compra tudo o que encontra nos portos de Paranaguá e São Francisco. Os madeireiros sulinos se entusiasmam com as encomendas e vendas realizadas. Para aproveitar a oportunidade, em virtude das procuras, quase todos se lançam no aumento da produção, que só pôde ser conseguida por meio de novas instalações, máquinas modernas, aquisições de pinheirais, etc., sacando sobre o futuro. Quando tudo

indicava que o ritmo dos negócios tendia a aumentar entra em jogo um conjunto de circunstâncias imprevistas. A Argentina compra pinho europeu e desinteressa-se pelo nosso. O mercado do Rio faz exigências desconcertantes quanto às encomendas para o seu consumo. São Paulo se mantém na compra de madeiras para construções, mas em pouco tempo, estava abarrotado, formando um estoque muito superior às suas necessidades. Aconteceu, fatalmente, o que não podia deixar de acontecer: queda extraordinária na cotação da madeira, que passou a ser vendida por preço abaixo do custo de produção.¹⁷

Verifica-se, em consequência, nova depressão em 1928.

Diante de tantas crises, no que diz respeito às quantidades de madeiras exportadas, a crise de 1929 não teve significação tão grande quanto aquela que se verifica em relação ao café, pois somente a partir de 1936 serão atingidos níveis maiores do que os de 1923, ano em que se inicia um ciclo de depressão até 1933.

No que diz respeito aos preços, não se dispõe de série completa, observando-se o fenômeno através dos valores médios das exportações. Como as séries não são uniformes foi usado como medida unitária a tonelada, para o período de 1901 a 1939, e o metro cúbico para 1935 a 1964.

Se forem considerados os valores unitários médios em mil réis nota-se três inversões de tendência, no período compreendido entre o início do século até a Segunda Guerra, como se pode verificar pelo gráfico 6. Nota-se até 1906, tendência para baixa; de 1906 a 1910, tendência para alta; de 1910 a 1916 novamente tendência para baixa; e no último período, até o final, tendência para alta. Os valores unitários médios em libra-ouro mostram, entretanto, uma visão diferente. Até 1919 o panorama é idêntico, tanto para os valores em mil-réis como em libra-ouro. De 1919 até o final, a tendência é para baixa, o que demonstra que as altas verificadas nos valores em mil-réis provêm de inflação, apresentando na realidade uma deterioração dos valores médios unitários.

J. Soares Pereira que estudou os preços no período de 1939 a 1948, usando outro critério (índices 1934-38=100), os das madeiras em bruto e os meios de pagamentos no Brasil, assinala o mesmo fenômeno até 1941, época da criação do I.N.P.

Diz o autor:

A elevação constante dos meios de pagamento, motivada pelas emissões vultosas de papel moeda que se verificaram em todo o decênio, principalmente a partir de 1941, é a causa principal das ascensão dos preços internos. Entre 1939 e 1941, as curvas descritas pelo total dos meios de pagamento e pelo papel moeda em circulação guardaram estreito paralelismo; a partir de 1942, porém, a relação meios de pagamento sobre papel-moeda em circulação tendeu a elevar-se, isto é, o montante da moeda escritural, cresceu em maior velocidade do que o da moeda fiduciária. A inflação monetária e, portanto, a dos preços, entraram a acelerar-se desde fins de 1941.¹⁸

Tais constatações são muito importantes pelas suas repercussões no mercado interno, principalmente se for levado em consideração que a madeira exportada mais importante era o pinho, extremamente dependente das vendas à Argentina.

Para o mercado interno não se dispõem de séries quantitativas quer de produção, quer de preço, até a criação do I.N.P. Diante disso só se pode analisar através de dados qualitativos e de alguns sobre custos do produto até o consumidor.

Durante a crise de 1929 e a depressão que se lhe seguiu, os efeitos da queda das exportações já ocasionaram transtornos no mercado interno. Ao lado da formação de estoques excedentes, o setor madeireiro foi agravado pelas deficiências nos transportes.

Superprodução, estoques em excesso, inflação, baixa de preços, alteração de fretes no sentido de alta, deficiência no fornecimento de vagões, esses os principais problemas madeireiros da época.

A Revista "Materiais de Construção", em outubro de 1932 publicou os cálculos que oneravam os preços da madeira:

Transporte da serraria até a estação de ferro ...	2,2%
Frete ferroviário	16,0%
Despesas, estiva, capatazias, despachante, no porto de embarque	2,2%
Imposto Estadual para o Estado do Paraná	1,2%
Frete marítimo, do porto de Antonina ao Rio de Janeiro	14,0%
Taxa de descarga, no cais do Rio	1,5%
Frete da Estrada de Ferro Central do Brasil até Nova Iguaçu	2,0%
Transporte, estiva, gratificações etc., no porto do Rio	4,9%
Comissão ao agente vendedor no Rio ou despesas da sua filial no Rio	5,0%
Juros para a venda a 90 dias	3,0%
Despesas para a Resistência, se passar o ante projeto do Departamento Nacional do Trabalho	0,6%
Total	52,6% (19)

É preciso observar que estes cálculos são feitos para caixa-ria de acondicionamento de laranjas. Servem entretanto, para ilustrar os gastos que oneravam a madeira, num período que é de inflação e de baixa de preços.

A mesma fonte informa que pesavam sobre as caixas de madeira que custavam no Rio 2\$200, uma despesa de Rs 1\$157, isto é 52, % do seu valor, excluindo as despesas para a Resistência,²⁰ sem contar as despesas do produtor para extrair a madeira da floresta, transportá-la e beneficiá-la. Mesmo que se obtivesse Rs 250\$000 CIF por metro cúbico de madeira, o industrial não teria preços

compensadores.

Pelo exposto aqui e anteriormente quando se tratou do Convênio do Distrito Federal, se pode ter idéia das dificuldades dos madeireiros em geral, durante o período.

Para os madeireiros duas eram as perspectivas: o aumento do consumo interno ou as exportações estáveis.

A crescente industrialização brasileira e o desenvolvimento urbano seriam boas perspectivas para um maior consumo de madeiras, se não houvesse superprodução em vista das quedas nas exportações e nos preços. Octávio Ianni afirma que, de 1930 a 1970 "cresce o mercado interno e abrem-se novas perspectivas para o incipiente setor manufatureiro".²¹ Aliás, muitos outros autores falam do mesmo fenômeno já na década de 1920, como Nícia Villela Luz que diz "Graças à expansão do mercado interno, desenvolviam-se lenta e penosamente nossas atividades industriais e com ela intensificava-se a urbanização do País"²². Entretanto, para a madeira isto poderia ter representado boas perspectivas, se não fosse a instabilidade nas exportações e nos preços devido à superprodução, e a dependência ao mercado platino. O panorama madeireiro talvez fosse pior se excluídos os fatores positivos acima assinalados. Contudo esses fatores foram quase anulados pela falta de planejamento na produção madeireira. Para as áreas madeireiras cuja produção não era o pinho, o panorama foi diferente, pois o próprio mercado interno consumia as madeiras duras ou de lei, havendo pouca exportação dessas essências, mas pode-se admitir uma certa concorrência do pinho com as demais espécies, no mercado interno, por questões de preço.

Na década de 1930 até à Segunda Guerra exportou-se bem, principalmente a partir de 1933 quando minoraram os efeitos da Depressão econômica mundial. Por esta razão a indústria madeireira cresceu enormemente em produção, tendo porém prejuízos extensos apenas iniciada a guerra, com a quase paralização das exportações.

ficando-se numa dependência ainda maior das aquisições feitas pelos mercados platinos.

A pressão exercida pelos estoques aguardando embarque, daquelas nas serrarias e dos comerciantes que visando a comercialização adquiriram a madeira por preços anteriores à queda nas exportações, fez os preços baixarem devido à excessiva oferta em relação à procura, que o mercado interno, apesar de estar em desenvolvimento, não foi capaz de absorver, agravado pela excessiva produção que continuou a existir. Caracteriza-se, portanto, muito mais uma superprodução do que sub-consumo.

O setor dos transportes sempre deficiente, foi agravado pela majoração dos fretes. Se Manoel Ribas reclamava já em 1934 da alta de fretes, estes aumentaram em muito em 1937 e foram exorbitantes no período da guerra. Os fretes ferroviários em alguns casos chegaram em 100%.

Pode-se ter idéia mais real da situação por um cálculo do custo do pinho nos locais de produção em confronto com seu preço no Rio de Janeiro. Em entrevista concedida à Revista "Materiais de Construção" de 30 de setembro de 1938, Manoel Jacinto Ferreira tomando por base 30\$000 como média de custo da dúzia de pinho de 168 pés quadrados no local de produção, e 12\$000 o frete ferroviário de uma estação, apresenta os seguintes cálculos:

Frete ferroviário (em 1937 era 9\$000)	12\$000 - 40%
Frete marítimo do porto até o Rio	17\$600 - 59%
Estiva e desestiva, taxas portuárias e capatazias	8\$400 - 28%
Imposto sobre vendas mercantis 1,25 pagos por três intermediários (produtor, expor- tador, importador)	2\$800 - 9,3%
Descarga e movimentação cobrada pelos sín- dicatos terrestres	2\$500 - 8,4%

Imposto de exportação cobrado pelo Estado	2\$400 - 8,0%
Instituto de Previdência 3% e mais 3% sobre os salários	\$300 - 1,0%
Quando se aluga vagão particular	5\$000 - 16,8%
Quando se exporta para o exterior - bi-tributação da cambial	\$250 - 0,8%
Total por dúzia	51\$250 - 171,3%
Valor da dúzia no Rio de Janeiro	30\$000 (23)

Conclui observando que o custo de produção mais os encargos acima, um metro cúbico fica em média no Rio de Janeiro, sem lucro, encargos comerciais e administração por 203\$125, enquanto no local de produção custa em média 75\$000.

Mesmo considerando a diversidade dos itens que serviram de base de cálculo em 1932, dos de 1938, vê-se que as diferenças são exorbitantes: em 1932 os custos de operação perfaziam 52,0% (excluídos os de produção) dos preços de mercado e em 1938 atingiam ... 171,3%. Enquanto em 1932 se achava que o produtor paranaense não poderia sobreviver mesmo se o preço do metro cúbico fosse 250\$000 CIF, para 1938 é de 203\$000 aproximadamente, no Rio de Janeiro , enquanto no local de produção é de 75\$000.

Manoel Jacinto Ferreira esteve por duas vezes nos Estados do Paraná e Santa Catarina nesse período, testemunhando um panorama sombrio da situação. Afirma que esteve em propriedades, nas quais o próprio dono não conhecia a indústria a que se dedicava. Encontra deficiência nas comunicações (telegramas); nos transportes ; requisições de vagões morosas, falta de vagões; deficiência na rede bancária; madeiras encharcadas de água das chuvas, em grandes pilhas nas estações ou em vagões descobertos, tendo como resultado o desleixo do produtor que não cuida da secagem ou serragem bem feita, enquanto os consumidores reclamam da má qualidade do produto. Ao lado disso, sempre a perspectiva de novos aumentos nos

fretes.²⁴

Explica-se a questão dos fretes, pelas próprias condições das ferrovias que importavam todo o material rodante, vendo-se durante vários períodos impossibilitadas de importar, tendo portanto deficiência no fornecimento de vagões, em face do crescimento dos mercados paulista e do Rio de Janeiro, mesmo que os mercados externos estivessem paralisados. Com tal situação o aumento dos fretes se justifica plenamente, pois não se pode falar em concorrência do transporte rodoviário nesse período, tanto por falta de estradas plenamente transitáveis como pela falta de veículos.

Tais problemas tenderam a agravar-se no decorrer da guerra, pois em 1941, chegou-se a vender um metro cúbico de pinho no Rio de Janeiro a 95\$000 e as despesas (fretes, impostos, e custos de produção) chegaram a mais de 130\$000.²⁵

A intervenção do Governo na economia madeireira verifica-se somente a partir de 1941, quando já o havia feito em vários outros setores da economia brasileira.

Da mesma forma como se encontra inúmeras queixas sobre a falta do intervencionismo, quando esse se verifica, encontra-se temor em relação a ele.

O "Observador Econômico" num comentário em 1937, relaciona uma série de medidas que o governo deveria tomar em defesa da economia madeireira, muitas das quais, providenciadas com a criação do I.N.P. . Dizia o "Observador Econômico":

Precisamos tratar da coordenação da classe madeireira, pois só assim conseguiremos:

- 1º) a unificação geral das medições;
- 2º) a padronização e a classificação oficializadas ;
- 3º) a fixação de pesos específicos para efeito de cobrança das taxas portuárias;
- 4º) a determinação oficial da medição para compra e venda;
- 5º) regulamento da cobrança dos fretes ferroviários de acordo com o peso específico de cada metro cúbico, e não pelo peso real de madeiras encharca-

- das de água das chuvas;
- 6º) unificação e oficialização de uma taxa única em todos os Estados;
 - 7º) revisão geral das tarifas de todas as ferrovias, mormente as de ligação com portos marítimos;
 - 8º) fornecimento de material rodante às estradas de ferro que, possuindo linhas nas matas, não podem transportar madeiras;
 - 9º) concessão de subvenções às Companhias de Navegação que se especializam no transporte exclusivo de madeiras;
 - 10º) organização, na Capital Federal de um "entrepoto único" para depósito de madeiras, ...;
 - 11º) criação, na Capital Federal, da Bolsa de Madeira, que organizaria as cotações oficiais para os mercados internos e externos;
 - 12º) fundação de um curso obrigatório para corretores oficiais de madeiras...;
 - 13º) criação de uma organização especial, incumbida de fornecer certificados oficiais de classificação e medição das madeiras adquiridas no mercado interno;
 - 14º) revisão das taxas portuárias e de estiva, que sobrecarregam em 40% dos fretes atuais.²⁶

Não previsto pelo "Observador Econômico" e executado pelo I. N.P. foi o controle da produção, que procurou diminuir a superprodução, além de outras medidas tendentes a organizar a economia madeireira.

O surgimento do Instituto Nacional do Pinho está no contexto histórico das várias autarquias do período de governo de Getúlio Vargas, que inicia um intervencionismo acentuado na economia nacional. Sobre este assunto diz Virgílio Gualberto:

Os organismos autárquicos no Brasil, a partir de 1930, têm de comum, na origem de todos eles, um fenômeno de super-produção ou sub-consumo, pois as duas expressões se equivalem, para traduzirem o desequilíbrio verificado entre o volume de mercadorias produzidas e o das que se escoam para os mercados de consumo, internos ou exteriores.

Com o objetivo de restabelecer o equilíbrio, defendendo os produtores do colapso que os ameaçava, a resultar da queda dos preços motivada pela pressão dos estoques ascendentes o Governo foi compelido a intervir, ins-

tituindo órgãos oficiais diversos dos que até então existiam . Daí o caráter autárquico, de vez que a autonomia de ação se afigurava indispensável ao cumprimento das finalidades a que visam definidas, em tese, peculiar a cada autarquia econômica. O Estado, assim, deixou para si próprio a faculdade de orientar a política econômica no sentido do interesse coletivo, confiando, entretanto, a defesa dos interesses da produção e do comércio a delegados de classe responsáveis pela ação da Autarquia.²⁷

Até que esta autarquia estivesse em pleno funcionamento, como narra João Gualberto, passou por várias etapas. O Governo ao criar a Comissão de Defesa da Economia Nacional, deu-lhe como uma das incumbências, estudar o problema madeireiro.

Em vista de deliberações do Congresso de Madeireiros, realizado em Curitiba, em janeiro de 1940, a Comissão de Defesa da Economia Nacional baixou a portaria nº 60, de 8 de fevereiro de 1940, estabelecendo o registro obrigatório dos exportadores de pinho . Várias Portarias sucessivas estabeleceram, entre 1940 e 1941, quotas de exportação.

A primeira resolução deste órgão foi a de mandar proceder ao levantamento da capacidade de produção do parque madeireiro dos Estados do Sul, a fim limitar o trabalho das serrarias, condicionando-o à verdadeira capacidade do transporte ferroviário. Para isso, foi criado o Serviço do Pinho...²⁸

Sobre o Serviço do Pinho, J. Soares Pereira afirma que este "improvisou" alguns serviços em defesa da classe madeireira, principalmente o comércio exportador. Já nesse período verificou-se o controle da produção e do comércio da madeira de pinho, estabelecendo-se quotas de produção e exportação, através de várias Portarias e Resoluções.

Controle precário, exercido segundo normas próprias aos organismos estatais de emergência surgidos no Brasil durante a guerra, é sem dúvida passível das críticas acerbas que lhe têm sido feitas e que não podem ser apreciadas sem elementos objetivos de análise, dificilmente coligíveis, após oito anos. Mas, cumpre reconhecer, êle foi instituído e exercido para atender a necessidade real que

de antemão o legitimava, qual a de debelar uma crise capaz de levar ao colapso importante setor da atividade econômica nacional.²⁹

O Serviço do Pinho teve duração curta. Em 1941, já com maiores conhecimentos sobre o assunto, foi criado pela lei 3.124 de 19 de março, o I.N.P. .

Sobre esta fase do I.N.P. dispõe-se das informações de Alberto Venâncio Filho que resume assim suas atribuições e competências:

O Decreto-Lei 3.124, de 19-3-1941, criou o Instituto Nacional do Pinho que, segundo o disposto no artigo 1º, era órgão oficial dos interesses dos produtores, industriais e exportadores do pinho. A estrutura organizacional da nova autarquia econômica era constituída de uma Junta Deliberativa, composta de um Presidente de livre nomeação do Presidente da República, e de representantes dos governos estaduais do Paraná, Rio Grande do Sul, e igualmente, de representantes estaduais dos produtores, industriais e exportadores de Pinho.

Competia ao novo órgão coordenar e superintender os trabalhos relativos à defesa da produção do pinho, promover o fomento do comércio, contribuir para o reflorestamento, fixar preços mínimos, estabelecer quotas de produção e exportação e organizar o registro obrigatório dos produtores, industriais e exportadores. Criava-se, também, um sistema de taxa variável para o custo das despesas com a manutenção do Instituto e desempenho de suas finalidades.³⁰

A intervenção na economia madeireira se explica pela conjuntura da Segunda Guerra, quando os estoques se acumularam e os preços caíram vertiginosamente em virtude da quase paralização das exportações. É bem verdade que grande parte da culpa pela queda dos preços cabe às boas cotações verificadas no período imediatamente anterior à guerra, pois sabe-se que a madeira é considerada de grande importância estratégica. Com boas perspectivas de mercado avolumou-se também o número de serrarias, aumentando desmedidamente a produção. Iniciada a guerra mais de 3.000 serrarias passaram a produzir menos de 50% do que produziam anteriormente.³¹

De um quadro apresentado por Werner Baer, sobre a "Exportação por principais produtos", cujas porcentagens são baseadas no valor em dólares, a participação da madeira entre 1925-29 foi de 0,4% do total das exportações, enquanto no período de 1935-39 atingiu 1,0%³². Percebe-se o significado dessas porcentagens se forem observados os gráficos das exportações que registram o grande volume exportado a partir de 1933, e o comportamento dos valores unitários médios.

Entre 1925-29 há depressão no volume das exportações de madeiras em geral, com ligeira elevação em 1927; para o pinho, a tendência é de baixa, com oscilações de curta duração e intensidade. Quanto aos valores unitários médios há altas se for considerado apenas os valores em mil-réis e baixas se forem em libra-ouro. No período seguinte, de 1935 a 1939, as quantidades exportadas se elevam de modo significativo, enquanto continuam em alta os valores em cruzeiros e apenas ligeira valorização em libra-ouro nos anos de 1936 e 1937. O aumento da participação de 0,4% para 1,0% entre esses períodos significa aumento do volume de exportações mais do que propriamente aumento dos valores, embora as cotações em mil-réis sejam melhores no último período.

Pouco depois de um ano de funcionamento do I.N.P. já se fez necessária sua reorganização. Foram importantes as modificações introduzidas: incluiu-se um representante do Estado de São Paulo na Junta Deliberativa; coube à Junta a faculdade de fixar anualmente as taxas de custos previstas no decreto-lei; especificou as atribuições do Presidente; estendeu-se a legislação às demais espécies florestais, e outras.

Da criação do I.N.P. até 1945, período de governo de Getúlio Vargas, foi seu presidente, Manoel Enrique da Silva. Durante sua gestão houve a reorganização, pelo Decreto-Lei nº 4.813 de 8 de outubro de 1942.

Para verificação da política econômica com referência à madeira, faz-se necessário a análise desse Decreto-Lei.

Seu art. 2º define a natureza da Autarquia, como uma " entidade com personalidade própria, de natureza paraestatal, sob a jurisdição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ", sendo (art. 12º) seu Presidente nomeado pelo Presidente da República. Já se pode perceber que cada governante nomearia para o Instituto uma pessoa de sua confiança, que pudesse seguir as diretrizes de sua política econômica.

Pelo art. 4º, cabia a orientação a uma Junta Deliberativa e a direção a um Presidente, sendo a Junta Deliberativa (art. 5º) constituída de oito membros, cabendo a São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, um representante do governo estadual e um "representante escolhido entre os produtores, industriais ou exportadores". É interessante notar que os representantes dos Governos eram designados (art. 7º), reconduzidos ou destituídos pelo Governo do Estado, enquanto os representantes dos produtores, industriais e exportadores eram, não se diz por quem, escolhidos entre os componentes das Juntas Regionais, em ambos os casos por um período de dois anos. Acontece que as Juntas Regionais (art. 17º) constituídas dos representantes dos produtores, industriais e exportadores eram "eleitas pelas associações de classe e do representante do Governo Estadual." Marcava-se assim a presença do governo nas eleições para as Juntas Regionais.

As atribuições mais interessantes da Junta Deliberativa, pelo art. 10º eram "deliberar sobre o plano anual de administração apresentado pelo Presidente" e "sugerir aos poderes públicos, através do Presidente do I.N.P., as providências que julgar necessárias à defesa da produção madeireira e ao desenvolvimento do seu comércio, que escapem da competência do Instituto". A ação do I.N.P. se fez sentir através de Resoluções da Junta Deliberativa

e dos Atos reguladores do Presidente, que entre suas atribuições (art. 13º) constavam "baixar atos para pôr em execução as resoluções da Junta Deliberativa e instruções para a execução dos serviços a seu cargo"; "expedir atos reguladores da produção, da indústria e do comércio de madeira, submetendo-os à apreciação da Junta na primeira reunião; "determinar a aplicação de sanções aos infratores das resoluções do Instituto, suas leis e regulamentos ; "tomar, enfim, as medidas necessárias à boa administração do Instituto". Nortearam as Resoluções e os Atos, as necessidades do mercado, que tudo indica foram até o final da Segunda Guerra, um controle acentuado da produção e da exportação, que se fez através do estabelecimento de quotas e contingentes, bem como a fixação de preços mínimos. Mas, acima de tudo, as grandes regras da política econômica estão contidas nas alíneas do art. 3º, que formam o conjunto dos objetivos do Instituto Nacional do Pinho, traçados a partir da verificação dos problemas madeireiros da época. Diz o art. 3º:

O I.N.P. tem por fim:

I - estabelecer as bases para a normalização e defesa da produção madeireira;

II - coordenar os trabalhos relativos ao aperfeiçoamento dos métodos de produção e orientar sua aplicação;

III - providenciar a construção, em locais adequados, de usinas de secagem e armazens de madeira;

IV - fomentar o comércio do pinho e outras essências florestais, no interior e no exterior do país;

V - estudar as atuais condições de transporte nas regiões madeireiras e estabelecer um sistema de circulação da produção, tendo em vista as necessidades da economia e rapidez nos transportes;

VI - assegurar uma equitativa distribuição dos mercados, que atenda aos interesses do consumo e dos produtores;

VII - assentar as bases de amparo financeiro à produção, visando o seu aperfeiçoamento;

VIII - promover a cooperação entre os que se dedicam às atividades madeireiras;

IX - Colaborar na padronização e classificação ofi-

cial do pinho e de outras essências florestais, na forma que fôr assentada com o Ministério da Agricultura;

X - fixar preços, dentro de limites que permitam uma justa remuneração do produtor, sem ônus excessivo para o consumidor;

XI - organizar o registro obrigatório dos produtores, industriais e exportadores do pinho;

XII - estabelecer normas de funcionamento, regular a instalação de serrarias, fábricas de caixas e de beneficiamento de madeira, de acôrdo com a capacidade dos centros produtores e as necessidades do consumo;

XIII - difundir entre os interessados o conhecimento e obrigar o uso de novos processos técnicos na indústria madeireira;

XIV - promover o reflorestamento das áreas exploradas e desenvolver a educação florestal, nos centros madeireiros;

XV - fiscalizar a execução das medidas e resoluções tomadas punindo os infratores;

XVI - sugerir às autoridades públicas as medidas fora de sua competência, que sejam necessárias à resolução dos seus fins;³³

Pretendeu-se um controle rígido da produção cortando em 50 e até 75% da capacidade prática de produção das serrarias. Os estoques de 1.350.000 metros cúbicos, em 1939, baixaram para 15.000 em 1948.³⁴

As tentativas de controle da produção através das serrarias pode ser demonstrado pelo levantamento da capacidade prática de produção e da produção autorizada, realizado por ocasião da Conferência Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais, em abril de 1948, sendo os dados de 1947.

Produção de Pinho serrado em 1947, em volume

Estados	Nº de Ser- rarias	Produção auto- rizada anual	Capacidade de pro- dução cadastrada anual
S. Paulo	-	-	-
Paraná	657	588.000	1.800.000
Santa Catarina	910	540.000	2.160.000
Rio G. do Sul	1.159	498.000	1.257.000
T o t a l	2.716	1.626.000	5.217.000

Fonte: Anuário Brasileiro de Economia Florestal. vol.2, 1949, p.184

Produção de madeiras duras serradas - 1947, em volume

Estados	Nº de ser- rarias	Produção auto- rizada anual	Capacidade de pro- dução cadastrada anual
S. Paulo	900	990.000	1.300.000
Paraná	139	100.000	300.000
Santa Catarina	1.340	280.000	500.000
Rio G. do Sul	-	-	-
T o t a l	2.379	1.370.000	2.100.000

Fonte: Anuário Brasileiro de Economia Florestal. vol.2, 1949, p. 184

Para estabelecer as porcentagens de produção autorizada em re-
lação à capacidade de produção cadastrada, bem como a produção mé-
dia anual por unidade de produção calculou-se a partir desses da-
dos o seguinte quadro:

QUADRO 1

Média de produção anual por unidade de produção e porcentagem da produção autorizada em relação à capacidade prática de produção.

Estados	Nº de serrarias		% da produção autorizada em relação à capacidade de produção		média de produção autorizada por unidade de prod.	
	pinho	duras	pinho	duras	pinho	duras
S. Paulo	-	900	-	76,2	-	1.100
Paraná	657	139	32,7	33,3	895	719
Sta. Cat.	910	1.340	25,0	56,0	593	209
R.G. Sul	1.159	-	39,6	-	430	-
<u>Total</u>	<u>2.716</u>	<u>2.379</u>	<u>31,2</u>	<u>65,23</u>	<u>599</u>	<u>576</u>

Percebe-se que o controle da produção visava essencialmente o pinho, o que significa que a atenção e a grande preocupação era a superprodução, a quedas das exportações, já que o papel desempenhado pelas madeiras duras ou de lei têm papel quase inexpressivo neste comércio. É provável que o pequeno controle que se verifica em relação a estas essências tivessem a finalidade de aumentar o consumo interno do pinho.

É perceptível que o controle da produção para as serrarias paulistas é quase nulo, se for levado em consideração que nem sempre as serrarias operam dentro de sua capacidade total de produção. Atribui-se tal fato ao grande consumo das madeiras duras pelo mercado paulista, destinadas quase sempre para estruturas em construções, e na maior parte, de peroba, para as quais o pinho é pouco usado. O mesmo fenômeno se verifica em relação ao pinho produzido no Norte do Paraná, cuja média de produção é a mais alta por unidade, com 1.800 metros cúbicos anuais, já que as serrarias de pinho, nesta região, somam apenas seis unidades. Deve-se contudo, considerar que há grande número de serrarias mistas, isto é, que

produzem madeiras de pinho e de lei. Entretanto, se pode pensar, que em vista da produção de apenas 10.800 metros cúbicos anuais, fossem absorvidos em construções pelo mercado local, já que nesse período havia preponderância de construções de madeira sobre as de tijolos, e entre essas, muitos utilizam o pinho por ser mais barato.

Por estes dados pode-se ainda observar que a redução pretendida da produção não foi equânime, considerando-se a porcentagem entre a capacidade de produção cadastrada e a produção autorizada, que mostram a quanto montaram os cortes. O Estado mais atingido foi Santa Catarina, cuja produção foi reduzida a 25% da capacidade total, justamente no Estado onde havia maior capacidade de produção cadastrada. Da mesma forma, Santa Catarina possuía o maior número de serrarias registradas de madeiras duras ou de lei, ou seja 1.340 serrarias cuja capacidade era de 300.000 metros cúbicos, operando com uma porcentagem de 56%, o que demonstra que eram serrarias pequenas, cuja média de produção anual por unidade é a mais baixa entre todas, com apenas 209 metros cúbicos por unidade.

O Rio Grande do Sul que produzia apenas madeiras de pinho, vem em último lugar nos cortes de produção com uma porcentagem total de 39,6%, a mais favorável para o pinho. Em resumo, pode-se dizer que em relação ao pinho, o Estado mais beneficiado foi o Rio Grande do Sul; para as madeiras de lei ou duras, São Paulo quase não sofreu restrições, sendo o mais beneficiado. As madeiras duras ou de lei foram as menos atingidas com uma produção total de 65,2% da capacidade de produção, enquanto para o pinho operou-se com apenas 31,2%. Enquanto os cortes na produção de pinho foram de 68,8%, para as madeiras duras ou de lei foi de apenas 34,8% levando-se em conta a capacidade de produção cadastrada, o que não significa que as serrarias tivessem sempre operado dentro de sua capacidade.

máxima em período anterior às medidas de controle e que efetivamente os cortes tenham tomado tais proporções.

O panorama apresentado não foi o mesmo até 1964. Variou o número de serrarias, como variaram a produção autorizada e a capacidade prática de produção. O I.N.P. através de seus mecanismos de controle procurou adotar medidas adequadas às necessidades momentâneas, aumentando ou diminuindo a produção autorizada, concedendo registros para novas serrarias, extratores, comerciantes e exportadores ou adotando medidas tendentes a paralisar o aumento de produção não abrindo novos registros, ou fazendo exigências mais rigorosas, principalmente quanto ao aspecto das novas serrarias.

No período pós guerra, após a renúncia de Vargas, pode-se verificar várias mudanças na orientação da política econômica.

Vários autores assinalam as contradições da política econômica do Governo Dutra. Todos são concordes em afirmar que a Constituição de 1946 foi influenciada pelo liberalismo. Thomas Skidmore assinala que "Os homens que haviam redigido a Constituição de 1946 foram fortemente influenciados pelas idéias do liberalismo econômico, do qual o Estado Novo se havia desviado".³⁵ A época era de rejeição à intervenção estatal, enquanto Dutra procurava desmontar o quadro dos controles diretos.

Para ter-se idéia da diversidade entre o pensamento político do Estado Novo e o do Governo Dutra, basta confrontar o Art. 140 da Constituição de 1937 com o Art. 145 da Constituição de 1946, e o Art. 135 com o 146 das respectivas Constituições:

Art. 140 da Constituição de 1937:

A economia da produção será organizada em corporações, e estas, como entidades representativas das forças do trabalho nacional, colocadas sob a assistência e proteção do Estado, são órgãos deste e exercem funções delegadas do poder público.

Art. 145 da Constituição de 1946:

A ordem econômica deve ser organizada conforme os

princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.

Da mesma forma a intervenção do Estado na economia tem conotações diferentes nas Constituições citadas.

Art. 135 da Constituição de 1937:

Na iniciativa individual, no poder de criação de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem público, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representadas pelo Estado.

A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle, do estímulo ou da gestão direta.

Art. 146 da Constituição de 1946:

A União poderá, mediante lei especial, intervir no domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade. A intervenção terá por base o interesse público e por limite os direitos fundamentais assegurados nesta Constituição.

Nota-se que a Constituição do Estado Novo tinha o objetivo declarado de intervenção, enquanto a Constituição de 1946 diz que "poderá, mediante lei especial", não demonstrando intenção de intervenção a não ser no caso de "interesse público", não estipulando a forma de intervenção, enquanto a Constituição de 1937 fala em "controle, estímulo, ou gestão direta", enfim autarquias.

Octávio Ianni diz que

Quando encarada em perspectiva histórica, a evolução do sistema político e econômico brasileiro revela que em 1945-46 houve uma orientação drástica da relação entre o Estado e a Economia. Passou-se de uma política de desenvolvimento econômico e intervenção estatal na economia para uma política de redução das funções econômicas do poder público e descompromisso com o desenvolvimento econômico.³⁶

Em certos planos isto pode ser verdade. Com relação ao problema da madeira só o é em parte. O próprio Ianni reconhecendo a delicadeza da política econômica diz:

O compromisso fundamental com a "livre iniciativa", e contra a modalidade anterior de intervencionismo estatal na economia, aparece em quase tôdas as principais atuações e diretrizes do Governo Dutra. Dizemos intencionalmente "modalidade anterior de intervencionismo estatal" porque nos anos de 1946-50 o poder público continuou a desempenhar papéis decisivos na economia do País. Ocorre que a direção dessa atividade se havia alterado, alterando-se, em consequência, também os instrumentos e os conteúdos ideológicos.³⁷

Assim é que no setor madeireiro, cujo controle da produção mantivera quase inalterado o número de serrarias, houve maior liberdade. Foram registradas no Paraná 30 serrarias entre 1946/47 e 60 entre 1947/49. Tomaram-se algumas medidas que impediriam um aumento indiscriminado. Em 1947, o Anuário Brasileiro de Economia Florestal diz que o I.N.P. facultou o registro de novas serrarias desde que preenchessem as condições:

1. Ter disponibilidade de reservas florestais próprias, que permitissem a extração para 50 anos;
2. Assumissem o compromisso de reflorestar em condições estipuladas pelo regulamento do I.N.P. vigente na época;
3. Procedesse a instalação de maquinaria moderna, com o máximo aproveitamento da matéria prima;
4. Traçasse um plano de seleção e corte, com o compromisso de serrar somente os exemplares de mais de 45 cm de diâmetro.³⁸

Apesar dessas exigências o I.N.P. não dispunha de meios para verificar "in loco" se de fato eram cumpridas. Logo depois, suspendeu-se o registro de novas serrarias, formulando-se exigências mais rigorosas. Da mesma forma, o controle da produção através de quotas foi abrandado, pois no Paraná a produção de madeiras serradas e beneficiadas continuou a crescer, da mesma forma que a produção extrativa vegetal; somente baixando em 1948 para a produção

industrial, ano de crise nas exportações, verificando-se baixa para a indústria extrativa vegetal, em 1950 (não há dados para 1949).

Se a política era de liberalismo dever-se-ia esperar medidas liberais. Por ocasião da Reunião conjunta das Juntas Regionais do I.N.P., em setembro de 1949, quando deveria ser examinada a Resolução nº 85, que definiria a política de atuação da Autarquia, o Presidente do I.N.P., João Gualberto, justifica a intervenção estatal na economia madeireira, num regime liberal:

Não devemos julgar que a existência de órgãos estatais ou paraestatais destinados ao controle ou à orientação de uma determinada economia, constituam afirmativa da incapacidade dos produtores. Na verdade, há uma série de problemas gerais a que está contingenciada a complexa economia moderna, que não só a sua percepção como a remoção dos entraves deles decorrente, escapam comumente às possibilidades dos homens de negócio, preocupados com problemas outros dos quais mais diretamente depende a sua produção e sua renda.

Não só o estudo de conjunto da economia exige organismos especializados, como indispensável se torna estabelecer normas de trabalho que assegurem o bem-estar geral. Entre os povos anglo-saxões, onde existe um elevado espírito associativo, as associações de classe exercem com eficiência uma atividade que, aqui no Brasil, tem de ser promovida pelo poder público.³⁹

Procurava-se justificar a intervenção estatal, devido à falta de "espírito associativo". Na verdade a questão é outra. A economia madeireira atravessava momentos difíceis desde 1947 quando os preços de exportação começaram a cair, continuando pelos anos seguintes, em virtude de séria crise.

Na reunião citada, João Gualberto, depois de falar da posição da madeira nas exportações gerais do Brasil, reconhece que se deveria atuar em dois sentidos para que se pudesse manter um bom ritmo da economia madeireira: "aparelhando-nos para a competição internacional, à base de preços estabelecidos no exterior, e trabalhando pela obtenção de preços remuneradores no mercado inter-

no". 40

Verifica-se pois, quanto aos preços, a dependência em que o Brasil se havia colocado, com a nova orientação da política econômica fartamente analisada por Caio Prado Junior, Octávio Ianni, Thomas Skidmore e outros que apontam o abandono da política "nacionalista" de Vargas. O I.N.P. procurava justificar sua atuação que é intervencionista numa política dita liberal, ao mesmo tempo que confirma a dependência do Brasil aos preços formados no exterior.

Em outra passagem da mesma exposição verifica-se ainda a intervenção de outro órgão público na economia madeireira. Diz João Gualberto:

Vencemos ainda, as medidas contrárias à exploração de madeiras promovidas, sem audiência do Instituto, pelo Ministério da Fazenda em agosto de 1946, e que tão graves consequências trouxeram para o nosso comércio com a República Argentina. Restabelecida a permissão da exportação, conseguimos que a retenção nos portos, estabelecida para abastecimento do mercado interno, ficasse reduzida a justo nível e reaseguramos a proibição da exportação de toros de pinho, em memorável campanha.⁴¹

De fato, até 1945, quase o total de nossas exportações eram dirigidas para a Argentina, verificando-se em 1946 uma participação menor, situação que se agravou nos anos seguintes: diversificavam-se os mercados, embora em 1948, o mercado argentino voltasse a adquirir maior volume de madeiras, reduzindo-se nos anos seguintes, mas conservando-se no geral, até 1964, período desta análise, o principal mercado para a madeira do Brasil.

A crise de 1948 foi o ponto crítico no Governo Dutra. Embora se atribua a ela vários fatores, o problema pode ser analisado por dois ângulos principais:

1. O comércio com a Argentina, maior mercado, e o controle da importação pelo monopólio estatal argentino;

2. Pelo lado do Brasil, os problemas decorrentes da falta de moedas conversíveis e a instituição do regime das operações vincu

adas.

O Anuário Brasileiro de Economia Florestal publicou um estudo sobre o problema intitulado "Conjuntura Econômica da madeira", onde se lê:

Em 1949, o mercado argentino subtraiu-se à lei da oferta e da procura. O Governo, através da DINIE, que por sua vez superintende a CIFEN, monopolizou as compras de madeira brasileira, fazendo-as irregulares e difíceis. A primeira medida foi a suspensão total da importação de compensados e laminados, o que, praticamente liquidou a indústria nesse setor. Depois foi a redução dos preços do pinho serrado e a irregularidade de suas compras.⁴²

De fato em 1950, o valor médio do metro cúbico de pinho serrado caíra no mercado argentino, mas, mais ainda para os valores médios do total das exportações de pinho, o mesmo ocorrendo com relação às demais essências florestais, tanto com relação às exportações para a Argentina, como em relação aos totais das exportações. Logo, não se deve atribuir totalmente as dificuldades brasileiras com relação à madeira, ao monopólio da DINIE Argentina, e sim a diversos fatores.

Durante a guerra, o Brasil acumulara divisas em virtude da pouca importação sobrepujada pelas exportações em geral, ficando sua balança comercial com saldos positivos. Terminada a guerra, abriram-se novamente as oportunidades para importações, principalmente em virtude da política econômica do Governo Dutra, de liberalismo inicial que procurando diminuir a inflação abriu campo livre para importações. Diz Caio Prado Junior que a inflação tornou os preços internos elevados em comparação com os preços externos que eram reduzidos. Desta forma gastou-se até 1946 as reservas brasileiras, apresentando-se no ano de 1947 um déficit de US\$55 milhões. Nos dois anos seguintes, 1948 e 1949, o déficit de nosso comércio atinge US\$335 milhões.⁴³

O mais interessante de tudo, e que nos narra Caio Prado Junior é que

O desequilíbrio provocado pelos referidos déficits era agravado pelo bloqueio das moedas de que possuíamos maiores saldos acumulados durante os anos de guerra resultantes de uma balança mercantil favorável (Grã-Bretanha, França, etc.). Estes países devedores não somente se mostravam impossibilitados de liquidar seus débitos comerciais atrasados, como ainda não conseguiam satisfazê-los em mercadorias...

Em consequência da posição pesadamente deficitária de nossas contas externas, acumulam-se no após guerra os atrasados comerciais, isto é, débitos em atraso por mercadorias importadas que o país não tinha recursos para saldar. Em 1947 êsses atrasados cifram-se em US\$82 milhões, com grande dano para o nosso crédito comercial no exterior. Muitos fornecedores suspendem suas remessas para o Brasil; e diferentes indústrias são obrigadas a reduzir o ritmo de produção, se não paralisar suas atividades por falta de matérias primas importadas.⁴⁴

Para solucionar tais problemas instituiu-se pela Lei nº 262 de 23 de fevereiro de 1948 o sistema de licença prévia das importações. Não é propósito deste trabalho entrar em pormenores da questão, não é esse seu objetivo. Apenas é preciso esclarecer que o controle das licenças prévias coube à CEXIM (Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil) que dava ampla liberdade exportação, controlando a importação. Com isto houve dificuldades na exportação de madeiras pois o maior interesse das exportações era a obtenção de dólares, sendo as exportações de madeira para a área do dólar pouco significativa. A situação perdurou até maio de 1950 quando a CEXIM resolveu incluir a madeira entre os produtos que poderiam operar à base das operações vinculadas, isto é, sistema de compensação nas transações internacionais. Com isto a madeira pode apresentar um maior volume nas exportações, ao mesmo tempo que diversificava seu mercado, pois enquanto há uma diminuição de compras por parte da Argentina, estando mesmo esse comércio em depressão, aumentaram as exportações para outros países, principalmente para os Estados Unidos e Grã-Bretanha, exa

amente onde havia dólares. Os valores médios, entretanto, apresentam baixas maiores ainda que as verificadas em 1949.

Diante da crise de 1948, com depressão acentuada em 1949, caindo as exportações gerais de madeira em 347.034 metros cúbicos, no valor de Cr\$ 203.205.000,00, surge a Resolução nº 101, de 19 de dezembro de 1949, que traça novos rumos na política econômica do I.N.P., aliás um verdadeiro regulamento da Lei nº 4.813 de 8 de outubro de 1942, cuja vigência permanecia, atuando através de Resoluções tateantes, sempre procurando solucionar problemas imediatos. Referindo-se às Leis de 1941 que criaram o I.N.P. e a de 1942, que o reformulou - diz Alberto Venâncio Filho

Esses dois diplomas legais não dispuseram sobre a forma de efetiva intervenção no mercado, que passou às atribuições da Junta Deliberativa através de resoluções. Como seqüência a essa política de intervenção, foi fixada em 1950, pela Resolução nº 101, de 19-12-1949, uma declaração de princípios que constitui as coordenadas pelas quais se orienta a política econômica do Instituto Nacional do Pinho...⁴⁵

A Declaração de Princípios é a seguinte:

1. Preservação da reserva florestal em limites que assegurem o perene abastecimento da matéria-prima dela oriunda;
2. Fomento da produção dessa matéria prima pelo reflorestamento;
3. Aproveitamento máximo das árvores derrubadas;
4. Industrialização em grau progressivo dos produtos florestais; de preferência nas fontes de produção;
5. Expansão dos mercados consumidores;
6. Equilíbrio entre a produção e o consumo, mediante o controle de ambos;
7. Tendência para a liberdade de iniciativa na atividade madeireira;
8. Bem estar social para todos que trabalham nessa atividade;⁴⁶

A Resolução 101 nos seus 114 artigos, subdivididos em Títulos, Capítulos, Seções, tratava de regulamentar o que fora previsto na lei de 1942. Assim, regulamentou-se a extração e o reflorestamento, a indústria madeireira, o controle da produção, o controle do comércio, a classificação e medição das madeiras, e outros que fazem parte das disposições finais e transitórias. Ao longo do período, várias outras Resoluções reforçaram ou anularam alguns de seus artigos.

O Art. 3º diz que o controle da produção seria realizado progressivamente através do corte racional e reflorestamento. Entretanto, o Art. 2º diz que o I.N.P. condicionará a instalação e o funcionamento dos estabelecimentos industriais ao regime adotado nesta Resolução, isto é, estabelecendo determinações rigorosas que impedissem um aumento grande do número de serrarias, já que essas tinham de preencher determinados requisitos de técnica aperfeiçoada que levariam também a um controle da produção. Vários outros artigos tratam do controle da produção de forma indireta, quer limitando o número de serrarias, quer estabelecendo quotas de produção e exportação, ao mesmo tempo que afirma que o comércio é livre. As exportações ficam condicionadas ao abastecimento do mercado interno, só se exportando os excedentes.

Continua o registro obrigatório de todos os que usam como matéria prima a madeira, estendendo-se a obrigatoriedade aos extractores, industriais, comerciantes e exportadores.

Classificam-se os estabelecimentos industriais em:

- I - serrarias;
- II - fábricas de beneficiamento;
- III - fábricas de laminados e compensados;
- IV - fábricas de pasta mecânica e celulose;
- V - fábricas de óleo de sassafrás.

As serrarias podiam ao mesmo tempo registrarem-se como serrarias e fábricas de beneficiamento, classificando-se ainda segundo

a espécie florestal em:

1. serrarias de pinho;
2. serrarias de lei e qualidade;
3. mistas.

quanto à capacidade prática de produção mensal, em:

1. de produção superior a 800 metros cúbicos;
2. de produção entre 301 a 800 metros cúbicos;
3. de produção entre 101 a 300 metros cúbicos;
4. de produção igual ou inferior a 100 metros cúbicos.

Os artigos 52 e 53 tratavam novamente do controle da produção. Enquanto no Art. 52 se diz que o controle se fará pela extração dos toros, no Art. 53 se diz que dependendo das necessidades o controle poderá verificar-se também sobre a industrialização.

Como se pode perceber, trazia no seu âmago as condições que lhe permitiam o direito de intervenção toda vez que achasse necessário. Da mesma forma, em relação aos preços, o Art. 72 diz que procurará evitar a fixação dos mesmos, mas em caso de necessidade o I.N.P. poderia fixar preços mínimos e máximos. Quanto ao comércio ficou estabelecida a liberdade, que poderia ser limitada se houvesse necessidade, mas sempre em caráter provisório.

Aliás, da forma com que foi feita a Resolução, todas as medidas de controle, com exceção da extração de toros, seriam em caráter transitório, isto é, quando as necessidades o determinassem. Limitando, entretanto a extração de toros, todo o restante estaria também sob controle permanente.

Pelo visto, embora se fale em liberalismo, criaram-se mecanismos de intervenção que permitiriam restrições sempre que o liberalismo não estivesse em consonância com os interesses madeireiros, da mesma forma que dava margem a soluções imediatistas, já que não se encontrava uma fórmula de longo alcance.

É digno de nota o Título VII da Resolução 101, que trata das Disposições Transitórias, quando se leva em consideração que os

controles exercidos no sentido de evitar aumento do número de serrarias, bem como os controles da produção, geraram graves problemas para o I.N.P. . Ao mesmo tempo que funcionaram serrarias sem autorização - as chamadas clandestinas - funcionou também um comércio ilícito de guias de produção. As zonas produtoras situadas em sua quase totalidade no interior dos Estados produtores, próximas às localidades onde eram obtidas as matérias-primas, enviavam sua produção aos centros urbanos maiores e em condições mais favoráveis ao comércio, consumo ou exportação ou aos portos e fronteiras secas de exportação, mediante guias fornecidas pelo I.N.P. cuja finalidade era o controle ou a observância de que as formas de controle estavam sendo exercidas. Tais mecanismos de controle criaram mecanismos de defesa de alguns que, produzindo acima das quotas autorizadas, precisavam escoar sua produção; outras serrarias que não podiam, por alguma razão qualquer, cobrir a sua quota autorizada, passavam a vendê-la a quem precisasse. Houve casos ainda de serrarias clandestinas, ou para consumo local, que vendiam madeira para cobrir quotas de serrarias sem capacidade de cobrir sua produção autorizada.

Várias resoluções e portarias do I.N.P. procuraram solucionar esses problemas. Assim é que nas Disposições Transitórias referidas, embora o setor madeireiro se achasse em crise, autorizaram-se novos registros, "mediante simples requerimento" até 31 de agosto de 1950, para extratores de toros, industriais ou não; serrarias e fábricas de beneficiamento; negociantes de madeira no mercado interno; exportadores; serrarias de consumo local, desde que exercessem tais atividades anteriormente à Resolução. Antes do prazo determinado, a Resolução 112 de 29 de junho de 1950 revogou estas disposições.

Nas mesmas Disposições Transitórias, ficaram atribuídas as quotas de 50% da capacidade prática das serrarias de pinho, mis-

tas, e de lei segundo uma tabela anexa à Resolução, sendo que a totalidade da produção nos quatro Estados sulinos não poderia ultrapassar em 1/50 das árvores em condições de corte, aliás prevista no artigo 10. Parece que a produção autorizada pelo I.N.P. tendo em vista a capacidade prática de produção de cada unidade era bastante generosa já que tais distúrbios podiam ocorrer.

O que se acaba de expor era particularmente embaraçoso em períodos de crise. A crise iniciada em 1948, por exemplo, não pode ser solucionada no Governo Dutra, ou melhor na gestão do Presidente do I.N.P., Virgílio Gualberto, perdurando seus efeitos nos anos seguintes. Aliás, até 1957 quando há nova crise cíclica, verifica-se que a um ano de boas exportações segue-se outro de recessão.

O gráfico 5 aponta a extrema instabilidade das exportações das madeiras brasileiras, principalmente a partir de 1948. O responsável por essa instabilidade era o pinho serrado, cujos maiores mercados eram a Europa Ocidental e os países do Prata, em especial a Argentina. Essa instabilidade repercutia de maneira extremamente desfavorável no mercado interno. A deterioração dos valores unitários médios do pinho serrado, cujo ponto de maior depressão está no ano de 1954, o mesmo daquele para a peroba no mercado paulista, parece ter como ponto de origem a superioridade da oferta sobre a demanda, agravada por fatores estruturais do comércio externo do pinho serrado.

O relatório CODEPAR-SPL, ao analisar as características estruturais da comercialização do pinho, aponta os vários problemas das relações com os mercados externos destacando as exportações para a Europa Ocidental e para os países do Prata.

Por volta de 1955/58 foi evidenciada a desmoralização do produto brasileiro em especial na Inglaterra e Alemanha, pela falta de controle da qualidade, contrabando e falta de atendimento às

reclamações, além da demora do Banco do Brasil na liberação das divisas.

O comércio com os países do Prata não estava em melhor situação. Sobre isto diz:

Sendo este o principal setor da demanda é lastimável a ausência de unidade de atitudes e de interesses entre os exportadores brasileiros. A competição se processa como se o mercado em disputa fôsse o próprio mercado interno. Apesar de não possuir estoques maciços, malgrado depender quase que só do abastecimento brasileiro - inclusive usufruindo da proximidade vantajosa quanto ao custo de fretes e à mesma rotação de estoques, pela facilidade de suprimento - o mercado argentino continua sendo incontrolável, sujeito a bruscas variações de demanda e quase sempre beneficiado pela mais aguçada competição entre os exportadores brasileiros. Tal situação tem sido a constante nas novas relações de mercado com o país vizinho, no setor do pinho serrado. Acrescenta-se a isso as dificuldades econômicas porque tem passado a economia argentina e se terá uma síntese da própria insegurança do comércio exportador de pinho no Brasil.⁴⁷

O mesmo relatório afirma que, "é patente a pressão baixista, possivelmente fomentada pelo conhecimento íntimo que tem esses importadores da posição de nossos estoques e da situação financeira das firmas exportadoras".⁴⁸

Se por um lado o setor exportador sofria de defeitos estruturais, por outro, no campo interno, para se entender a questão é necessário o estudo da produção de madeiras, que será tratado em capítulo à parte.

CITAÇÕES NO TEXTO

¹MARTINS, Romário. O livro das árvores do Paraná. Curitiba, diretório Regional de Geografia do Estado do Paraná, 1944. p. 101

²INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. A política econômica da madeira Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro, 2(2):10, 1951.

³MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1934. Manoel Ribas. Curitiba, 1940, p. 39.

⁴Ibid., p. 61.

⁵PARANÁ. S.F. Relatório Othon Mader, 1934. Curitiba, p. 45.

⁶Ibid., p. 45.

⁷Ibid.

⁸RAMOS, Antonio Albino. A situação atual das reservas florestais no Paraná. Revista do Centro de Pesquisas Florestais da Escola de Florestas. Curitiba, Centro de Pesquisas Florestais da Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná. 1(1):73, jun. 1969.

⁹Ambos publicados pelo Centro do Comércio e Indústria de Materiais de Construção, a partir de 1931.

¹⁰FERREIRA, Manoel Jacinto. Pela grandeza da madeira do Brasil Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1942. p. 368.

¹¹Ibid., p. 417-418.

¹²Ibid., p. 463-465.

¹³Ibid., p. 469-470.

¹⁴SOUZA, Paulo Ferreira de. Tecnologia de produtos florestais. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947. p. 44.

¹⁵As exportações de pinho serrado sempre foram em maior quantidade que as demais espécies. As diferenças são muito grandes, havendo anos de paralização nas exportações das madeiras de lei, sendo inexpressivas no total do período.

¹⁶LUZ, Nícia Villela. A década de 1920 e suas crises. São Paulo. Separata da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. (6): 68, 1969.

¹⁷SOUZA, p. 44-45.

¹⁸PEREIRA, J. Soares. O preço das madeiras nacionais no decênio 1939-1948. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro, 2(2):87, 1949.

¹⁹ FERREIRA, p. 193.

²⁰ Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Armazéns de Café. Pretendiam nessa ocasião, a cobrança de taxas pelo embarque e desembarque de madeiras no Porto.

²¹ IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil, 1930-70. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. p. 17.

²² Luz, p. 68.

²³ FERREIRA, p. 91-92.

²⁴ Ibid., p. 70, 91, 92, 169.

²⁵ Ibid., p. 428.

²⁶ Ibid., p. 337-339.

²⁷ GUALBERTO, Virgílio. A economia madeireira e o Instituto Nacional do Pinho. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro 1(1): 11, 1948.

²⁸ INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. O Instituto Nacional do Pinho: origem da criação e desenvolvimento das atividades da autarquia madeireira. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro 1(1):38-47, 1948.

²⁹ PEREIRA. O controle da produção madeireira. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro 1(1):289, 1948.

³⁰ VENÂNCIO FILHO, Alberto. A intervenção do Estado no domínio econômico. Rio de Janeiro, FGV, 1968. p. 151-152.

³¹ FERREIRA, p. 39.

³² BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 1966. p. 36.

³³ INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. O Instituto Nacional do Pinho. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro 1(1):43-48, 1948.

³⁴ _____ . A política econômica da indústria de madeira. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro 2(2):11, 1949.

³⁵ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964. 2a. ed. Rio de Janeiro, Saga, 1969. p. 96-97.

³⁶ IANNI, p. 83.

³⁷ Ibid., p. 84.

³⁸ INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro, 5(5):176-177, 1952.

³⁹ _____ . As realizações do Instituto Nacional do Pinho. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro, 3(3):223-224, 1950.

⁴⁰ Ibid., p. 225.

⁴¹ Ibid., p. 227.

⁴² _____ . A conjuntura econômica da madeira. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro, 4(4):11, 1951.

⁴³ JUNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. 3a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1953. p. 302.

⁴⁴ Ibid., p. 303.

⁴⁵ VENÂNCIO FILHO, p. 152.

⁴⁶ PAIVA PEREIRA, Emmanuel. Resolução N. 101 de 19/12/1949 do I.N.P. com as modificações introduzidas pelas Resoluções N.os: 111 e 112, de 29 de junho de 1950. Manual do Madeireiro. Curitiba, 1 (1):2-33, 1965.

⁴⁷ CODEPAR. O Paraná e a economia madeireira. Curitiba, SPL, ago 1964, parte III, p. 9/8.

⁴⁸ Ibid., p. 9/7.

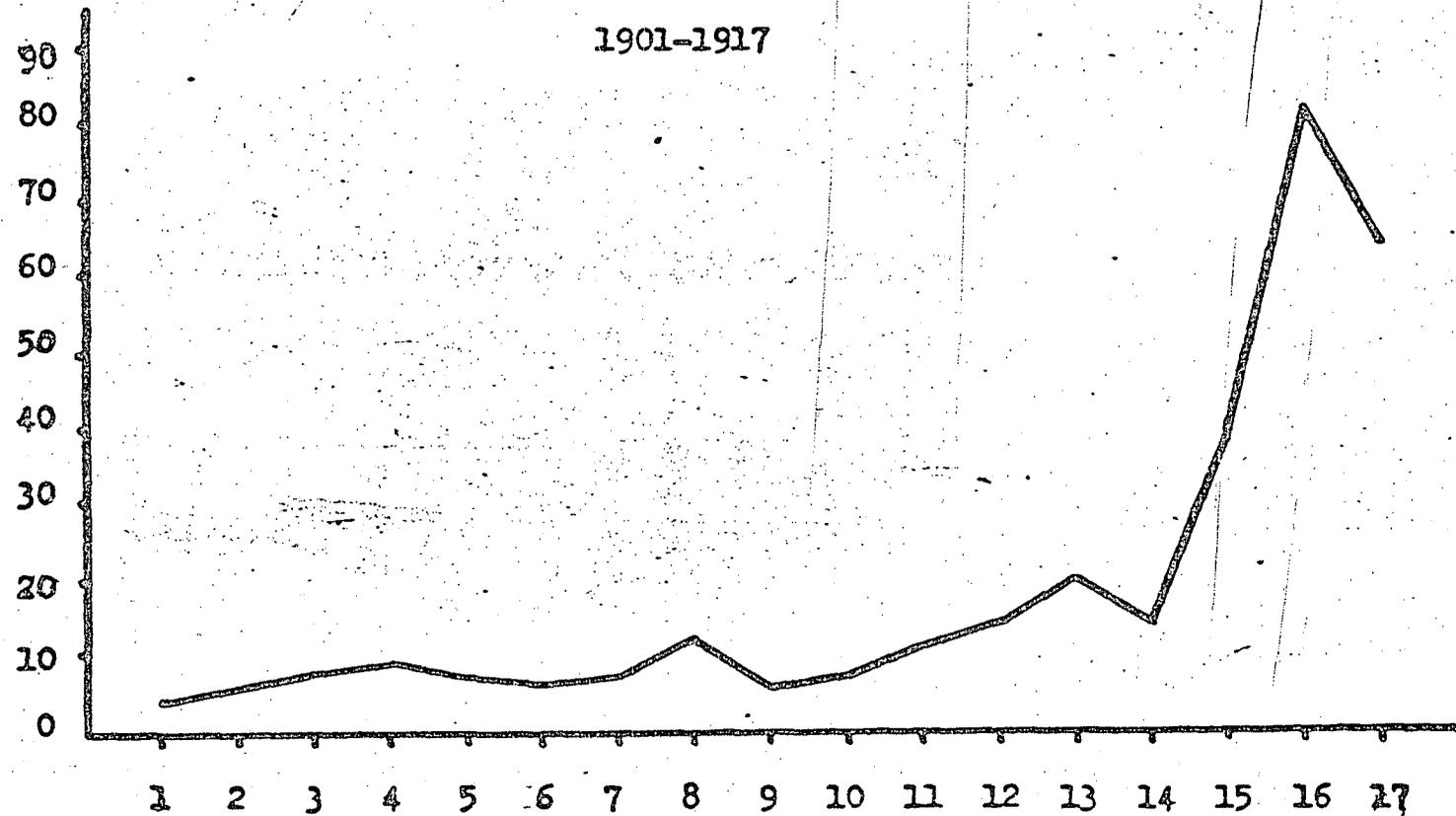
oooOooo

Gráfico 1

Comércio Exterior do Brasil - Exportação de madeiras em milhares de toneladas

Período anterior à Primeira Guerra

1901-1917



Fonte: Tabela 1

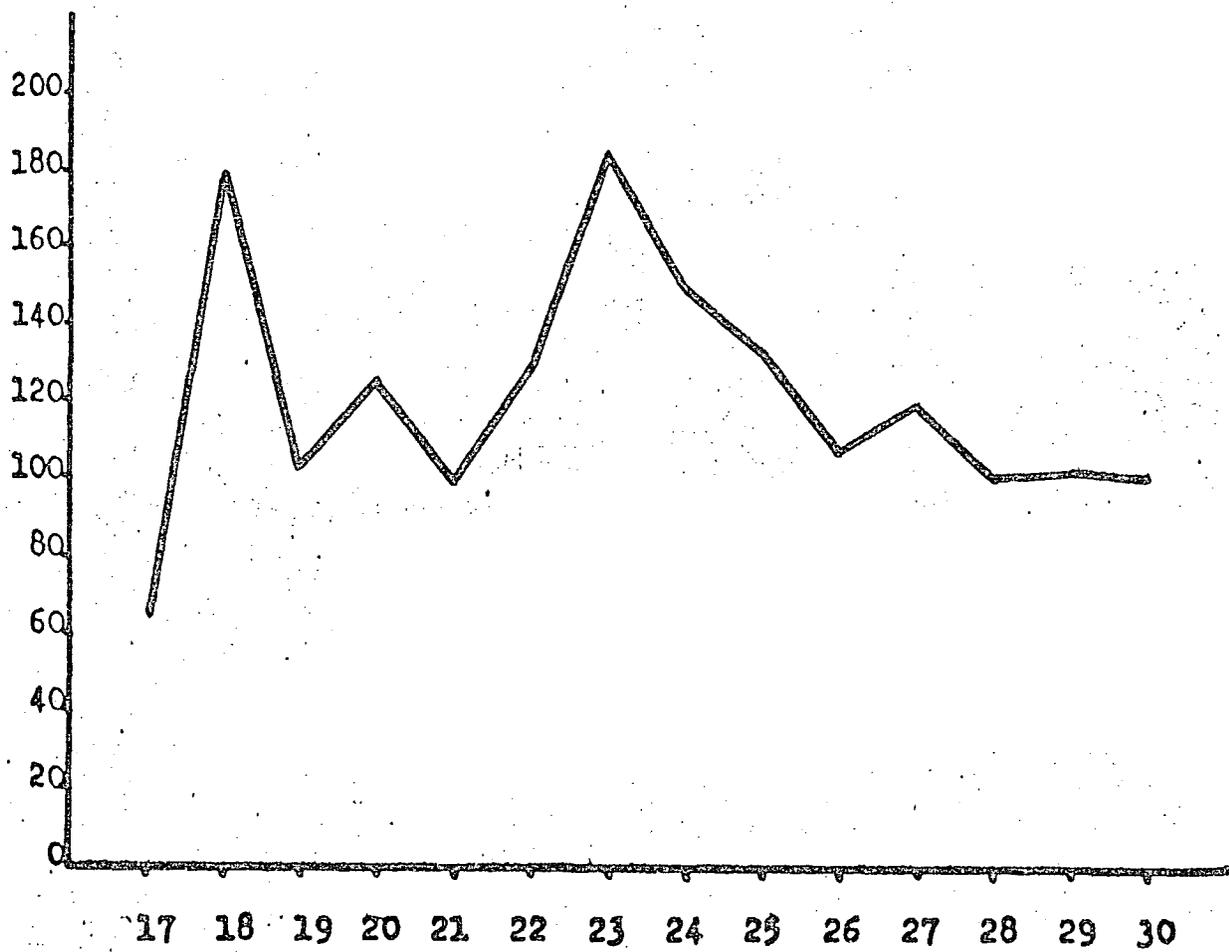
Gráfico 2

Comércio Exterior do Brasil

Exportação de madeira em milhares de toneladas

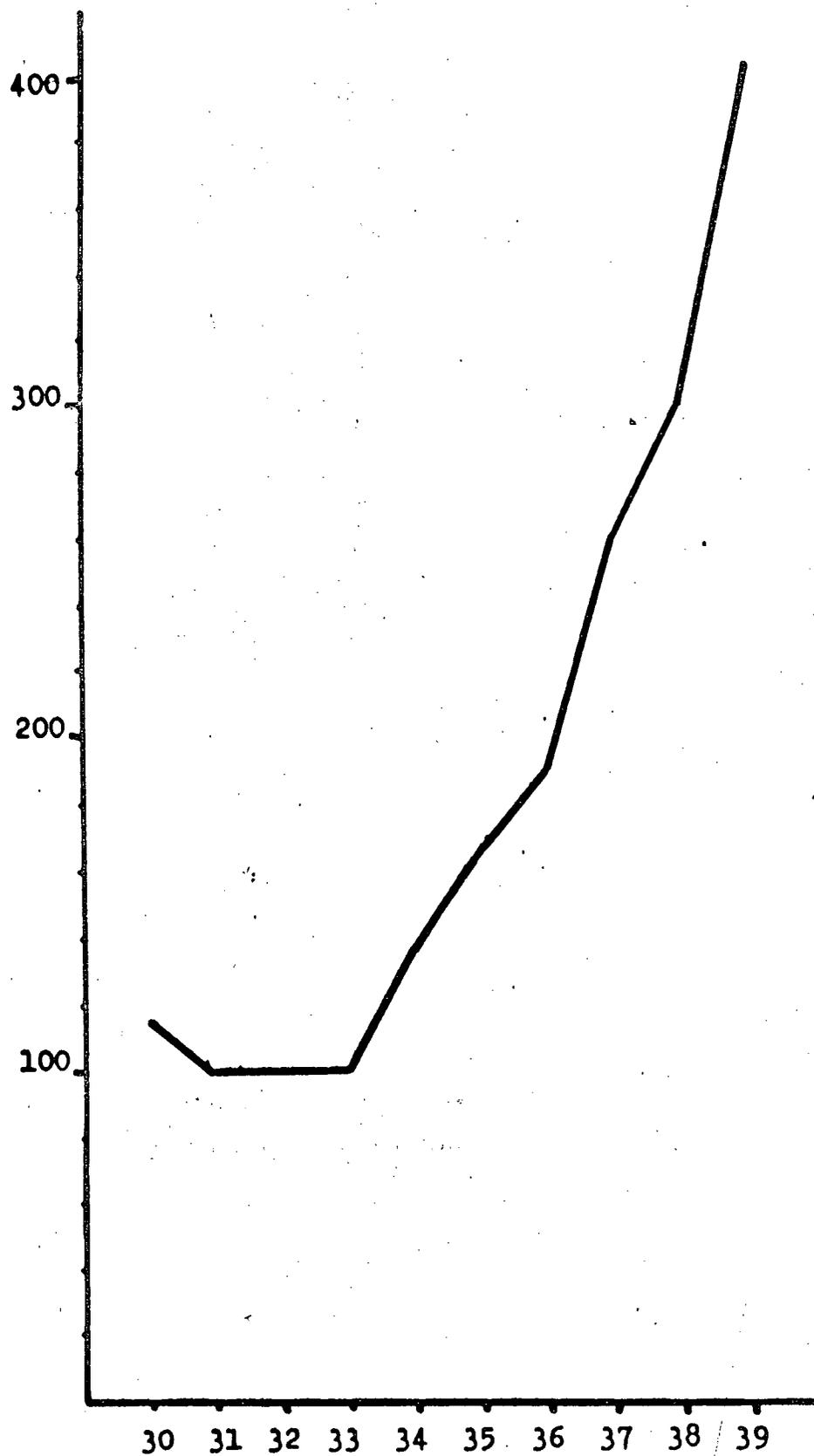
(Da Primeira Guerra à crise de 1929)

1917-1930



Fonte: Tabela 1

Gráfico 3
Comércio Exterior do Brasil
Exportação de madeira em milhares de toneladas
(Da crise de 1929 à Segunda Guerra)



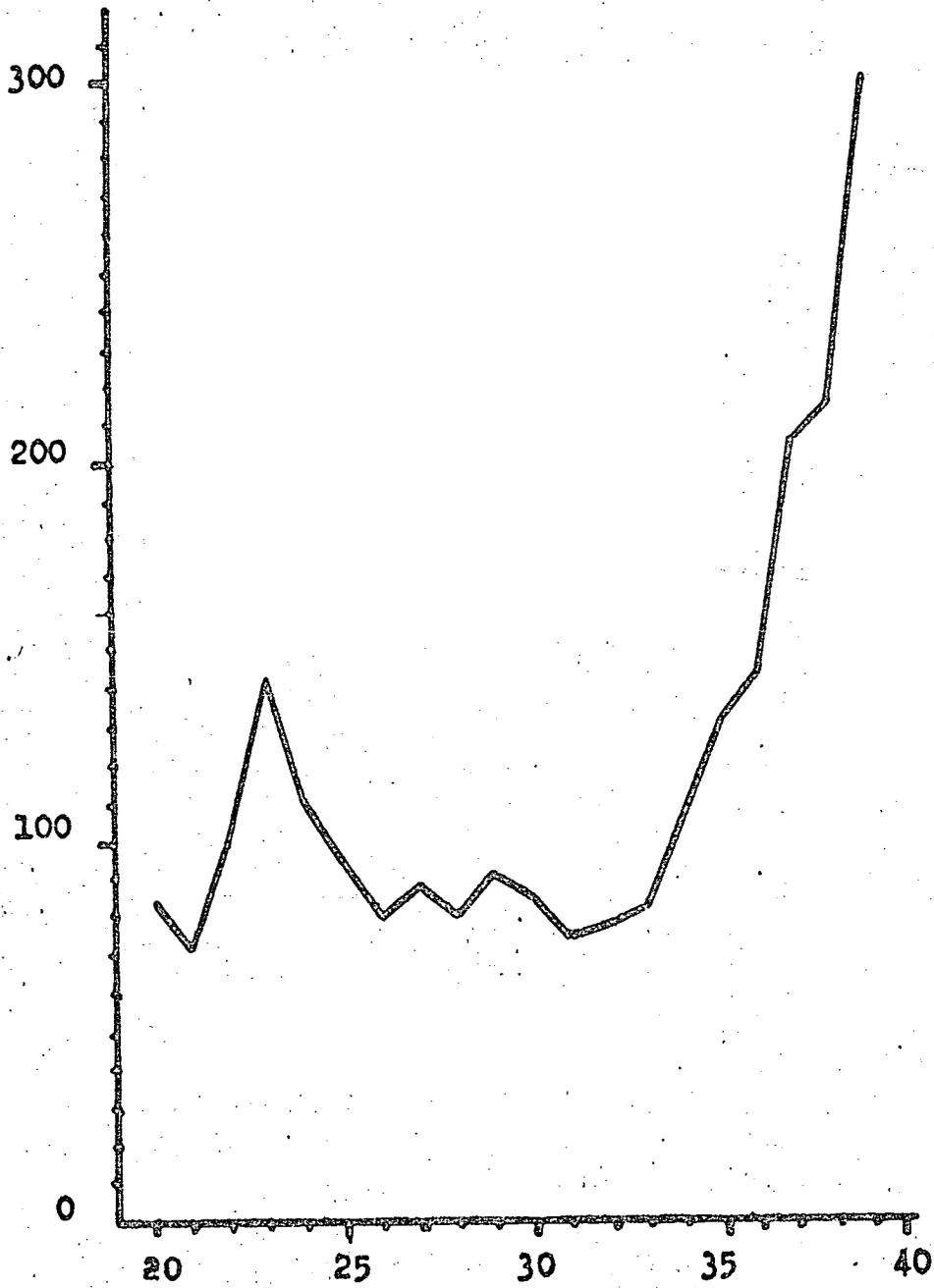
Fonte: Tabela 1

Gráfico 4

BRASIL: Exportação de pinho

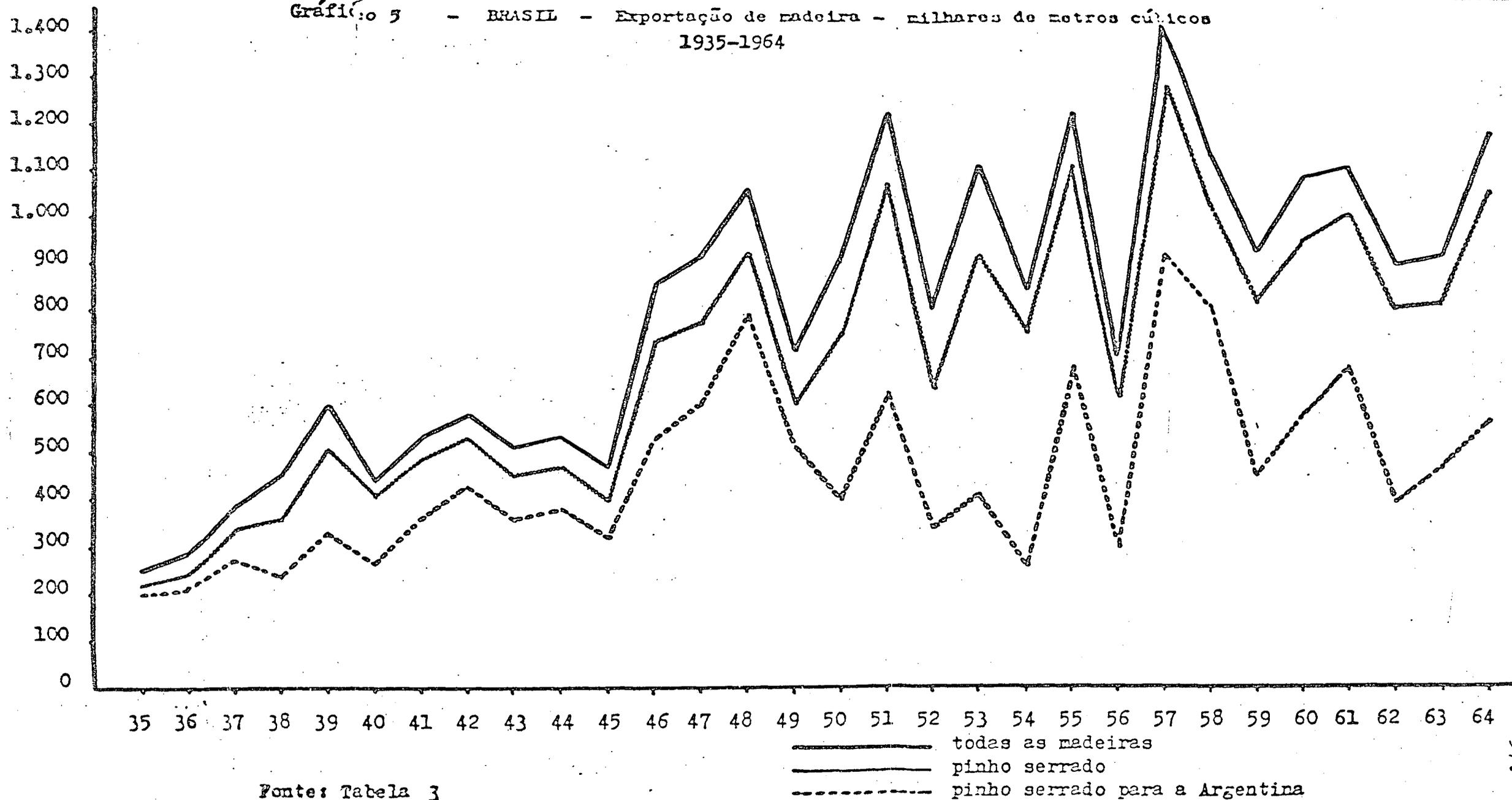
(milhares de toneladas)

1920-1939



Fonte: Tabela 2

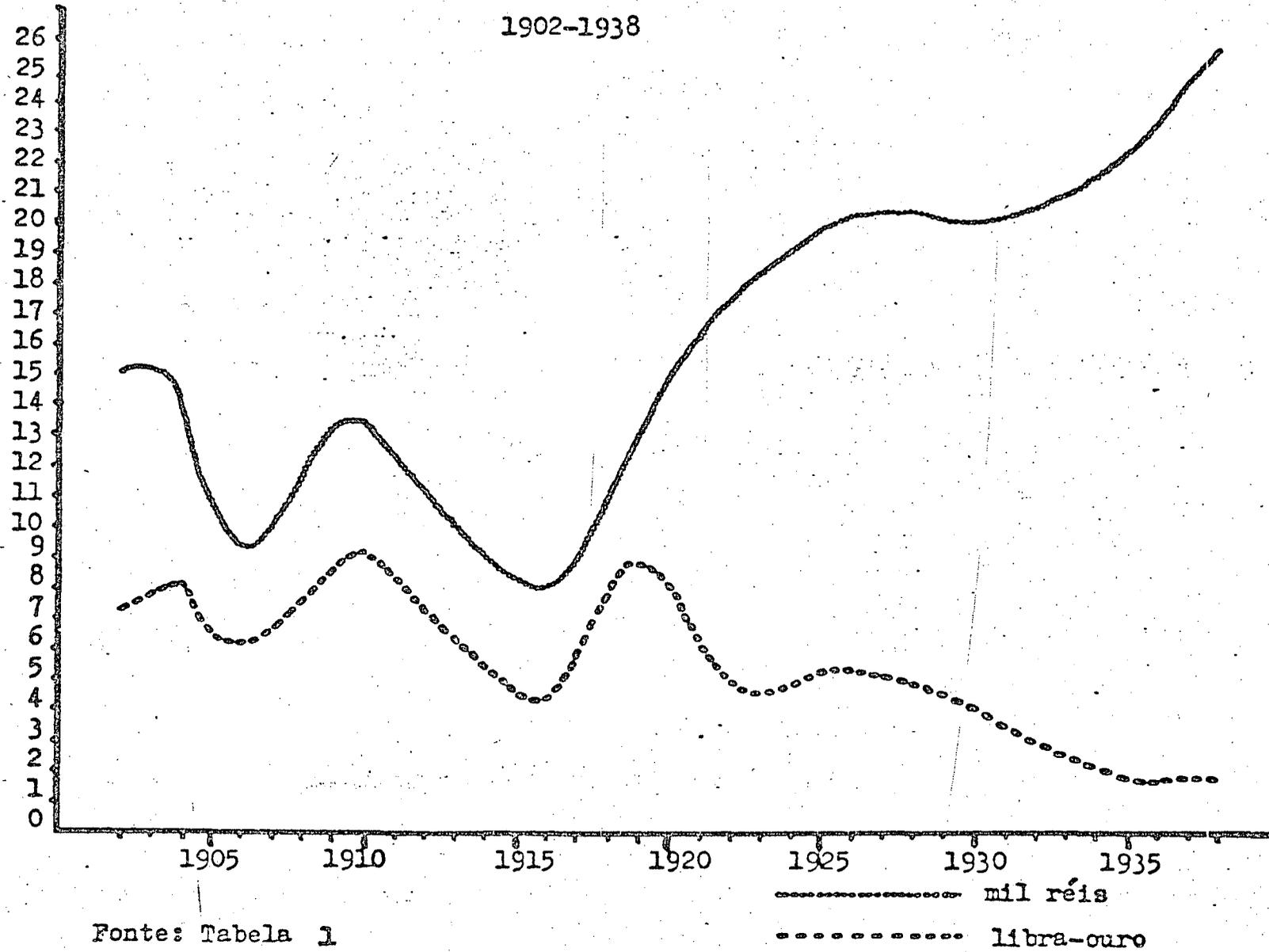
Gráfico 3 - BRASIL - Exportação de madeira - milhares de metros cúbicos
1935-1964



Fonte: Tabela 3

Gráfico 6

EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS : BRASIL - valor da tonelada em 10 mil réis e em libra-ouro
1902-1938



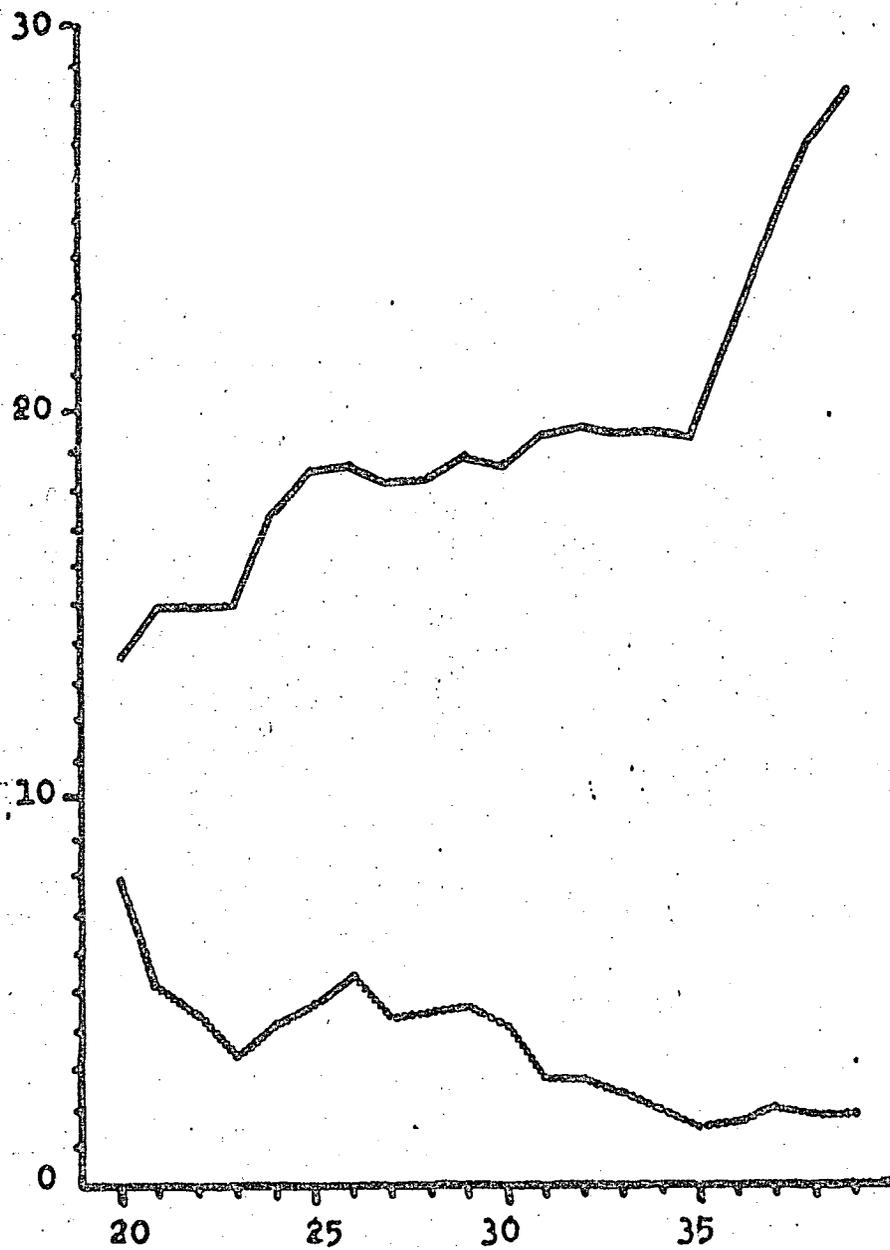
Fonte: Tabela 1

Gráfico 7

BRASIL - Exportação de pinho

Valor da tonelada em 10 mil réis e em libra-ouro

1920-1939



Fonte: Tabela 2

— mil réis
..... libra-ouro

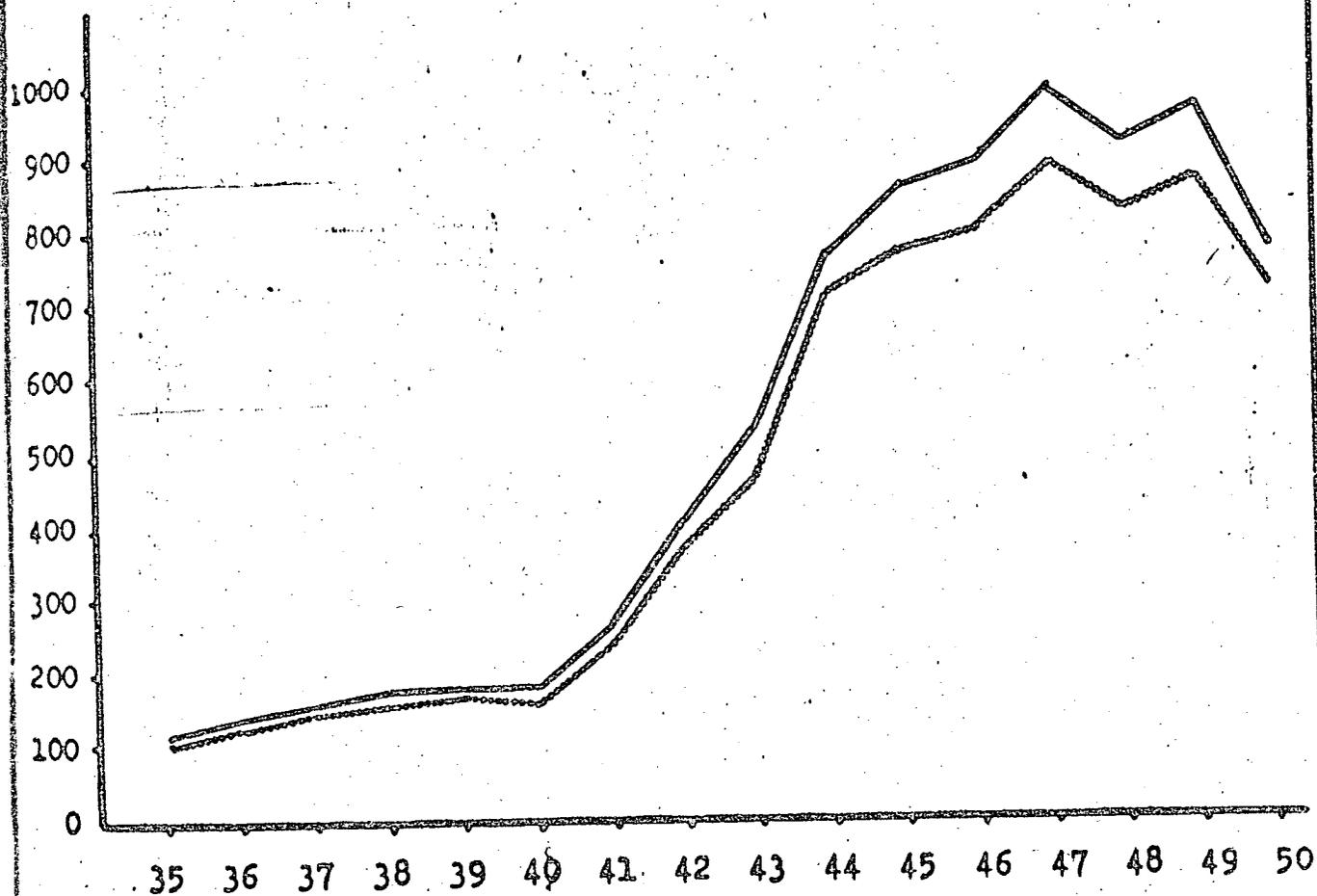
Gráfico 8

BRASIL: Exportação de madeira

Valor do metro cúbico de madeira

(em cruzeiros)

1935-1950



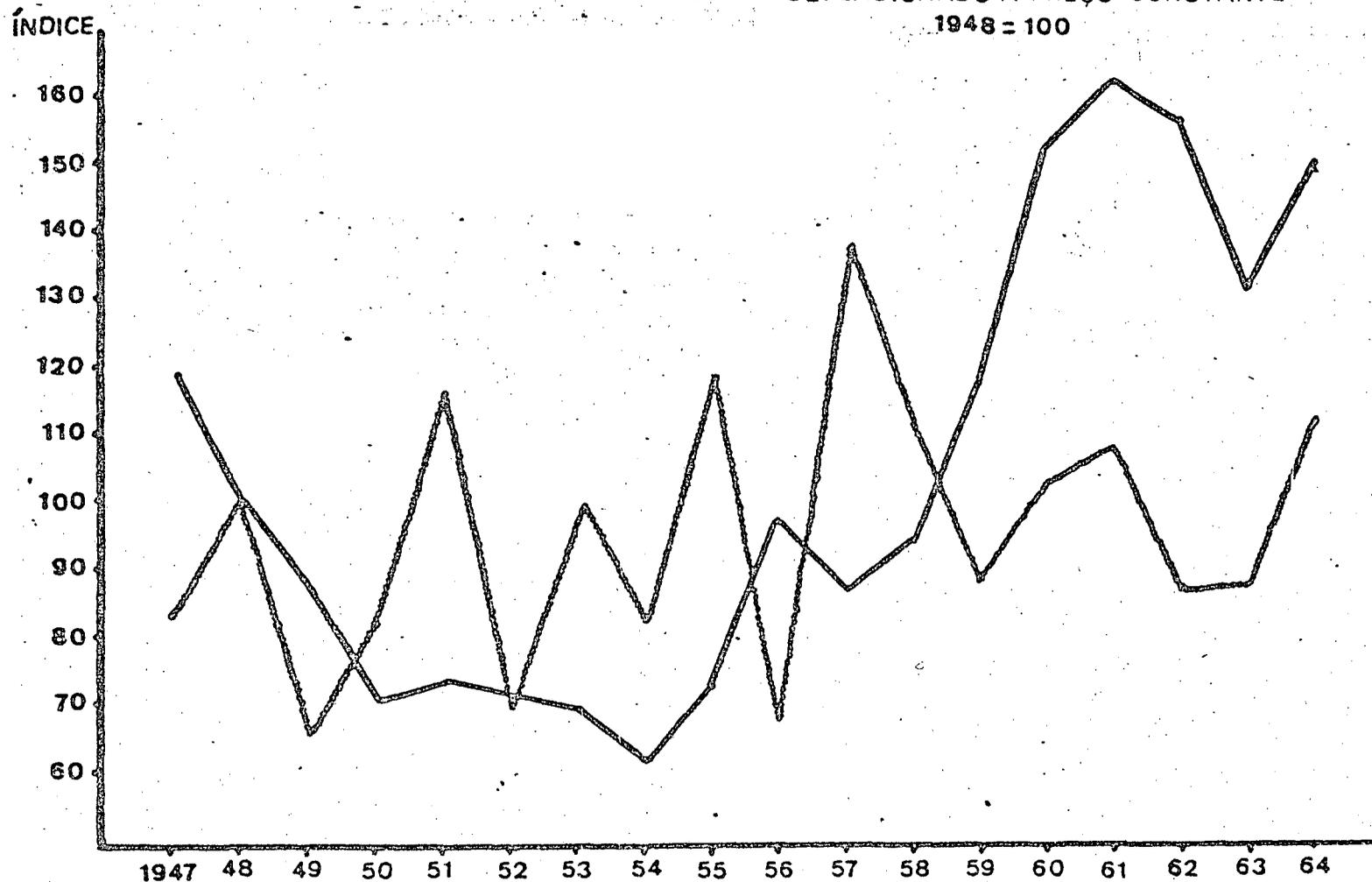
Fonte: Tabela 3

————— demais madeiras
..... pinho

Gráfico 9

BRASIL - EXPORTAÇÃO DE PINHO SERRADO: QUANTIDADE E VALOR MÉDIO EM CRUZEIROS
DEFLACIONADO A PREÇO CONSTANTE

1948 = 100



Fonte: Tabela 3

METROS CÚBICOS

VALORES MÉDIOS

III- CONJUNTURA ECONÔMICA DA MADEIRA NO NORTE DO PARANÁ

1. ASPECTOS FLORESTAIS: a mata e as madeiras .

Todo o Sul do Brasil é de riqueza extraordinária em matas e madeiras.

O Senador Irineu Bornhausen, em discurso pronunciado no Senado da República, em fevereiro de 1960, afirmava que "o enriquecimento da região sulina deve-se em grande parte à exploração de suas matas. Os Estados compreendidos na bacia Paraná-Uruguai, ricos em pinho, imbuia, cedro e canela, construíram parte considerável da situação privilegiada que desfrutam na exploração e exportação dessas essências".¹

Entretanto, não existem apenas as madeiras citadas por Bornhausen. É imensa a quantidade de essências florestais da região Sul.

Essa riqueza florestal parece estar ligada ao tipo de clima.

Diz Kissin que "em climas mui favoráveis ao crescimento da vegetação, as florestas costumam ser mistas. Florestas puras, constituidas, principalmente, de uma só essência florestal, tendem a ocorrer em condições menos favoráveis".²

Economicamente tal fato não traz muitos benefícios. Tito Guedes Martins Costa, comparando as madeiras brasileiras das zonas tropical e subtropical com as madeiras de outras partes do mundo, mostrando a grande heterogeneidade da mata brasileira, afirma que sob o ponto de vista econômico isto é um defeito, pois com este fato, está também a dispersão das árvores que se prestam para o aproveitamento econômico, no meio de outras sem valor econômico, ou de pouca aceitação nos mercados, sendo por isso, pequena a rentabilidade das matas brasileiras em comparação com as das regiões temperadas e frias.³

Referindo-se à vegetação primitiva do Paraná, Reinhard Maack, assinala que, para uma superfície aproximada de 201.203 km², a mata cobria 168.482 km².⁴

Para esse mesmo autor, a primeira cobertura vegetal do Estado do Paraná constava das seguintes formações florísticas:

1. Mata pluvial tropical sub-tropical	94.044 km ²
2. Mata de araucária nos planaltos e na região da mata sub-tropical acima de 500m..	73.780 km ²
3. Campos limpos e campos cerrados (estepes de gramíneas baixas)	30.532 km ²
4. Vegetação das várzeas e pântanos	1.761 km ²
5. Vegetação das praias, ilhas, restinga e vegetação das regiões altas da serra	529 km ²
6. Área das baías com faixas de mangue	557 km ²
<u>T O T A L</u>	201.203 km ²

Dessas formações florísticas aqui interessa apenas o que diz respeito ao Norte do Paraná.

O Norte do Paraná e Oeste de São Paulo têm o mesmo tipo de vegetação. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística assina para essas regiões 4 tipos de vegetação:

1. Floresta Tropical;
2. Floresta Sub-Tropical com araucária;
3. Cerrado;
4. Manchas de campos limpos.⁶

Ainda aqui, interessa apenas a floresta tropical e sub-tropical que é onde existe a madeira aproveitável para as indústrias. O clima e o solo são os principais responsáveis por essa vegetação.⁷

Sendo o solo e clima responsáveis pela vegetação do Norte do Paraná e Oeste de São Paulo, até certo ponto explica-se por que o Norte do Paraná constituiu uma extensão da economia cafeeira paulista. Observe-se, contudo, como se compõem essas formações florestais.

A Floresta Tropical que recobre a maior parte da região não é uniforme em toda a extensão. Pode ser subdividida em Floresta Tro

pical da Terra Roxa e Floresta Tropical do Arenito Caiuá.

a) Floresta tropical da Terra Roxa.

Em média suas árvores, quase todas imponentes, variam de 25 a 30 metros de altura, apresentando troncos grossos e de grande valor para a economia madeireira.

De modo geral, pode ser situada entre o rio Paranapanema e o trópico de Capricórnio, estendendo-se na direção oeste, além da margem esquerda do rio Pirapó, recobrando, ainda parte do vale do Ivai até Ruínas de Jesus Maria, limite do "trapp" com o arenito Caiuá. Reveste, portanto, toda a área paranaense da terra roxa, exceto pequenos trechos de cerrados e de campos limpos.

b) Floresta Tropical do Arenito Caiuá.

No noroeste do Paraná a floresta tropical que recobre os solos oriundos do arenito Caiuá é menos exuberante... A altura média das árvores mantém-se entre 12 e 15 metros, sendo pouco numerosas as que atingem mais de 20 metros. São espécies mais finas, cujos troncos alcançam em média, 40 centímetros de diâmetro. Conseqüentemente, o valor para a indústria e para a construção é inferior ao da floresta do norte do Paraná... Pouco se aproveita dessas espécies como madeira.⁸

Não existe um lugar determinado para a floresta subtropical com araucária, que está mais sujeita às condições climáticas que outra qualquer. Difere, contudo, da floresta de araucária, situada mais ao sul do Estado, onde o número de pinheiros é maior. "A floresta subtropical com araucária nada mais é que uma formação mista de araucária e árvores do tipo latifoliado".⁹ O número de pinheiros é inferior ao de espécies latifoliadas, que desaparecem à medida em que se dirige para o sul, quando aumenta o número de pinheiros.

Existem muitos estudos sobre a mata do Norte do Paraná.

Nice L. Müller diz que "essa região é o domínio da mata latifoliada. Tendo sempre aspecto rico e intrincado, sua composição é, no entanto, diversa segundo as variações pedológicas".¹⁰

Essa autora dá as espécies que ocorrem na "terra roxa" e as que ocorrem no "arenito Caiuá". São da "terra roxa": no primeiro

andar, as espécies de porte alto, de 25 a 30 metros de altura, a figueira branca, o pau d'alho, o tamboril ou timbaúva. No segundo andar a canjerana ou canjarana, o cedro branco; as palmeiras e o palmito, no terceiro andar.

Nos solos arenosos predominam a peroba, o jequitibá, o cedro, no primeiro andar. No segundo, aparecem o jacarandá, o faveiro, a aroeira, a caviúna, vindo em seguida o andar das palmeiras e das taquaras.

À medida que se progride para o Sul, a mata latifoliada vai apresentando formas de transição para a floresta sub-tropical, que também ocorre em áreas mais elevadas, como a de Apucarana: ao lado da araucária (*Araucaria angustifolia*) surgem então a imbuia (*Phoebe porosa* Mex.) e, por vezes, também o palmito.¹¹

Monbeig, referindo-se à linha que compõe as cidades do Norte Pioneiro, Cornélio Procópio, Santa Mariana, até o Norte Novo, diz:

"... os afluentes do rio Paranapanema entre o Rio Tibagi e o rio Pirapó isolam longas ondulações cuja altitude se eleva sensivelmente para o lado oeste... a elevação é sensível e se traduz na vegetação pelo aparecimento progressivo da araucária, espalhada aqui e acolá e rara até Rolândia, entretanto mais densa em Arapongas."¹²

Várias fontes indicam que as espécies de madeira que ocorrem no Norte do Paraná são as seguintes: peroba, cedro, ipê pardo, pau-marfim, guarucaia ou amendoim falso, angico bravo, canafístula, tamboril bravo, ibirapuitá, sucupira amarela e pouca maracaúba (Floresta Tropical do arenito Caiuá); figueira branca, pau-d'alho, tamboril ou timbaúva, canjerana, cedro branco, palmito, na terra roxa; nos solos arenosos a peroba, jequitibá, cedro, jacarandá, caviúna, aroeira e palmito; na floresta sub-tropical além de várias espécies citadas aparece a araucária *angustifolia*. Sem referência às regiões encontram-se ainda o pau-marfim, ipês amarelo e roxo, cedro, angico, coração de negro, canelão, cabreúva, amoreira, colubrina rufa (falso pau-brasil), amendoim, óleo pardo, ara-

ruva.

No levantamento das madeiras utilizadas na Serraria São Carlos em Cambé, foram encontradas as espécies: peroba, cedro, pinho, canelão, cabreúva, caviúna, marfim, coração de negro, amoreira, imbuia. Tais espécies foram adquiridas na região de Jaguapitã, cerca de 90% do pinho, da peroba e cedro; os demais 10% foram adquiridos em Cambé (pinho, peroba, cedro e marfim), em Guarací, Bela Vista do Paraíso, Rolândia, Arapongas, Centenário, Maringá, em variadas proporções para cada espécie. Nem todas essas essências foram industrializadas na Serraria. As mais valiosas foram vendidas como pranchas ou toros, destinadas ao mercado paulista, ou a marcenarias da região para a indústria de móveis.

Deffontaines afirma que a extração dessas essências é difícil aliás para toda a floresta brasileira.

"Infelizmente a exploração dessas essências raras é muito complexa, a riqueza botânica da floresta brasileira é uma pobreza econômica; as árvores estão muito afastadas umas das outras; estima-se, por exemplo, que há em média 3 a 4 perobas por alqueire..."¹³

Além disso há essências mais fáceis de trabalhar, outras mais difíceis. A peroba, por exemplo, a que mais ocorre no Norte do Paraná, é fácil de trabalhar (serrar), o que já não ocorre com o pau-marfim, que, além de pouco encontrado, é mais trabalhoso industrialmente. Influi muito nesse aspecto a dureza da madeira e sua resistência à serra. Da mesma forma, essas madeiras não têm o mesmo uso ou utilidade. A peroba é mais usada para estruturas e tábuas, o pinho para tábuas. Entretanto, a tábua de pinho é menos durável na construção de casas, a peroba mais durável e mais empregada, enquanto a tábua de pinho é mais usada para caixas, para as quais a peroba não serve. A caviúna, pouco encontrada, destina-se à fabricação de móveis. O pau-marfim também se destina à fabricação de móveis, hélices de avião, cabos de ferramentas que exigem dureza especial; o coração de negro ou coração negro é usa-

do também para móveis e carpintaria. As madeiras mais moles como o cedro e o pinho podem ser usadas para laminados e compensados. Outras mais duras, para construções ou móveis de luxo, dependendo de sua beleza e prestabilidade. Da mesma forma que há uma infinidade de utilidades para cada espécie florestal, há também um valor comercial diferente para cada uma delas, bem como uma maior ou menor aceitação nos mercados. Muitas das madeiras citadas quase não têm valor comercial aceitável, ou pelo seu preço ou pela sua qualidade. Deffontaines havia já percebido esse problema quando disse " O comércio de madeiras é dedicado a outras essências que apresentam excelentes qualidades: a peroba, a imbuia, o jacarandá e a araucária do Paraná ".¹⁴

Sabe-se por inúmeras fontes que o desmatamento no Norte do Paraná ocorreu em virtude da ocupação do solo pela agricultura.

No chamado Norte Pioneiro ou Norte Velho, de colonização anterior ao século XX, a ocupação do solo se fez quase que exclusivamente pela cafeicultura. Nesse período as estradas eram péssimas e não se têm notícias sobre o aproveitamento de madeira dessas regiões. Só depois de solucionada a questão dos transportes é que se pôde pensar em aproveitamento da madeira que ia sendo extraída à medida que as terras iam sendo ocupadas. Entretanto, tanto no período anterior, nos meados do século XIX até a colonização moderna do século XX, muitas terras continuaram recobertas pelas matas, na retaguarda das frentes pioneiras que se deslocavam rapidamente em busca de novas terras para o cultivo. Deste modo, é possível saber-se que muita madeira foi retirada após 1947, quando já se dispõe de dados mais completos, das áreas de colonização mais antiga. Este assunto será objeto de outro capítulo.

De modo geral, em todo o Norte do Paraná, a procura de terras para o plantio de café e outras culturas determinou o esgotamento rápido de suas essências florestais virgens, a tal ponto que chegou a preocupar seriamente as autoridades.¹⁵

A grosso modo pode ser estabelecida a conjuntura da exploração das matas no Norte do Paraná, pela urbanização mais ou menos rápida nos vários setores do Norte do Paraná. Assim, por exemplo, a área de Londrina urbanizada até a década de 1960, coincide com o esgotamento das reservas florestais, sendo a madeira ali industrializada, procedente de regiões circunvizinhas. Para Maringá e arredores, corresponde ao período entre 1955-65, sendo que atualmente algumas poucas serrarias existentes buscam a madeira em áreas mais longínquas.

Antonio Oliveira Porte e Luiz Alberto Langer assinalam que a grande colonização feita pelo Governo no Ivai, onde por motivo de exiguidade das áreas concedidas aos colonos e, principalmente, da impropriedade da maioria dessas terras para a agricultura, as mesmas sofreram a ação da erosão e perderam rapidamente a sua fertilidade, dando como resultado a formação, em perto de 30 anos, de milhares de alqueires de terras semidesertas, cobertas de guanxuma e samambaia, em substituição às florestas que ali existiam.¹⁶

Disto se deduz que em algumas áreas a substituição da floresta foi feita pela urbanização ou agricultura, e em outras pela erosão.

Resumindo o quadro apresentado por Reinhard Maack sobre o "ritmo da desmatamento no Estado do Paraná"¹⁷ verifica-se que esta ocorreu em ritmo mais acelerado entre 1937 a 1960, época em que o Paraná efetuou a colonização da maior parte de suas terras.

1930 a 1937 =	11.001 km ²	=	1.571,5714 km ²	ao ano
1937 a 1950 =	38.189 km ²	=	2.937,6153 km ²	ao ano
1950 a 1955 =	10.698 km ²	=	2.139,6 km ²	ao ano
1955 a 1960 =	13.500 km ²	=	2.700 km ²	ao ano
1960 a 1965 =	7.500 km ²	=	1.500 km ²	ao ano.

Tudo indica que tal desmatamento está em estreita ligação com as áreas ocupadas pela cafeicultura na sua maior parte.

Pelo mapa fitogeográfico do Estado do Paraná, em 1965 elaborado pelo mesmo autor¹⁸, consta efetivamente uma grande devastação

no Norte do Paraná, justamente na região de Londrina e Jacarèzinho, cujas terras foram ocupadas por cafezais, pastos e outras culturas. Mais a Noroeste, outra grande área devastada ocupada por pastagens artificiais, algodão e cereais.

Sobre a devastação diz Reinhard Maack:

Segundo nossos levantamentos desde o início da colonização do Paraná até o ano de 1930, isto é, num espaço de 35 anos, foram desmatados apenas 38.800 km² por meio de queimada e aproveitamento da madeira. Até 1955, portanto num período de 25 anos, foram destruídos 98.588 km² e de 1955 até 1960 mais de 13.500 km². Os dados para o quinquênio de 1961 a 1965 são incertos em virtude da falta de novos levantamentos exatos e do grande incêndio florestal de 1963. Dos primitivos 167.824 km² de mata virgem foram derrubados 119.688 km² de mata pluvial tropical-subtropical até 1965, sendo 79.888 km² destruídos apenas nestes últimos 30 anos. É fácil de calcular que os 38.204 km² restantes da mata pluvial e os 15.932 km² de mata de araucária desaparecerão completamente dentro de 20 anos com a expansão das plantações de café e o crescente consumo de madeira. O Paraná se transformará então de um Estado exportador de madeiras em importador. Peroba, cedro, pinheiro, imbuia, marfim e outras madeiras de lei se tornarão raridades botânicas, se o Estado não criar o mais depressa possível as reservas florestais.¹⁹

Antonio Oliveira Portes e Luiz Alberto Langer aconselharam em 1957, num artigo, " Política Florestal ", publicado pelo Anuário Brasileiro de Economia Florestal²⁰, uma divisão e conceituação do que sejam terras agrícolas ou agricultáveis, terras de pastoreio e terras florestais. Só mais tarde, na década de 1960, estas divisões e conceituações foram bem determinadas. Enquanto isto não aconteceu, por muito tempo culpou-se aos madeireiros pelas devastações. Não se pretende tratar de reflorestamento, mas em vista da conceituação do que sejam áreas florestais, o Governo passou a obrigar o reflorestamento. Da mesma forma determinou as florestas permanentes, onde em nenhuma hipótese se poderia desflorestar. Parece, contudo, em vista de áreas onde o desmatamento provocou grandes erosões, que tais medidas vieram tardiamente.

No Norte do Paraná, quase na totalidade dos casos, o que ocorreu foi a derrubada e limpeza da terra para o cultivo agrícola. O lavrador que derrubava sua mata já sabia quais as árvores que podia vender. Estas eram cuidadosamente derrubadas visando seu aproveitamento industrial. Algumas vezes permaneciam por longo tempo derrubadas entre a lavoura, já desvalorizadas quando vendidas. Outros limpavam as terras das essências não industrializáveis, mantendo em pé as aproveitáveis, que iam sendo derrubadas à medida das necessidades. Houve casos em que o café já estava em produção quando foram extraídos toros. Ainda se pode ver em alguns cafezais, toros enormes em deterioração. Quanto às possibilidades de desvalorização em vista de derrubadas com árvores tombadas e deixadas na terra por muito tempo, é óbvio. Hasdrubal Bellegard afirma que um volume precioso de matéria-prima se perde na floresta e nas serrarias, na derrubada de cada árvore, sem que haja possibilidade de o madeireiro se aparelhar para alcançar estágios mais elevados na indústria, no sentido do maior aproveitamento.²¹

O corte em geral não obedece a critério seletivo. Assim, as árvores dentro dos carregadouros são comumente sacrificadas, e neste critério o rendimento médio conhecido é bastante reduzido.²²

O mesmo autor, se referindo às serrarias de pinho, e ao mau aparelhamento das serrarias, calcula que na serragem para a obtenção de tábuas perde-se por unidade cerca de 3/4 de seu volume, com um total de desperdício anual de 6.958.260 metros cúbicos no total de serrarias de pinho.

No Norte do Paraná o problema do mau aparelhamento das serrarias é agravado pelo fato de que esses recursos são transitórios, pois são extrativos, não havendo reposição por reflorestamento.

A transitoriedade da extração determina o mesmo efeito sobre as serrarias, a tal ponto que se pode dizer que, quando as serrarias operam com peroba, pinho, cedro, cabreúva, marfim e outras madeiras preciosas, estão na plenitude dos lucros financeiros, com

uma duração média de 25 anos em uma região, ao passo que quando começam a serrar pau-d'alho, madeira de pouco valor comercial, já é a decadência pelo esgotamento da matéria-prima de fácil acesso, pois madeiras inferiores não compensam comercialmente a produção quer pela qualidade, quer pelo preço. Isto não quer dizer que além desse limite de tempo não possa haver serraria funcionando em uma área determinada. Mas, ou são firmas de grandes recursos financeiros que podem operar trazendo a matéria-prima de longa distância, ou se transformam em verdadeiras fábricas de artefatos de madeira o que lhes permite um aproveitamento maior da matéria-prima, transformando-a em diversos produtos secundários cujos preços compensam os fretes pagos no transporte de longo curso.

Pelo próprio processo das derrubadas já se pode ter idéia do problema.

Muitos autores referem-se às derrubadas, poucos, entretanto, a descrevem com tantos pormenores como Deffontaines. Existem deste autor, dois textos básicos, ambos publicados no Boletim Geográfico. Em ambos o autor descreve o processo de derrubada para o cultivo do solo. Este é o processo mais comum, principalmente no caso do Norte do Paraná onde o desmatamento praticamente foi feito com essa finalidade: a do aproveitamento do solo.

O primeiro ato do cultivador não é lavrar a terra, mas desflorestar. Começa-se pela roçada, isto é, a limpeza a foice da sub-floresta que se efetua em maio, no princípio da estação da seca; deixa-se durante algumas semanas, de maneira a cobrir o solo com um leito de plantas bem secas, o facho; depois vem a derrubada, que consiste em pôr abaixo as árvores acima do facho. As mais grossas e as mais duras não são abatidas; ou são deixadas para recobrir com alguma sombra o futuro campo, ou então corta-se a casca na base em forma de anel para impedir a subida da seiva e fazer perecer a árvore dentro de alguns anos; passa-se enfim, em setembro ou outubro, justamente antes da estação chuvosa, à queimada, ao incêndio.²³

Para o Norte do Paraná as épocas de derrubada e queimada variam um pouco. A queimada geralmente é feita em agosto.

O texto seguinte completa as informações contidas no anterior

O primeiro ato de instalação é a derrubada, começando-se por roçar e limpar o mato, e abatendo-se em seguida as árvores; as maiores são aliás muitas vêzes respeitadas por causa da dificuldade que representa seu corte. As árvores são cortadas na altura do homem, o que é mais fácil, e o exército de troncos meio podres embarça por muito tempo o terreno. As derrubadas se fazem no começo da estação sêca de inverno, os paus cortados são deixados a secar por alguns meses e depois, antes das chuvas, procede-se à queimada; a vegetação subarborescente constitui um primeiro combustível que permite a carbonização dos grossos troncos que sobraram na seleção das melhores essências que são vendidas às serrarias.²⁴

Se este é o processo mais comum, não é o único. Em muitos casos a madeira de tipo comercial era extraída da mata, sem contudo, derrubá-la ou devastá-la. Nesse caso o abate é feito a machado e serra, o tronco amarrado, derrubado e puxado por tração animal em poucos casos, sendo mais comum a tração por cabos de aço amarrados ao caminhão. Na década de 1950 os tratores são largamente usados.

Podem ser distinguidos pelo menos três procedimentos básicos quanto à derrubada:

1^a - Os colonos mais pobres abrem uma clareira na mata, constroem uma moradia provisória, geralmente de palmito, e depois procedem à derrubada da mata. Isto é possível no Norte do Paraná onde as terras adquiridas são de poucos alqueires. Em alguns casos, são auxiliados pelos vizinhos mais próximos.

Durante a pesquisa foram entrevistados muitos desses pequenos proprietários que abriram por suas próprias mãos a mata. Cita-se como exemplo, o caso de Taclav Rada e de sua esposa Marie Rada, provenientes de Praga, onde adquiriram de representante da Companhia de Terras Norte do Paraná, neste tempo ainda "Paraná Plantation Ltda.", cinco alqueires de terra em Nova Dantzig, hoje Cambé. Abriam a mata, contando com o auxílio de vizinhos e afirmam que na região de Cambé o fato era bastante comum.

Outro caso semelhante é o de Ângelo Magnani e família, colonos em Franca, Estado de São Paulo, que adquiriram também em Cambé dez alqueires de terras e abriram a mata com a ajuda da família.

2º. - Os colonos com posses maiores, contratam o serviço de especialistas em derrubadas. Deffontaines e Monbeig assinalam que tais serviços são prestados geralmente por operários temporários vindos do Norte do país, baianos. Sobre serem ou não baianos, é preciso assinalar que eram chamados indistintamente de baianos, muitos nordestinos procedentes de outras áreas.

Os proprietários da Serraria São Carlos, que será referida neste estudo, estão enquadrados neste tipo de colonos. Também são procedentes do Estado de São Paulo, de Sales de Oliveira, onde trabalharam inicialmente como formadores de cafezais, estabelecendo-se com algumas propriedades que foram sendo vendidas após o café começar a produzir e finalmente adquiriram uma propriedade de 60 alqueires em Cambé. Contrataram os serviços especiais de Gregório Wladeck, que possuía uma turma de operários especializados em derrubada.

3º. - Há ainda um tipo especial, o mateiro, ou extrator de toros. Esse tipo de trabalhador é um verdadeiro profissional em extração madeireira. Conseguia derrubar uma árvore mesmo entre cafezais, na mata virgem ou onde quer que se localizasse. Para se conhecer bem todo o processo é preciso dizer que ele exerce várias funções. Pode adquirir a madeira em pé, por sua própria conta, derrubá-la e vendê-la depois às serrarias. Nesse caso, age como extrator e intermediário. Compra e vende a madeira. Os gastos correm por sua conta. Pode ainda ser contratado por uma serraria que comprou a madeira em pé, e precisa derrubá-la. Nesse caso os seus serviços são contratados e as despesas podem ou não ocorrer por sua conta, dependendo do contrato. É preciso assinalar, ainda que não foi encontrado um único contrato por escrito. São geralmente

à base da palavra empenhada.

A profissão de extrator e comerciante de toros foi regulamentada pelo I.N.P., que concedia o registro de extrator e comerciante de toros tal como concedia o registro para as demais atividades madeireiras. Anteriormente à fundação do I.N.P. é desconhecida qualquer legislação nesse sentido.

Parece, entretanto, que as regulamentações do I.N.P. nem sempre foram cumpridas. Em 1956 podem ser encontradas no Relatório das atividades do I.N.P.²⁵ duas notas sobre os extratores. A primeira determina "na forma recomendada por esse órgão" o levantamento do registro de todos os extratores e exportadores de toros, pelas Delegacias Regionais. A segunda diz: "A atividade de comerciante ou extrator de toros pela sua feição nítida de intermediária e aleatória, deverá ser regulada de modo a que só se conceda o registro quando as circunstâncias o aconselharem". Nesse mesmo relatório, afirma-se que a "derrubada da madeira em zonas consideradas de exploração agrícola tem constituido sério problema para o Instituto". Acontece que nessas regiões forçosamente as árvores terão de ser abatidas, mas sabe-se que isto é apenas fase passageira. O grande problema na ocasião era como proceder em relação ao registro para a extração, se em caráter permanente ou transitório. Recomendava-se no entender do relator:

Para o aproveitamento dessas derrubadas entendo que deverão ser concedidos registros, devidamente habilitado o pedido com a apresentação do controle de compra e venda de madeiras em toros, da respectiva zona, e acompanhado de documento comprobatório da propriedade de terras por parte do vendedor.²⁶

Procurou-se, nos documentos da serraria São Carlos, algo que pudesse corroborar tais medidas do I.N.P. Nos livros de Registro de Compras encontrou-se vários extratores de madeira que aparecem como vendedores da madeira em toros. Entretanto, nada

que comprovasse a "propriedade de terras por parte do vendedor" .
Eram contudo extraídas notas de vendas, pois nos livros de registro de compras acham-se especificados os números das notas. Dessa forma conclue-se ser o extrator de madeiras um profissional, intermediário entre o proprietário das terras que possuía a madeira, e o industrial que a serrava ou beneficiava.

Há muitos casos em que o proprietário da terra, o sitiante ou fazendeiro, possuindo madeira industrializável em suas terras, ia diretamente às serrarias vender a madeira, que podia ser vendida "em pé" ou abatida. Consultava primeiramente os preços e vendia à serraria ou ao extrator ou comerciante que melhor pagasse.

CITAÇÕES NO TEXTO

¹BORNHAUSEN, Irineu. As três soluções básicas para o problema florestal. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro, 12(12):190, 1960

²KISSIN, I. Economia e política florestal. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro, 3(3):122, 1950.

³COSTA, Tito Guedes Martins Costa. Produção de dormentes ferroviários. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro, 10(10):135-149, 1958.

⁴MAACK, Reinhard. Geografia física do Estado do Paraná. Curitiba, BADEP-U.F.P. - I.B.P.T. 1968. p. 192.

⁵Ibid., p. 192-193.

⁶I.B.G.E. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, (12):39, 1964.

⁷Ibid.

⁸Ibid., p. 53.

⁹Ibid., p. 41-42.

¹⁰MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, (22):56-97, 1956.

¹¹Ibid., p. 63.

¹²MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte-Paraná. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, 3(25):11, 1945.

¹³DEFFONTAINES, Pierre. A floresta a serviço do homem no Brasil. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, 3(28):567, 1945.

¹⁴Ibid.

¹⁵INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. As reservas florestais no Paraná. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro, 9(9):190, 1957.

¹⁶Ibid., p. 252.

¹⁷MAACK, p. 196.

¹⁸ Ibid., p. 246-247.

¹⁹ Ibid., p. 197.

²⁰ PORTES, Antonio Oliveira & LANGER, Luiz Alberto. Política florestal. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro, 9(9):252, 1957.

²¹ BELLEGARD, Hasdrubal. Armazens gerais - investimentos. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro, 6(6):275, 1953.

²² Ibid.

²³ DEFFONTAINES, p. 564.

²⁴ _____ . Regiões e paisagens do Estado de São Paulo. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, 3(25):25, abr. 1945.

²⁵ INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. As atividades do Instituto Nacional do Pinho em 1956. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro, 9(9):60-68, 1957.

²⁶ Ibid.

2. A Ocupação do Norte do Paraná

Situando geograficamente a área de estudo, faz-se necessário uma rápida retrospectiva da ocupação do Norte do Paraná e de alguns fatores dessa ocupação.

Vários autores salientam e muitos colocam como fundamental para o sucesso da colonização do Norte do Paraná o fato de ser vizinho do Estado de São Paulo e como que uma continuidade de sua economia.

Pierre Monbeig, um dos pioneiros no estudo do Norte do Paraná diz "se bem que pertença administrativamente ao Estado do Paraná - não deixa de ser de fato uma região de economia paulista".¹ Em outras palavras, mas com significado idêntico N.L. Müller diz "é um capítulo da vida paulista, mas em território paranaense".²

Aos americanos, também não passou despercebido esse aspecto. William Nicholls, que estudou o Norte do Paraná mais recentemente afirma que "Como extensão direta da economia cafeeira paulista, o desenvolvimento do Norte do Paraná baseou-se firmemente no know how, capital e trabalho qualificado das regiões cafeeiras mais antigas de São Paulo".³

Contudo, não é este o único fator. São Paulo teve sua economia durante o século XIX e início do século XX muito ligada à cafeeicultura, e o desenvolvimento desta, ao das ferrovias, como demonstra Odilon Nogueira de Matos⁴ e outros autores. Tanto o café, como a ferrovia chegaram no início do século a Ourinhos, porta de entrada do Norte do Paraná, e conseqüentemente ponto da extensão da economia paulista ao Norte do Paraná. Sobre esse aspecto ainda afirma Nicholls:

Ao longo de toda a história do desenvolvimento dos transportes da região, inicialmente das ferrovias e depois das rodovias asfaltadas, coube ao Estado de São Paulo e não ao Velho Paraná a liderança da penetração econômica do norte do Paraná, que ficou intimamente ligado ao

pôrto dominante de Santos, à maior concentração de serviços financeiros e de comercialização no estado vizinho e aos mais importantes mercados interiores do país para alimentos e culturas industriais produzidas na região.⁵

Acresce a isto novos fatores, a procura de terras virgens para novas culturas e um empreendimento de colonização de tipo capitalista, surgido com as companhias particulares de colonização; a imigração européia e dos antigos colonos paulistas e outros, terem já conseguido algum capital que pudesse aplicar na aquisição de terras, sonho de todo trabalhador rural. "Os melhores campos são aqueles que tiram proveito da primitiva devastação sôbre florestas virgens; as fazendas mais produtivas são as da zona pioneira",⁶ diz Deffontaines. E foi o que realmente ocorreu - a busca de terras virgens.

Monbeig se refere ao novo tipo de colonização. "É ainda necessário não esquecer que se trata de uma organização nova da colonização com um financiamento de tipo novo: o grande empreendimento capitalista..."⁷ Os povoadores desse novo Paraná terão possibilidades de se transformar em proprietários, já que as Companhias de colonização venderam a terra a preços baixos e o solo foi retalhado em pequenas propriedades, como atestam dezenas de escritos sobre o assunto.

Como se tratasse de terras virgens, a primeira atividade foi o desmatamento e conseqüentemente a exploração da madeira de construção.

Anterior à década de 1920 - grande marco da colonização moderna - havia no Norte do Paraná pequenos núcleos de povoamento e colonização iniciada nos meados do século XIX, sem falar das primeiras ocupações jesuíticas.

Nice Lecocq-Müller fala em "retomada da colonização do Norte do Paraná", em meados do século XIX. Outros autores, apontam esse mesmo período, dando-lhe causas bem diversas da moderna coloniza-

ção em moldes capitalistas.

São reconhecidas 4 grandes etapas na ocupação do Norte do Paraná:

1a. - O período das missões, século XVIII.

2a. - Fundação da Colônia Militar do Jatai, em 1855. Segundo N. L. Müller a Colônia Militar do Jatai tinha por função estabelecer ligação com Mato Grosso, região ameaçada por Solano Lopes. A Colônia de São Pedro de Alcântara, próxima ao Jatai, " destinava-se a congregar os elementos civis da população e que, unida a Jatai, constitui hoje a cidade de Jataizinho " ⁸

Em 1859, em terreno doado pelo Barão de Antonina, a beira do caminho aberto por sua ordem entre Jatai e Curitiba, nasceu um terceiro núcleo. São Jerônimo da Serra (...). São Jerônimo estrategicamente situado na orla da escarpa, constituía ponto de parada obrigatória para os viajantes, derivando disso seu primeiro fator de desenvolvimento. Esses centros de povoamento, postos avançados de colonização num sertão ainda não desbravado, mantiveram-se como pequenos povoados até este século, quando, sob o impulso da colonização moderna, começaram a se desenvolver. ⁹

3a. - Na segunda metade do século XIX, mais especificamente, a partir de 1862 deram-se as primeiras penetrações através dos cursos superior e médio do rio Itararé, por fazendeiros paulistas e mineiros, em busca de novas terras para o café. ¹⁰

São deste período a Colônia Mineira (1862) hoje Siqueira Campos; Santo Antonio da Platina (1866); Jacarèzinho e Ribeirão Claro (1866); Venceslau Braz (1867); São José da Boa Vista (1867).

A expansão prosseguindo para Oeste chega até o rio Cinzas. Só prossegue além, com a ligação ferroviária Jaguariaiva - Curitiba (1930), quando há " novo surto progressista " ¹¹

4a. - Após a ocupação da região de Cinzas, as correntes de povoamento descobriram o planalto arenito-basáltico, cuja colonização se processou em duas fases:

1. - De 1900 a 1930 - área compreendida entre o rio Itararé e o Tibagi;

2. - mais recente, de iniciativa particular ou oficial - do planalto do Tibagi às barrancas do Rio Paraná.

Classifica-se aqui, ainda, a colonização em - a leste e a oeste do Tibagi. A leste do Tibagi corresponde mais ou menos a colonização entre 1900 e 1930. A Oeste do Tibagi, a colonização posterior a 1930.

As áreas a leste do Tibagi colonizadas antes de 1929 se identificam com o tipo paulista de ocupação da terra pela cafeicultura. Sobre esse assunto, Monbeig¹² dizia que em Cornélio Procópio, ainda se nota a preocupação de constituir um centro do tipo tradicional paulista da fazenda, "apenas modernizado por uma especulação acessória de vendas de lotes de terras principalmente urbanos".

As áreas a oeste do Tibagi, bem como as áreas a leste, ocupadas posteriormente a 1930, pertencem ao tipo de exploração capitalista moderna ou colonização do tipo capitalista - através de companhias de colonização particulares, que a iniciativa oficial procurou tanto quanto lhe convinha imitar, seguindo alguns princípios da colonização particular, como por exemplo a divisão das terras em pequenas propriedades.

Sobre as áreas de colonização anterior e posterior a 1930 há um belo texto de Monbeig que compara a região de Cornélio Procópio com a região de Londrina e seus arredores:

O viajante, vindo de Ourinhos, ao chegar à estação de Cornélio Procópio, depois que seu trem galgou uma grande subida, descortina uma paisagem extensa ao redor das casas ainda espalhadas de Cornélio Procópio (sic) o café domina ainda; os cafèzais mais velhos têm cinco a seis anos de existência e dão mostra de farta colheita; entre os carreirões, o milho e o algodão fornecem o aspecto clássico do cafèzal paulista. Ao pé da aglomeração, porém, se estende ainda a mata, e até nove ou dez horas da ma-

nhã, uma renda de neblina assinala os riachos que a atravessam. As partes altas foram derrubadas antes de mais nada para evitar as geadas nas partes mais baixas; a conquista da terra à custa do mato efetuou-se contornando o centro de povoamento, isto é, em torno da estação.

Entre Londrina e Arapongas nada de semelhante: a circular em automóvel sôbre a estrada de rodagem que liga as diversas aglomerações, têm-se a impressão que a mata ficou quase inviolada e o carro passa entre as duas paredes de árvores da floresta. Para lobrigar a terra já derrubada, é preciso tomar um caminho perpendicular à estrada descendo para a água à margem da qual se acha a casa do colono: a tática é pois inversa da seguida em Cornélio Procópio na região cafeeira; a cultura sobe da baixada para a parte alta do lote. Pode-se, quase pela certa, distinguir as parcelas mais antigas atacadas pelo machado e pelo fogo: são aquelas onde a cultura vai beirando a estrada.¹³

À leste do Tibagi, o ponto de partida foi Ourinhos, "boca do sertão" no momento da extensão dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana (1908). São desse período: Cambará (1904); Bandeirantes (1921); Santa Mariana (1922); Cornélio Procópio (1924).

Embora essa ocupação, facilitada pelas enormes extensões de terra roxa, progredisse como uma onda invasora, na sua retaguarda foram ficando vastas áreas desocupadas, à espera de ocasião oportuna para se fazer especulação com as terras; os fundos dos vales, sem valor imediato para a cultura do café, ficaram cobertos de matas, só mais tarde derrubadas para a ocupação por pastos e outras culturas, ou em consequência do loteamento em pequenas propriedades.¹⁴

A oeste do Tibagi, se situam as pequenas propriedades, em moldes capitalistas, como citam Monbeig e outros autores. Nesta área, diz Lysia Maria Cavalcanti, a primeira penetração foi feita pelo Sul. Surgem daí, Faxinal de São Sebastião, São Roque e Marilândia, resultando na destruição de enormes áreas de pinherais.

Ao mesmo tempo em que os pinherais do terceiro planalto começavam a ser invadidos pelo sul, suas matas de lei ainda virgens e suas terras roxas próprias para o plantio do café eram cobiçadas para a cultura cafeeira. De fato, a expansão da lavoura cafeeira provocou, da par-

te dos capitais particulares, um grande interêsse pela colonização destas terras férteis ainda virgens. Foram assim obtidas do estado, no planalto a oeste do Tibagi numerosas concessões para fins de colonização.¹⁵

Para a mesma autora, as primeiras tentativas de colonização ao oeste do Tibagi foram a Colônia Primeiro de Maio (1919) e a de Ser^{tanópolis} (1924). N. L. Müller assinala para a Colônia de Primeiro de Maio o ano de 1923, acrescentando para a mesma área a Colônia Zacarias de Góis.

Mais a Oeste, Lysia Maria Cavalcanti aponta ainda, Indianópolis; Floresta; Nova Bahia; Zacarias de Góis e Pirapó, todas de progresso muito lento. Próximo às terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, ficam Ibiporã, de iniciativa particular e a parte restante, a gleba marginal do Tibagi, de iniciativa oficial.

Ao Norte e Oeste das terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a partir de 1939, surgem Içara, Jaguapitã, Centenário, Interventor, Pagu e Paranavai, de iniciativa oficial.

Todos os estudos que tratam da colonização do Norte do Paraná dedicam um tópico especial à colonização realizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Divide-se a história da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em duas fases: a fase inglesa que é quando surgem as atuais cidades, antigos povoados de Londrina; Nova Dantzig, atual Cambé; Caviuna, atual Rolândia; Arapongas e Apucarana. A segunda fase é a chamada fase nacional, quando surgem as cidades de Mandaguari, Jandaia do Sul, Maringá, Marialva, Cianorte.

Sobre a fase inglesa é interessante o estudo já citado de Pierre Monbeig, que descreve com muita clareza o despertar do Norte do Paraná.

Maringá foi criada em 1947, sendo nessa época os pontos mais avançados da colonização Guadiana e Capelinha, atual Nova Esperança.

Para as áreas de colonização recente conta-se com a descrição paisagística de N. L. Müller.

Outra variação de paisagem digna de ser mencionada é a das frentes pioneiras, como na área de Paranavai, onde a ocupação do solo, ainda em processo, cria quadros originais. Antes de mais nada, é a presença da mata, embora entrecortada de clareiras, principalmente ao longo da estrada. A paisagem, onde se efetua a ocupação do solo, é quase caótica: entre troncos derrubados e semi-calcinados o café, ainda na cova, coexiste com o milho ou feijão; a mal construída habitação, frequentemente de pau-a-pique ou de tábuas, reforça as côres da tomada de posse ainda indecisa; os largos e longos aceiros, muitas vezes presentes, denunciam o próximo prosseguimento da devastação pelas queimadas.

Fóra da frente pioneira que no momento se encontra a lém Maringá e de Paranavai, as paisagens da retaguarda já se encontram bastante evoluídas. Sente-se que a ocupação do solo está definida e a humanização como que completa. Das paisagens originais muito pouco resta: as franjas de matas no fundo dos vales ou no alto dos espigões estão cada vez mais raras. O devastamento foi, aliás, extremamente rápido: em 1935 viajava-se, como conta Pierre Monbeig, por entre a mata, de Bandeirantes (sic) a Apucarana; em 1946, reencontramos essa experiência somente além de Mandaguari; atualmente, para se ver a mata bordejando a estrada é preciso ir bem além de Paranavai... No ritmo acelerado em que vem se processando a ocupação da terra no Norte do Paraná, é lícito prever-se a completa humanização da paisagem em futuro muito próximo.¹⁶

William Nicholls descreve o povoamento e conseqüentemente a colonização em outra direção, acima de Maringá. Maringá está situada de tal forma que dela partem estradas para diversas outras regiões do Norte do Paraná. Pode-se distinguir entre elas a linha de Paranavai, a de Cianorte e a de Campo Mourão, entre as principais que se dirigem mais para o interior ao norte, noroeste e sudoeste.

Nessa direção diz Nicholls:

A extensão dessa marcha da colonização para oeste do rio Pirapó e para o sul partindo do rio Ivai ocorreu em grande parte na década de 50. Porém os núcleos urbanos ,

especialmente Maringá, Paranavai, Cruzeiro d'Oeste e Campo Mourão, já tinham sido fundadas nos anos 40. Durante a década de 1940 a 1950 a zona ocidental do Norte do Paraná (6.946 milhas quadradas) recebeu seus primeiros 100.000 habitantes (muitos provenientes de Mandaguari e Maringá e se mudando para Paranavai) sendo que nos anos 50 recebeu mais uns 552.000 imigrantes aumentando assim sua população para 693.000 em 1960, sendo que a densidade demográfica dessa zona mais nova passou de 14,5 para 99,8 apenas nessa década. Tal expansão em direção ao noroeste para ocupação da área triangular dos solos arenosos entre o Paraná, o Paranapanema e o Ivai (na sua grande maioria situada fora do território da Companhia mas na sua maior parte em direção ao sudoeste, de Maringá para Cianorte, ao longo da ferrovia projetada para Cruzeiro d'Oeste e Guaira, que eram os extremos ocidentais da concessão original de terras da Companhia. Com a subsequente imigração líquida de apenas 56.000 pessoas de 1960 a 1965, essa zona ocidental tinha 873.000 habitantes em 1965 (125,5 hab. por milha quadrada.¹⁷

Viu-se até aqui, rapidamente, a ocupação do Norte do Paraná, desde a atual micro-região 278 - norte velho de Wenceslau Braz, até a 286 - Campo Mourão, isto é, desde as áreas com início de colonização no século XIX até as mais recentes, nas últimas décadas passadas.

Completa-se assim uma sumária descrição das áreas que abrangem o estudo.

CITACÕES NO TEXTO

- ¹ MONBEIG, p. 11.
- ² MÜLLER, p. 56.
- ³ NICHOLLS, William A. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba(26):36-37, set./out. 1970.
- ⁴ MATOS, Odilon Nogueira de. Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974.
- ⁵ NICHOLLS, p. 37.
- ⁶ DEFFONTAINES. A floresta a serviço do homem, p. 565.
- ⁷ MONBEIG, p. 14.
- ⁸ MÜLLER, p. 71.
- ⁹ Ibid.
- ¹⁰ Lysia Maria Cavalcanti e N. L. Müller tratam extensamente o assunto.
- ¹¹ MÜLLER, p. 72-73.
- ¹² MONBEIG, p. 14.
- ¹³ Ibid.
- ¹⁴ MÜLLER, p. 73.
- ¹⁵ CAVALCANTI, Lysia Maria. O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. Rev. Bras. Geog. 15(3):362, 1953.
- ¹⁶ MÜLLER, p. 85.
- ¹⁷ NICHOLLS, p. 35-36.

3. AS SERRARIAS E A PRODUÇÃO DE MADEIRAS NO NORTE DO PARANÁ

Empregou-se no estudo da economia madeireira no Norte do Paraná o conceito de micro-região, no mesmo sentido com que é empregado nas publicações mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia, e que corresponde às atuais divisões regionais das áreas geográficas que apresentam características "homogêneas", resultantes do mesmo tipo de ocupação e transformações econômicas por que passaram tais áreas.

Há sérias controvérsias sobre a delimitação exata do Norte do Paraná. Deixando-as de lado, adotou-se o critério de Ignez Costa Barbosa, geógrafa do IBG, que define o Norte como a "área de expansão da lavoura de café, sendo limitada ao sul pela linha que passa por Umuarama, Campo Mourão, Ivaiporã, Ibaiti, Wenceslau Braz povoada pela expansão da lavoura de café".¹

No mapa apresentado por essa mesma autora², o Norte do Paraná foi considerado como se constituindo de sete regiões homogêneas, que corresponde, na atual divisão da Fundação IBGE, às nove micro-regiões: Norte Velho de Wenceslau Braz (MR 278); Norte Velho de Jacarezinho (MR 279); Algodoeira de Assai (MR 280); Norte Novo de Londrina (MR 281); Norte Novo de Maringá (MR 282); Norte Novíssimo de Paranavai (MR 283); Norte Novo de Apucarana (MR 284); Norte Novíssimo de Umuarama (MR 285) e Campo Mourão (MR 286)³.

Só quando foi solucionado o problema de transportes no Norte do Paraná é que se iniciou a exploração econômica de suas madeiras. De colonização recente, a mata permaneceu quase inviolada até a década de 1930, estando interligados os fenômenos transportes, colonização, indústria madeireira, e exploração agrícola das terras.

Durante o século XIX houve aproveitamento econômico das madeiras do Paraná, mas em pequena escala, nas regiões mais próximas ao litoral, onde o escoamento era possível, ou, no planalto, após a construção da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba.

Esse panorama é mais ou menos geral para o Brasil.

João Kretzen fala da insignificância da indústria madeireira no Brasil, no século XIX, demonstrado pelo censo de 1920, quando as empresas fundadas antes de 1889 foram contadas em separado, cabendo à indústria madeireira apenas 3,8% do total do capital das empresas registradas no país.⁴

Do censo de 1920 constaram 1.207 estabelecimentos madeireiros no Brasil, sendo 174 localizados no Paraná, dos quais 64 serrarias haviam sido fundadas no século XIX.

Também durante os três primeiros decênios da República a indústria madeireira não tomou impulso maior, salvo o de acompanhar o desenvolvimento geral da lavoura, das atividades citadinas e industriais, e satisfazendo o crescente consumo interno, podendo, na verdade, ainda atender a procura repentina e sempre maior do exterior durante a Primeira Guerra Mundial.⁵

No Norte do Paraná, mais precisamente em Londrina, já em 1931 existiam serrarias. Em Cambé, em 1932 foi instalada a primeira serraria, sendo em número de quatro em 1936, quando foi instalada a Companhia Paulista de Madeiras, inaugurando a exploração madeireira por grandes empresas.

A partir dessa época é cada vez maior o número de serrarias instaladas na região, embora tais instalações fossem, muitas vezes, precárias, um barracão, geralmente mais comprido que largo, maquinário simples, composto de vagonete, locomóvel e as serras necessárias apenas para a serragem em bruto. Só quando a madeira começa a ter valor comercial de importância, quando começam as exportações interestaduais é que as instalações vão melhorando.

Partindo de Londrina, centro da atual micro-região 281, rica, como outras, em madeiras de lei, de terras roxas e férteis, os colonos vindos principalmente do Estado de São Paulo, iniciaram o plantio do café, em alta escala, e com este, o início da construção de casas ou residências, quase todas de madeira, principalmente peroba. A madeira era encontrada com abundância, o mercado regional remunerador. Aliado a esse mercado, surgiu em seguida como ponto de apoio, o consumo dessas madeiras, em São Paulo e Rio de Janeiro.

Mesmo antes da ferrovia atingir a região, muitas serrarias haviam ali se instalado.

Pierre Monbeig, que visitou o Norte no início da colonização publicou em 1935, um artigo onde expõe:

Em uma região de derrubadas as aglomerações são antes de mais nada, centros de abastecimento local e focos da pequena indústria indispensável aos trabalhos da lavoura, mas deve-se acrescentar que em Londrina - devido a aproximação da mata - há uma indústria de madeira: umas dez serrarias estão em plena atividade. Existe também uma outra em Nova Dantzig. Em Rolândia e Nova Dantzig a floresta está ainda próxima das habitações: a paisagem que se descortina aí lembra uma aldeia de lenhadores da Europa. Mas o fato é que a função essencial destes centros é o de ser o mercado de abastecimento e de exportação para o grande número de pequenos lavradores invisíveis pelo fato de estarem espalhados dentro da mata.⁶

O fato desses núcleos já possuírem serrarias desde os primeiros anos de colonização indica o aproveitamento das madeiras retiradas da mata e o início de sua exploração econômica.

Nos depoimentos tomados a alguns madeireiros ali instalados desde os primeiros tempos, colheu-se a informação de que o mercado local era bastante remunerador. As construções civis nesse início eram na quase totalidade de madeira. O rápido desenvolvimento populacional e habitacional era garantia para a produção e consumo das madeiras serradas.

Não tardou a vinda de capital e firmas de grande porte, com a instalação de suas serrarias, iniciando-se a exploração intensiva da madeira. Serrarias eram instaladas em toda parte, bastando para isso a existência da peroba. A procura era grande. As cidades cresciam, a riqueza palpável em todos os sentidos.

Ao contrário da maior parte das serrarias das zonas do pinho, principalmente no sul e oeste do Estado, as serrarias do Norte não dispunham de reservas florestais próprias, nem sequer realizavam contratos de exploração das matas. As madeiras eram adquiridas de pequenos proprietários de terras que estavam realizando a ocupação agrícola. Isto facilitava tudo. Os preços da matéria-prima eram baixos porque ao proprietário da terra em desbravamento era melhor vender por pouco que deixar a madeira apodrecer. Foi esse o chamariz da exploração madeireira.

Puigari Coutinho, escrevendo sobre Londrina, dá para as madeiras serradas e beneficiadas ali produzidas em 1959, os preços do metro linear em confronto com os preços do ano de 1934:

	1934	1959
Caibros	1,20	12,00
vigotas	2,50	40,00
ripas	0,20	8,00
tábuas de peroba	2,50	25,00
tábuas de pinho	1,20	25,00
tábuas de cedro	2,50	80,00
forro	2,50	78,00
soalho	6,00	170,00

Esses preços correspondem para o caibro a Cr\$ 400,00 o metro cúbico e para as vigotas Cr\$ 350,00, em 1934. Para as demais não é possível uma transformação em metro cúbico por não serem conhecidas as bitolas usadas. Apenas com os preços do caibro e vigotas é possível, entretanto, perceber o quanto eram compensadores os preços no mercado local. Em 1948, no atacado da Barra Funda, em São Paulo, o vigamento da peroba custava cerca de Cr\$ 600,00 o metro cúbico.

Outras observações com referência a esses preços conduz à verificação de que o pinho alcançava preços maiores que os da peroba em 1934, enquanto em 1959 a situação se inverte - a peroba tem valor maior que o pinho. A abundância de peroba nos primeiros anos, quando a exportação para São Paulo mal se iniciava, fazia com que os preços desta fossem menores. Alguns anos depois, quando a peroba é consumida em grande escala em São Paulo e se verifica a superprodução do pinho no Paraná, a peroba passa a ter preços superiores aos do pinho.

Como a colonização, a devastação também foi rápida, tornando-se os transportes insuficientes e precários para exportar toda a produção.

A intensidade da exploração madeireira foi tanta que para garantir o escoamento da produção muitas firmas procuraram melhorar sua técnica de comércio, atingindo diretamente os melhores mercados da madeira, fazendo-a passar do produtor, diretamente ao consumidor, na ânsia de aumentar seus lucros. Para isso exigia-se maior aplicação de capitais, e o investimento constituiu-se essencialmente na garantia de transportes, isto é, aquisição de caminhões.

Não é possível medir as quantidades produzidas até 1947, por absoluta falta de dados.

Considerando que toda construção utiliza-se da madeira, é possível perceber o significado do mercado regional acompanhando-se

o ritmo das construções prediais em Londrina.

RITMO DAS CONSTRUÇÕES PREDIAIS EM LONDRINA

Ano	Número de construções	Área construída em m. quadrado
1941	328	27.712,56
1942	179	17.904,13
1943	108	13.648,10
1944	171	28.724,03
1945	336	49.533,51
1946	509	61.353,22
1947	396	43.040,03
1948	613	62.060,62
1949	593	58.415,23
1950	850	83.429,13
1951	1.118	113.898,65
1952	826	126.943,40
1953	777	113.960,75
1954	729	89.288,64
1955	585	74.276,64
1956	583	65.906,48
1957	653	70.357,31
1958	826	123.605,93

(8)

O ritmo das construções prediais em Londrina reflete um movimento que pode ser considerado geral para a economia norte-paranaense, e que foi, em parte, determinado pelas geadas que abateram os cafezais da região; o período de guerra e ainda outros fatores cíclicos. As grandes geadas ocorrem nos anos de 1942, 1953 e 1955 e se refletem na produção cafeeira e no ritmo de construções prediais em Londrina. No que diz respeito à produção de madeiras, se pode sentir as baixas a partir de 1953 até 1956.

Ao se tratar da ocupação do Norte do Paraná foi observado que a colonização não se fez de maneira uniforme e ao mesmo tempo. As áreas constituídas pelo Norte Velho, MR 278, e parte das micro-regiões 279 e 280, já haviam sido parcialmente ocupadas, restando, no entanto, muitas terras cobertas de matas que permaneceram na retaguarda. Algumas das atuais cidades dessas micro-regiões não

passavam de pequenos aglomerados semi-urbanos, semi-rurais, espalhados ao longo da linha divisória que separa o Paraná do Estado de São Paulo, ou próximo a essa linha, sem atingir profundamente o interior. Na década de 1920, timidamente essa penetração se foi conduzindo rumo ao interior, surgindo novos aglomerados.

Toda a área que compreende o Norte Velho recebeu novo impulso com a colonização do Norte Novo, a partir da década de 1930. Com a construção da via férrea que penetrou até à região denominada Norte Novo, atravessando os pequenos centros urbanos do Norte Velho até Ourinhos, o mesmo fenômeno da instalação de serrarias aconteceu ali.

A partir de 1949 é possível acompanhar numericamente o fenômeno das serrarias no Norte do Paraná. As onze serrarias apontadas por Pierre Monbeig como existentes em 1935 já eram em número de 177 em 1949; 266, em 1953 e 372, em 1961. É quase certo que existiram anteriormente no Norte Velho, possivelmente desde a década de 1920, mas em pequeno número e de pouca produção, provavelmente para abastecimento do mercado local.

O I.N.P. registrou, durante o período de sua vigência, as serrarias paranaenses. Esse registro, porém, não esteve sempre atualizado, em parte porque havia algumas que funcionavam clandestinamente, ou pelo caráter migratório, ou porque deixavam de funcionar em anos de grande concorrência, e em parte porque os registros não foram acompanhando as mudanças ocorridas, quer o cancelamento das que deixavam de operar, quer as transferências.

O I.N.P. não só obrigava o registro de serrarias, mas a partir de 1949, de todos que operavam com madeiras, exceto as fábricas de fósforo e papel.

No Norte do Paraná a maior parte das serrarias registradas eram pequenas, com produção entre 100 e 300 metros cúbicos mensais. Havia serrarias com produção de até 1000 ou 2000 metros cúbicos mensais, mas em pequeno número, pouco mais de uma dezena.

Encontravam-se, espalhadas nas diversas micro-regiões, uma ou outra serraria cuja produção girava em torno de 400 a 1.000 metros cúbicos mensais, não chegando a produzir no total, um terço das de baixa produção. As maiores se concentravam nas MR 281, 284 e 286.

As serrarias mais comuns eram as de produção mista, isto é, que operavam ao mesmo tempo com pinho e madeiras de lei. As que operavam só com pinho ou só com madeiras de lei eram exceções.

As serrarias eram ainda classificadas em dois grandes grupos: as que só produziam madeira serrada e as que além da simples serragem operavam com maquinário de beneficiamento ou possuíam seção de beneficiamento. Esse último grupo concentrava-se nas micro-regiões 281, 282 e 284 em grau decrescente, sendo em menor número nas demais. Eram em maior número justamente nas micro-regiões cuja urbanização estava mais adiantada na década de 1950.

As seções de beneficiamento em uma serraria eram destinadas a produzir madeira aparelhada ou beneficiada, que a legislação fiscal reconhecia como madeira industrializada, incidindo sobre ela o "Imposto de Produtos Industrializados" (I.P.I.), enquanto que para a madeira simplesmente serrada tal não se verificava. Essas seções de beneficiamento produziam o forro, soalho, matajunta, rodapés, portas, janelas, cabos de vassoura, tacos, tábuas para diversos fins etc.

A produção de laminados e compensados, na década de 1950, era insignificante, aproximadamente umas 10 unidades, distribuídas entre Sertanópolis, Rolândia, Campo Mourão, Mandaguari, Jaguapitã, Londrina e Apucarana. Da mesma forma, as fábricas propriamente ditas eram em número limitado.

Enfim, pode dizer-se que no Norte do Paraná se concentravam em maior número as pequenas serrarias. Aproximadamente 30% delas possuíam seções de beneficiamento, e os demais tipos de indústria

lização eram em pequeno número e até inexistentes em muitas micro-regiões, principalmente as de colonização mais recente.

Fontes diferentes publicaram o número de serrarias no Paraná, juntamente com o nome dos seus proprietários, localização e outras informações que permitem análise mais segura, embora em poucos anos, isto é, 1949, 1953 e 1961.⁹

Há também um levantamento procedido pelo D.E.E. para o ano de 1950, mas muitas serrarias deixaram de constar, razão pela qual não foram utilizados.

Todas essas fontes trazem um número de serrarias bastante inferior ao das estatísticas do I.N.P., embora duas delas tenham se utilizado dos fichários desse órgão. Tudo indica que foram eliminadas da contagem as serrarias que deixaram de funcionar.

O fenômeno descrito pelo gráfico 10 demonstra que o número de serrarias no Paraná cresceu ao longo do período, e que no Norte do Paraná cresceu em proporções semelhantes às do total do Estado. Os gráficos 11 e 12 detalham as serrarias localizadas no Norte do Estado, por micro-região.

Em 1949 já é possível perceber que a MR 281 lidera a produção de madeiras. Oito anos depois, em 1961, o número de serrarias já diminuíra bastante nessa micro-região, deslocando-se para a MR 283, seguida de perto pela MR 286. Isto significa que, no início da década de 1950, as serrarias se concentravam de modo significativo nos centros de maior consumo, onde ia mais adiantada a colonização e conseqüentemente havia maior facilidade de transportes e o escoamento se fazia de forma mais regular.

Confrontando esses gráficos com os de produção em metros cúbicos, chega-se à conclusão que as serrarias de maior capacidade de produção estavam centralizadas na MR 284, Norte Novo de Apucarana. É que a produção de madeiras ali, foi a de maior volume. Havia cerca de 14 grandes serrarias em 1953, sendo 4 com volume de produção mensal entre 800 a 1.200 metros cúbicos mensais, e 10 en

tre 400 a 600 metros cúbicos, enquanto no Norte Novo de Londrina havia apenas uma com produção superior a 900 metros cúbicos mensais e entre 400 e 500 metros cúbicos, apenas 6. Após serem extraídos os maiores volumes de madeiras na MR 284, por volta de 1953 a 1955 essas grandes firmas que operavam com madeiras da própria região, passaram a buscá-la mais longe, sendo posteriormente algumas arrendadas, outras deslocadas, buscando novas frentes de abertura das matas. Muitas vezes não pertenciam ao mesmo proprietário. O maquinário foi vendido a terceiros, que o instalaram em outro local mais propício. Em 1961 o número de serrarias já havia caído bastante, operando apenas pequenas empresas.

A maioria das serrarias eram movidas por locomóveis,¹⁰ algumas com cilindros (motor gerador dos H.P.) montados em separado, outras com os cilindros incorporados à locomóvel - visto que a energia elétrica era impossível na grande maioria dos casos de serrarias instaladas em áreas de colonização recente. Isto para as serrarias mais comuns, adaptáveis à região, dado que outros meios não existiam. Nesses casos, as locomóveis eram alimentadas com os resíduos das madeiras (lenha) como combustível na produção de energia.¹¹

As serrarias mais bem aparelhadas, de alta produção eram montadas, principiando-se na esplanada dos toros, por um guindaste que transportava os toros automaticamente até a primeira serra de desdobro, denominada "Kinckner", de fabricação alemã ou suíça, de até 15 lâminas¹² destinadas à produção em larga escala, podendo suportar até 220 golpes por minuto. Em seguida, as pranchas eram enviadas para a segunda máquina, denominada linhadeira, que é uma serra circular, de alta velocidade e grande potência. Sua produção equivale à "Kinckner", pois essas duas serras em funcionamento normal e com bons operários, podiam serrar em um só dia, até trinta metros cúbicos, o que equivalia a um vagão de madeira.

quanto às serrarias de pinho, na maioria situadas na região

de Campo Mourão, pouco divergiam das de peroba. A serra principal é a "serra fita", também de alta produção. Quando bem montadas e dirigidas, especialmente na afiação e laminação das folhas de serras, chegava-se à produção de mais de um vagão de madeira por dia. Essas são usadas também na serragem de peroba, mas a produção é bem inferior em relação ao pinho, devido à dureza da peroba.

As serrarias menores, ou de pouca capacidade de produção, ao invés da "Kinckner", usavam para o desdobro dos toros a "serra vertical", de menor potência.

As serrarias do Norte do Paraná não se dedicavam somente à produção de madeiras. Atuavam também no comércio.

São raras as serrarias que exportavam sua produção para o exterior. A maior parte das vendas eram realizadas para o consumo local e regional, embora um grande número de firmas fossem registradas no I.N.P. como serrarias de exportação interestadual.

O mercado mais acessível e para o qual se destinava a maior parte das exportações, era o paulista, principalmente para a peroba e o cedro, cujo consumo em São Paulo era bastante elevado e as cotações de preços mais firmes.

No comércio, pode-se reconhecer 3 formas principais de atuação de uma serraria, no que se refere à exportação interestadual:

1. as vendas em consignação;
2. abertura de filiais, nos centros de maior consumo;
3. Firmas paulistas que operam no comércio de madeiras do Norte do Paraná.

Muitas firmas operavam ao mesmo tempo através de vendas em consignação e através de filiais, principalmente estabelecidas em São Paulo. A forma de atuação é a mesma descrita para a firma Carlos Codato, Filhos & Cia., em outra parte do trabalho.

A produção de madeiras no Norte do Paraná, em porcentagem do total do Estado indica que, embora não fosse esta uma área de ex-

pioração permanente, contribuiu de maneira decisiva para que o Paraná fosse conhecido como um dos maiores produtores brasileiros.

O I.N.P. mais preocupado com a produção e disciplinamento do pinho cuja maior produção se localizava no Sul do Estado, muitas vezes se viu embaraçado com os efeitos que a produção de madeiras nas áreas agrícolas exerciam sobre o total. A impotência do I.N.P. no disciplinamento da produção nas áreas agrícolas contribuiu para que a extração se fizesse em moldes não racionais, perdendo-se muita madeira que de outro modo poderia ser melhor aproveitada. Enormes extensões de matas foram queimadas ou perdidas sem que nada se fizesse. É que até então não havia meios de um melhor tratamento técnico das madeiras principalmente no que diz respeito à sua conservação, seguindo-se um rápido desmatamento, ocasionando superprodução e deterioração dos preços.

Muita madeira foi deixada no interior dos cafezais, o que possibilitaria um posterior aproveitamento não fosse o sistema de derrubadas que se procedeu, seguido de queimadas. Mesmo a árvore não morrendo imediatamente, o fogo atingindo suas bases provocava sua morte algum tempo depois, ou a infiltração de águas das chuvas nas rachaduras provocadas pelo fogo, causava um rápido apodrecimento. Assim, muita madeira se perdeu.

Chama a atenção dos que estudaram a produção de madeiras, as variações cíclicas, as flutuações a que este importante setor da economia esteve sujeito periodicamente.

O que faria a produção de madeiras crescer em determinados períodos e declinar em outros?

Volta-se a insistir sobre a necessidade de estudo em separado para cada região do Estado e observar em profundidade o que teria ocorrido em determinados períodos e faria mudar as tendências da produção.

Quanto ao Norte do Paraná, dois fenômenos importantes podem ser observados e que influíram decisivamente sobre a produção de

madeiras:

1. As influências exercidas pelas geadas que em determinados anos abateram os cafezais e exerceram influência negativa sobre os cafeicultores que se desinteressaram pela plantação de novos cafeeiros, retardando o ritmo da ocupação das terras, que no caso permaneceram cobertas de matas;

2. o ritmo das ocupações das terras pela agricultura, isto é, a "marcha das frentes pioneiras" ou em outras palavras, o ritmo da colonização das terras norte-paranaenses.

O Norte do Paraná, área reconhecidamente agrícola que deu ao Estado sua posição de maior produtor de café, chegou mesmo a produzir em 1953 mais de 50% do total da produção de madeiras do Estado. Até essa data nota-se uma participação crescente do Norte, declinando posteriormente de maneira mais ou menos acentuada, até 1961, quando passa a ter novamente uma participação ativa.

Embora o crescimento econômico regional tenha sido extraordinário na década de 1950, como aponta Ignez Costa Barbosa, o movimento da produção de madeiras a partir de 1953 decresce em virtude das geadas, quando são menores as plantações de cafeeiros. Considerando que os cafeeiros levam aproximadamente de cinco a seis anos para uma boa safra, tudo indica que a grande produção de café no final da década de 1950 seja resultado do plantio realizado entre 1952 e 1953, quando enormes extensões de cafezais foram plantadas na MR 284 em direção ao Sul, atingindo Faxinal, Marilândia e outras, o mesmo ocorrendo com as frentes pioneiras acima de Maringá, além da ocupação das áreas que permaneceram na retaguarda da grande colonização iniciada na década de 1930.¹³

Seguindo ritmo semelhante, a produção de madeiras no Norte do Paraná acompanhou aproximadamente as oscilações da produção total do Estado, com exceção dos anos de 1954, 1961 e 1963. Isto se explica pela maior ou menor intensidade no ritmo da ocupação das terras, observado no estudo da produção de madeiras em cada micro

-região, já que o desmatamento ocorreu paralelamente a esta ocupação. Assim, as oscilações na produção de madeiras no Norte do Paraná se verificaram principalmente pelo desmatamento ocorrido com a ocupação das terras pela agricultura.

Enquanto no ano de 1953 quase todas as micro-regiões apresentam alta produção, as duas de maior produção, as micro-regiões do Norte Novo de Apucarana e Norte Novo de Londrina, em 1954 sofreram declínio acentuado.

Durante toda a década de 1940 o plantio de cafezais se fez de forma regular, acentuando-se no pós-guerra, pois no início da década de 1950 a produção de café no Paraná apresenta safras muito maiores que na década anterior, sendo mesmo esperado safras muito maiores que as verificadas por volta de 1950, não fossem as geadas de 1953 e 1955. Mesmo assim, a produção foi grande. Isto significa que os cafeeiros plantados com uma antecedência de cinco ou seis anos estariam em plena produção nessa época. Embora não haja registro da evolução do plantio de cafeeiros, pode-se admitir que esse plantio tenha ocorrido entre o final da guerra até 1950, quando as frentes pioneiras já buscam a região de Maringá e um pouco mais a noroeste.

Para a madeira isso significa a abertura e exploração de novas áreas cobertas de matas, e uma busca cada vez maior de novas terras para o plantio dos cafezais, intensificando a disponibilidade de madeira em toros.

No ano de 1953 grandes firmas na MR 284 - Norte Novo de Apucarana, operando algumas até com vagões particulares na R.V.P.S.C. e Sorocabana, produziram quantidades de madeiras até então inéditas no Norte do Paraná. Enquanto nas demais áreas a exploração se mantinha de forma quase regular, em dois anos, 1953 e 1954, foram retiradas de Faxinal as maiores quantidades de madeira que se extraiu em todo Norte. Mas não foi apenas em Faxinal que isto ocor-

reu. Nos demais municípios dessa micro-região foi iniciada a exploração em áreas recém-abertas como os distritos que compõem o município de Jandaia do Sul, Marilândia do Sul, Borrazópolis e outros, onde a busca de terras para lavoura de café liberou grandes lotes de madeiras em toros. No total, a micro-região Norte Novo de Apucarana produziu em 1953, 1.618.000 metros cúbicos de madeira, principalmente pinho e peroba, participando Faxinal com uma produção de 805.000 metros cúbicos; Jandaia do Sul com 340.000, e Marilândia do Sul, outra frente cafeeira, com 230.000 metros cúbicos. No ano seguinte a produção cai para 1.197.000 metros cúbicos e em 1955, para 377.227 metros cúbicos, voltando aos volumes habituais nos anos seguintes, até que no início da década de 1960 outro fenômeno dessa natureza ocorre em Ivaiporã, na mesma micro-região. Esta a razão da grande alta na produção de madeiras no Norte do Paraná, no ano de 1953.

As fortes geadas que ocorreram no Norte do Paraná em 1953 parecem ter desestimulado a abertura de novas áreas para o plantio dos cafeeiros, ocorrendo queda na produção de madeiras em 1954 e nos anos seguintes. Ao lado disso, o ano de 1954 foi de fortes chuvas em todo o Sul do País como assinala o Anuário Brasileiro de Economia Florestal.¹⁴ Poderia haver recuperação no ano seguinte, porém novas geadas abalaram os cafezais em 1955, resultando menor produção de madeiras em 1956. Esta a razão da depressão nos anos seguintes a 1953.

A produção de madeiras ao nível de micro-regiões acompanha aproximadamente os efeitos verificados quanto ao número de serrarias. A mesma mobilidade do fenômeno colonização torna-se aparente com referência à produção. Isto mostra exatamente a ligação entre a colonização e a exploração madeireira.

As tendências da produção indicam que as micro-regiões de colonização pioneira estavam se esgotando desde o início da década de 1950, produzindo quantidades muito inferiores às áreas de coló

nização mais recente. As micro-regiões 281 e 284 que realizaram uma exploração de madeiras mais intensiva, no período em estudo, só a partir de meados da década de 1950 começaram a declinar, enquanto as micro-regiões 283, 285 e 286 estão ainda no mesmo período.

O gráfico 21 que descreve a produção de madeiras em porcentagem por município, na micro-região 284 - Norte Novo de Apucarana está evidenciando 100% da produção no município de Apucarana nos anos de 1947 a 1951 e ainda uma participação grande em 1952. De fato, por se tratar de região nova, grande parte dos municípios que atualmente a compõem, faziam parte do município de Apucarana, como distritos, emancipando-se nos anos seguintes. Isto é comum em todas micro-regiões. A produção de Apucarana para os anos apontados enquadra grande parte da mesma, em seus distritos. O que o gráfico demonstra nos anos seguintes é que é importante, como a participação de Faxinal, Marilândia do Sul, Borrazópolis, áreas fortemente ocupadas a partir de 1952, quando milhares de novos cafeeiros plantados, substituem as matas antes existentes.

O gráfico 18 referente à produção de madeiras na MR 281 - Norte Novo de Londrina pode ilustrar o fenômeno. Cambé, Rolândia, Arapongas e Ibiporã são cidades surgidas na década de 1940, sendo municípios a partir de 1947. Londrina era o município de origem dessas. Na medida que os distritos vão sendo desmembrados de Londrina, constituindo novos municípios, a produção na cidade de Londrina tende a diminuir, quando na realidade a tendência da produção no total da MR é crescer até 1955, declinando em seguida.

A produção nos municípios mais antigos tende a diminuir, enquanto aumenta nas áreas de matas que permaneceram na retaguarda durante os primeiros anos de colonização. É por exemplo o caso de Jaguapitã e Santo Inácio e de outros que praticamente sustentaram toda a produção a partir de 1953. Enquanto nas áreas de coloniza-

ção mais antiga a produção decresce, nas áreas novas aumenta.

Observando o gráfico .24 que mostra a tendência da produção em toda MR 281 vê-se que as áreas novas aparentemente produziram quantidades menores de madeira. Acontece porém que, quando se tornaram municípios e a estatística da produção passou a assinalar o fenômeno, muita madeira já havia sido retirada alimentando a produção das áreas de colonização mais antiga. De fato, a Serraria São Carlos, em Cambé, já retirava madeira em Jaguapitã desde 1944 quando a abundância desta tornava os preços dos toros tão baixos, que compensava o esforço de buscá-la um pouco mais longe, acrescido do fato que se podia escolher à vontade as melhores árvores. Entretanto, só na década de 1950 se instalaram aí grande número de serrarias. O mesmo ocorreu com relação a Santo Inácio.

As cidades da "linha do asfalto", abrangendo Ibiporã, Londrina, Cambé, Rolândia e Arapongas na MR 281, cujo povoamento se iniciou desde a década de 1930, buscam madeiras nas áreas periféricas, desde que se iniciam pequenas derrubadas que liberam madeira em toros. Quando essas áreas foram de fato povoadas, as serrarias ali se instalaram até que as madeiras começaram a escassear.

Enquanto a tendência da produção na MR 281 marca uma elevação até 1954/55 declinando em seguida devido à exploração quase total de suas reservas, na MR 284 essa elevação se situa em 1953/54 declinando nos anos seguintes. Mas no início da década de 1960 mostra nova elevação pelo início da exploração em Ivaiporã.

Observa-se, em alguns casos, que as tendências da produção às vezes mostram um início de declínio, parecendo logo se recuperar para novamente declinar. Esse fenômeno comum às micro-regiões 279 282 e 286, se deve ao fato de se abrirem novas localidades até então à margem da colonização, da mesma forma que ocorreu com as micro-regiões 281 e 284 quando apresentaram uma elevação acentuada da tendência. Evidencia-se aqui, justamente, aquela observação feita por Piérre Monbeig de que na retaguarda vão ficando áreas

sem ocupação, cobertas de matas. À medida que esta ocupação vai efetivando-se, entra em jogo a produção destas, ocorrendo oscilações na produção ou uma nova tendência para alta. Se estas áreas não fossem consideradas, mais cedo notar-se-ia um declínio de produção ou tendência à estagnação até o esgotamento total, em virtude de não haver reflorestamento.

Nos anos em que a exploração intensiva se realiza num município até então pouco ou nada explorado, a produção se eleva a níveis mais altos, às vezes chegando mesmo a 50% da produção em uma micro-região, como por exemplo o caso de Santo Inácio na micro-região 281, Norte Novo de Londrina, e Faxinal, Marilândia do Sul e Ivaiporã na micro-região 284, Norte Novo de Apucarana.

De maneira geral, em todas as micro-regiões pode ser reconhecido o mesmo fenômeno que se iniciou na década de 1960 na MR 285, Norte Novíssimo de Umuarama, última frente pioneira do Norte do Paraná.

As cidades de Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Jussara, Rondon e Terra Boa tiveram o início do povoamento por volta de 1950 e 1951 e já eram municípios por volta de 1955 e 1956, quando a produção de madeiras passou a constar das estatísticas, discriminadamente, sendo que anteriormente constavam nos municípios aos quais pertenciam. Nota-se que rapidamente a produção declina em Cruzeiro do Oeste, Jussara, Terra Boa, Rondon, ao passo que Umuarama só aberta a partir de 1960, em 1962 já é município e conta com uma produção maior que as anteriores. Ao mesmo tempo, outros municípios iniciam sua exploração. Cianorte, planejada para ser o centro regional, enquadra a produção de vários distritos que ainda não são municípios até 1964 e por essa razão mantém um ritmo de produção... mais estável. Cruzeiro do Oeste, Jussara, Terra Boa e Rondon demonstram o quanto pode ser rápido o desmatamento e a exploração extrativa vegetal. Há ainda, em 1964, grandes áreas por explorar, o que indica que o desmatamento ainda não havia sido completo até

essa data.

Até que ponto teria ocorrido nas demais micro-regiões?

Como a ocupação se fez principalmente para a produção agrícola, tudo indica que, no início do povoamento, todas as micro-regiões do Norte Novo e Novíssimo tenham passado por etapa semelhante. Isto é, as primeiras áreas abertas tendiam a se esgotar, enquanto são abertas outras, como por exemplo, na MR 285, Altônia, Icaraima, Xambrê e outras abertas um pouco posterior às primeiras ocupações.

A MR 283 - Norte Novíssimo de Paranavai apresenta fenômeno semelhante. A atual cidade desse nome se originou por volta de 1930 passando entretanto por grandes dificuldades, retomando a colonização novo impulso a partir do início da década de 1950, com a abertura de novas frentes de colonização. Em 1952 havia apenas dois municípios produtores: Nova Esperança e Paranavai. Em 1954, Alto Paraná está emancipado politicamente tendo produção superior à das duas anteriores, seguindo-se a abertura de outras áreas, enquanto as primeiras já apresentam uma participação menor, como se pode verificar no gráfico 20. Enquanto nos primeiros anos a participação de Nova Esperança, Paranavai e depois Alto Paraná são as maiores, no final do período já se deslocou para Nova Londrina, São João do Caiuá, Paranacity e outros, sendo que Alto Paraná, cujo início está em 1954 com alta participação, em 1964 esta já é pouco significativa.

Nova Londrina apresenta caso interessante. Objetivando a extração e aproveitamento das madeiras de lei, duas empresas imobiliárias, a Empresa Marilena e a Colonização Paranapanema Ltda. ali se instalaram entre 1947 e 1950. Em 1947 iniciou-se a exploração das matas, em 1951 a colonização, o povoamento em 1952 e em 1956 já era município. Isto indica que uma área pode ter explorado suas florestas antes que as estatísticas acusem a produção, sendo no entanto, essa produção, agrupada à do município do qual se

originou. No geral, a MR 283 apresentava tendência para a alta de produção, o que indica que novas áreas foram sendo abertas, mesmo quando decaí a produção em algumas localidades.

Na MR 282 - Norte Novo de Maringá, Mandaguari embora já produzisse madeiras desde 1937 quando passou a ser povoada, só em 1948 teve sua produção cadastrada de maneira individual por ter sido emancipada politicamente em 1947.¹⁵ Em 1952, quando novos municípios são criados, percebe-se que a produção em Mandaguari era pequena, e que de fato, Maringá era o maior produtor de madeiras desta micro-região.

A partir de 1955, o fenômeno pode ser apreciado claramente, quando nota-se a abertura de novas áreas de produção madeireira, em direção ao interior da micro-região. Marialva e Mandaguari, cuja produção era expressiva entre 1952-55, no final do período nada produzem, aumentando a participação das áreas mais novas.

Informações obtidas de madeireiras em Maringá, esclarecem que estes buscavam desde o início, madeira em toros fora da região, nas proximidades a princípio, e no final da década de 1960, mais longe, muitas vezes já próximo a Mato Grosso. Entre o final da década de 1960 e início da de 1970 muitas serrarias de Maringá se deslocaram para outras áreas, onde havia maior abundância de matéria prima.¹⁶

Depois da MR 281 e MR 284, a que maior produção apresentou no período de 1947 - 1964 foi a MR 286, de Campo Mourão, especialmente rica em pinho, peroba e cedro. Esta micro-região foi povoada a partir de 1903, por ocupantes vindos do Oeste do Paraná. À medida que a MR 282 foi sendo ocupada em direção oeste, as duas frentes de povoamento se encontraram. Foi quando aconteceu de fato a ocupação intensiva, bem como a exploração madeireira.

A cidade de Campo Mourão só foi elevada à categoria de município em 1947, o que por si já demonstra o lento progresso anterior.

João Kretzen¹⁷ aponta em 1949, apenas uma serraria existente em Campo Mourão e duas em Peabiru, sendo provavelmente as primeiras. O I.N.P., em 1953, já havia registrado 15 serrarias no município, sendo apenas uma serraria na cidade e as demais espalhadas nos distritos e povoados que compunham o município.¹⁸

Assim é que, a partir de 1948 as estatísticas do D.E.E. apontaram englobadamente toda a produção do município, até 1951. Em 1952 quando Peabiru se emancipou politicamente, contou com uma produção superior à de Campo Mourão, que perdurou até 1954. À medida que outros municípios foram criados houve aumento global da produção regional, significando ainda nesse caso, que a produção aumentou na proporção que novas áreas foram abertas. Araruna, Peabiru, Ubiratã, Mamborê, Goio-Erê, são exemplos de regiões ocupadas entre 1945 a 1947 e que se tornaram municípios respectivamente em 1952, 1954, 1955, 1956, enquanto 12 outros municípios que constam da "Sinopse preliminar do Censo Estatístico de 1970" eram mata virgem nessa mesma ocasião.

Enquanto isso estava ocorrendo nas áreas de colonização mais recente quando a tendência da produção era de alta, na zona pioneira ou Norte Velho, como são conhecidas a MR 278 e MR 279, a produção em porcentagem bastante reduzida demonstra o quase esgotamento das fontes de madeiras, tendo mesmo em algumas localidades específicas se verificado o esgotamento total. Ainda assim, as áreas de retaguarda da ocupação, apresentavam uma produção interessante.

A colonização moderna que se fez a partir de 1930 como que contagiou com seu progresso a colonização pioneira. Ao lado disso, grande parte das cidades mais antigas passaram a contar com o transporte ferroviário em dois sentidos: de Cornélio Procópio, passando por Ourinhos, em direção a São Paulo, e de Jacarezinho em direção a Curitiba, por onde se fez o transporte de grande parte do pinho ainda existente nessas áreas. Como a produção não foi

ção espetacular como nas demais micro-regiões do Norte, é possível que as serrarias tenham produzido mais para o consumo local que para exportação. Contudo, a maior parte estava registrada no I.N.P. como serraria de exportação interestadual.

Pelo número de serrarias na MR 279 em confronto com a produção em metros cúbicos, nota-se que são pequenas serrarias, de produção bastante reduzida. Ribeirão do Pinhal era o maior produtor, alternando com outros em breves períodos. Outros dois grandes produtores eram Jundiá do Sul e Congonhas. Essas localidades sustentavam quase sozinhas toda a produção, com pequena participação dos municípios mais antigos. Com a designação de "Outros" no gráfico estão enquadrados os municípios mais recentes (entre 1947 a 1952) que apresentam produção pequena.

Caracteriza-se esta micro-região por grande número de serrarias de pequena produção e por produção global pouco superior à da MR 278, e em alguns anos até inferior, como em 1952 e 1953. É possível que tenha atravessado nas décadas de 1930 e 1940, período de maior produção, a exemplo do que foi a década de 1950 para as MR 281 e 284.

A MR 278 se compara à MR 279. Possuindo áreas de colonização pioneira em maior proporção, a tendência da produção em metros cúbicos indica declínio na exploração madeireira. Nessa, a produção é quase toda sustentada por Curiuva que, embora tenha sido parcialmente ocupada desde 1859, só o foi efetivamente na década de 1940, sendo elevada à categoria de município em 1947. A mesma história repetiu-se em Ibaiti. Pinhalão, outro município de produção acénuada, foi ocupado a partir de 1924 e só em 1951 se emancipou politicamente. As áreas de ocupação recente são de pouca madeira. A participação é tão pequena que o fenômeno é quase impossível de representação gráfica individual.

Por último, a MR 280 constituída por pequena área de ocupação no século XIX e a maior parte por efeito da colonização moderna é

uma micro-região pequena, com poucos municípios. A tendência da produção era declinar pela ocupação quase total de sua área pela agricultura. Embora pequena em extensão, sua produção total em 1953 superou em muito a da MR 279, declinando nos anos seguintes. Quase toda sua produção foi mantida por São Jerônimo da Serra, de ocupação recente, cujo município foi criado em 1947. Ali se localizaram, enquanto a produção foi intensiva, grandes empresas, todas de alta produção, fortemente engrenadas no sistema de exportação interestadual. Embora produzindo em porcentagem superior às demais localidades regionais, mostra declínio acentuado já na década de 1950.

Numa visão geral para todo o Norte do Paraná, pode-se perceber que a tendência da produção é declinar nas áreas de colonização mais antiga ou seja MR 278, 279, 280, 281, enquanto cresce nas MR 283, 285, 286.

Foge a isso a MR 284 por não haver esgotado as possibilidades de suas reservas até 1964, o mesmo acontecendo com a MR 282.

CITAÇÕES NO TEXTO

¹BARBOSA, Ignez Costa. Esboço de uma nova divisão regional do Paraná. Rev. Bras. Geog. Rio de Janeiro, 29(3):84, jul./set.1967.

²Ibid., p. 85.

³INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. Sinopse preliminar do censo demográfico. VII recenseamento geral - 1970. Fundação IBGE. p. 33-38, 1970.

⁴KRETZEN, João. As grandes potências econômicas no Estado do Paraná em 1949. São Paulo-Curitiba. Escritório Sul Brasil Econômico, s/d., p. 108.

⁵Ibid.

⁶MONBEIG, p. 221-236.

⁷COUTINHO, A. Puiggari. Londrina - 25 anos de sua história.S. Paulo, EDIGRAF, 1959, p. 25.

⁸Ibid., p. 57.

⁹KRETZEN, p. 115-133; LIVRO AZUL. Curitiba, W. Tani, 1953/54, p. 341-359; Departamento Estadual de Estatística - Paraná.

¹⁰O tipo clássico é formado de uma máquina a vapor e respectiva caldeira. Máquina a vapor.

¹¹Pressão hidráulica a fogo.

¹²Folhas de serra.

¹³Não se deve tomar como data do início de colonização o aparecimento de uma única cidade, e sim o conjunto das cidades que formam uma micro-região, pois como no caso de Paranavai, a primitiva aglomeração urbana teve início muito antes da colonização conjunta de toda a micro-região cujo centro maior é esta cidade. Da mesma forma, na retaguarda da colonização dos centros urbanos mais importantes de uma micro-região qualquer, ficaram áreas consideráveis que só foram ocupadas em período posterior, e que se situam mais ao interior da chamada linha do asfalto do Norte do Paraná.

¹⁴ INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. As atividades do Instituto Nacional do Pinho em 1954. Anu. Bras. Econ. Flor. Rio de Janeiro, 7(7):11, 1954.

¹⁵ Em toda essa micro-região, as estatísticas não foram anotadas de maneira correta. Pelo menos uma distorção pode ser facilmente percebida. Não houve coleta nos anos de 1950 e 1951. Em 1954 Maringá deixou de figurar, muito embora se tenha conhecimento de serrarias nessa localidade. Pode ser o caso de não haver extração nesse ano em vista do pouco interesse por novas áreas em virtude das geadas de 1953.

¹⁶ Entrevista com madeireiro.

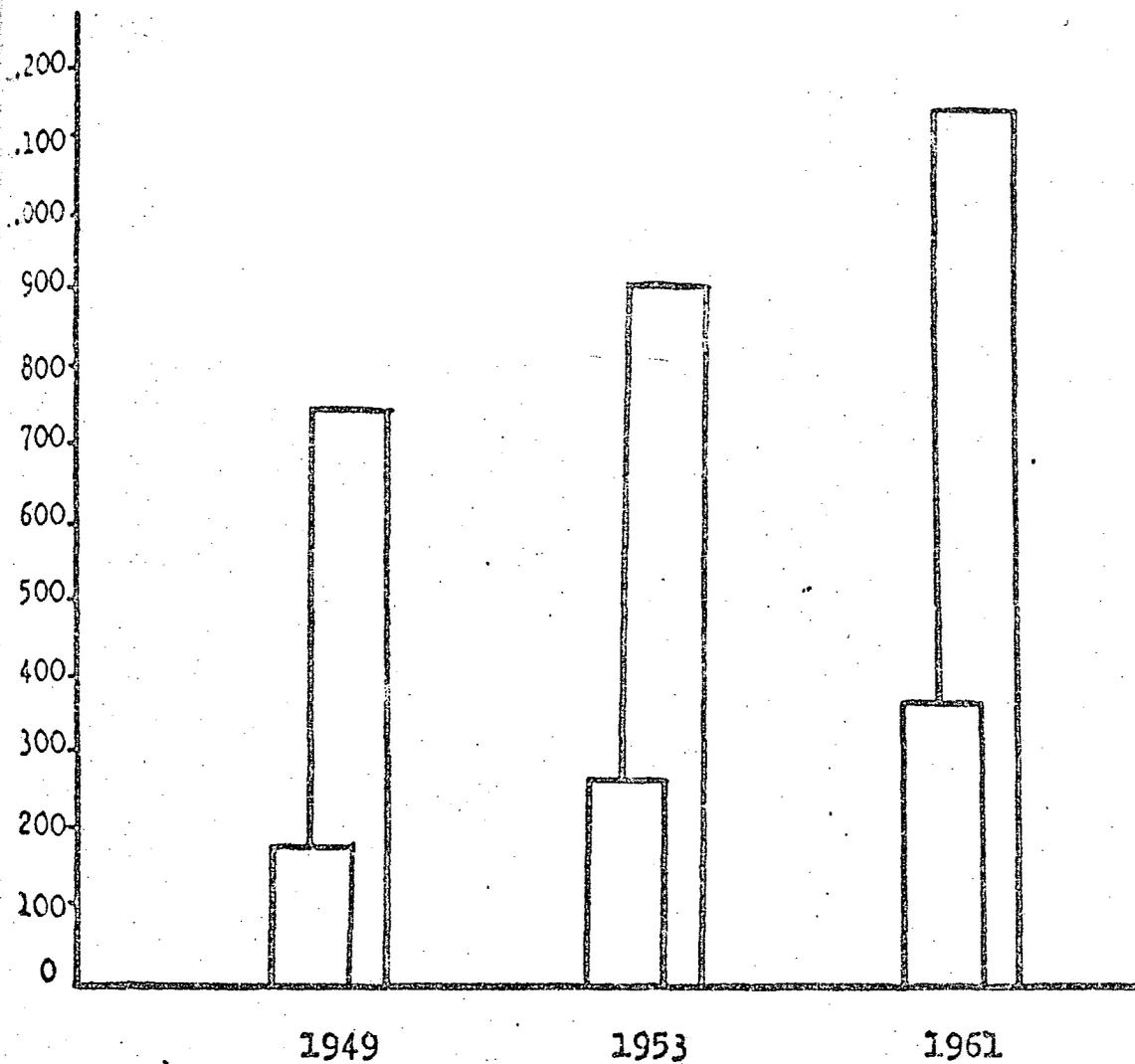
¹⁷ KRETZEN, p. 115 e 117.

¹⁸ Havia duas serrarias com produção superior a 1.000 metros cúbicos mensais e uma com 2.000 metros cúbicos mensais.

¹⁹ Havia apenas uma serraria em Bandeirantes com produção de 650 metros cúbicos mensais, em 1953, outra em Ribeirão do Pinhal com 1.164 e a maioria entre 100 a 200 metros cúbicos mensais, mas há até de 28 metros cúbicos mensais.

Gráfico 10

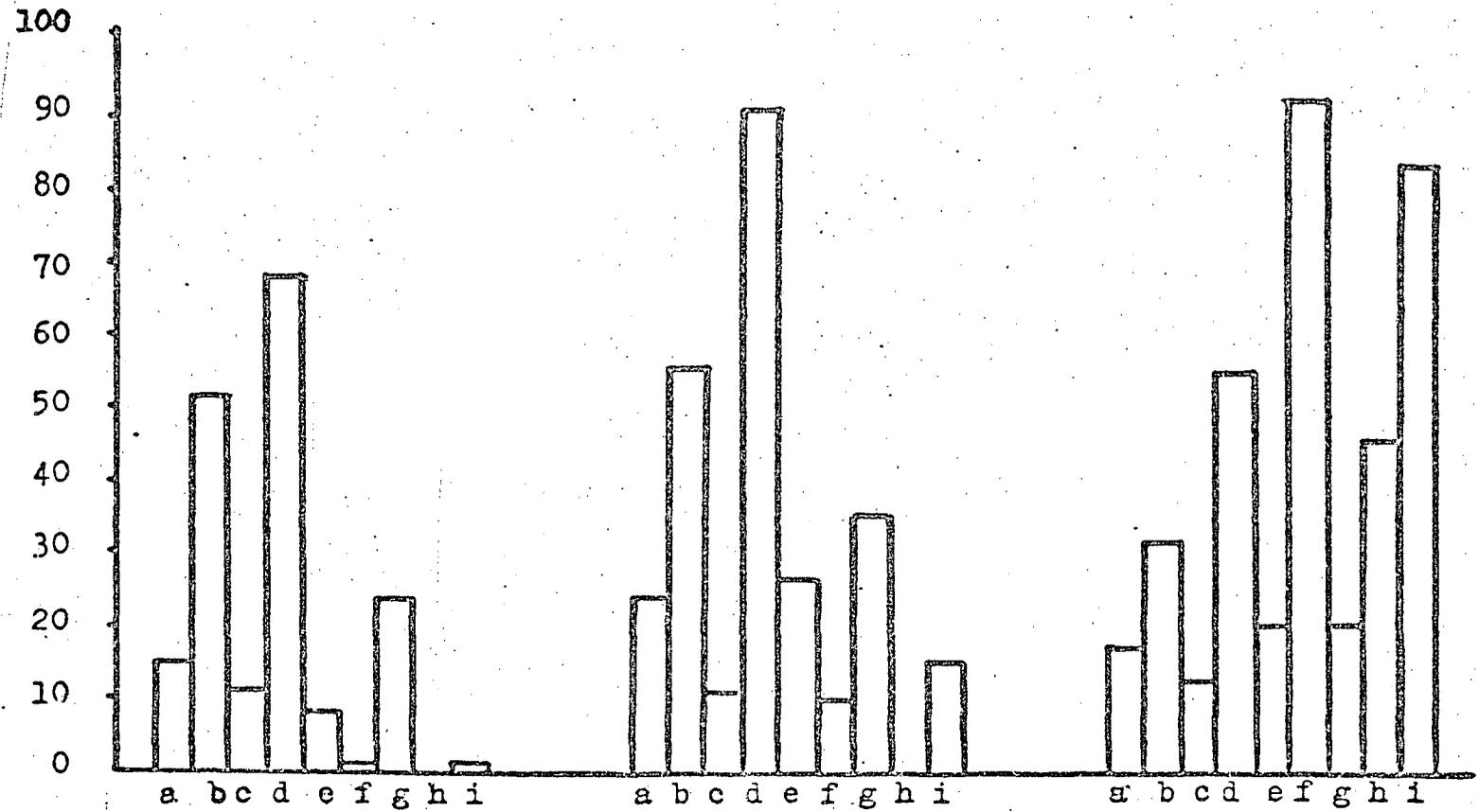
Serrarias no Norte do Paraná em relação ao total do Estado
nos anos de 1949, 1953 e 1961.



Fonte: Tabela 6

Gráfico 11

Número de serrarias nas micro-regiões norte-paranaenses



1949

1953

1961

a- MR 278
b- MR 279
c- MR 280

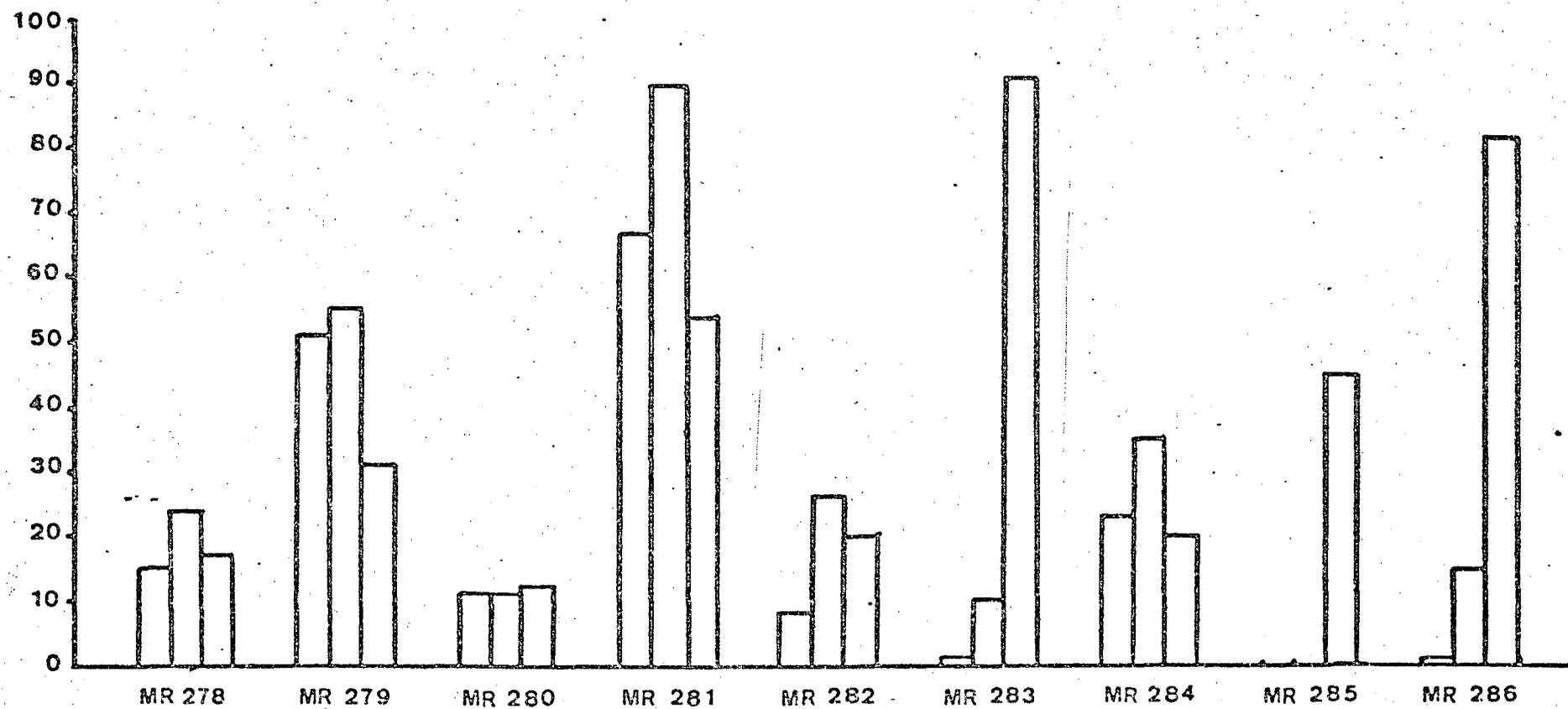
d- MR 281
e- MR 282
f- MR 283

g- MR 284
h- MR 285
i- MR 286

Fonte: Tabela 6

Gráfico 12

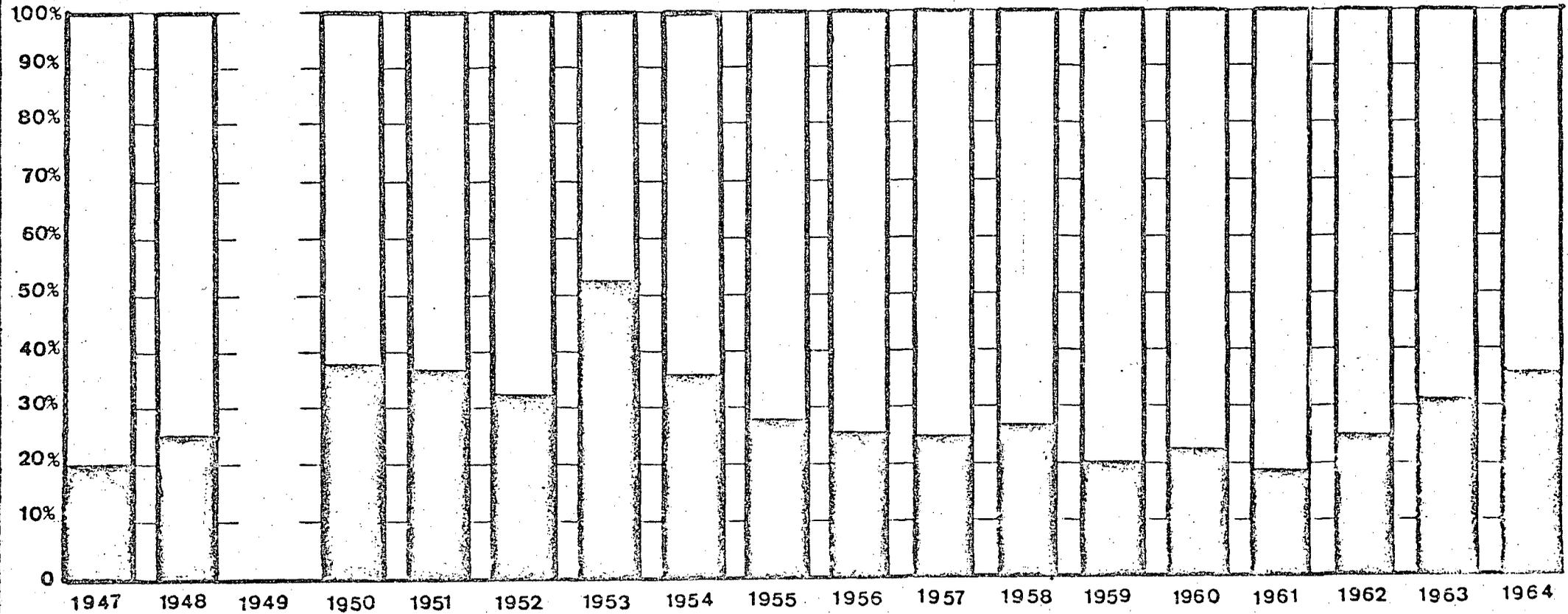
SERRARIAS NO NORTE DO PARANÁ - 1949 - 1953 - 1961.



Fonte: Tabela 6

Gráfico 13

PRODUÇÃO DE MADEIRA NO NORTE DO PARANÁ EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ESTADO - EM PORCENTAGEM

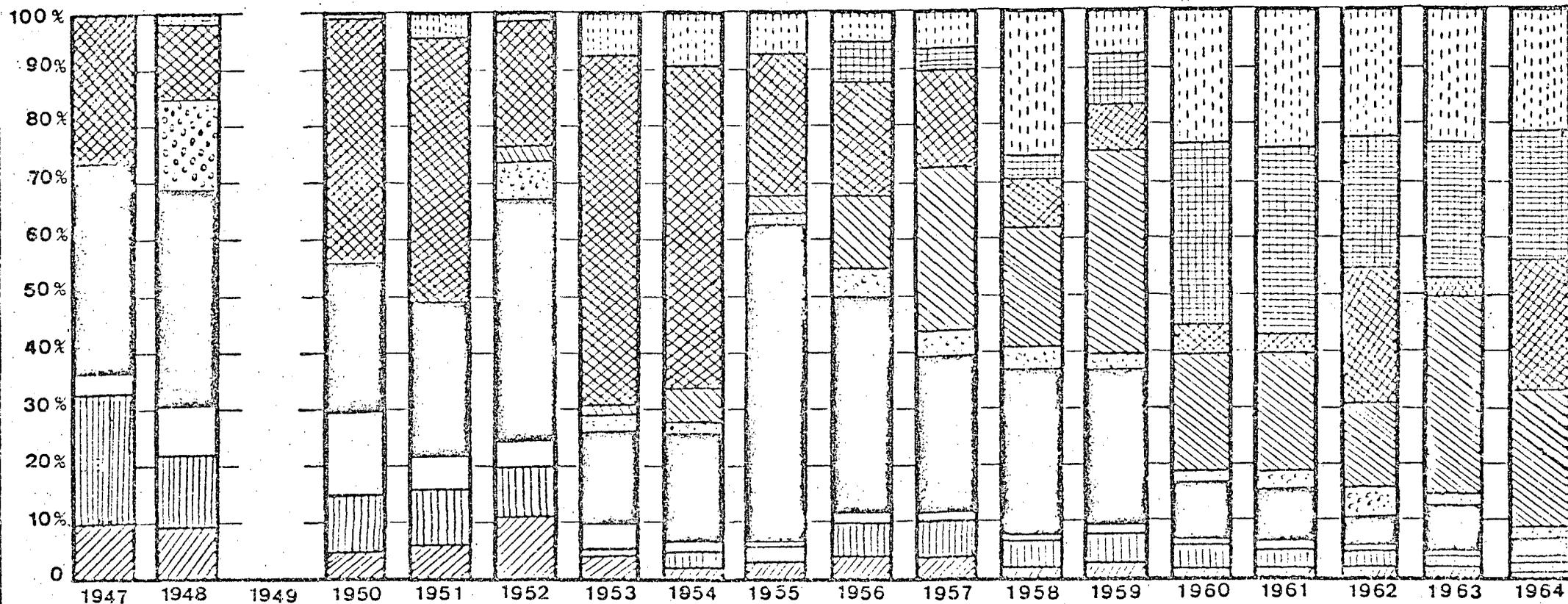


LEGENDA: PARANÁ (white box)
NORTE DO PARANÁ (shaded box)

Fonte: Tabelas 7 e 20 a 28

Gráfico 14

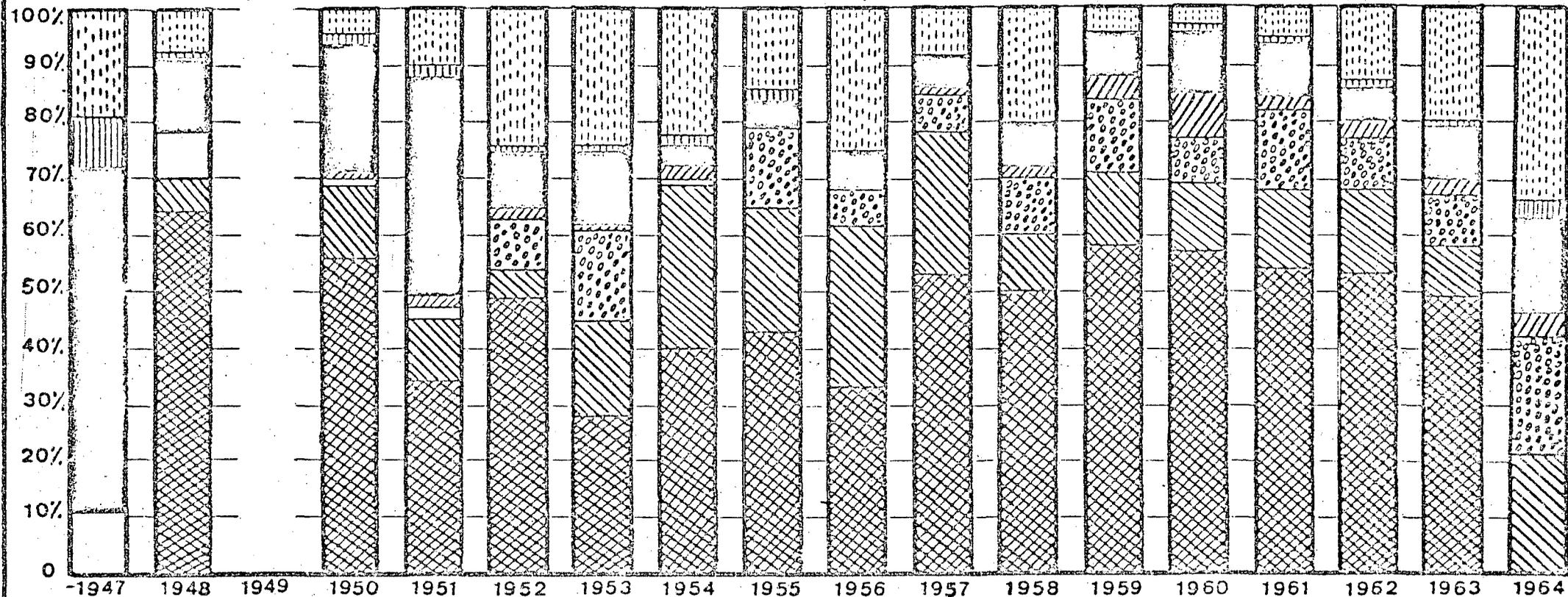
PORCENTAGEM DA PRODUÇÃO DE MADEIRA NAS MICRO REGIÕES NORTE PARANAENSES EM RELAÇÃO AO TOTAL DO NORTE DO PARANÁ



LEGENDA: MR 278 MR 279 MR 280 MR 281 MR 282 MR 283 MR 284 MR 285 MR 286

Fonte: Tabelas 20 a 28

PRODUÇÃO DE MADEIRA NA MICRO REGIÃO 278 - NORTE VELHO DE WENCESLAU BRAS - PORCENTAGEM DA PARTICIPAÇÃO POR MUNICÍPIO



CURIUVA

IBAITI

JOAQUIM TAVORA

OUTROS



PINHALÃO

SIQUEIRA CAMPOS

TOMAZINA

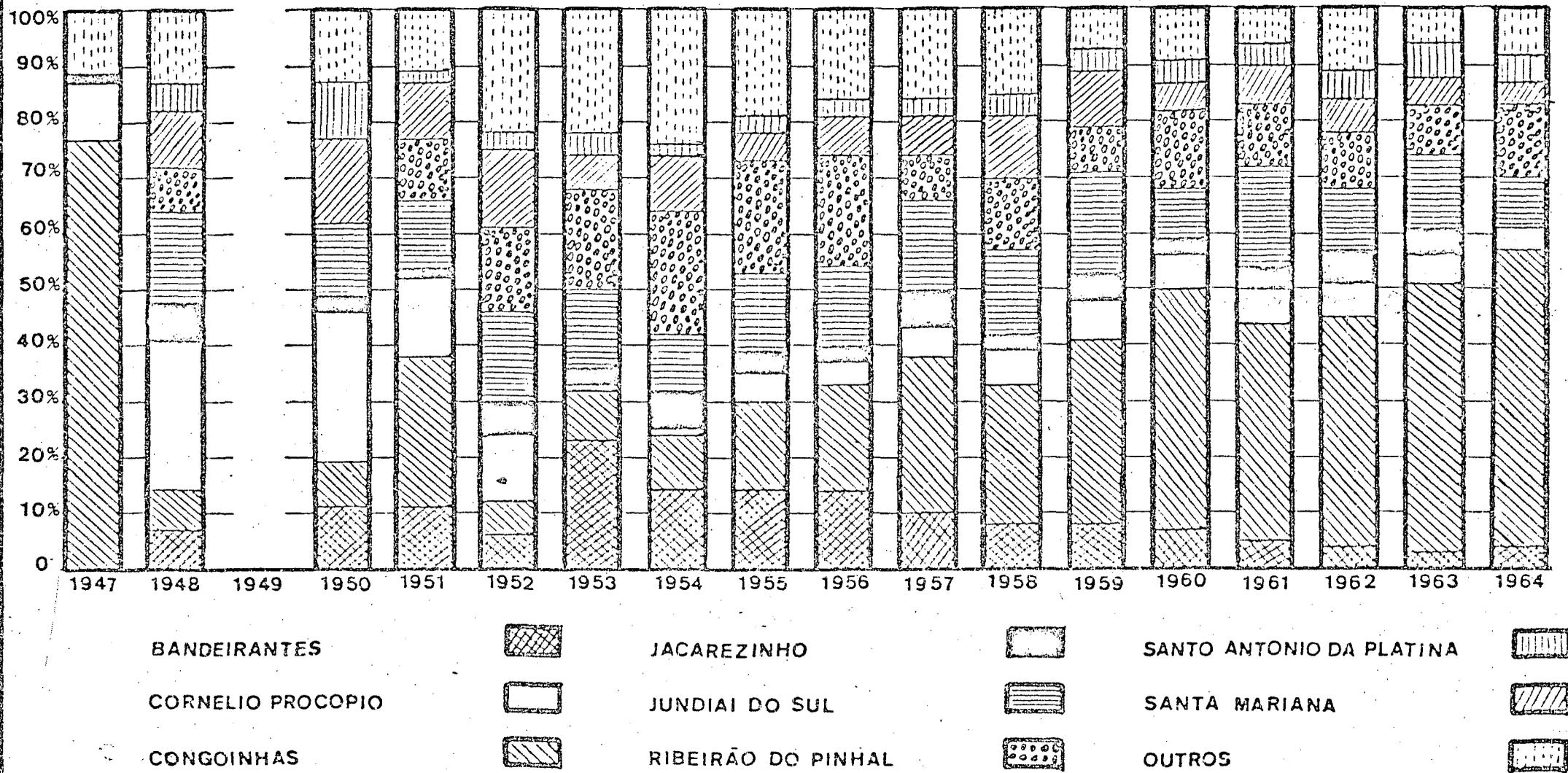
WENCESLAU BRAS



Fonte: Tabela 20

Gráfico 16

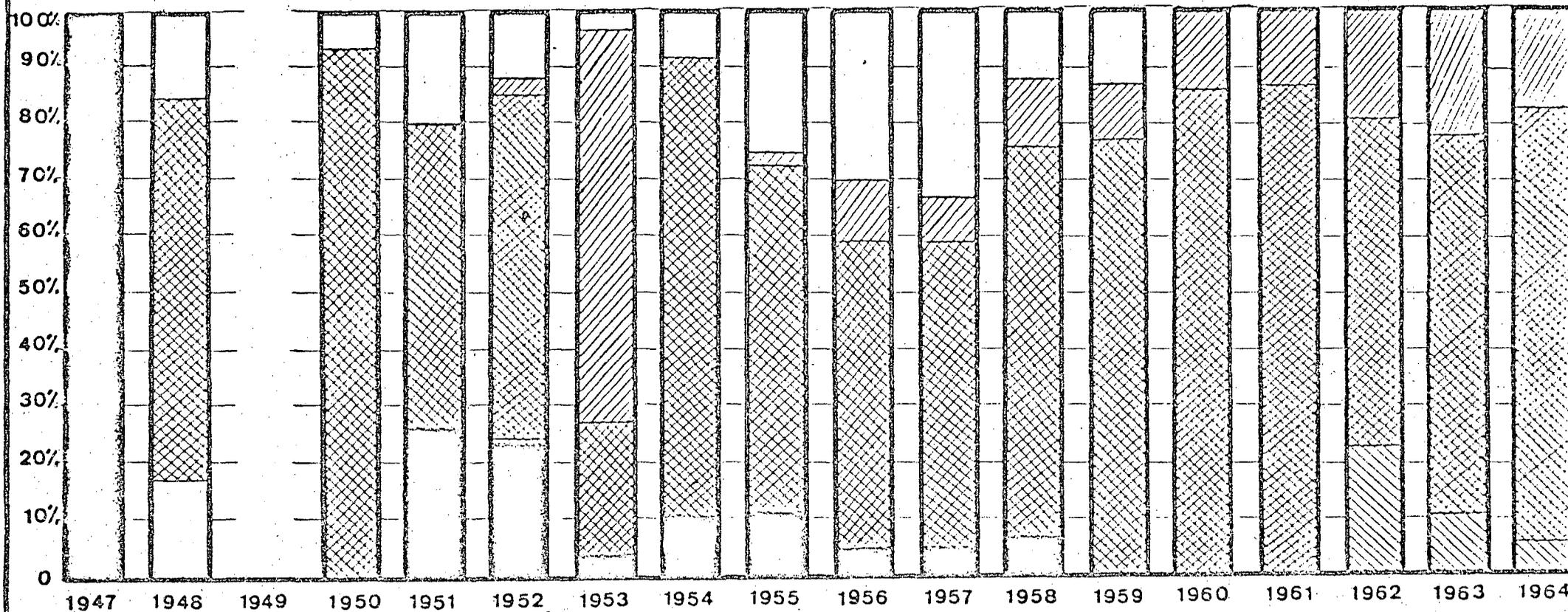
PRODUÇÃO DE MADEIRA NA MICRO REGIÃO 279 - NORTE VELHO DE JACAREZINHO - PORCENTAGEM DA PARTICIPAÇÃO POR MUNICÍPIO



Fonte: Tabela 21

PRODUÇÃO DE MADEIRA NA MICRO REGIÃO 280 - ALGODOEIRA DE ASSAI - PORCENTAGEM DA PARTICIPAÇÃO POR

MUNICÍPIO



OBS.: NÃO FOI POSSÍVEL OBTER DADOS - SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA - 1954

ASSAI



SÃO JERONIMO DA SERRA



SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA



JATAI



SANTA CECILIA DO PAVÃO



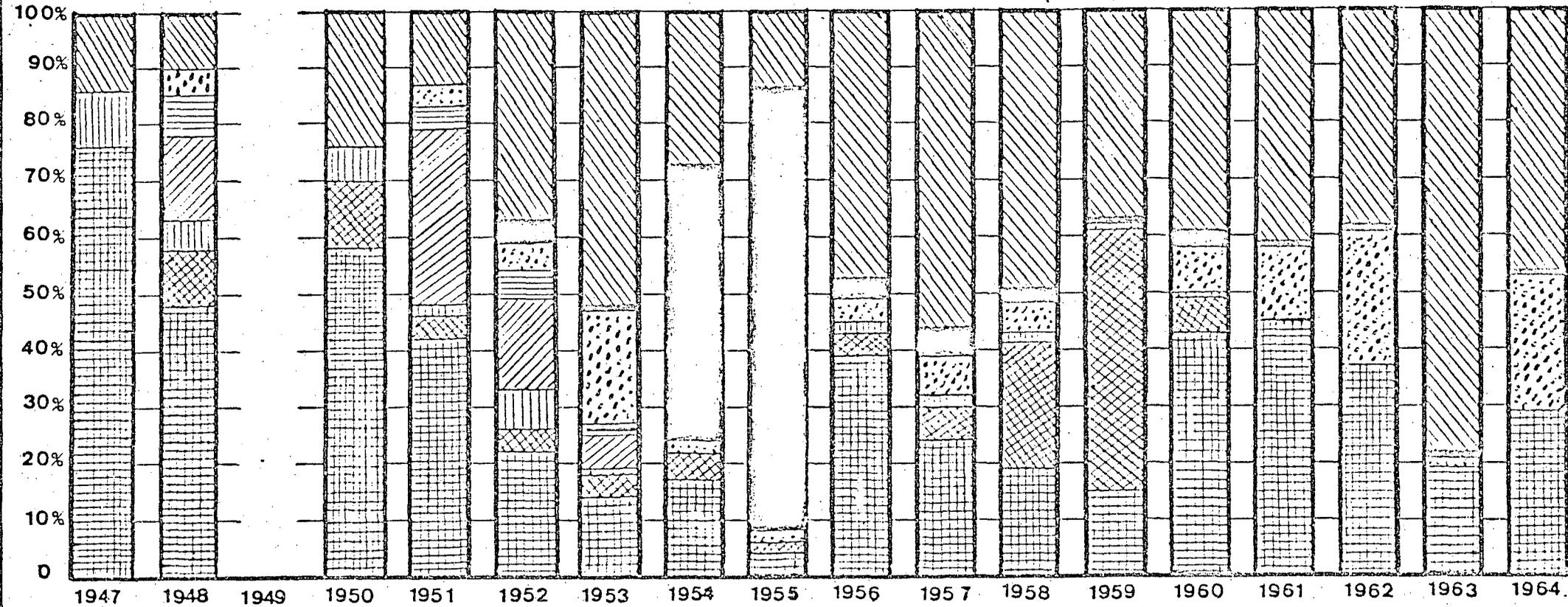
URAI



Fonte: Tabela 22

Gráfico 18

PRODUÇÃO DE MADEIRA NA MICRO REGIÃO 281 - NORTE NOVO DE LONDRINA - PORCENTAGEM DA PARTICIPAÇÃO POR MUNICÍPIO



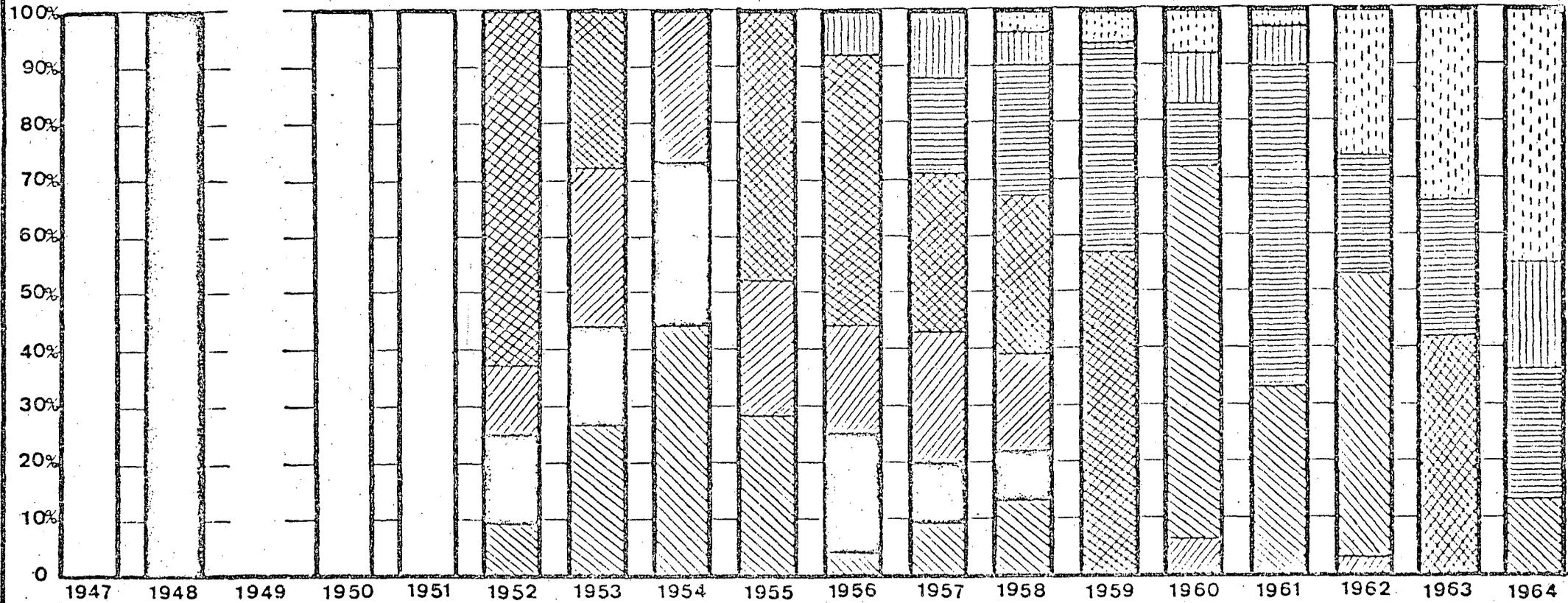
LEGENDA:

LONDRINA		ROLÂNDIA		IBIPORÃ		S. INÁCIO	
CAMBÉ		ARAPONGAS		JAGUAPITÃ		OUTROS	

Fonte: Tabela 23

Gráfico 19

PRODUÇÃO DE MADEIRA NA MICRO-REGIÃO 282 - NORTE NOVO DE MARINGÁ - PORCENTAGEM DA PARTICIPAÇÃO POR MUNICÍPIO



MARIALVA

MANDAGUAÇU

MANDAGUARI

MARINGÁ

SÃO CARLOS

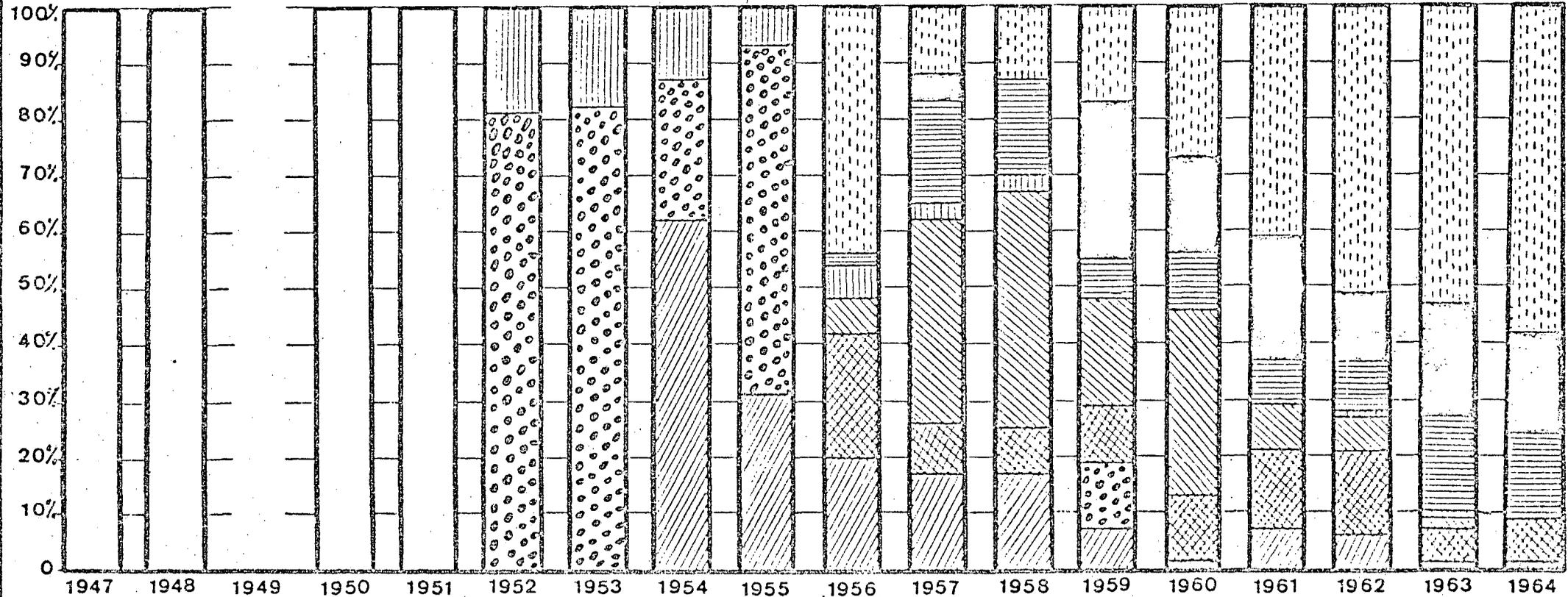
SÃO JORGE

OUTROS

Fonte: Tabela 24

Gráfico 20

PRODUÇÃO DE MADEIRA NA MICRO-REGIÃO 283 - NORTE NOVÍSSIMO DE PARANÁI - PORCENTAGEM DA PARTICIPAÇÃO POR MUNICÍPIO



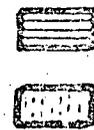
ALTO PARANÁ
NOVA ESPERANÇA
NOVA LONDRINA



PARANACITY
PARANÁI
PARAÍSO DO NORTE



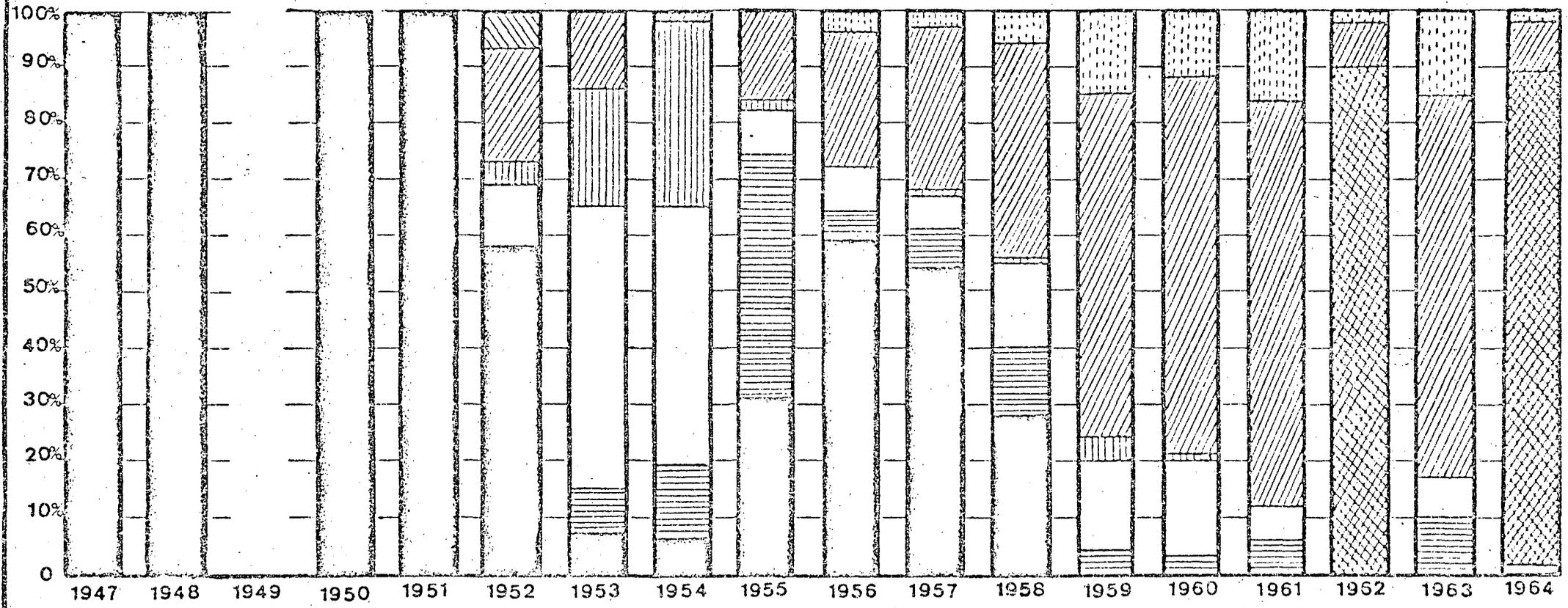
SÃO JOÃO DO CAIUÁ
OUTROS



Fonte: Tabela 25

Gráfico 21

PRODUÇÃO DE MADEIRA NA MICRO-REGIÃO 284-NORTE NOVO DE APUCARANA - PORCENTAGEM DA PARTICIPAÇÃO POR MUNICÍPIO



APUCARANA

BORRAZÓPOLIS

FAXINAL

JANDAIA DO SUL

IVAIPORÃ

MARILÂNDIA DO SUL

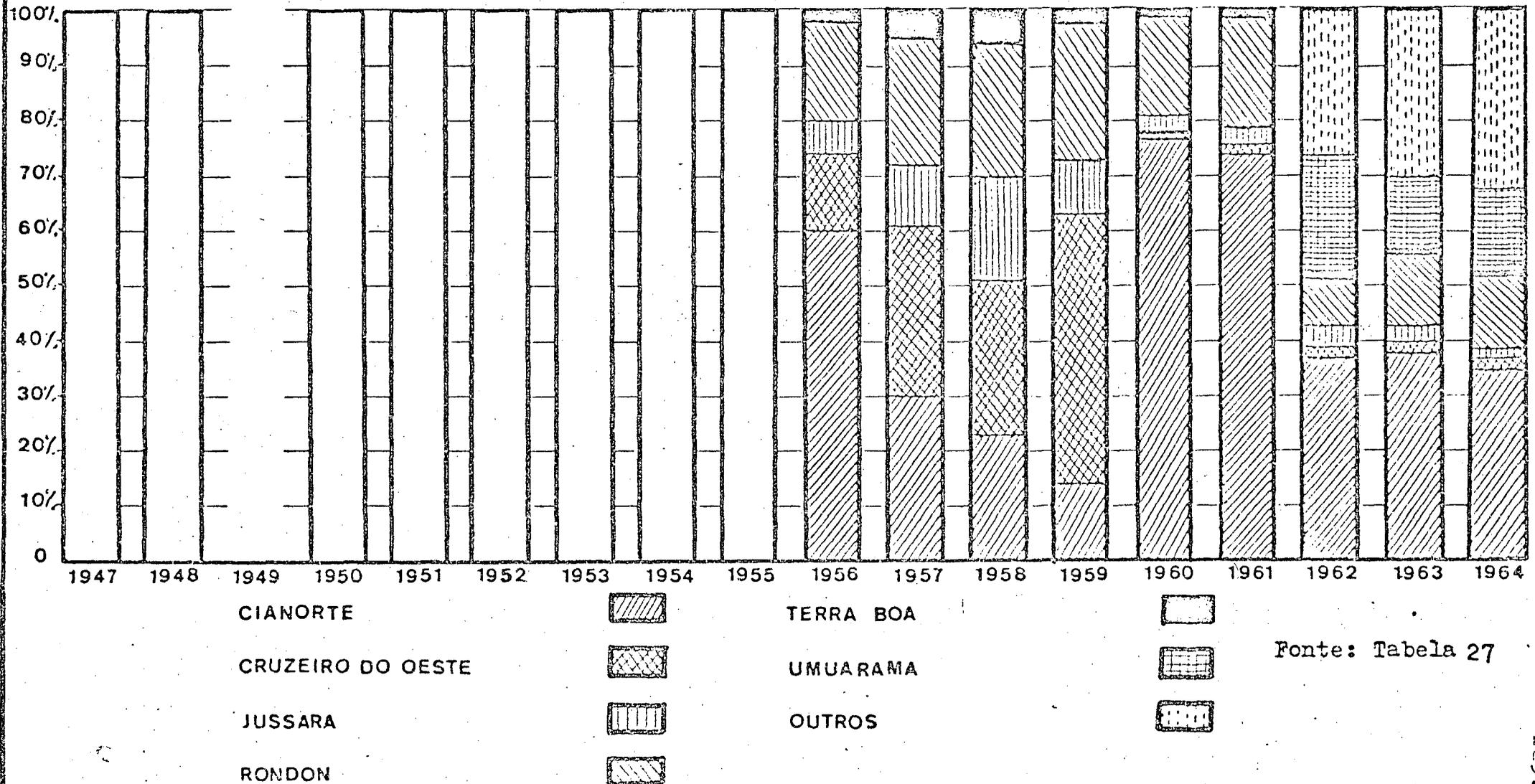
RIO BOM

OUTROS

Fonte: Tabela 26

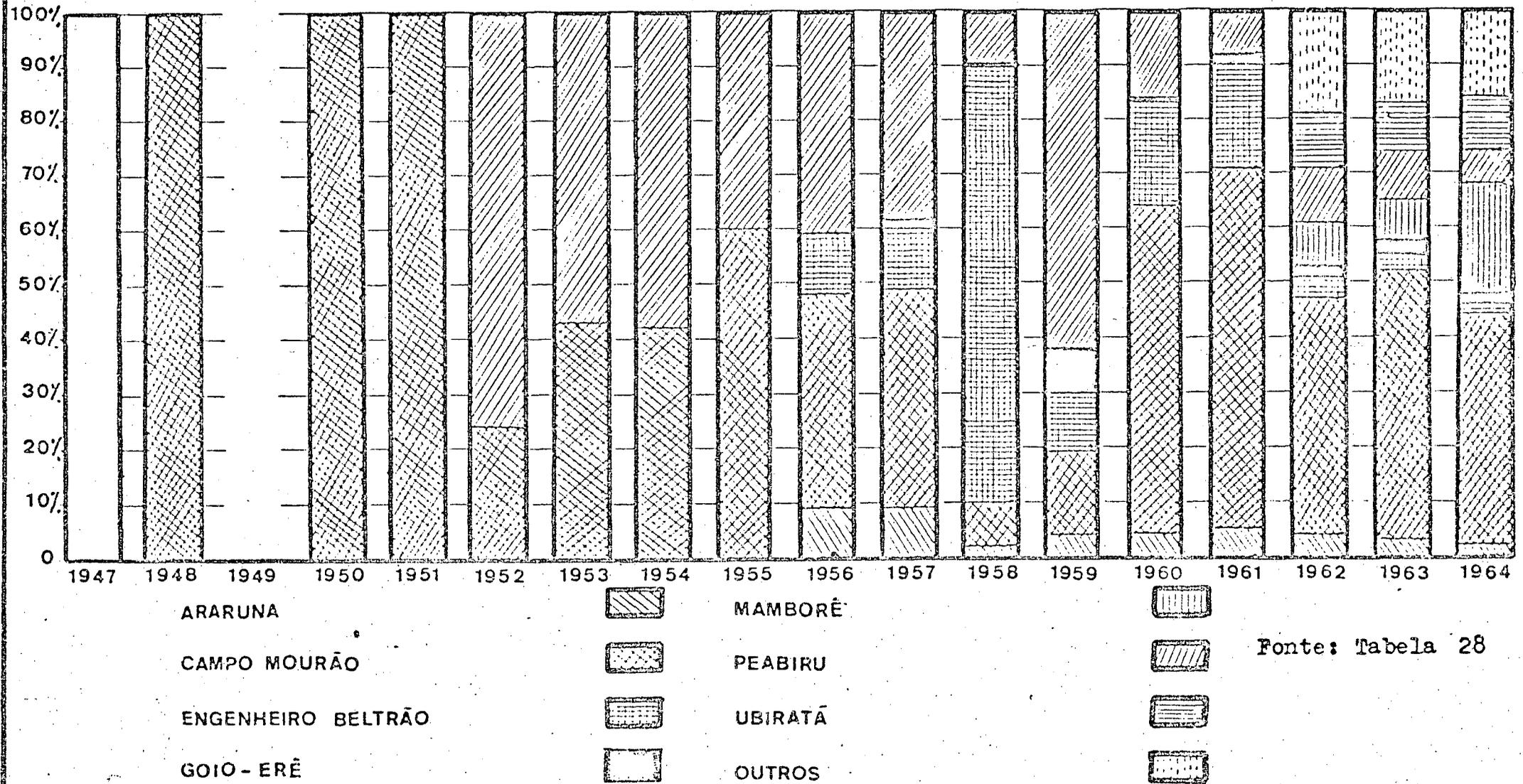
Gráfico 22

PRODUÇÃO DE MADEIRA NA MICRO-REGIÃO 285 - NORTE NOVÍSSIMO DE UMUARAMA - PORCENTAGEM DA PARTICIPAÇÃO
POR MUNICÍPIO



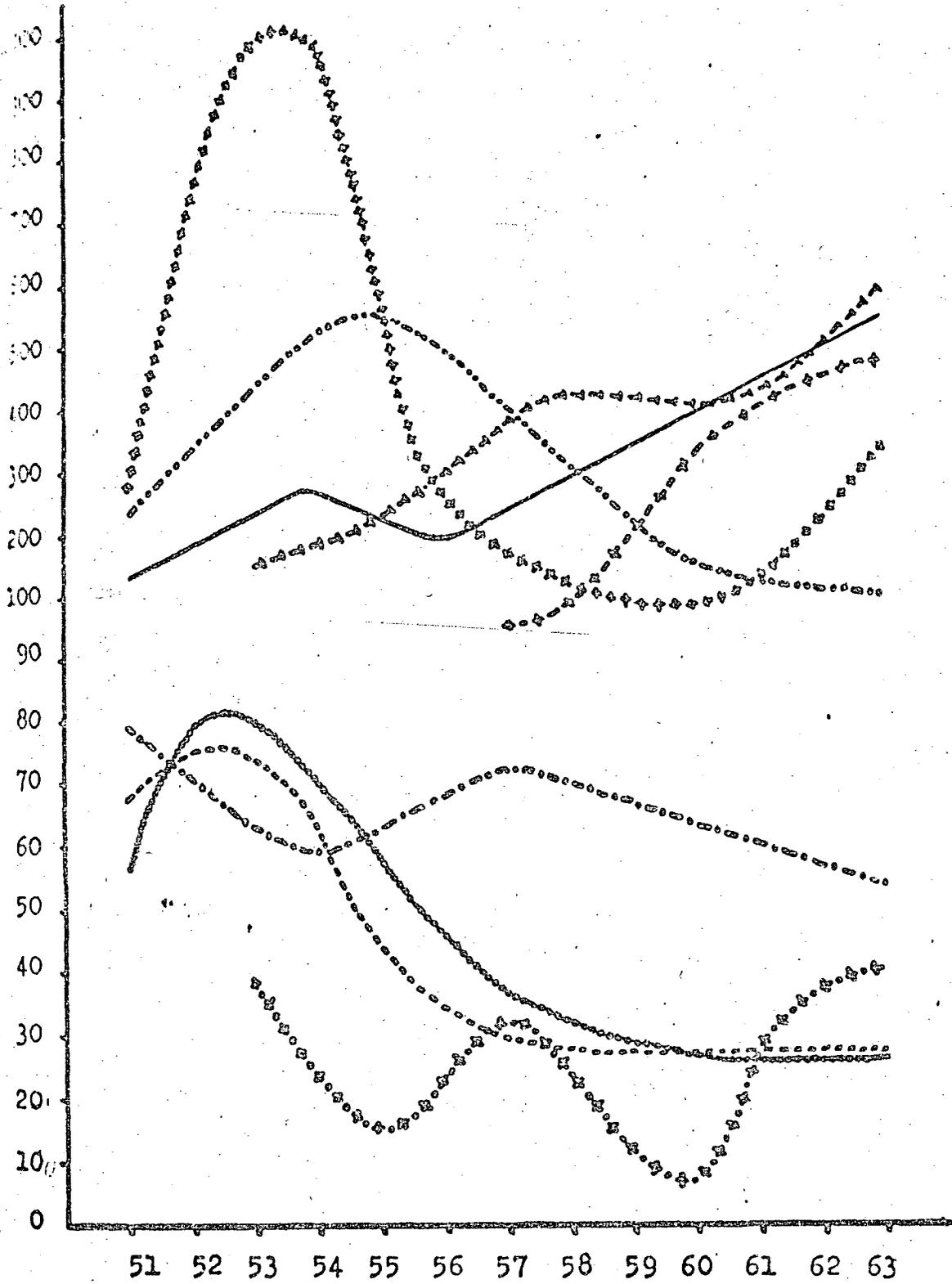
Fonte: Tabela 27

PRODUÇÃO DE MADEIRA NA MICRO REGIÃO 286 - CAMPO MOURÃO - PORCENTAGEM DA PARTICIPAÇÃO POR MUNICÍPIO



Fonte: Tabela 28

Flutuação da produção de madeiras nas micro-regiões norte paranaenses.
(em milhares de metros cúbicos)
1951-1963



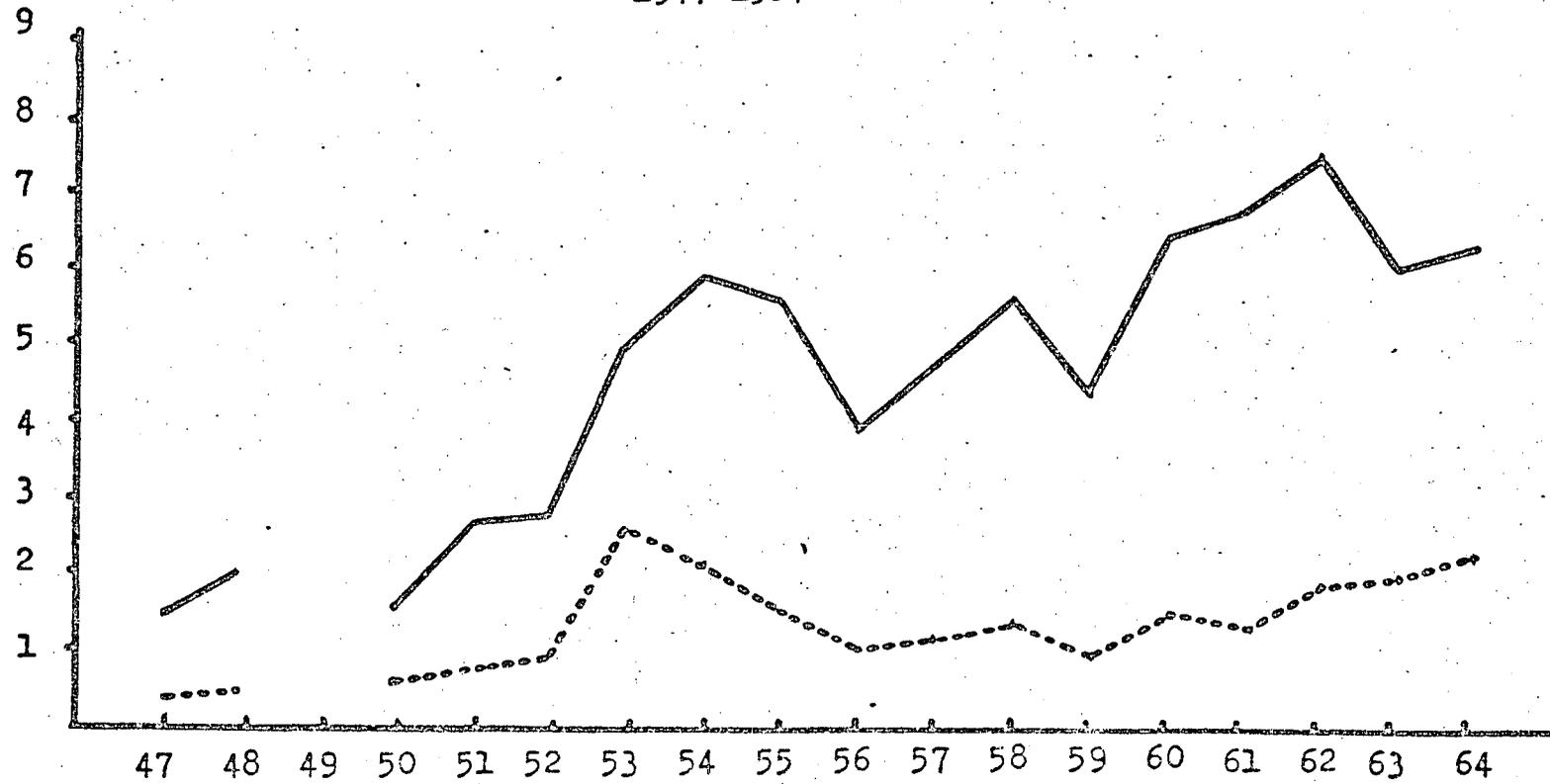
- | | | | |
|--------|-----------|--------|-----------|
| MR 284 | ◆◆◆◆◆◆◆◆ | MR 285 | ◆-◆-◆-◆- |
| MR 281 | -◆-◆-◆-◆- | MR 279 | -◆-◆-◆-◆- |
| MR 286 | ————— | MR 280 | ●●●●●●●● |
| MR 283 | -◆-◆-◆-◆- | MR 278 | ◆◆◆◆◆◆◆◆ |
| | | MR 282 | ◆◆◆◆◆◆◆◆ |

Fonte: Tabelas 20 a 28

Gráfico 25

Produção de madeiras - em milhões de metros cúbicos

1947-1964



Ponte: tabelas 8 e 20 a 28

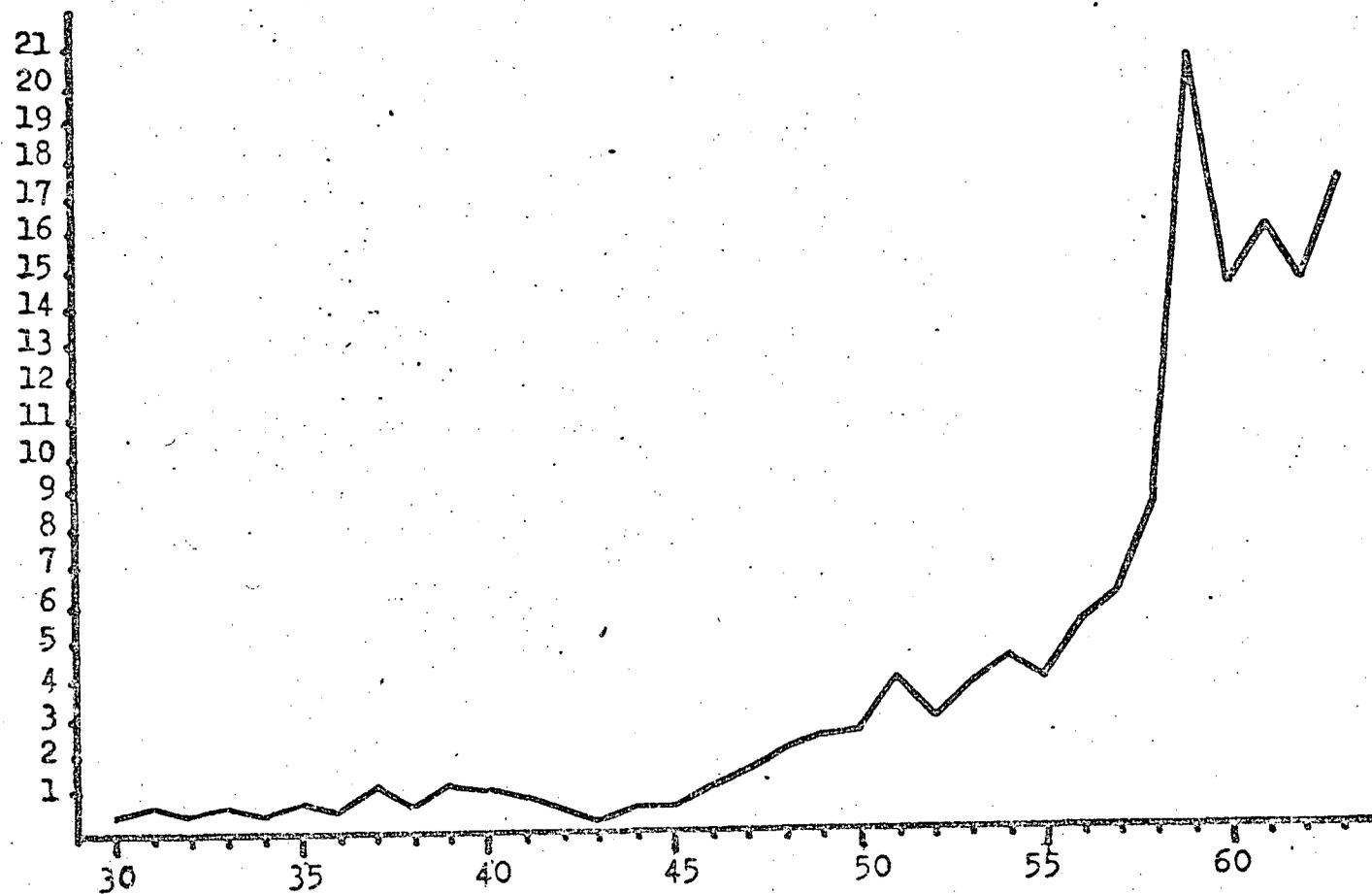
Total do Paraná

Norte do Paraná

Gráfico 26

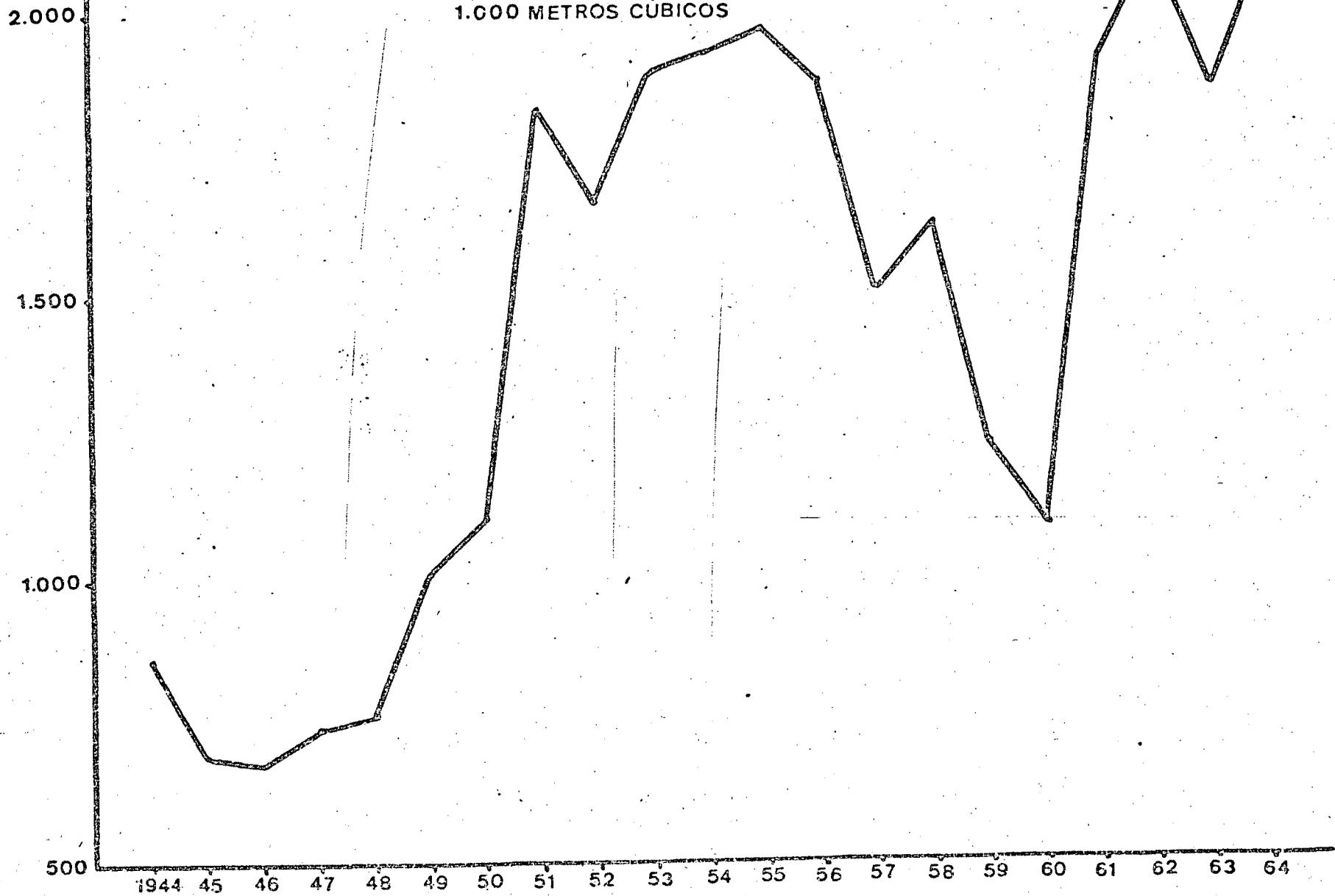
Produção de café no PARANÁ em milhões de sacas.

1930 - 1963



Fonte: Tabela 9

PARANÁ - PRODUÇÃO DE MADEIRA SEGUNDO AS GUIAS EMITIDAS PELO I.N.P.
1944 - 1964



4. UMA EMPRESA MADEIREIRA NO NORTE DO PARANÁ.

4.1. Histórico:

Comum nas organizações tanto agrícolas como industriais ou comerciais do Norte do Paraná, no início da colonização, é o fato de serem elas constituídas pelos próprios familiares ou parentes próximos. As famílias são muito unidas em terras de colonização recente, principalmente quando conta com povoamento através de imigrantes estrangeiros ou descendentes, o que as beneficia sob vários ângulos: a formação de capital, a organização do trabalho, a chefia da empresa, e outros.

Os pioneiros do Norte do Paraná são geralmente imigrantes estrangeiros ou seus descendentes de segunda ou terceira geração, que adquiriram os capitais necessários para se estabelecerem como proprietários, nas antigas lavouras paulistas de café ou cana de açúcar. Unirem-se em famílias era uma garantia de segurança em terra desconhecida.

Para melhor entendimento da questão procurou-se acompanhar a família de cuja empresa se vai tratar, desde sua chegada ao Brasil até quando se estabeleceram como pequenos industriais e comerciantes madeireiros, em Cambé, Norte do Paraná.

José Codato, veio de Treviso, Itália, no ano de 1894, com seus familiares. Eram lavradores que encaravam a vinda para o Brasil como uma aventura, um meio de fazer fortuna mais facilmente, na lavoura cafeeira. A primeira atividade foi se estabelecerem como colonos, nas lavouras cafeeiras do Estado de São Paulo. Apreendida a técnica de tratamento do cafezal, logo se transformaram em empreiteiros. Até 1914 mantiveram-se nessa atividade como formadores de cafezais por seis anos (meeiros).

Fixaram-se, a princípio, na região de Pontal, Estado de São Paulo. Ali, em 1914, adquiriram a primeira propriedade que, formada, dando lucros, foi vendida. Aplicou-se o produto da venda na aquisição de uma propriedade maior, com 42 alqueires, no município de Sales de Oliveira, em 1922. Esse "sítio", o São João, no Córrego do Fim, foi adquirido em nome dos filhos e de um genro, respectivamente: Atílio Codato, Carlos Codato e Jácomo Rossini.

Depois de Sales de Oliveira, estando o sítio já produzindo, venderam-no e adquiriram a Fazenda Monte Belo, próxima à estação ferroviária Monlevade, São Paulo, com 100 alqueires de terra.

Em 1933, José Codato faleceu, dissolvendo-se, logo depois, a sociedade Irmãos Codato & Rossini. A fazenda foi vendida, e os herdeiros de José Codato compraram, separadamente, terras no Norte do Paraná, mas em sítios próximos uns dos outros.

Isto também é comum. Quando o chefe da família morre, faz-se o inventário, os bens são repartidos entre os componentes da família, que, normalmente já sendo casados e tendo filhos, formarão com sua própria família, uma outra empresa. Os inventários em cartórios da região demonstram sobejamente tal comportamento.

A partir deste ponto, as referências serão à família de Carlos Codato, que se dedicou posteriormente à atividade madeireira.

Chegaram a Nova Dantzig, hoje Cambé, no ano de 1933, como pioneiros na nova frente de colonização que se abria, adquirindo dois lotes à Companhia de Colonização Norte do Paraná: os lotes nº 158 e 159, com 60 alqueires, situados no quilômetro 6, da Estrada da Prata, conhecido até hoje como Perobinha.

Como não eram totalmente destituídos de capital, não foram eles próprios que abriram a mata, como aconteceu em grande número de casos. A plantação e formação do cafezal, contudo, foram feitas pela própria família.

A crise de 1929 e a Depressão tiveram para o Norte do Paraná, sérias conseqüências. Os preços dos produtos agrícolas caíam cons

rantemente e de acordo com a Crônica de A.H.M. Thomas¹, os preços mal davam para pagar os fretes. Houve ainda o controle da produção cafeeira, não se permitindo novas plantações, com pequena exceção concedida às Terras da Companhia Norte do Paraná.

Pelas razões indicadas, sem perspectivas de lucro, a propriedade agrícola da família Carlos Codato foi vendida em 1935, quando passaram a residir em Nova Dantzig, dedicando-se por um ano ao comércio de algodão.

Carlos Codato adquiriu, em 1936, 9.920 metros quadrados de terras, quadra 42, em Nova Dantzig, frente à Avenida Inglaterra, onde foi montada uma pequena serraria, a terceira da atual cidade de Cambé. Começou a funcionar em 5 de setembro de 1937, como consta da declaração de Firma, na Junta Comercial do Paraná.

Até se constituir na empresa madeireira de tipo médio, para a região, (1948) passou por várias etapas.

Inicialmente, a serraria era pequena e embora nela trabalhasse toda a família, na Declaração registrada na Junta Comercial, em janeiro de 1945, era constituída exclusivamente por Carlos Codato.²

No período de experiência, antes de começar a funcionar a serraria, explodiu a caldeira, velha máquina Lincoln, adquirida em segunda mão, proveniente de São Paulo. Foi depois substituída por uma caldeira Marshall, também de segunda mão, adquirida em Lins, aos Gilmura Schuller. Os lucros deviam ser compensadores pois já em 1941 adquiriram uma máquina de beneficiamento de café, instalada no mesmo terreno da serraria.

A geada de 1942, arrasando a safra de café do ano seguinte, fez com que a máquina ficasse sem funcionar, sendo vendida em 1945.

Em 1943 foi adquirida uma nova serraria em Jaguapitã, cerca de 60 quilômetros aproximadamente de Cambé, onde havia grandes quantidades de madeira, principalmente peroba. Esta propriedade

foi adquirida em nome de Carlos Codato e dos seus familiares, girando a razão social sob o nome de Irmãos Codato & Cia.³ O fim da sociedade era a exploração de uma serraria, bem como a compra, venda e exportação de madeiras em toros e serradas ou aparelhadas podendo entretanto, "ampliar a outros ramos de atividade caso convenha".⁴

Sobrevinda a guerra, a condição de imigrante italiano, de Carlos Codato criou embaraços às operações da serraria de Cambé.

Aliás, não foi o único a ter dificuldades nesse período. Uma das mais sérias que tiveram os imigrantes italianos, alemães e japoneses, foi terem seus saldos bancários congelados. A firma Carlos Codato teve sérios embaraços dessa natureza, devido ao congelamento dos seus saldos, no Banco do Brasil, em Londrina. O principal ponto da questão foi a dificuldade de vendas a prazo, pois não existia possibilidade de descontar duplicatas, cujos prazos variavam entre 60 a 90 dias, ficando o capital referente paralisado até o vencimento, fazendo-se a cobrança em carteira.

Quanto aos operários que trabalhavam na firma, de acordo com a legislação do período, não se podia empregar mais que 1/3 de operários estrangeiros.

Tipo de fator responsável pela freagem no crescimento dos negócios, foi a dificuldade para obter veículos de transporte, devido às dificuldades de importação e a falta de combustíveis. Só se podia adquirir veículos, mediante prova de necessidade e requerimento ao órgão coordenador de aquisição de produtos importados, o que era difícil de conseguir. Provada a necessidade pela empresa, só foi liberada a aquisição para dois veículos, que juntados aos demais, era apenas suficiente para transportar a madeira até à estação ferroviária e outros serviços, como o transporte de toros do mato à serraria.

Não era fácil conseguir vagões para embarque das madeiras. Essa possibilidade dependia em grande parte do relacionamento com o

chefe da estação, pessoa extremamente importante na cidade, em cujas mãos se achava o controle dos meios de transporte, já que era deficitário o acesso por rodovias, fazendo-se por aí escoamento de toda a produção agrícola, madeireira e outras.⁶

Quanto ao problema de combustível, anteriormente à guerra a serraria havia instalado um depósito para uso próprio, o que a favorecia bastante. Durante a Guerra, entretanto, isto não se constituiu em vantagem, pois havia o problema do parcelamento e fixação de quotas de consumo. A quota da serraria era de 50 tambores mensais (cinco mil litros), vindos pela ferrovia. No ato do desembarque havia a obrigação de comunicar ao delegado de polícia, coisa a que o chefe da estação também estava submetido. Depois disso a gasolina era compulsoriamente dividida aos demais interessados, dando aproximadamente uns quinze litros para cada veículo.

O recurso foi o gasogênio. Interessante foi a engenhosidade com que o problema foi resolvido. Como ficaria caro mandar fazer a adaptação, dois dos irmãos tentaram fazê-la, e então não só o conseguiram, como disto resultou um novo modelo, mais econômico e de maior potência. Um deles chegou a fabricar, em pouco tempo, quatro aparelhos, o que possibilitou a continuação do funcionamento da serraria. Outros veículos foram adaptados, depois de ensinada a técnica a alguns operários que passaram a trabalhar nesse setor, fazendo-se depois disso, na própria serraria 90% dos reparos e consertos de veículos.

Não se dispõe de dados concretos para medir o volume de produção, comércio e preços das madeiras nas duas serrarias nesse período. Através de entrevistas, conseguiu-se apenas apurar que a serraria de Cambé operando com toda sua capacidade, exportava cerca de 200 a 300 metros cúbicos mensais, antes do início da guerra sendo que 90% da produção destinava-se ao mercado paulista, havendo poucas vendas locais. Operava através de representantes em São Paulo, que se encarregavam da comercialização, mediante comissão.

Em 1941, a serraria de Cambé foi cadastrada pelo Serviço do pinho, sendo posteriormente registrada pelo I.N.P. .

Quando a serraria em Jaguapitã foi adquirida, já se encontrava cadastrada e com quota de produção do I.N.P. .

É bastante significativo que em período de crise no setor madeireiro, alguém pudesse expandir seus negócios adquirindo outra serraria. Acontece que Jaguapitã era uma área de grandes quantidades de madeiras duras, principalmente peroba, e para essa essência havia menor dificuldade de comercialização, sendo o mercado paulista grande consumidor dessa madeira. Ambas as serrarias eram do tipo misto, produzindo madeiras de pinho e duras ou de lei. As de pinho eram colocadas na maior parte, na própria localidade; as madeiras duras ou de lei, exportadas principalmente para São Paulo e em menor escala para o Rio de Janeiro. Além disso, a firma de Jaguapitã poderia resolver problemas de ordem legal para a de Cambé.

A serraria de Cambé, constituindo a firma Carlos Codato, não estava registrada como serraria de exportação ou firma comerciante de madeiras, mas agia como tal, pois a firma de Jaguapitã, em nome de Irmãos Codato o era, o que permitia tais transações, pois Carlos Codato, membro da firma, constava como comerciante e exportador, nessa localidade.

Como a maior parte dos empresários desse período, o desconhecimento da legislação que interferia diretamente em suas empresas levava-as a contratar os serviços de pessoas que dispusessem desses conhecimentos, os chamados "guarda-livros", encarregados da contabilidade, escrituração e, na falta de advogados, dos serviços jurídicos rudimentares. O "guarda-livros" era geralmente um contador ou prático em contabilidade. Era esse que providenciava ainda a organização jurídica e tratava dos registros legais, como, por exemplo, na Junta Comercial; realizava os balancetes e balanços etc. .

No caso de empresas em questão, tais serviços eram realizados dessa forma, podendo perceber-se a demora na legalização jurídica de ambas, que operaram algum tempo apenas com Alvarás de Licença. A firma Carlos Codato começou a funcionar em 1937, foi registrada na Junta Comercial em 1945 e cancelada em dezembro de 1947. A firma Irmãos Codato & Cia. foi formada em 1943, a sociedade se iniciou em 1944, foi registrada em 1946, e cancelada em 1947.

Terminada a guerra, abriram-se novas perspectivas de negócios. Em 1947 as duas firmas citadas cancelaram seus registros na Junta Comercial. No mesmo ano iniciou-se a organização de uma única empresa, abrangendo todos os negócios da família.

Para notar-se a transformação por que passou a partir de 1947 pode dizer-se que foram alteradas a divisão do trabalho, o modo de produção, de comercialização, bem como a organização jurídica. Constata-se que em Cambé, anteriormente a 1947, o chefe da família, Carlos Codato, era o único proprietário e empresário, e que nesse caso seus filhos e genro que trabalhavam na empresa, eram simples operários, mas não estavam registrados como tal. Suas funções eram a participação ao lado dos operários propriamente ditos supervisionando e trabalhando desde o abate de árvores e transporte dos toros do mato à serraria; o desdobro dos toros; serragem; classificação, medição e despachos de madeiras; vendas etc. Quando foi adquirida a serraria de Jaguapitã e composta a sociedade Irmãos Codato & Cia., Onézzio Codato, João Codato e Orlando Codato passaram a trabalhar ali, e os demais, ao lado do pai, em Cambé.

Em 1947, canceladas as firmas, desfeita a sociedade Irmãos Codato & Cia., e já se tomando providências para uma nova forma de sociedade, a gerência continuou exercida por Carlos Codato e na sua ausência, por Ricieri Codato, sendo todos os negócios feitos de comum acordo entre os sócios.

Notou-se a conveniência de uma atenção maior ao mercado paulista, consumidor mais estável, mais próximo e de mais fácil acesso.

O sistema de operações de vendas interestaduais era anacrônico e às vezes embaraçoso, ocorrendo demoras de até 90 dias na sua conclusão. Todas as vendas eram feitas em consignação. Os consignatários faziam suas encomendas em Cambé, que enviava as madeiras mediante romaneio, guia de despacho interestadual, guia de produção do I.N.P. e uma nota parcial de venda. Além dos entraves ocasionados pela requisição antecipada de vagões e possíveis atrasos as notas parciais atrasavam mais ainda as operações. Como as vendas eram feitas em consignação, não se sabia ao certo qual o preço que as madeiras alcançariam no mercado, extraíndo-se tal tipo de nota pelas cotações de preços fornecidas pelos consignatários. Depois da madeira vendida aos atacadistas ou consumidores, os consignatários comunicavam os preços da madeira, os valores da venda, a classificação obtida, as metragens vendidas. A partir desses dados extraía-se a nota fiscal definitiva, realizava-se o faturamento, emitiam-se as duplicatas correspondentes, cujos prazos de pagamento podiam variar entre 60 e até 120 dias, sendo mais comum o prazo de 90 dias. Entre a data de embarque e o pagamento das duplicatas, podia ocorrer um prazo de 6 a 10 meses. Além disso, nem sempre havia consonância entre as metragens constantes nos romaneios, onde até os centímetros eram registrados, bem como não havia sempre concordância na classificação das madeiras. Muita madeira despachada como de primeira qualidade, vinha reclassificada como de segunda e metragens reduzidas. Naturalmente, influíam toda a operação, as oportunidades de negócios.

Na nova divisão de trabalho, Carlos Codato passou a residir em São Paulo, desde 1947, controlando o sistema de comercialização das vendas da empresa, na Capital e arredores. Sua função, além de gerente da empresa, era a de controlar os recebimentos das

madeiras exportadas pela matriz, eliminando os inconvenientes dos recebimentos, tais como ajuste de medição e classificação; realizar compras e vendas; procurar novos fregueses; comunicar à matriz o montante das operações para que fosse realizado o faturamento com maior rapidez, e se emitisse duplicatas, já que a quase totalidade das vendas era a prazo, bem como fossem extraídas notas de vendas definitivas ao invés do incômodo sistema de notas parciais.

Procurando aumentar os lucros da empresa, abrangendo todas as etapas do processo, desde a produção à venda direta ao consumidor instalou-se em 1950, um escritório de vendas em São Paulo e um depósito de materiais de construção, em São Miguel Paulista, município de São Paulo, o que permitiria à empresa vender sua própria produção diretamente ao consumidor, evitando uma série de intermediários (os consignatários), ao mesmo tempo que podia concorrer em situação vantajosa com os mesmos.

Foi instalado nesse depósito um pequeno maquinário de beneficiamento de madeiras, que vindas serradas em bruto do norte do Paraná, eram ali beneficiadas conforme as necessidades do mercado.

Toda a engrenagem do sistema era realizada pela matriz, em Cambé, cujos encargos iam desde a produção de madeiras, controle das transferências vindas da filial de Jaguapitã, compras, faturamentos, requisições de vagões e de guias do I.N.P., recolhimento de taxas de exportação, pagamento de salários, reposições de materiais, desconto de duplicatas, operações bancárias etc.

Como a madeira em toros era mais abundante e mais barata em Jaguapitã, era ali que se efetuavam as compras da maior parte da matéria-prima, bem como se produzia em maior quantidade a madeira serrada em bruto, sendo o beneficiamento realizado totalmente em Cambé. Parte da produção da serraria de Jaguapitã era transferida para a matriz, como se fosse uma operação de compra e venda; destinando-se essa produção à exportação interestadual, parte era

vendida ao mercado local e regional.

Deste modo, as funções centralizadas em Cambé, sob a direção de um único elemento, Carlos Codato, diversificaram-se a partir de 1947, podendo reconhecer-se no mínimo três direções: a de produção, mais ativa em Jaguapitã; a de exportação, administração e finanças, em Cambé; a de comercialização, em São Paulo, dando à empresa características capitalistas mais modernizadas.

Não chegando ao ponto de uma modernização acentuada, as instalações industriais foram melhoradas e ampliadas, contando em Cambé, com energia elétrica e em Jaguapitã com energia hidráulica da empresa. Em Cambé foi instalada a seção de beneficiamento, dando à serraria um certo caráter de fábrica.⁸

O capital subscrito pela sociedade, em 1948 era de Cr\$ 1.800.000,00, divididos entre os sócios, cabendo a Carlos Codato a subscrição de Cr\$ 1.200.000,00 e aos demais sócios, em número de seis, a subscrição de Cr\$ 100.000,00 cada um.

Pelo Diário nº 1 da empresa, pode-se verificar a composição do capital e as subscrições constantes do Contrato Social.

QUADRO 2

Composição do capital	valor
1. Máquinas e pertences	730.900,00
2. Imóveis	970.800,00
3. Móveis e utensílios	35.160,00
4. Madeiras	408.590,80
5. Veículos	210.000,00
6. Ferramentas	39.478,00
7. Materiais de consumo	130.710,00
8. Arroz e cereais	26.305,00
9. Caixas	57.088,20
10. Contas-Correntes - créditos	129.793,50
T O T A L	2.704.404,90

Fonte: Diário nº 1. Serraria São Carlos - Cambé.

Pode constatar-se que o capital inventariado na ocasião do Contrato Social ultrapassava o capital subscrito, o que possibilitou

a instalação do escritório em São Paulo e do Depósito de Materiais de Construção, em 1950.

A serraria, em Cambé, dispunha do seguinte conjunto de maquinaria: serra vertical, serra Tissot, serra Francesa, duas serras circulares, duas destopadeiras, uma plaina de quatro faces, um esmeril, um locomóvel de 25 HP., transmissões, mancais, polias, correias, bomba para água, etc.

A serraria de Jaguapitã dispunha de uma serra Kinckener, uma serra linhadeira, uma serra Tissot grande, uma pequena, uma serra Francesa, uma serra circular, uma destopadeira, um locomóvel de 15 HP., uma talha, eixo, transmissões, polias, mancais etc., uma bomba e instalação, um compressor de ar.

Do ponto de vista do maquinário que determinava a capacidade de produção e conseqüentemente as quotas de produção do I.N.P., as duas serrarias separadamente se enquadravam na terceira categoria de classificação, isto é, com capacidade de produção até 300 metros cúbicos mensais. Como empresa, pode ser classificada no Norte do Paraná, como empresa do tipo médio, e em relação ao conjunto das empresas madeireiras do Estado, como uma empresa madeireira pequena, característica da maior parte das empresas do gênero no Norte do Paraná.

Como forma de organização jurídica, na segunda etapa, a empresa se enquadra no Direito Comercial Brasileiro como "sociedade coletiva" ou "em nome coletivo" (art. 315/316 do Código Comercial), cuja responsabilidade de todos os sócios é ilimitada e cuja característica fundamental é a de que todos os seus sócios, em igual medida, responsabilizam-se, além do capital social, por todas as obrigações da sociedade.

4.2. A aquisição da matéria - prima;

A empresa adquiria em Jaguapitã e arredores cerca de 90% da madeira em toros de que tinha necessidade.

O volume adquirido de cada fornecedor dependia de como estava enquadrado esse fornecedor, se extrator de toros profissional, ou se de fornecedores ocasionais que derrubando as matas para aproveitamento do solo, vendiam a madeira extraída. Quando as aquisições são feitas de fornecedores extratores profissionais, são geralmente, em grandes quantidades.

Verifica-se pelos registros de compra, que, em Jaguapitã, os fornecedores são mais estáveis e com exceção de poucos casos, são profissionais, o que indica que nessa área a extração de toros vivava evidentemente uma exploração mais racional e intensiva que nas áreas de liberação das matas para agricultura.

As aquisições feitas em Cambé são quase na totalidade de fornecedores de fora, de Jaguapitã mesmo, ou das cidades vizinhas a Cambé. O que Cambé fornecia como toros era sempre em pequenas quantidades, e de fazendeiros ou sitiantes, isto é, dos que aproveitavam a terra para lavoura.

As compras de toros são registradas em dois livros: o pinho, em livro especial para controle do I.N.P. durante um curto período - de 1948 a 1952; e as madeiras duras ou de lei, são registradas globalmente em um único livro. Todo o pinho serrado pela empresa, era adquirido em Jaguapitã.

O preço das madeiras em toros depende de vários fatores: a espécie, a qualidade, o diâmetro, o comprimento, e o tipo de fornecedor.

Não se pode fazer um estudo completo dos preços desses toros, porque as quantidades, isto é, os volumes e os preços estão registrados apenas até março de 1953; daí em diante, só foram registrados os valores das compras, os nomes dos fornecedores, e o número das notas de compra, enfim, os elementos essenciais para fins de contabilidade, pois a partir desse ano o I.N.P. não exigiu mais os registros dos volumes das madeiras.

Até março de 1953 foi possível observar uma variação bastante

grande nos preços de cada fornecedor, bem como para os diversos tipos de essências: o preço mais elevado cabe à cabreúva, seguida do cedro, peroba e por último o pinho.

Como as compras de peroba são mais freqüentes, foram tomadas as variações de preços dessa essência para estudo.

QUADRO 3
Variações nos preços do metro cúbico da peroba em toros em Cruzeiros

ANO	JAGUAPITÃ		CAMBÉ	
	mínimos	máximos	mínimos	máximos
1948	15,00	110,00	75,00	180,00
1949	38,00	100,00	45,00	170,00
1950	50,00	125,00	75,00	110,00
1951	40,00	250,00	30,00	180,00
1952	95,00	250,00	30,00	180,00

Fonte: Livros de registro de compras - Serraria São Carlos, Cambé; Serraria São José - Jaguapitã.

Os preços máximos são dos fornecedores habituais, o que demonstra serem profissionais extratores. São eles que vendem em maior quantidade e com maior freqüência. Os preços baixos são de fornecedores menos freqüentes e que em alguns casos venderam uma ou duas vezes apenas.

Entre as máximas e mínimas há toda uma variação que oscila, sem qualquer coerência ou proporção. Mesmo nos preços mínimos, não existe coerência, pois trata-se de madeira disponível por derrubadas que visavam a ocupação do solo por lavouras ou pastagens e que eram vendidas em pequenos lotes. O mesmo não acontece com os preços máximos que seguramente podem ser tomados como representativos dos preços correntes no mercado local da matéria-prima.

Nota-se, também, a diferença de preços entre as duas cidades, bem como a diferença nas oscilações anuais. Em 1948 mal se inicia

a exploração madeireira em Jaguapitã, enquanto em Cambé, embora ainda existindo pequenas quantidades de madeiras por explorar, já ia mais adiantada a colonização. As madeiras ali compradas eram geralmente provenientes de outras localidades. Jaguapitã era diferente, os preços são mais baixos em 1948, em 1952, são muito superiores, justamente por se tratar de um período onde a exploração madeireira foi mais intensa e portanto de maior valor comercial; ao contrário, Cambé já praticamente esgotava suas últimas reservas. Em Jaguapitã as madeiras eram procuradas, em Cambé, por se tratar de lotes menores, eram ofertadas às serrarias.

Em cinco anos, entre 1948 a 1952, para o mesmo tipo de fornecedor, as variações de preços não foram tão significativas. Pode-se mesmo afirmar que os preços da madeira em toros não acompanharam a mesma evolução dos preços da madeira serrada. Enquanto os preços dos toros em Jaguapitã aumentaram em 227,3% nesse período, em Cambé, embora oscilasse, quase não houve alteração. A madeira serrada, ao contrário, aumentou na Serraria São Carlos, em Cambé, na proporção de aproximadamente 180%. Da mesma forma não existe relação entre o preço da matéria-prima e as cotações para a madeira serrada, em São Paulo. O que regula os preços da matéria-prima é a disponibilidade regional da madeira em toros. Enquanto a procura, pela presença intensa de serrarias, se mantém em níveis elevados, os preços se mantêm altos; quando a procura diminui, os preços estacionam ou se elevam muito lentamente. Assim, mesmo quando ocorre superprodução de madeiras serradas, se há procura intensa de toros, os preços podem manter-se altos. Em resumo, não há regras fixas. Cada caso deve ser estudado particularmente, pois trata-se de um comércio totalmente irregular, o da matéria-prima.

Sobre a matéria-prima incidia o imposto de "vendas e consignações", daí a necessidade do Livro de Registro de Compras. No caso das aquisições ali registradas, o pagamento dos impostos correm por conta da empresa. É possível, no entanto, que houvessem com-

pras cujos impostos foram pagos pelo vendedor e que por esse motivo, não foram registradas. Como a empresa dedicava-se também ao comércio de madeiras, foram encontradas muitas notas de compra de madeira serrada e beneficiada, principalmente de cedro, não se verificando o lançamento no livro de registro. Nesse caso, os impostos já haviam sido pagos pelo produtor, operando a empresa como intermediária entre o produtor e os mercados consumidores. Não é possível, no entanto, fazer a reconstituição do movimento de comercialização operado pela empresa nessas condições, porque muitas notas foram perdidas, sendo encontradas apenas duplicatas, onde apenas constam os valores sem especificar as condições em que essas madeiras foram adquiridas.

4.3. Variações sazonais no movimento de compras de madeira em toros:

As serrarias mantêm sempre um estoque regular de madeira em toros. Os pátios estão sempre repletos.

As compras de matéria-prima podem ocorrer de acordo com as necessidades ocasionais seguindo o ritmo cíclico das vendas de madeira serrada em determinados períodos, mas no geral guardam um ritmo próprio, independente do movimento de vendas. Dessa forma, em algumas ocasiões, quando o movimento de vendas é maior, notou-se na Serraria São Carlos a tendência de comprar lotes maiores em toros. O inverso ocorria quando havia diminuição no volume de vendas.

Eliminando-se as variações tendenciais, cíclicas ou acidentais, obtendo-se apenas a variação sazonal que consiste basicamente nas flutuações registradas no volume de compras em cinco anos (1948 - 1952) e nos valores em cruzeiros dessas mesmas compras em 10 anos (1948 - 1958) observou-se que se refletem sobre esses dois fatores: o volume de vendas e as influências climáticas.

O índice mais baixo tanto no que diz respeito ao volume em metros cúbicos quanto os valores em cruzeiros, foi encontrado no

mes de agosto e o mais alto em janeiro.

As compras de matéria-prima têm um ritmo mais acentuado entre outubro a janeiro, diminuindo seu ritmo em fevereiro e bruscamente em março de cada ano. Desse modo a estocagem para a produção de madeira serrada se inicia no final do ano, exatamente no momento em que o movimento de vendas diminui de intensidade tendo os índices mais baixos do ano. É quando a serraria se prepara estocando tanto a matéria-prima, quanto a madeira serrada para as grandes vendas que se iniciam em janeiro de cada ano.

Como o índice mais alto do movimento de compras está em janeiro e fevereiro, pode notar-se facilmente que essas compras se destinam à produção do ano. Assim, as compras de fim de ano destinam-se às vendas de janeiro e as compras de janeiro e fevereiro se destinam à produção dos meses seguintes. Os preços têm o mesmo comportamento. Os preços mais altos verificam-se exatamente nos meses em que as compras são intensificadas e mais baixos nos demais meses do ano.

As derrubadas são feitas nos meses de inverno e as queimadas em agosto, meses em que os índices do volume de compras da madeira em toros são mais baixos. Nos meses seguintes até à estação das chuvas, as compras são intensificadas, cessando no final do verão.

Caracterizam-se para os madeireiros do Norte do Paraná duas estações: a das derrubadas e a das compras e vendas da madeira em toros. Derruba-se após as chuvas de verão, entre o final do outono e no inverno e vende-se o produto na primavera e verão de cada ano.

As pequenas compras fora de estação são geralmente toros oferecidos por pequenos sítiantes. Normalmente o procedimento indicado acima caracteriza o extrator profissional que busca a madeira onde a encontra, compra a madeira em pé, procede à derrubada e

vende-a às serrarias.

4.4. Produção de madeiras na empresa:

As serrarias da empresa trabalhando segundo sua produção autorizada pelo I.N.P., produziam um volume de 3.600 metros cúbicos anuais, aproximadamente. Segundo informações de seus proprietários só não exportavam toda a madeira produzida por dificuldades de transportes.

Não se encontrou maneira mais adequada para medir a produção das madeiras serradas em bruto e as madeiras beneficiadas que o estudo através de notas fiscais, romaneios, guias de exportação, etc. Esse processo foi adotado em vista de toda produção se destinar a um mercado qualquer e não existir condições que permitissem estocagem das madeiras industrializadas por um longo período. A defasagem entre a produção e as vendas podia ocorrer de até três meses em alguns casos, principalmente quando se dependia apenas do transporte ferroviário. Entretanto, a partir de 1950, já se pode notar o aumento da influência do transporte rodoviário, e o transporte parte por ferrovia, parte por rodovia.

Em virtude das constantes crises e depressões a que esteve sujeita a economia madeireira, a produção industrial passou a ser efetivada aproximadamente nas proporções que as vendas iam sendo realizadas. Como as demais serrarias de exportação, em princípio, destinavam toda sua produção aos mercados interestaduais, principalmente São Paulo, que liderava o comércio da madeira. Vendiam no mercado local o que excedia às exportações, principalmente quando havia quedas no consumo paulista, quando a superprodução tornava os preços muito baixos, devido à grande competição, ou havia dificuldades de transporte ou ainda no atendimento de pedidos especiais. Neste caso as vendas locais são intensificadas, chegando mesmo a se vender a prazo.

Embora se encontrem muitas referências sobre estocagem de madeiras, o fenômeno não foi muito grande ou freqüente no Norte do

Paraná, após o término da Guerra. Verificando os problemas decorrentes da estocagem ao nível da empresa, encontrou-se uma tendência maior para vender a preços baixos do que para realizar a estocagem. Com a estocagem a madeira perdia em muito seu valor comercial, pois não existiam barracões cobertos em quantidade suficiente para uma estocagem prolongada. Ao relento a madeira enegrece e pode tornar-se empenada rapidamente. Mesmo nos casos de superprodução e conseqüentes quedas nos preços, era preferível vender as madeiras a preços baixos. Por isto o procedimento usado, considerando a produção de acordo com o movimento de vendas, não apresenta inconvenientes de grandes proporções. É claro que se pode argumentar que muita madeira podia ser vendida sem haver registro dessas vendas, o que não deixa de ser verdadeiro, mas tal fenômeno é impossível de ser medido, mesmo que houvessem registros diários de produção, porque nesse caso ninguém seria ingênuo de apresentar a produção sem estar de acordo com os estoques e as vendas, pois estaria a qualquer momento sujeito a multas muitas vezes altíssimas. Da mesma forma como é possível não registrar as vendas, torna-se também possível comprar a matéria-prima sem registro, serrá-la ou beneficiá-la, transportá-la, vendê-la sem que se verifique qualquer distorção nos registros de uma empresa qualquer. Isto apenas depende do tipo de empresa, não se podendo medir em qualquer hipótese um fenômeno dessa natureza.

4.5. Variações sazonais no movimento de vendas na Serraria São Carlos e na cotação de preços em São Paulo.

As vendas de madeiras serradas e beneficiadas na empresa sofrem a influência de fatores sazonais, da mesma forma que os mercados consumidores.

Não foi possível medir o consumo no mercado paulista por absoluta falta de dados.

Ao isolar os fatores tendenciais, cíclicos e ocasionais do volume de vendas da Serraria São Carlos, bem como os valores unitá-

rios médios do metro cúbico de madeira vendida e os preços cotados mensalmente para vigamento (madeira serrada em bruto) em São Paulo, obtendo-se as variações sazonais, nota-se uma identidade quase que perfeita das curvas, no que diz respeito aos preços. Esses começam elevados no início do ano quando atingem os maiores índices (janeiro), decaindo gradativamente, chegando em dezembro com os índices mais baixos. Nesse caso, pode afirmar-se que os preços ao nível da empresa acompanham as variações do mercado paulista que pode determinar esse movimento. Por outro lado, o volume em metros cúbicos das vendas a prazo de madeiras serradas em bruto da Serraria São Carlos, realizadas na quase totalidade no mercado paulista, seguem aproximadamente os mesmos efeitos observados com relação aos preços. O volume de vendas inicia com os índices mais altos em janeiro decaindo gradativamente com ligeiro equilíbrio em julho, voltando a cair até dezembro. Isto significa que os comerciantes atacadistas em São Paulo iniciam as compras em grandes quantidades no início do ano, diminuindo gradativamente até o final do ano, quando praticamente fecham as compras para balanço anual e provavelmente pela presença dos feriados de fim de ano, quando dão férias aos funcionários, só reabrindo as compras novamente no início do ano seguinte. Tudo leva a crer que esses comerciantes de madeira abastecem-se formando estoques, que permitem enfrentar o ano comercial, logo no início do ano, só comprando nos demais meses para reposição dos estoques, de forma que chegam ao final do ano com pouca mercadoria sem comercialização.

Até que ponto efetivamente seria o mercado paulista o determinante desse movimento?

Observando as variações sazonais do volume de compras da madeira em toros na Serraria São Carlos, foi possível verificar que existe um fenômeno bastante simples e que tem relação com a época de corte dos toros, mas que apontam um movimento que se ajusta ,

perfeitamente, ao sazonal da serraria e do mercado paulista. As compras de matéria-prima por parte da serraria se inicia nos últimos meses do segundo semestre sendo a serraria abastecida para a produção de fim de ano, preparando-se para as grandes vendas de janeiro. Nesse mesmo mês se abastece para a produção e vendas nos demais meses do ano.

Ainda há outro fator que pode ter influência nesse mecanismo: a questão da oportunidade dos transportes. É fato conhecido as colheitas de café se fazem no inverno de cada ano, iniciando -- se a comercialização desse produto básico da economia norte-paranaense no segundo semestre até o final do ano. É quando se torna mais difícil o transporte de madeiras pela concorrência que lhe faz o café.

As curvas do movimento sazonal em volume, valores unitários médios e preços ao apresentarem semelhanças demonstram que os preços são altos quando o volume de vendas é mais intenso, e o contrário quando as vendas apresentam declínio. Isto indica que existe oferta de madeiras nos meses cujos índices de comercialização da serraria se apresentam baixos, já que os preços declinam numa tentativa de forçar as vendas, mas que não há procura intensa por parte dos comerciantes de atacado em São Paulo. O mesmo fato ocorrendo com relação às cotações de preços em São Paulo, preços esses, da madeira posta em obras, como declara a fonte desses dados, isto é, a revista "A Construção" pode indicar que existe o mesmo hábito por parte dos consumidores de madeiras duras, no caso, principalmente as construtoras.

O volume de vendas a prazo da serraria está sujeito à capacidade de absorção do seu maior mercado, da mesma forma que este parece estar sujeito à capacidade de consumo dos construtores de obras.

Com as vendas à vista (gráfico 40), embora os valores unitários médios que representam os preços descrevam fenômeno idênti

co aos das vendas em metros cúbicos mostra uma variação diferente. O maior índice não está em janeiro como o das vendas a prazo, e sim em março. Na verdade, janeiro e março apresentam um índice quase proporcional, mas o mês de fevereiro é de depressão, da mesma forma como ocorre com os meses de abril, maio, junho e julho, permanecendo quase estacionário o movimento nos demais meses até o final do ano. Apenas no mês de outubro há uma ligeira melhora.

É interessante que as madeiras beneficiadas também apresentam uma elevação em março, só que, nesse caso, o maior índice de vendas está em janeiro e a melhora no movimento de fim de ano se localiza em novembro.

As madeiras beneficiadas demonstram o comportamento dos compradores. Como se trata de madeira destinada ao acabamento da construção, tais como forros, soalhos, portas, janelas, batentes etc., o construtor pode comprá-la separadamente das compras de madeira serrada em bruto, tais como tábuas, vigas, caibros etc., em período posterior, beneficiando-se das possíveis quedas de preços que irão ocorrer se não houver interferência de outros fatores (como por exemplo, os ocasionais ou cíclicos) que os alterem. Assim, tais madeiras são compradas em janeiro preferencialmente, ou em março; e em novembro, exatamente com um mês de diferença das madeiras serradas em bruto.

Como essas vendas são realizadas na maior parte ao mercado local e regional, temos assim determinada a preferência dos construtores de casas de madeiras, em Cambé e na região, que pode ser talvez idêntica em todo Norte do Paraná, pelo mês de Janeiro, estação das chuvas e logo depois, no mês de março, havendo possivelmente menor número de construções nos demais meses, melhorando um pouco nos últimos meses do ano, outubro e novembro, após as colheitas de café.

Tudo indica, observando-se qualquer das curvas do movimento sazonal, e os gráficos do movimento geral confirmam que tais va-

riações podem ter sido estabelecidas há muito tempo, formando um verdadeiro hábito por parte dos que usam a madeira no ramo de construções (em todos os casos trata-se sempre de madeira para construções) e que tem como base a "safra" de madeiras demonstrado nos gráficos indicativos das estações determinadas pelo abate das madeiras em toros. No que diz respeito à madeira serrada, isto é, madeira de serraria, esta seguindo a estação safrista da matéria-prima, condiciona o sistema, fortificado pelos hábitos dos construtores e atacadistas de madeira. O volume de vendas a prazo da serraria está sujeito à capacidade de absorção do seu maior mercado, da mesma forma que este parece estar sujeito à capacidade de consumo dos construtores de obras.

4.6. Processo de comercialização da empresa:

Consultando as notas de vendas da empresa constatou-se existir três tipos de talões diferentes, cuja diversidade aponta o processo de comercialização: notas parciais fiscais, notas fiscais e notas fiscais para produtos sujeitos ao imposto "ad valorem".

Os talões de notas parciais fiscais são destinados unicamente a vendas a prazo. A cada nota de venda desse tipo de talão, segue-se o correspondente em romaneio, guias de despacho de exportação interestadual, guias do I.N.P., fatura e duplicata.

Pode perguntar-se porque não eram utilizadas sempre notas fiscais e porque a denominação de notas parciais fiscais. As razões são diversas. Para um perfeito entendimento faz-se necessário uma indicação dos tipos de madeiras exportadas. No geral, as madeiras de serraria se classificam em dois tipos, as serradas em bruto ou simplesmente serradas e as madeiras aparelhadas ou beneficiadas. As madeiras serradas em bruto, justamente o tipo que mais se exportava, são aquelas que sofrem apenas a operação de desdobro ou simples serragem, sendo transformadas em vigas, tábuas, ripas,

caibros, pranchas, morões, matajuntas, sarrafos, travessas, postes, balaustres etc. As madeiras que, além de simples serragem, passavam pelo processo de beneficiamento, processo industrial mais delicado, que embeleza a madeira destinada a acabamentos em construção civil, são as chamadas aparelhadas ou beneficiadas. Podem passar por esse processo a tábua, a matajunta, e o sarrafo opcionalmente, e obrigatoriamente o soalho, forro, batentes, parkets ou tacos. Sobre essas, incidia o imposto "ad valorem". Quando essas madeiras eram exportadas, obrigatoriamente deviam constar das notas parciais fiscais e extraía-se outra nota para os produtos sujeitos ao imposto "ad valorem". Não era possível a existência de duas notas fiscais, daí o uso de notas parciais fiscais. Ainda, quando os preços no mercado paulista sofriam baixas e em casos de desclassificação na qualidade, o uso de notas parciais fiscais tornava a operação mais fácil, pois dava-se o desconto correspondente diretamente nas duplicatas emitidas. Se fossem utilizadas as notas fiscais, corria-se o risco de pagar o imposto sobre vendas e consignações em proporções maiores às que de fato se devia. Com o uso de notas parciais fiscais adotou-se o critério, por parte do fisco, de cobrar o tal imposto através do uso de selos, lançados em livro de registro próprio.

As notas fiscais registram apenas as madeiras vendidas mediante pagamento à vista, o que corresponde, na quase totalidade, às vendas feitas ao mercado local e uma ou outra a compradores ocasionais, geralmente do interior paulista, mineiro e outros. Essas notas de venda estão registradas em livros especiais, para efeito de contabilidade e pagamento de impostos.

As notas fiscais para produtos sujeitos ao imposto "ad valorem" registram as vendas das madeiras beneficiadas, constando em cada nota de venda o valor do imposto, de acordo com a "Consolidação das leis do imposto de consumo" a que se refere o Decreto nº

26.149 de 5 de janeiro de 1949. Ao longo do período pagou-se esse imposto, segundo consta nas notas de vendas:

- 1948 - 4,0% sobre o valor da mercadoria;
- 1949 a 1956 - 4,8%
- 1957 a 1958 - 6,0%
- 1959 - 7,0% .

Existiam três formas de operações de vendas na Serraria São Carlos:

1. Aos consignatários - Exportação para São Paulo e Rio de Janeiro.
2. À sua filial em São Paulo.
3. Vendas à Vista - ao mercado local e a compradores ocasionais, de outros Estados.

As vendas realizadas em consignação destinavam-se a dois mercados: São Paulo e Rio de Janeiro.

Em São Paulo as consignações feitas a partir de 1948, não são representadas da firma como se fez anteriormente e sim a comerciantes atacadistas ou proprietários de serrarias que também se dedicavam ao comércio de madeiras.

Para evitar que as madeiras exportadas sofressem alterações, tanto na medição quanto na classificação, era costume conferi-la pelo romaneio, onde constava a medição e classificação feitas no ato de embarque da mercadoria.

Para o Rio de Janeiro, onde as exportações eram menos frequentes e em volume pouco significativo, continuou-se a operar através de um consignatário-representante.

As madeiras vendidas em consignação formam o conjunto das vendas a prazo, cujo faturamento era imediato ao ato da entrega da mercadoria e emitidas duplicatas que continuaram a variar entre 60 a 120 dias, sendo mais comum o prazo de 90 dias. Havia ainda o caso de duplicatas serem emitidas com 30 dias para resgate.

Para que os capitais empregados nas operações de vendas a pra

zo não ficassem paralizados até a data do pagamento, nas duplicatas já estavam computados o valor dos juros, e a firma descontava-as em bancos, quer em São Paulo, quer no Paraná.

O maior volume de vendas em consignação foi para sua própria filial, o Depósito de Materiais de Construção "MACEL Estela", em São Miguel Paulista, Município de São Paulo.

A "MACEL Estela" funcionava como comprador atacadista e distribuía a madeira, quer vendendo-a a novos atacadistas ou a varejo. Era por essa filial que se faziam os grandes negócios da firma quando esta atuava como comerciante de madeiras. A "MACEL Estela" vendia não só a produção da matriz, como também atuava como consignatária de outras firmas paranaenses que exportavam madeiras para esse mercado. Mantendo pequeno maquinário para adaptação das madeiras de acordo com as exigências do mercado, podia conseguir preços muito mais compensadores que a matriz, vendendo-a pelas cotações ao preço do consumidor, na grande São Paulo.

As vendas à vista são em proporção bem menor que as exportações ou vendas a prazo, e foram realizadas na própria localidade ou região, ou a compradores ocasionais que necessitando de quantidades razoáveis de madeiras que compensassem os fretes, se dirigiam às serrarias do interior, em busca de preços vantajosos e melhor qualidade. São, contudo, de pequena monta, correndo as despesas de transporte e fretes, por conta do comprador. É certo que o transporte usado não foi o ferroviário, porque não existem romaneio, guia de despacho de exportação ou faturas referentes a essas vendas, apenas as notas fiscais. O quadro abaixo demonstra o movimento dessas vendas, em metros cúbicos:

QUADRO 4

Os mercados para Vendas à Vista
% de participação em metros cúbicos

Ano	mercado local	São Paulo	outros
1948	100,0	-	-
1949	100,0	-	-
1950	99,3	0,7	-
1951	98,0	2,0	-
1952	72,4	26,4	1,2
1953	34,8	64,1	1,1
1954	74,8	23,1	2,1
1955	54,7	39,7	5,6
1956	84,1	11,6	4,3
1957	100,0	-	-
1958	62,4	37,6	-
1959	98,4	0,6	1,0
1960	100,0	-	-

Fonte: Notas Fiscais - Serraria São Carlos.

É flagrante a maioria das vendas no mercado local, e as variações da participação do mercado paulista.

Com exceção do ano de 1948, quando a empresa passou por transformações profundas no seu sistema de produção e comercialização, e pode haver distorção, nota-se pelo gráfico 39, que, nos anos de depressão no volume de vendas, aumentou a participação do mercado paulista nas vendas à Vista. Isto ocorre nos anos de 1952 a 1956 e novamente no ano de 1958 e tem muito a ver com a questão dos preços, que estão em declínio, ou com as dificuldades da serraria em vender aos atacadistas em São Paulo, que só compravam a prazo.

Era norma da empresa vender somente à vista, para os compradores ocasionais. Como se tratava de uma serraria de exportação interestadual, não tinha muito interesse em vender a eles, mesmo porque nos bons tempos não havia madeira disponível para essas vendas, embora a procura sempre existisse. Nos casos de depressão no volume de vendas, entretanto, esse interesse passava a existir porque era necessário colocar a todo custo, mesmo a preços mais baixos, a produção da serraria. Isto se evidencia, nos anos apontados, por uma queda maior nos índices dos valores unitários médios do metro cúbico de madeira, na serraria, em relação à cotação dos preços no mercado paulista (gráficos 41 e 42). O mesmo ocorria em relação ao mercado regional, só que geralmente quando havia depressão nas vendas em São Paulo, o mesmo acontecia com o mercado local. De toda forma sempre houve mais interesse em vender aos compradores estáveis, isto é, aos atacadistas em São Paulo.

As madeiras beneficiadas demonstram outro tipo de ocorrência: a conquista gradativa do mercado paulista, só diminuindo o volume de vendas da serraria a esse mercado quando há aumento de preços, como por exemplo no ano de 1955, quando os preços do soalho em São Paulo (demonstrativo da madeira beneficiada) estão em elevação e a Serraria São Carlos é obrigada a vender por preços inferiores para se ver livre dos estoques que poderiam acumular-se.

QUADRO 5
Os mercados para as madeiras sujeitas ao imposto "ad valorem"
% de participação, em metros cúbicos - Vendas à Vista e a prazo .

Ano	local	São Paulo	outros
1948	62,2	26,0	11,8
1949	25,5	69,9	4,6
1950	31,1	9,7	59,2
1951	20,4	14,2	65,4
1952	43,2	50,6	6,2
1953	7,5	89,1	3,4
1954	6,9	92,3	0,8
1955	6,2	59,6	34,2
1956	4,8	95,2	-
1957	-	100,0	-
1958	1,1	98,0	0,9
1959	0,2	92,6	7,2

Fonte: Notas Fiscais para produtos tributados - Serraria São Carlos.

Resta observar os mercados das vendas a prazo, de maior importância que as demais.

O ano de 1948 é de depressão no volume das vendas gerais, e principalmente no das vendas a prazo. Nesse ano, o presidente do I.N.P., Virgílio Gualberto, apontava a "retenção dos estoques superiores às necessidades do consumo, estas reduzidas, em virtude de medidas governamentais no setor do crédito..."⁹

Os anos de 1949 e 1950 apontam sensíveis melhoras, voltando a cair em 1951, com depressão profunda até 1953.

Já foi dito várias vezes que a Serraria São Carlos destinava toda sua produção às exportações interestaduais, só realizando vendas fora desse plano quando havia excedentes da produção que a obrigavam ao recurso das vendas locais ou a compradores ocasionais que buscavam a madeira diretamente na fonte de produção.

Isto pode ser perfeitamente verificado no gráfico 39 que apresenta o movimento parcelado de cada tipo de venda e todas em conjunto.

O ano de 1948, por exemplo, apresenta esse fenômeno, bem como nos anos de depressão seguintes a 1950. O quadro que mostra as vendas não em volume, mas em número de ocorrências de vendas dá a medida exata, de forma mais clara, mostrando a diminuição do número de ocorrências das vendas interestaduais, ao mesmo tempo que aumenta o número de vendas locais. Como existe depressão no volume de ambos os tipos de vendas, caracteriza-se perfeitamente a crise iniciada em 1950, na comercialização das madeiras, e embora a Serraria São Carlos se empenhasse nas vendas ao mercado local, mesmo vendendo a prazo, coisa fora de suas cogitações em períodos normais, não conseguiu colocar os 3.600 metros cúbicos que era sua capacidade de produção anual.

À medida que o volume de vendas a prazo diminui (gráfico 39) aumenta a sua participação no mercado local. Outro fenômeno pode ser observado: o do aumento do número de vendas enquanto decai o volume em metros cúbicos. Isto demonstra o enorme esforço da serraria em adquirir novos clientes que compravam pequenas quantidades de cada vez; ocorrendo o inverso toda a vez que a comercialização demonstrava melhoria, pois no ano de 1956 enquanto é menor o número de vendas, é maior o volume exportado e menor a participação das vendas no mercado local.

Esse comportamento demonstra claramente a hipótese de que em uma empresa madeireira de exportação, as oscilações nos seus mercados habituais se refletem sobre esta, afetando o volume de vendas.

4.7. Os Preços:

As oscilações de preços nos mercados habituais de uma empresa madeireira se refletem sobre a mesma.

É indiscutível a semelhança das curvas descritas pelo valor unitário médio em metros cúbicos das madeiras serradas em bruto, das vendas a prazo, na Serraria São Carlos, com a cotação de pre-

ços para o metro cúbico de vigamento de peroba. As vendas a prazo formam o conjunto das exportações interestaduais com a participação do mercado paulista preponderando sobre as demais. Nesse caso pode dizer-se sem dúvida que os preços das madeiras vendidas a prazo pela empresa, seguem as variações do seu maior mercado, isto é, São Paulo.

Superpondo os gráficos que demonstram esse fenômeno, os de nº 41 e 42, respectivamente da Serraria São Carlos e de São Paulo, verifica-se que embora os preços da Serraria sejam representativos das madeiras vendidas a atacadistas e os preços em São Paulo representativos do consumidor, isto é, da madeira "posta em obras", os da Serraria têm melhores índices em 1949 e 1951, da mesma forma como posteriormente, até 1954, a depressão nos preços da mesma é mais profunda.

Em vista das baixas cotações de preços no mercado paulista, a crescidas das dificuldades de transportes e de concorrência em virtude de haver maior oferta que procura, a Serraria passou a vender a prazo ao mercado local, chegando até mesmo a vender à prestação. Esse foi o fator que até 1951 fez com que esses preços fossem mais altos relativamente, que os de São Paulo. Em período de baixa como em 1952, 1953 e 1954, essa vantagem deixou de existir.

Nos anos seguintes à crise de 1951, os preços da madeira na Serraria começaram a apresentar deterioração em relação aos de São Paulo. Os índices de preços apresentam depressão mais profunda e as altas são proporcionais, mas os índices são menores em relação a 1948. A partir da crise de 1956 essa tendência se acentua. A par dessa deterioração no preço, os custos de produção aumentam cada vez mais, quer pela necessidade que teve a empresa de investir em transportes, adquirindo caminhões para transportar suas madeiras já que cada vez mais se tornava difícil obter vagões ferroviários, quer tendo maiores dificuldades na obtenção de matéria -

- prima pelo esgotamento regional desta, sendo obrigada a buscá-la ou adquirí-la cada vez mais longe. Ao lado da inflação acentuada que trazia cada vez maiores prejuízos nas vendas a prazo, a Serraria foi obrigada a encerrar suas atividades, no ano de 1960, embora continuasse a operar esporadicamente e em pequena escala, apenas atendendo pedidos especiais.

As madeiras beneficiadas produzidas em menor escala que as serradas em bruto, apresentam uma sensibilidade maior com relação aos preços. Vendidas quase que exclusivamente ao mercado local, seguem também as oscilações de preços do mercado paulista. Foram tomados como representativos das madeiras beneficiadas, os preços do soalho de peroba em São Paulo, cujo volume de vendas na Serraria São Carlos prepondera sobre as demais. Como é produzida e comercializada em menor escala que as madeiras serradas em bruto, sendo seu uso mais específico, segue um ritmo próprio não coincidindo seus índices de preços com os da madeira serrada em bruto; apenas assinalam de forma semelhante as oscilações. É que nesse caso a superprodução não atinge as beneficiadas nas mesmas proporções que as madeiras serradas.

Os preços dessa madeira sofrem de maneira mais prolongada os efeitos da depressão e de forma mais profunda; e têm uma recuperação mais lenta, justamente por exportar pequenas quantidades, pouco se beneficiando das vantagens dos preços em São Paulo.

Particularmente interessante é o que se verifica com as vendas à vista, na quase totalidade realizadas no mercado local.

O primeiro ponto a considerar é que as crises ocorrem com um ano de atraso. Enquanto para as vendas a prazo estas se verificam em 1951 e 1956, para aquelas, ocorrem em 1952 e 1957.

Os preços relativos a 1948 apresentam índices menores apenas em 1949 e 1958, enquanto para as madeiras vendidas a prazo e para as beneficiadas isto ocorre com maior frequência.

Já se falou do pouco interesse que a Serraria tinha em vender

à vista, pois todas essas vendas são feitas na própria serraria e só quando dispõe de excedentes. Acontece, porém, que na maioria são atendimentos a pedidos especiais, com bitolas diferentes, que muitas vezes requeria um tipo especial de madeira. Há por exemplo o atendimento a um pedido de Botucatu, cuja bitola era de 0,15 m por 0,35 m e com comprimento de 5,50 m. É preciso nesse caso quase um toro para retirar tal bitola, pois os toros geralmente apresentam conicidade que impede seu aproveitamento total para bitolas largas. Para serrar tal pedido foi necessário um toro especial, muito difícil de transportar já que os grandes caminhões ainda não existiam na região. Em vista disso, o preço se alterava em muito. Como este, muitos outros casos se apresentam nesse tipo de vendas, como por exemplo pranchas para suporte de guindastes e outros que requeriam trabalhos especiais. Se fossem excluídos esses pedidos que causam as distorções nos gráficos, tudo indica que os preços no mercado local também sofreram a influência dos preços do mercado paulista, típico das repercussões destes em áreas de economia periférica.

4.8. Os Preços - Variação cíclica:

Nos anos anteriores a 1948, apenas se dispõe das informações contidas no Anuário Brasileiro de Economia Florestal que em seus primeiros volumes traz informações sobre preços. Com referência à peroba há poucas informações, numa série de oito anos, 1945 a 1952, dos preços no atacado da Barra Funda, em São Paulo, enquanto para o pinho a série é mais longa, entre 1941 e 1952.

As curvas descritas pelos preços dessas duas madeiras oscilam nos mesmos anos, o que faz crer que o mesmo tipo de influência recai sobre ambas, embora a peroba seja de preços mais altos e as oscilações se façam sentir em proporções diferentes.

Pouco antes da guerra, facilidades cambiais favoreciam o aumento dos negócios,¹⁰ vivendo a indústria madeireira um período

de prosperidade embora assentada em bases falsas. As bases falsas foram justamente o favorecimento cambial incentivando as exportações e o crescimento do parque industrial madeireiro. Vinda a guerra, os preços caíram rapidamente, cujos efeitos podem ser percebidos pela depressão apontada no gráfico 9, p.61.

Entretanto, os preços sobem lentamente entre 1941 a 1945.

A mesma crise evidenciada nos preços da madeira serrada em bruto, das vendas a prazo, na Serraria São Carlos, para o ano de 1951, aparece tanto para o vigamento de peroba que representa a madeira serrada em bruto, quanto para o pinho serrado no atacado da Barra Funda, em São Paulo. Isto indica que a crise de 1946 e a depressão que se seguiu deve também ter ocorrido com relação aos preços da Serraria São Carlos e as madeiras "posta em obras" em São Paulo, que são as séries formadas pela revista "A Construção".

O que teria determinado essas crises e a depressão que seguiu a ambas?

Durante todo o período da guerra, a Serraria São Carlos, afirmam os seus proprietários, vendera regularmente, sendo que a maior dificuldade estava no setor dos transportes. Só não se exportava para São Paulo em maiores quantidades por falta de vagões disponíveis nas ferrovias. Entretanto, no ano de 1945 a crise nos transportes tem seus efeitos minorados e a acumulação de estoques em vários setores, principalmente nas serrarias, mal terminada a guerra, começaram a se escoar gradativamente, numa proporção maior que a capacidade de absorção dos mercados consumidores. A crise de preços em 1946 tem portanto na base uma oferta superior à procura, a formação de estoques superior às necessidades do consumo.

Durante a guerra, não houve fixação de preços por parte do I. N.P. . Essa ausência de fixação teve o efeito de impedir no período mais agudo da falta de transportes, a formação do mercado ne-

gro da madeira. O acréscimo de preços verificado refletiu o acréscimo de fretes ferroviários, muitas vezes até superior à alta de cotações verificadas no custo da mercadoria.¹¹ Esse foi o fator das altas de preços da madeira durante a guerra. No seu final, o aumento da disponibilidade de vagões¹² permitindo o escoamento da produção acumulada de longo tempo, determinou a crise de 1946.

Virgílio Gualberto, Presidente do I.N.P. desde 1947, ao comentar a queda de preços desse período afirma:

No mercado interno, a queda exagerada dos preços decorreu de fatores de natureza diferente, como a retenção dos estoques superiores às necessidades do consumo, estas reduzidas em virtude de medidas governamentais no setor do crédito, verificando-se agora cotações idênticas as que vigoravam antes do grande surto inflacionário iniciado em 1942.¹³

Quanto aos preços de exportação as baixas também se verificaram e foram atribuídas por João Gualberto à "pequena influência que o Brasil tem no mercado mundial de madeiras e a posição dominante que guardam os grandes países consumidores na fixação dos preços das mercadorias por eles adquiridas".¹⁴

Haveria sempre a relação oferta e procura nas oscilações de preços?

Embora o gráfico que descreve a produção de madeiras no Paraná, segundo as estatísticas do D.E.E., aponte uma relação inversa entre a produção e os preços até 1957, é difícil afirmar com segurança que a produção de um ano determinado possa ter influência sobre os preços, pois entra em jogo a questão da formação de estoques e a ampliação ou redução do consumo.

A retirada de guias de produção emitidas pelas delegacias regionais do I.N.P. revela queda no movimento de comercialização em 1946 e melhoria nos anos seguintes até 1951, caindo novamente em 1952. Isto pode significar que até 1948, quando o movimento de retirada das guias é menos intenso, que os estoques antes acumulados foram esgotando-se até essa data, e os preços dessas madeiras

se tenham mantido em baixa. A partir de 1948 a procura se intensifica, tanto no mercado interno como externo¹⁵ fazendo com que os preços se elevem até 1951, caindo no ano seguinte, novamente pelo mesmo fator da oferta superior à procura. Isto é explicado pelas constantes observações encontradas no Anuário Brasileiro de Economia Florestal desse período, com relação à superprodução, da mesma forma como a determinação de preços mínimos pelo I.N.P. .

No período da queda de preços, em 1953, a Junta Deliberativa do I.N.P. tomou conhecimento de que havia ofertas de madeiras por preços inferiores aos fixados como mínimos.¹⁶ Fica evidenciado, assim, a superprodução, isto é, uma oferta superior à procura, que caracterizou todas as demais crises no setor madeireiro.

É interessante que fatores fora do controle de qualquer órgão ou instituição pudessem algumas vezes auxiliar a elevação dos preços.

Diz o relatório da presidência do I.N.P. à Junta Deliberativa em 1953:

Resultado da contenção da produção, de um lado, e do outro, das possibilidades de exportação para a vizinha República Argentina, bem como para a Austrália, Inglaterra e outros países, modificou-se bastante o panorama, no que tange à economia madeireira no sul do País, em comparação com o que se pode apreciar no fim do primeiro semestre de 1953. Efetivamente os estoques não só decresceram, mas também, há falta de madeiras para o atendimento dos compromissos já assumidos pelos exportadores.¹⁷

O ano de 1954 foi de condições climáticas desfavoráveis em todo o sul do País, impedindo a formação de estoques excedentes; assim, no ano de 1955 os preços da madeira sobem, principalmente no que diz respeito à peroba.

Com isso parece lógico que a produção tenha interferência so-

bre os preços e que esses caíam toda vez que havia superprodução. É interessante observar que a produção de madeiras no Norte do Paraná atinge em 1953, o volume mais elevado de todo o período em questão; da mesma forma, a produção geral do Paraná aumenta consideravelmente nesse ano e prossegue em elevação no ano de 1954, quando os preços estão em depressão.

A queda da produção no Paraná em 1955 e 1956 parece da mesma forma ter relação com a alta de preços que se verifica em 1955 e 1956, e a queda das exportações nesse último ano indica também que há relação entre as exportações e os preços no mercado interno, pois em 1957 há novamente queda de preços, logo recuperados, com as boas exportações do ano seguinte.

O presidente do I.N.P., Pedro Sales dos Santos, nega que as exportações pudessem ter influência nos preços internos. Diz:

Não raro são formulados conceitos em torno da influência da exportação da madeira sobre os preços internos. Na verdade, são de todo infundadas essas razões, por isso que os mercados externos absorvem tipos diferentes dos que são utilizados no País.¹⁸

O argumento de Pedro Sales dos Santos era de que o mercado interno consumia pinho do tipo III, enquanto as exportações do tipo I e II. Admite ele que as sobras de pinho do tipo I e II faziam o preço cair. Conseqüentemente, quando não se exporta bem os preços no mercado interno tendem a cair. Esse raciocínio é apenas uma simplificação do problema, pois nada garante que o inverso não ocorra, pois muitas vezes foram liberados estoques do tipo III para exportação, da mesma forma que o pinho quando não exportado pode concorrer com as demais essências no mercado interno.

A reação do I.N.P. era no sentido de cortes na produção toda a vez que qualquer ameaça pairasse sobre o setor madeireiro, especialmente no que diz respeito à superprodução. Depois da queda na

produção evidenciada nos gráficos 25 e 27, em 1956, os preços alcançados nesse ano incentivaram novamente a produção. No ano de 1957 já havia novamente reclamação da falta de reação dos mercados consumidores. Nesse ano, embora as exportações fossem excelentes, houve retração do mercado interno, com efeitos baixistas sobre os preços.

O relatório do presidente do I.N.P. à Junta Deliberativa, em 1957, diz:

Não se vem revelando animador o mercado interno, tanto para o pinho como para as madeiras de lei. Esse fato veio prejudicar, em parte, a situação, que, não fora isso, poderia ser tida como satisfatória para a economia madeireira, tendo se verificado o retraimento, especialmente no mercado de São Paulo, cuja importância lhe determinou o comando do mercado interno. De um modo especial, a crise se fez sentir no comércio da peroba.

Atendendo a uma iniciativa dos produtores de São Paulo, convocou esta Presidência duas reuniões das Juntas Regionais dos Estados mais diretamente interessados, ou sejam, São Paulo e Paraná, que se realizaram, a primeira em São Paulo e a segunda, em Curitiba.

A medida que parecia aconselhável na conjuntura era a de corte na produção. Infelizmente, não pode ser ela posta em prática...¹⁹

Em 1958, o volume de produção elevou-se novamente e os preços da peroba tiveram boa reação, pois não há quedas de preços. Em 1959, o volume de produção foi reduzido e os preços aumentaram. As guias de produção que representam o movimento de comercialização da madeira, entretanto, se mantêm reduzidas em 1959 e 1960. O I. N. P. voltara ao controle da produção. Os preços sofrem violenta alta em 1960, em grande parte decorrente do estado inflacionário geral do País, mas mesmo deflacionados estes se mantêm em elevação. Nesse ano, o relatório do Delegado Regional do I. N. P., em São Paulo, fala das grandes entradas de madeiras nessa Capital, a maior verificada desde 1954. O movimento de retiradas de guias do I. N. P. apresenta para o Paraná um ano de baixa, seguida no ano de

1955, da maior alta de todo o período.

4.9. Fatores determinantes da formação dos preços:

A primeira constatação é que os preços variavam de acordo com o comprimento da madeira, fosse ela tábuas, vigamento, ripas ou qualquer outra bitola. É muito mais difícil serrar uma madeira de comprimento longo que uma curta, da mesma forma como é mais difícil encontrar um toro que ofereça a possibilidade de obtenção de madeiras longas. Outro fator da mesma natureza teve influência nos preços - a oferta de lotes de madeira com comprimentos certos ou sortidos. É conhecido que as florestas oferecem toros de vários comprimentos e diâmetro, e que em geral as florestas no Brasil eram naturais, dispondo-se apenas do que a própria natureza se encarregava de produzir. Desse modo não se obtinha matéria-prima uniforme, tendo as serrarias de operar de acordo com as disponibilidades existentes. Ao serrar madeira longa, a serraria gasta mais homens-hora de trabalho e energia que serrando madeira curta. Ao produzir comprimentos certos em um lote de madeiras, perde-se sempre alguns centímetros e até um metro inteiro de madeira que poderia ser aproveitada se os comprimentos fossem sortidos.

Têm-se assim, dois fatores que determinavam em primeiro lugar os preços das madeiras: quanto mais longa a peça de madeira, mais alto o seu preço; se os comprimentos de um lote de madeiras fossem certos, o preço mais elevado que se os comprimentos fossem sortidos. Isto leva a um terceiro ponto, o das bitolas e os preços. Onde o comprimento certo era fator imprescindível de aproveitamento uniforme, como no caso das tábuas, forro, soalho, matajuntas etc., esse comprimento tinha um peso maior na formação dos preços; nos casos do vigamento, caibros, ripas, onde o comprimento certo tinha pouca importância, não se levava tanto em consideração a uniformidade do comprimento na determinação dos preços, mas muitas vezes se aproveitava deste fator, para desclassificar

a madeira chamada de primeira qualidade, jogando-a para segunda ou terceira.

Os fatores até aqui apontados são válidos também para as madeiras em toros, só que nesse caso entravam em jogo o comprimento e o diâmetro. Os extratores selecionavam as melhores árvores, vendendo-as a preços mais altos.

No início da colonização do Norte esses fatores parecem que não tiveram grande importância. A abundância de matéria-prima permitia a seleção das melhores árvores, abandonando-se as menores, que só foram aproveitadas posteriormente. Quando as melhores já eram escassas, seu valor comercial aumentou, distinguindo as melhores com preços mais elevados.

Outra distinção que se fez foi quanto ao procedimento, a forma de se extrair os toros das matas. Nesse particular, verificou-se que na extração visando à produção industrial, o corte e aproveitamento eram racionais, havendo um cuidado maior, que visava justamente permitir um melhor aproveitamento e bons preços para os toros. Ao contrário, quando os toros provinham de derrubadas, o aproveitamento do solo não era feito com seleção, podendo permanecer por tempo indeterminado nos carreadouros e serem desvalorizados. Além do mais, mesmo que não permanecessem por muito tempo nessa condição, estavam chamuscados pelo fogo, o que já os desvalorizava. Essas são as razões pelas quais se verifica uma grande mobilidade nos preços da matéria-prima encontrados no exame da documentação da Serraria São Carlos, em Cambé, e na São José, em Jaguapitã. Já foi assinalado que, quando os toros eram vendidos por extratores profissionais, os preços eram mais estáveis e mais altos; ao contrário, quando os toros provinham de derrubadas, seu valor comercial era menor. A razão disso é simples. A madeira de derrubada, não é selecionada nem pela qualidade, nem pela essência, e podia estar já deteriorada ou chamuscada pelo fogo, com me

nor aproveitamento na serragem do que no caso contrário. Depois de serradas, entretanto, quase não se distinguia uma da outra, a não ser em casos excepcionais.

Ao longo das pesquisas que permitiram a formulação deste trabalho, foram encontradas variações de preços, às vezes pequenas, outras grandes, de uma mesma essência, entre uma localidade e outra, situadas ou não em micro-regiões diferentes. A referência que aqui se faz é quanto às estatísticas do D.E.E. É preciso lembrar que afora as críticas feitas a esses dados, a análise aqui é parcial, no sentido de que não se conseguiu um aprofundamento da questão de modo a enquadrar todos os casos, porque as informações complementares obtidas não permitiram esse aprofundamento. Contudo, conseguiu-se esclarecer parcialmente que entram em jogo diversos fatores.

É impossível distinguir os valores das madeiras em toros das serradas ou beneficiadas ou qualquer outro grau de industrialização que tenham sofrido, a partir dos dados do D.E.E. As variações encontradas, na maior parte derivam desse fator. Chegou-se a essa conclusão após o estudo dos preços da madeira em vários níveis de elaboração, nas duas serrarias que foram tomadas como base de estudo e em entrevistas informais com vários madeireiros. Numa primeira consideração pode dizer-se que em algumas localidades eram produzidos em maior quantidade madeira em toros, ou madeiras serradas em bruto. São aqueles cujos valores médios do metro cúbico de madeira são aparentemente inferiores. Nas localidades onde esses valores médios são superiores, trata-se de um grau mais elaborado de industrialização. Assim, ao iniciar a exploração madeireira em uma localidade, os preços das madeiras seriam menores por se tratar de grau menos elaborado de industrialização. À medida que tal processo amadurece, verifica-se um paulatino aumento nos preços, que tornarão a diminuir quando a exploração já está em fase final, justamente quando as serrarias bem aparelhadas bus

cam novas áreas de exploração, abandonando aquela já em vias de exaustão. Continua-se a retirar as pequenas parcelas de mata que restaram, e que permitem a continuidade por alguns anos, do funcionamento de pequenas serrarias, vendendo a madeira em toros, pranchas ou apenas serradas em bruto. O maquinário da serraria, nesse caso, é reduzido e elementar. Poucas e pequenas serras são suficientes nesse trabalho. Os gastos são reduzidos. Quase não há exportação. A produção se destina ao consumo local.

Ponto importante na formação dos preços é estar a localidade produtora entrosada ou à margem dos grandes mercados consumidores.

O que faz uma localidade estar entrosada aos grandes mercados pode ser sua localização geográfica, facilitando as comunicações, os transportes, ou ainda a presença de grandes empresas madeireiras com capital suficiente para transportar as madeiras por caminhão até o ponto de escoamento, que no caso do Norte do Paraná, geralmente é a ferrovia, ou ainda transportá-la totalmente por rodovias até os grandes centros consumidores. Quanto maior o percurso, maiores os gastos, mas estes não podiam onerar o preço da madeira devido à concorrência. O que recompensava tais investimentos eram os preços baixos da matéria-prima, que depois de elaborada, podiam alcançar em São Paulo e Rio de Janeiro até 900% do valor inicial da madeira em toros. Tomando como base o preço de Cr\$ 250,00 o metro cúbico da peroba em toros e Cr\$ 1.800,00 seu preço cotado ao preço do consumidor em São Paulo, no ano de 1953, ano de baixa, verifica-se um aumento de valor de 900% entre a matéria-prima bruta e seu preço no mercado paulista, se esta fosse transformada somente em caibros, isto é, madeira serrada em bruto. Nos casos de madeira beneficiada os preços seriam mais elevados ainda.

Nas localidades servidas por ferrovias é maior o número de pe

quenas serrarias de exportação. Os preços das madeiras são formados nos grandes centros, principalmente São Paulo que liderava o comércio, independente de qualquer controle por parte dos produtores.

Uma empresa pequena dificilmente teria capitais suficientes, para empregá-los maciçamente em transportes, daí a razão pela qual as pequenas empresas de exportação situavam-se geralmente, próximas à ferrovia. Produzindo e exportando em menores quantidades, os gastos referentes aos transportes não chegavam a afetar seus lucros.

Quando se verifica o crescimento dos centros maiores do Norte do Paraná, como Londrina, Apucarana, Maringá, Cornélio Procopio e outras, essas cidades já estão em condições de consumir em grandes quantidades as madeiras produzidas mais para o interior da chamada linha do asfalto, ampliando o mercado consumidor regional. Desta forma, as madeiras produzidas nas áreas novas de exploração contam com um mercado local, interestadual e regional amplo ou mais amplo que aquele das regiões pioneiras. Esse fator torna-se bastante positivo para o comércio das madeiras. Em 1959, o preço do metro cúbico da peroba em toros era aproximadamente Cr\$... 600,00, e o da peroba serrada em bruto (vigamento 6 X 12) era de Cr\$ 5.500,00 em Londrina e de Cr\$ 6.900,00 em São Paulo (média anual). Pode perceber-se que os preços em Londrina não diferem muito dos de São Paulo, se forem levados em consideração os gastos de fretes, imposto de exportação interestadual e outros gastos e, principalmente, que o valor de Cr\$ 6.900,00 é o da madeira " posto em obras" e se trata de uma cotação, podendo ser adquirida por preços menores. Pode dizer-se que nesse período, o mercado regional de madeiras já está em condições de competir com o paulista.

Observando o comportamento da Serraria São Carlos, em Cambé, durante a década de 1950 se pode ter uma idéia da razão principal da flutuação de preços e dos mecanismos de defesa dos produtores

em períodos de crise. A produção cresce desmedidamente atingindo em 1953 um ponto perigoso. Os anos de 1950 e 1951 marcam uma elevação nos preços tanto no mercado paulista quanto na Serraria São Carlos, que pode ser tomado, nesse caso, como indicação de uma alta geral para as madeiras do norte do Paraná. A alta de preços acentuada em 1951 marca, entretanto, o início de séria crise, cujo ponto de depressão mais acentuado ocorre em 1954. Isto significa que no início da década de 1950 ocorre superprodução no Norte do Paraná, que chegou mesmo, em 1953, a produzir mais de 50% do total do Estado. À medida que a produção se avoluma os preços tendem a cair. Com a queda de preços a tendência da produção é baixar, marcando o ano de 1956 o ponto máximo de depressão ocorrida na produção, enquanto no mesmo ano, os preços marcam o ponto mais alto num novo ciclo, caindo novamente em 1957, quando a produção parecia novamente tender para um novo aumento. A partir de 1958, os preços indicam uma recuperação ao mesmo tempo que a produção, significando uma ampliação dos mercados, justamente quando o consumo regional se torna mais acentuado. Não há modo de medir o consumo local e regional, apenas se sabe do extraordinário crescimento populacional e econômico do Norte do Paraná, que indicam o aumento do consumo. Cita Ignez Costa Barbosa

Esta situação privilegiada é resultado do recente surto da produção agro-pecuária. Comparando-se o volume da produção de 1964, com o de 1950, constata-se: 1º) o aumento de quatro vezes na produção de feijão, arroz, batata inglesa; 2º) duplicação de milho; 3º) triplicação na produção de café e do número de suínos; 4º) aumento de 11 vezes da produção de algodão em caroço.

O extraordinário aumento da produção vem sendo acompanhado de importante crescimento populacional: a população urbana cresceu de 151% de 1950 a 1960 e a população rural, 85%, nesse mesmo período. Cidades como Londrina e Curitiba tiveram sua população aumentada de quase 300% e Maringá, de 500%. Taxa de aumento de 200% é frequentemente observada nas cidades paranaenses durante essa década.²⁰

CITAÇÕES NO TEXTO

¹ THOMAS, A.H.M. Crônica. Arquivo da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Maringá.

² No item 2º da Declaração consta que "seu gênero de negócio e ra serraria, máquina de beneficiar café e o que mais lhe convier"

³ Podiam fazer uso da "razão social" os sócios Carlos Codato, Ricieri Codato, Onezzio Codato e João Codato, tal como consta no Contrato Social, registrado na Junta Comercial em 18 de julho de 1946. Ao todo eram sete sócios, composta do pai, filhos e um genro.

⁴ A gerência era exercida por Carlos Codato ou na ausência deste, Ricieri Codato, Onezzio Codato ou João Codato, ou na falta dos quatro, seria dada procuração a qualquer um dos outros.

⁵ Entrevista com os proprietários.

⁶ Os vagões eram conseguidos através de requisição, havendo possibilidade de fazê-la em várias localidades: diretamente em Cambé; Londrina ou Curitiba, à R.V.P.S.C.; ou em Porto Epitácio, Assis e Ourinhos, à Sorocabana, fazendo-se então, parte do percurso por rodovia, mas limitado, devido à falta de gasolina.

⁷ Confronto entre as datas de embarque constantes das notas parciais fiscais, romaneios e guias de despacho para exportação interestadual e o Copiador de Faturas, onde constam as datas de pagamento das duplicatas emitidas.

⁸ Resolução 101, de 19/12/1949, seção II, art. 44, do I.N.P., lê-se: "Considera-se fábrica de beneficiamento de madeira para os efeitos desta Resolução, o estabelecimento que executa qualquer operação industrial destinada ao aparelhamento da madeira serrada ou à confecção de peças acabadas".

⁹ INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. As atividades do Instituto Nacional do Pinho em 1948. Anu. Bras. Econ. Flor. 1(1):19, 1948.

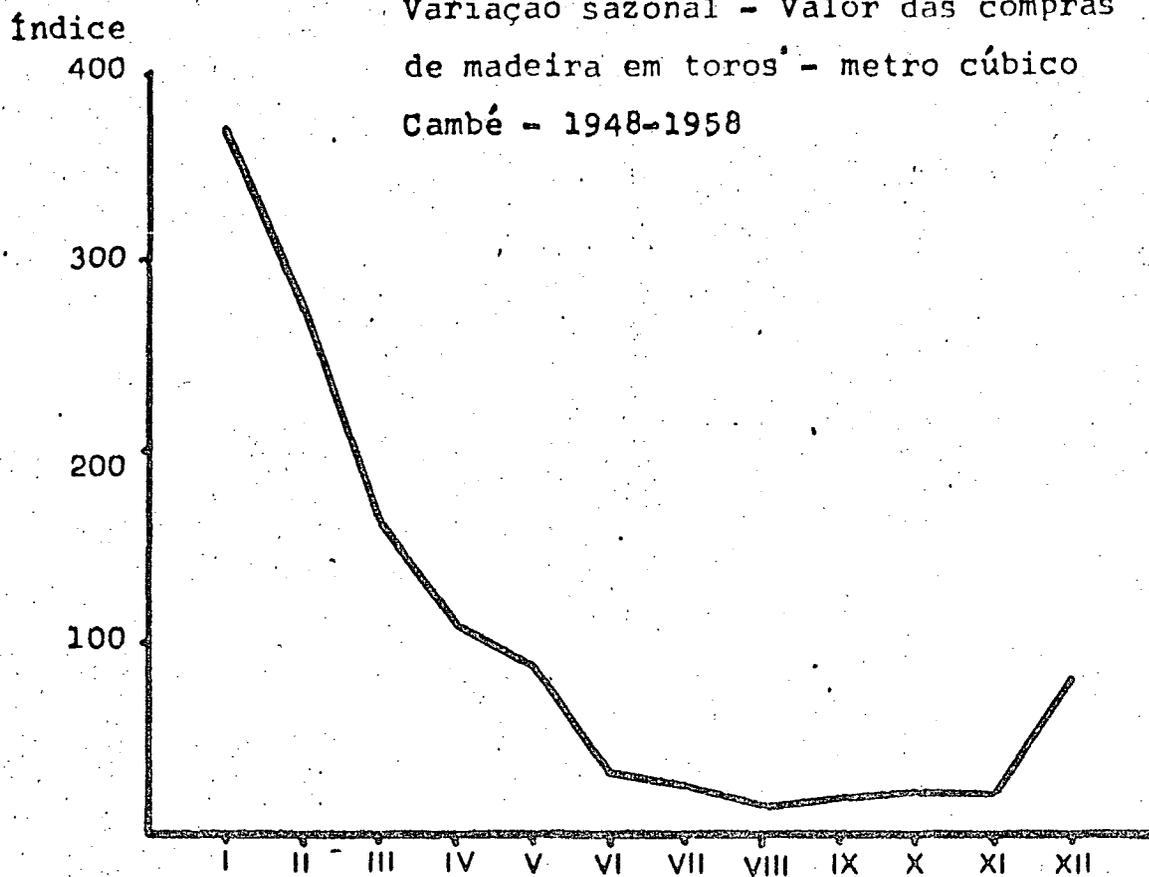
¹⁰ Sobre o assunto ver o artigo de J. Soares Pereira "O preço das madeiras nacionais no decênio 1939 - 1948", já citado.

¹¹ INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Anu. Bras. Econ. Flor. 1(1):40, 1948.

- ¹² Ver gráfico 47 "Transportes de madeiras pela R.V.P.S.C." .
- ¹³ INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Anu. Bras. Econ. Flor. 1(1):19, 1948.
- ¹⁴ Ibid., p. 19.
- ¹⁵ Ver gráfico 9 "Exportação de madeira".
- ¹⁶ INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Anu. Bras. Econ. Flor. 6(6):13, 1953.
- ¹⁷ Ibid., p. 23.
- ¹⁸ INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. As atividades do Instituto Nacional do Pinho em 1954. Anu. Bras. Econ. Flor. 7(7):26, 1954.
- ¹⁹ _____ . Anu. Bras. Econ. Flor. 10(10):25, 1958.
- ²⁰ BARBOSA, p. 83-84.

Gráfico nº 28

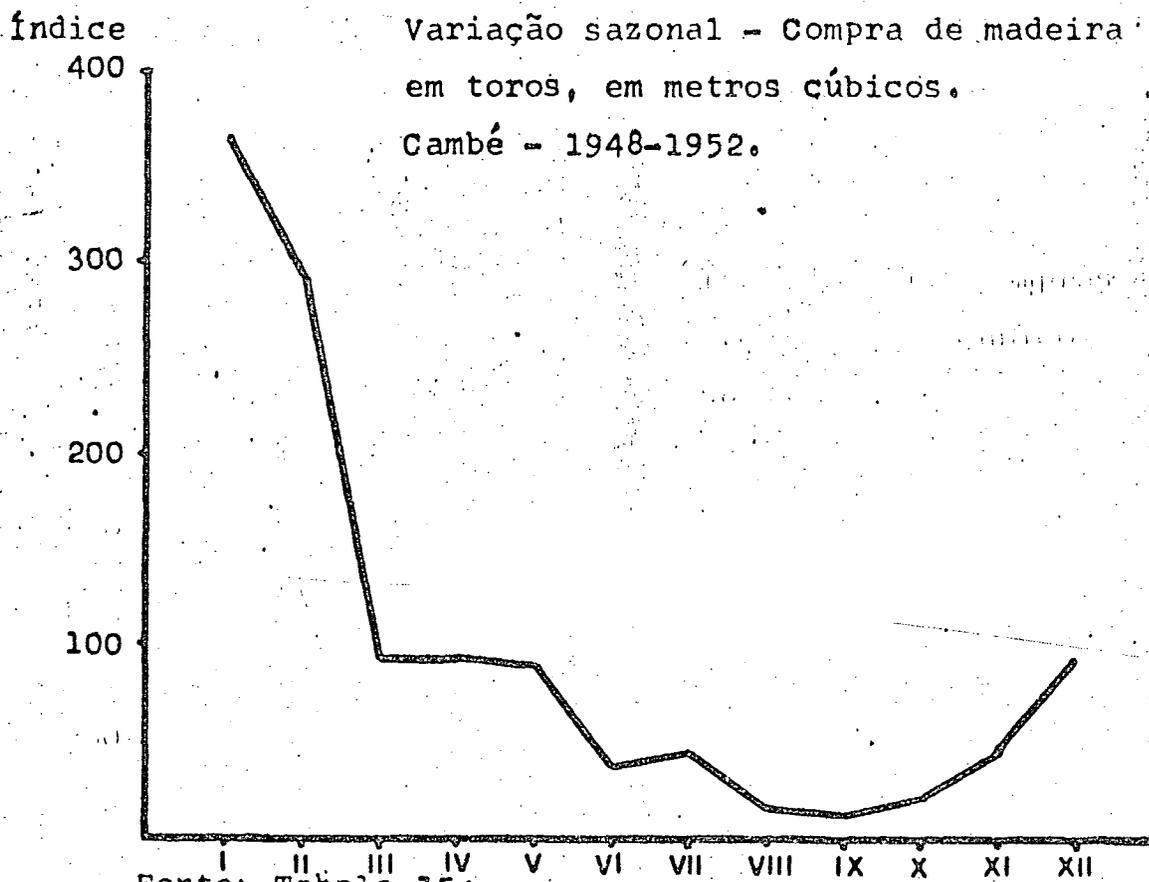
Variação sazonal - Valor das compras de madeira em toros - metro cúbico
Cambé - 1948-1958



Fonte: Tabela 15B

Gráfico nº 29

Variação sazonal - Compra de madeira em toros, em metros cúbicos.
Cambé - 1948-1952.

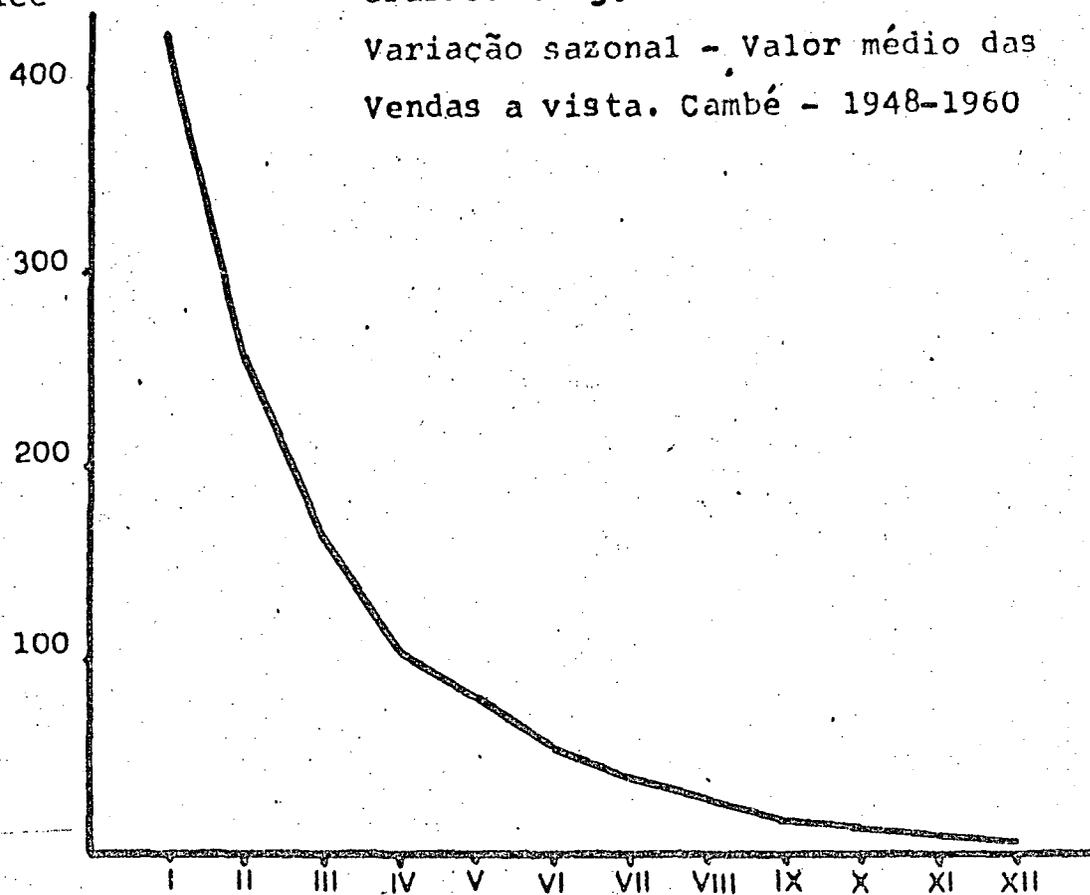


Fonte: Tabela 15A

Índice

Gráfico nº 30

Variação sazonal - Valor médio das Vendas a vista. Cambé - 1948-1960

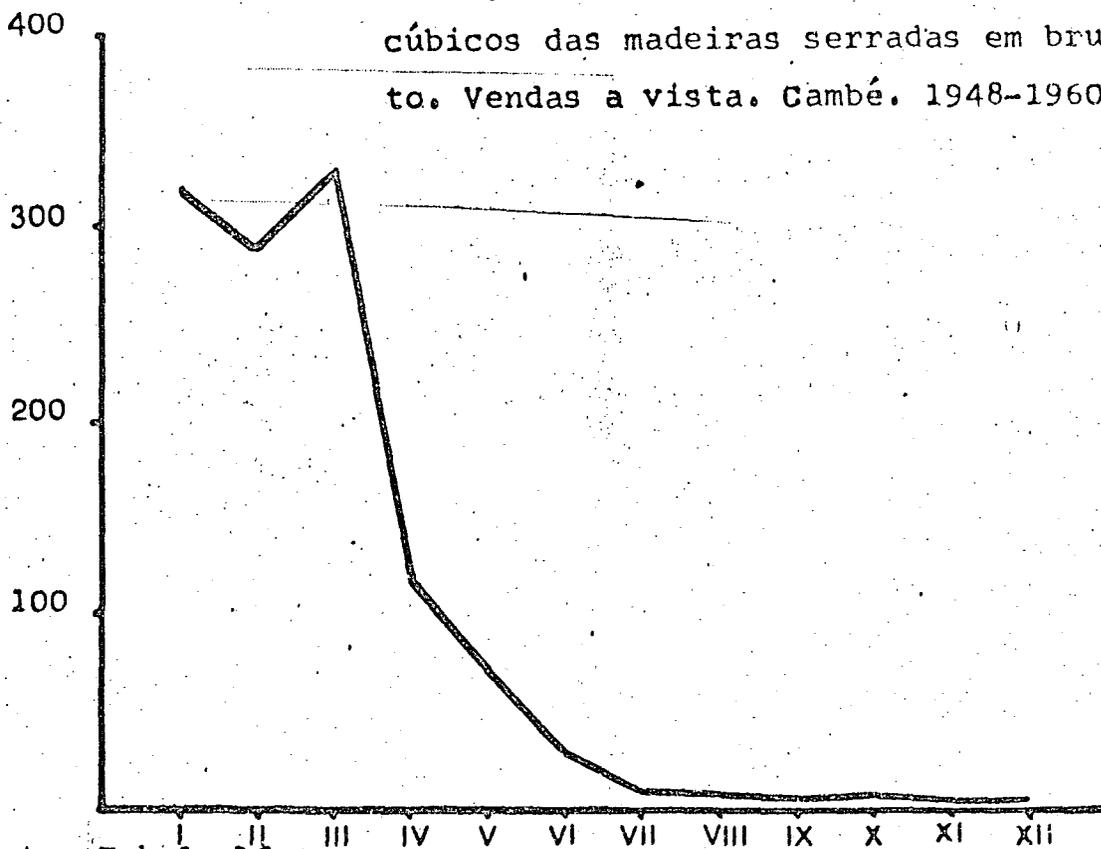


Fonte: Tabela 16

Índice

Gráfico nº 31

Variação sazonal - Produção em metros cúbicos das madeiras serradas em bruto. Vendas a vista. Cambé. 1948-1960

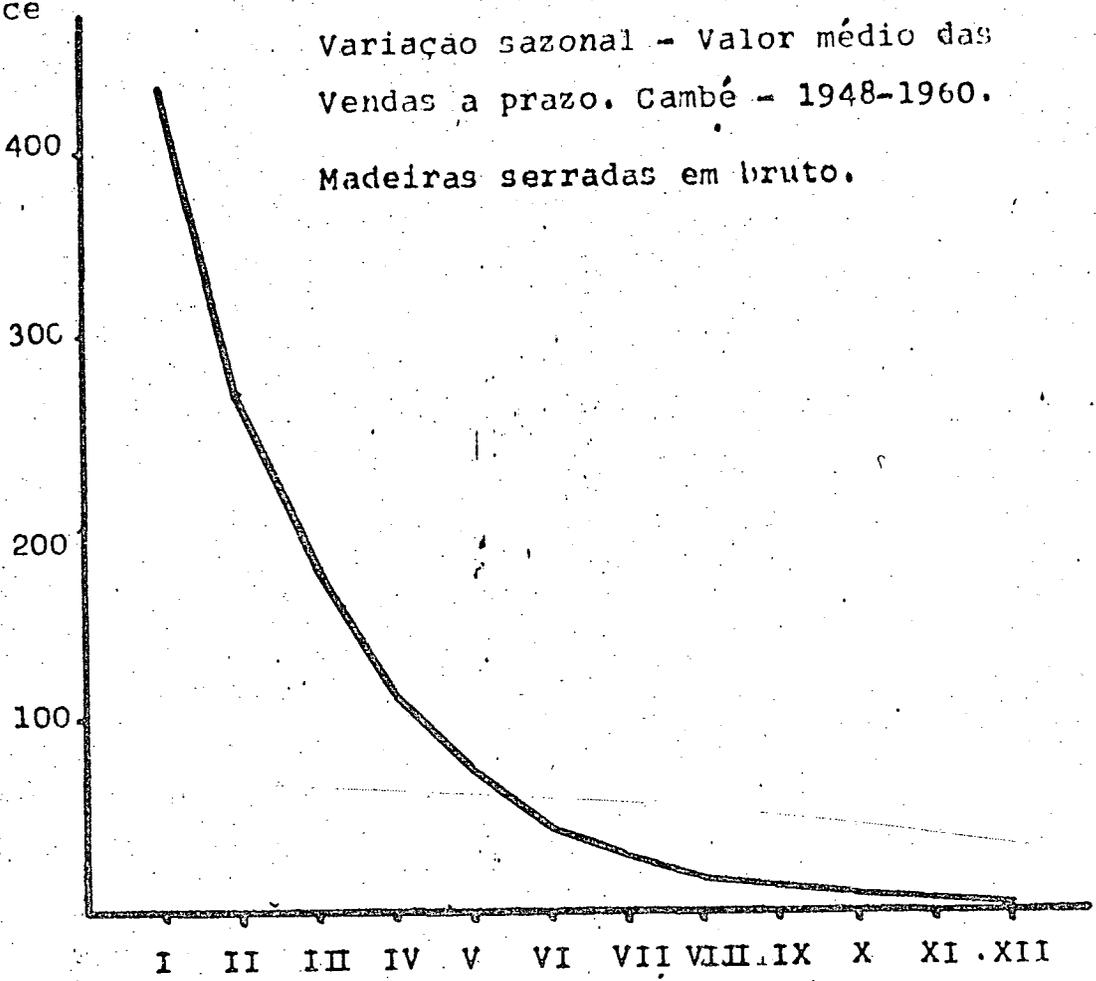


Fonte: Tabela 16

Gráfico nº 32

Variação sazonal - Valor médio das
Vendas a prazo. Cambé - 1948-1960.
Madeiras serradas em bruto.

Índice

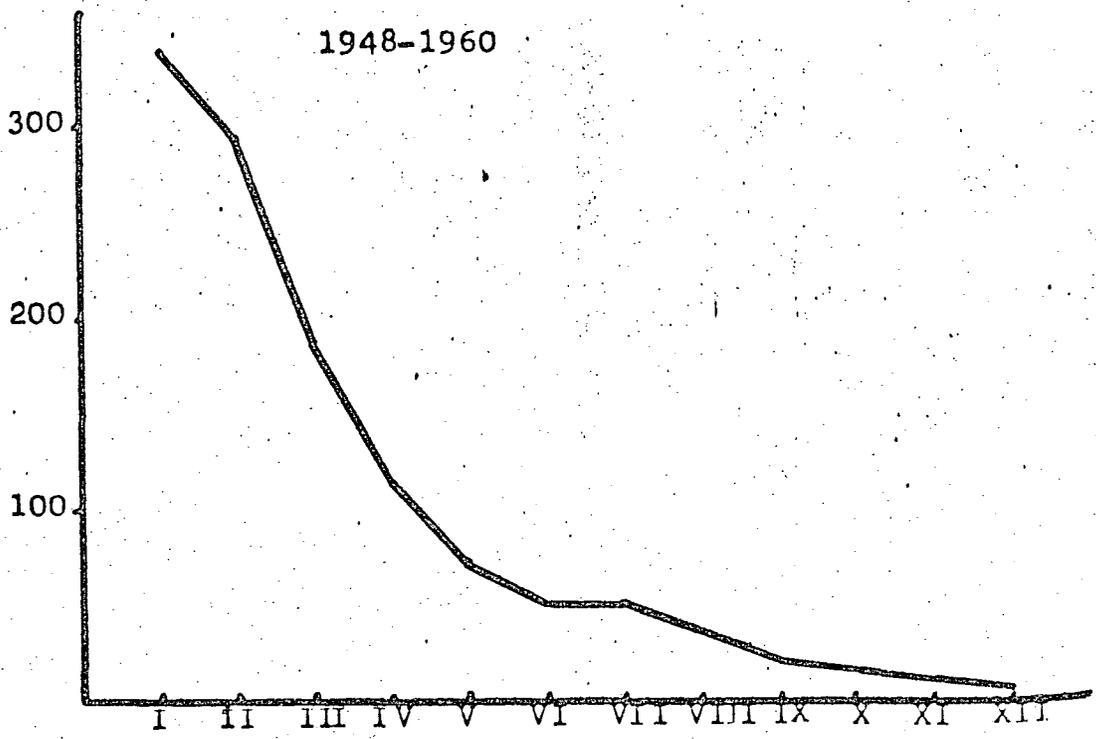


Fonte: Tabela 17

Gráfico nº 33

Variação sazonal - Produção em metros
cúbicos - Vendas a prazo. Cambé.
1948-1960

Índice



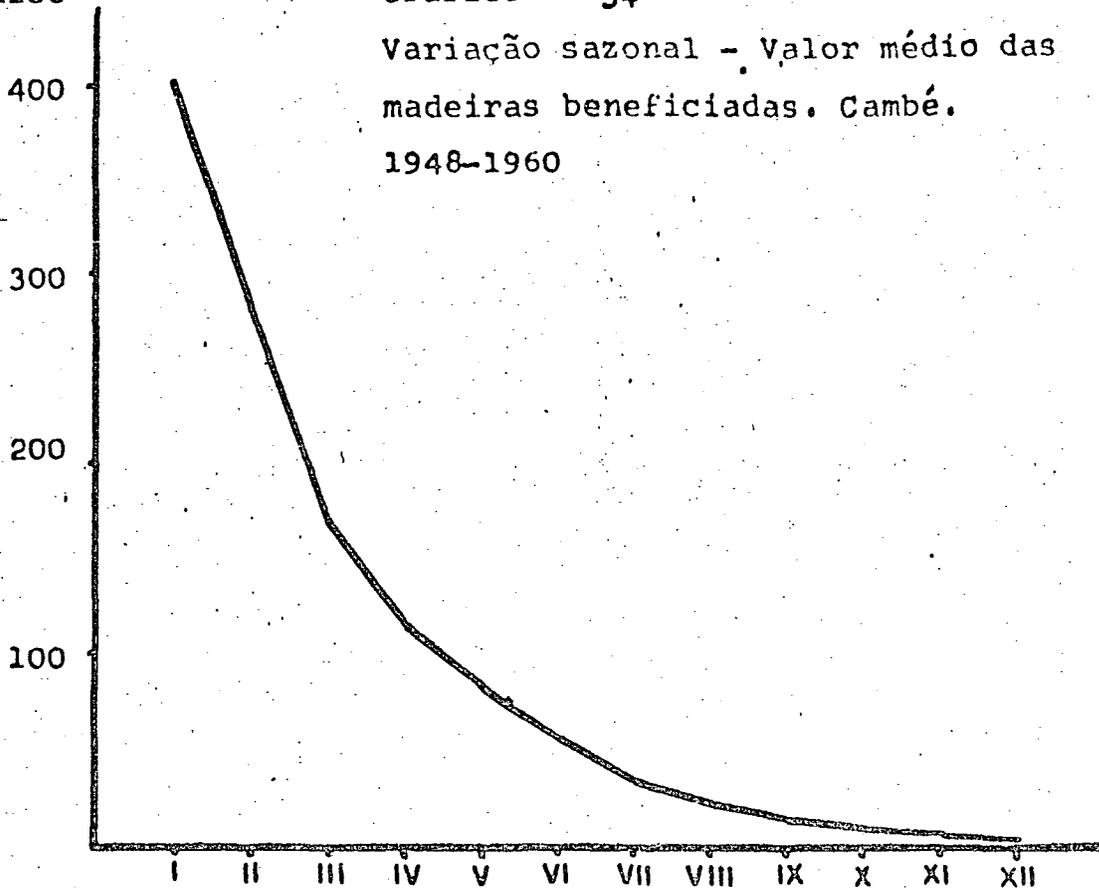
Fonte: Tabela 17

Índice

Gráfico nº 34

Variação sazonal - Valor médio das
madeiras beneficiadas. Cambé.

1948-1960



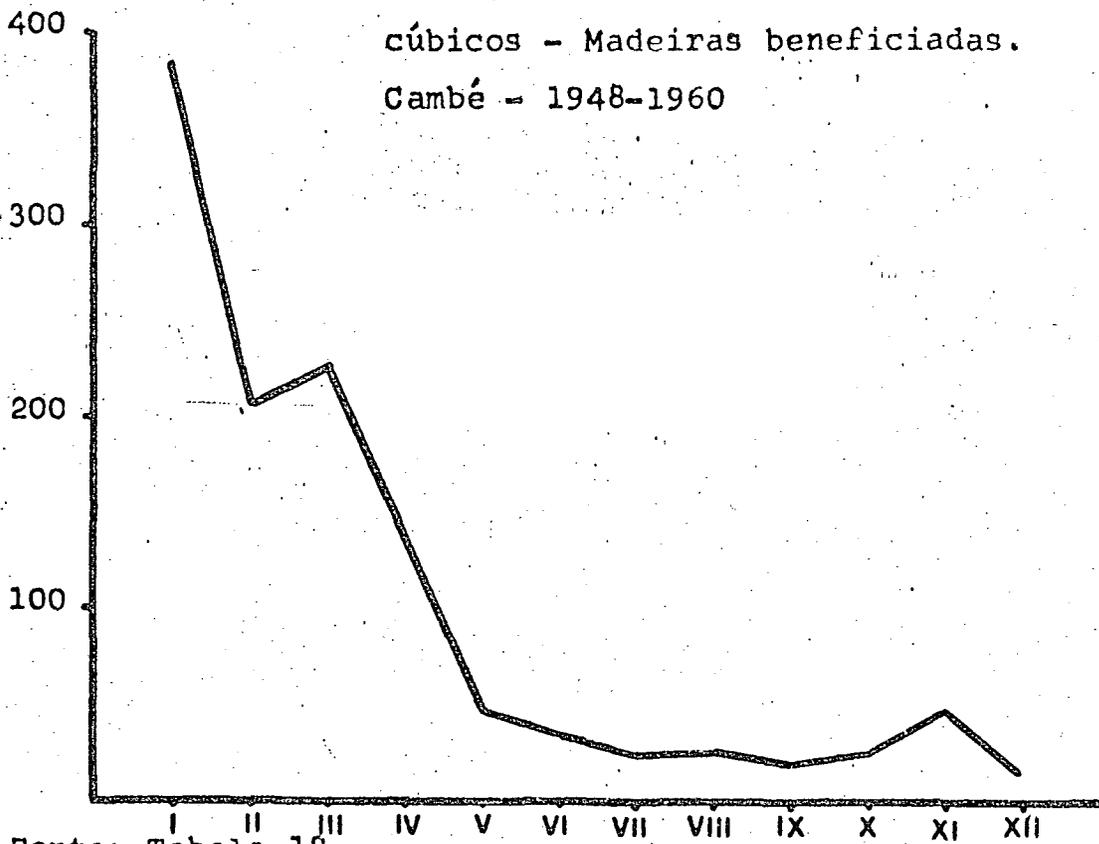
Fonte: Tabela 18

Índice

Gráfico nº 35

Variação sazonal. Produção em metros
cúbicos - Madeiras beneficiadas.

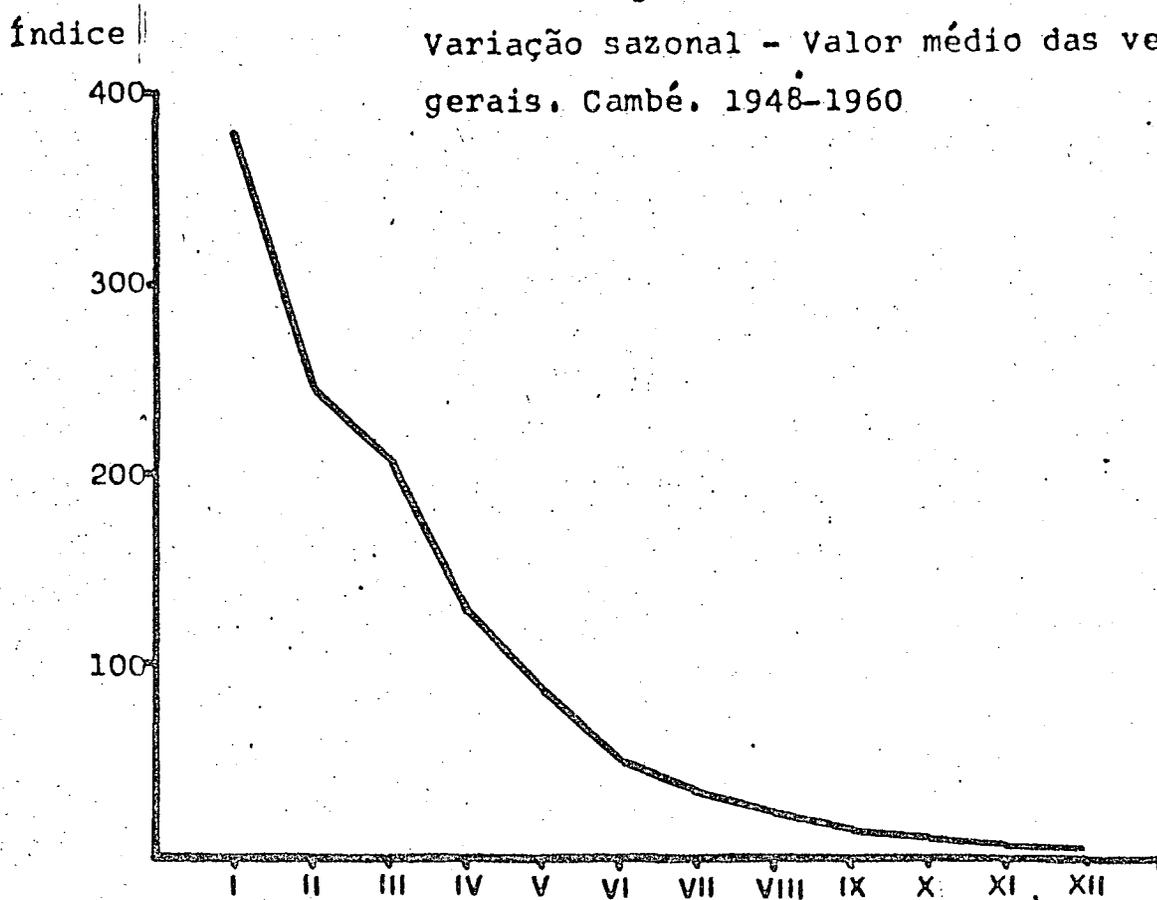
Cambé - 1948-1960



Fonte: Tabela 18

Gráfico nº 36

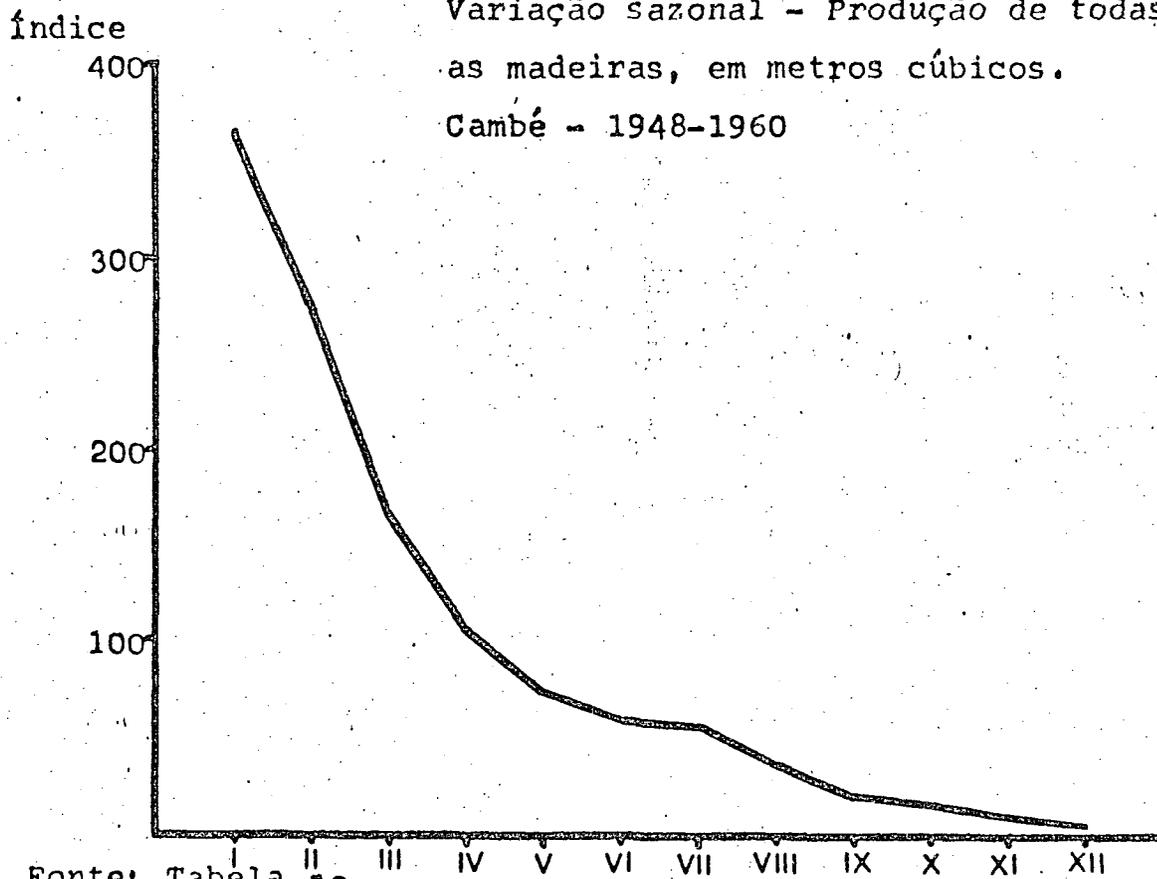
Variação sazonal - Valor médio das vendas gerais. Cambé. 1948-1960



Fonte: Tabela 19

Gráfico nº 37

Variação sazonal - Produção de todas as madeiras, em metros cúbicos. Cambé - 1948-1960



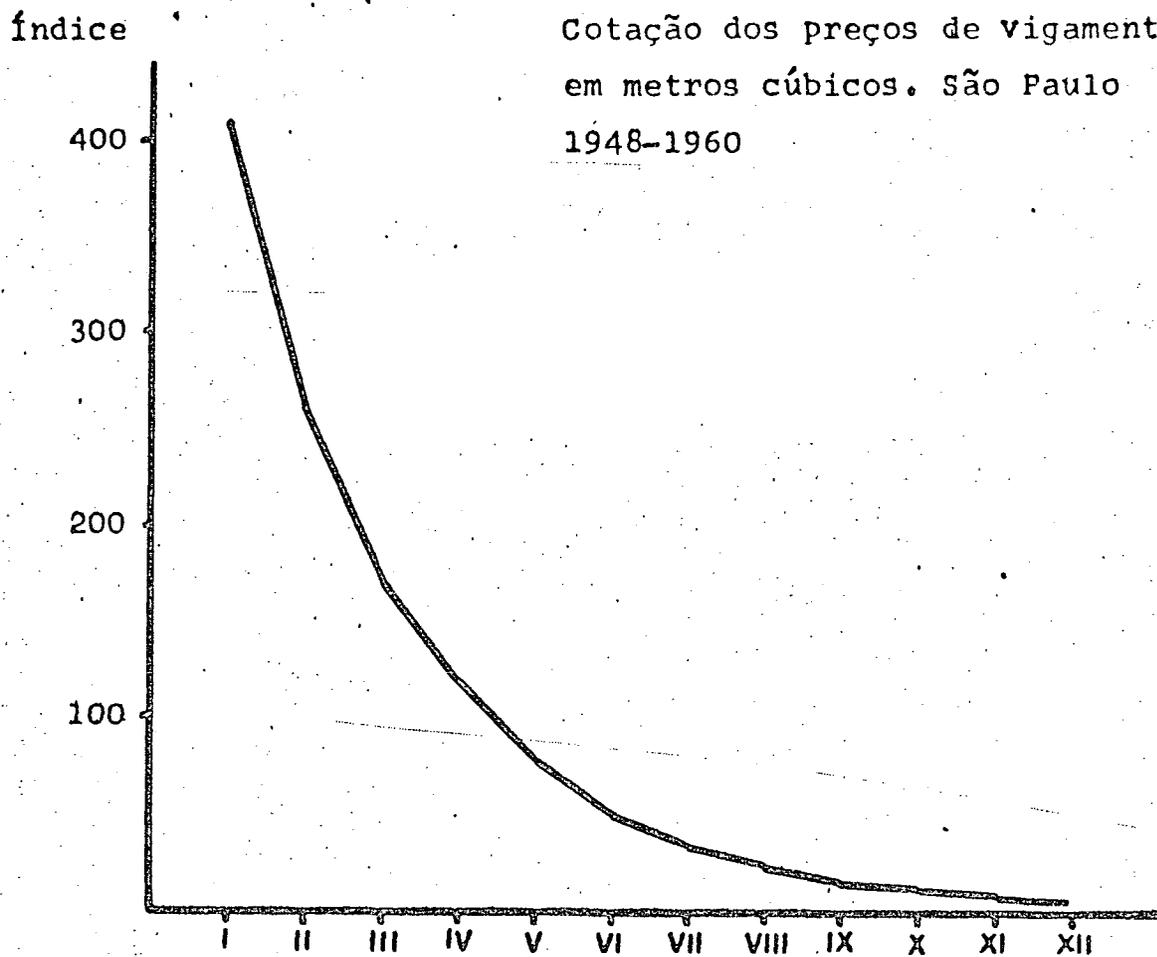
Fonte: Tabela 19

Gráfico nº 38

Variação sazonal

Cotação dos preços de vigamento
em metros cúbicos. São Paulo

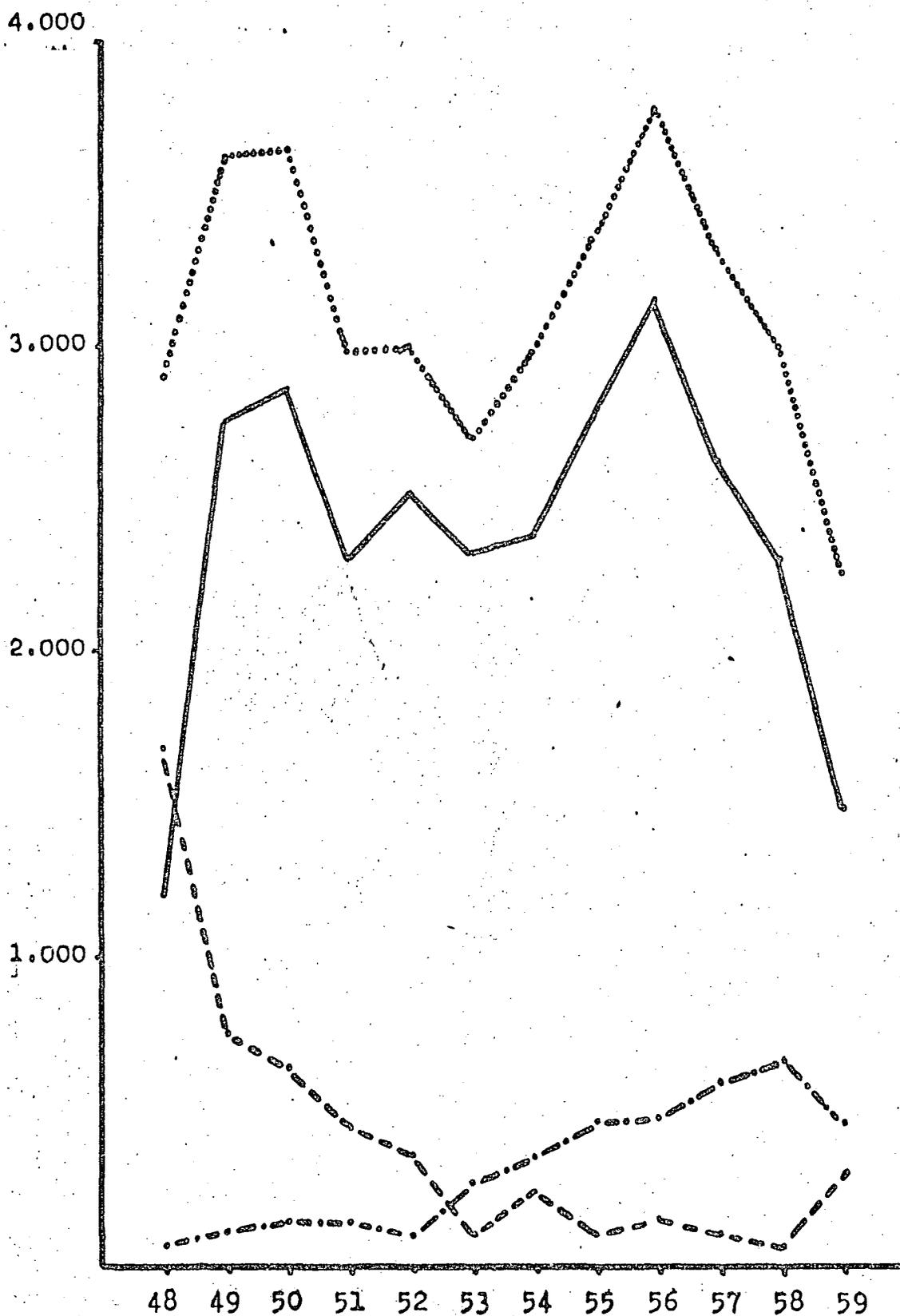
1948-1960



Fonte: Tabela 13

Gráfico nº 39

Movimento de vendas de madeira - em metros cúbicos
 Serraria São Carlos, Cambé, 1948-1960
 (números absolutos)



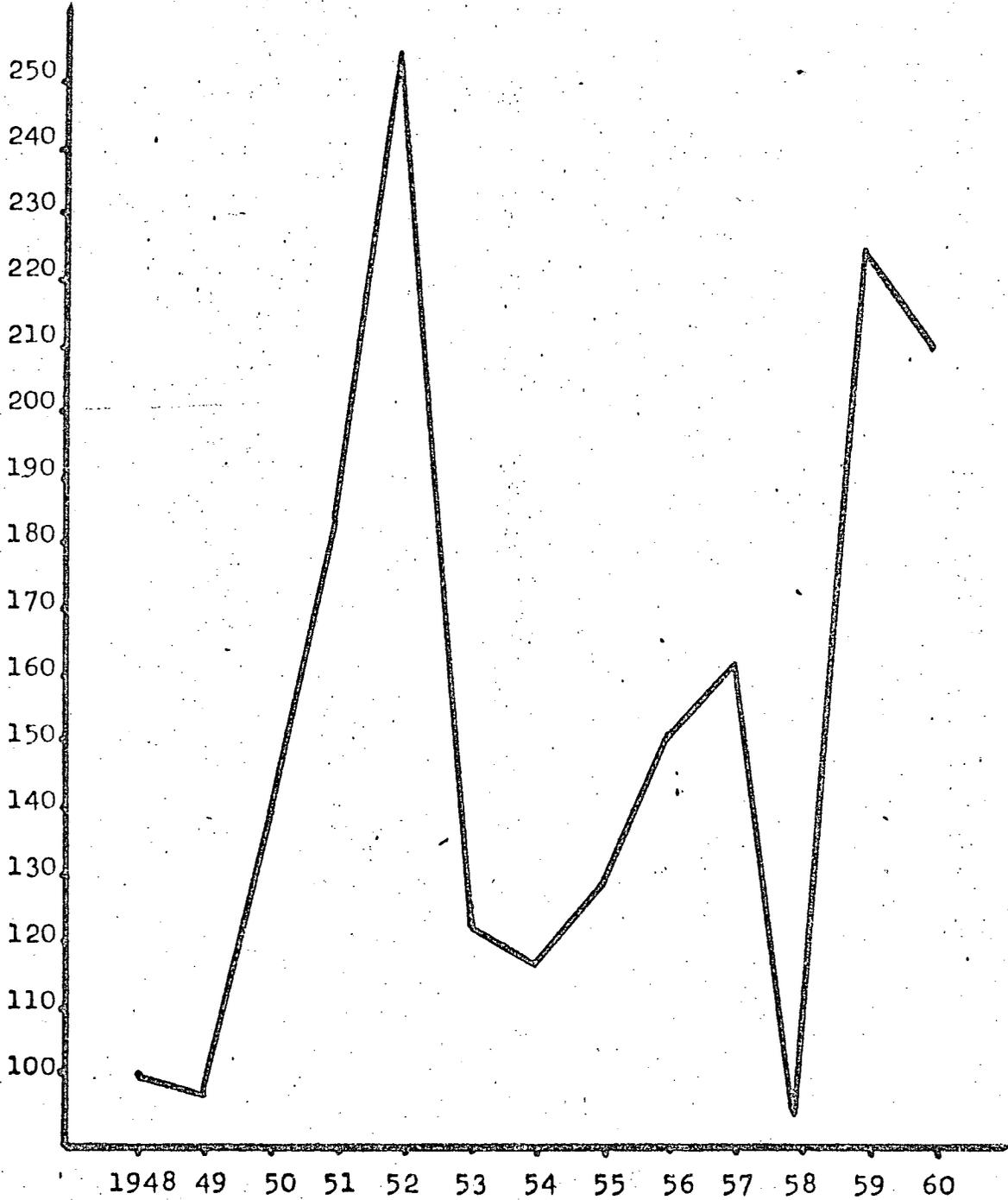
Fonte: Tabelas 16 a 19

Madeiras beneficiadas	Vendas a prazo	—————
Vendas a vista	- - - - -	Todas

Gráfico nº 40

Valor médio das madeiras serradas em bruto
Serraria São Carlos. Cambé. Vendas a vista.
Deflacionado a preço constante, 1948 = 100

Índice

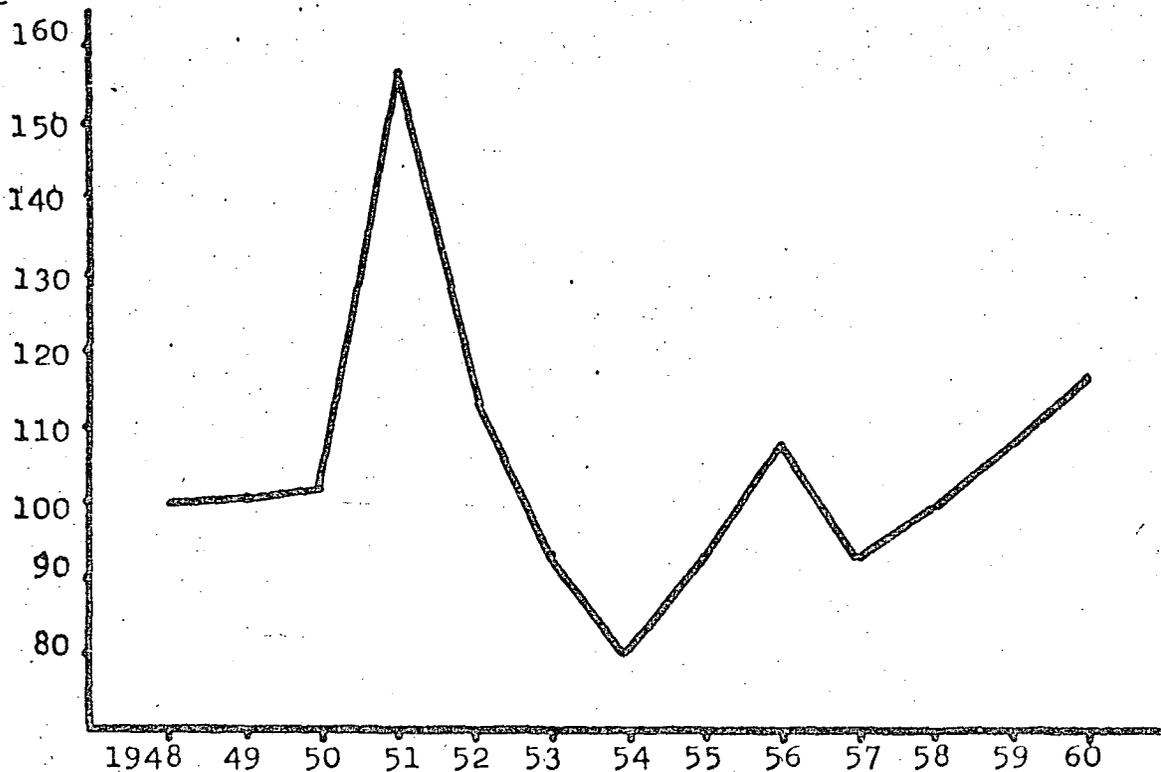


Fonte: Tabela 19

Gráfico nº 41

Valor médio das madeiras serradas em bruto
Serraria São Carlos, Cambé, Vendas a prazo,
Deflacionado a preço constante, 1948 = 100

Índice

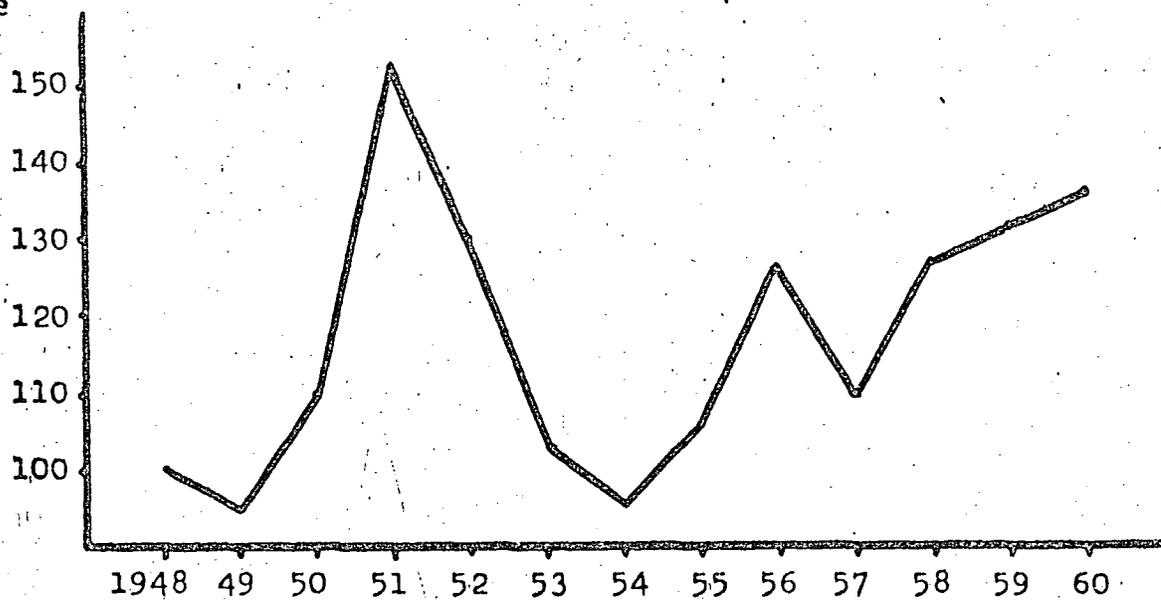


Fonte: Tabela 17

Gráfico nº 42

Preço das madeiras serradas em bruto (vigamento)
São Paulo, Deflacionado a preço constante, 1948 = 100

Índice



Fonte: Tabela 13

Valor médio em cruzeiros das madeiras serradas em bruto. Vendas a prazo. Serraria São Carlos. Cambé. 1948-1960

(valores absolutos não deflacionados)



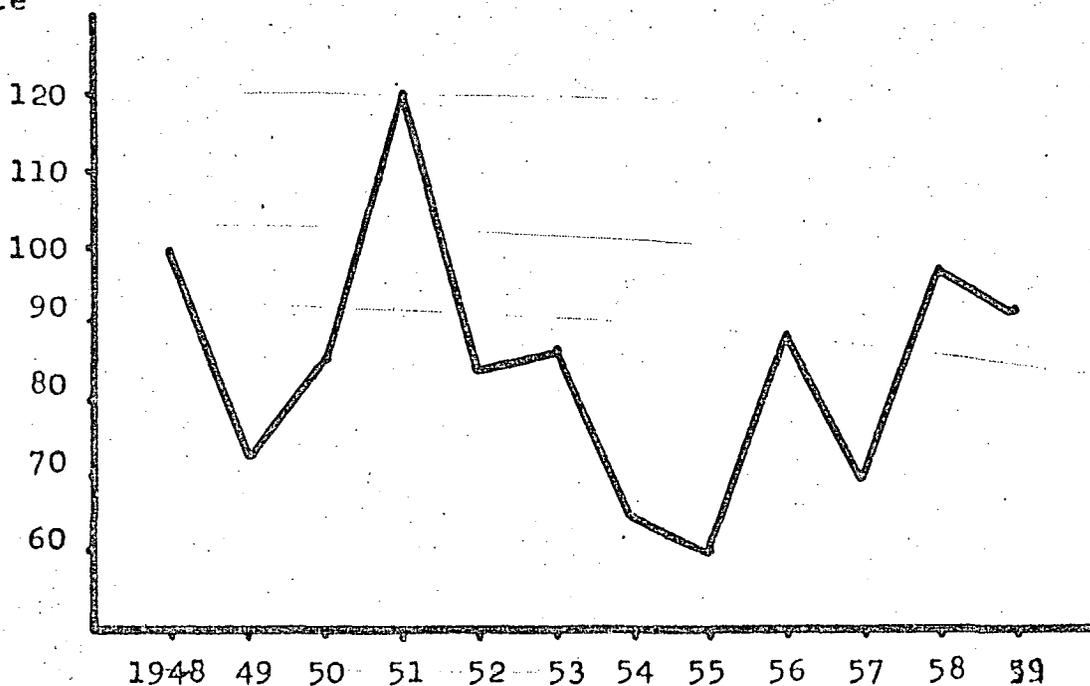
Fonte: Tabela 17

Gráfico nº 44

Valor médio das madeiras beneficiadas
Serraria São Carlos. Cambé.

Deflacionado a preço constante. 1948 = 100

Índice



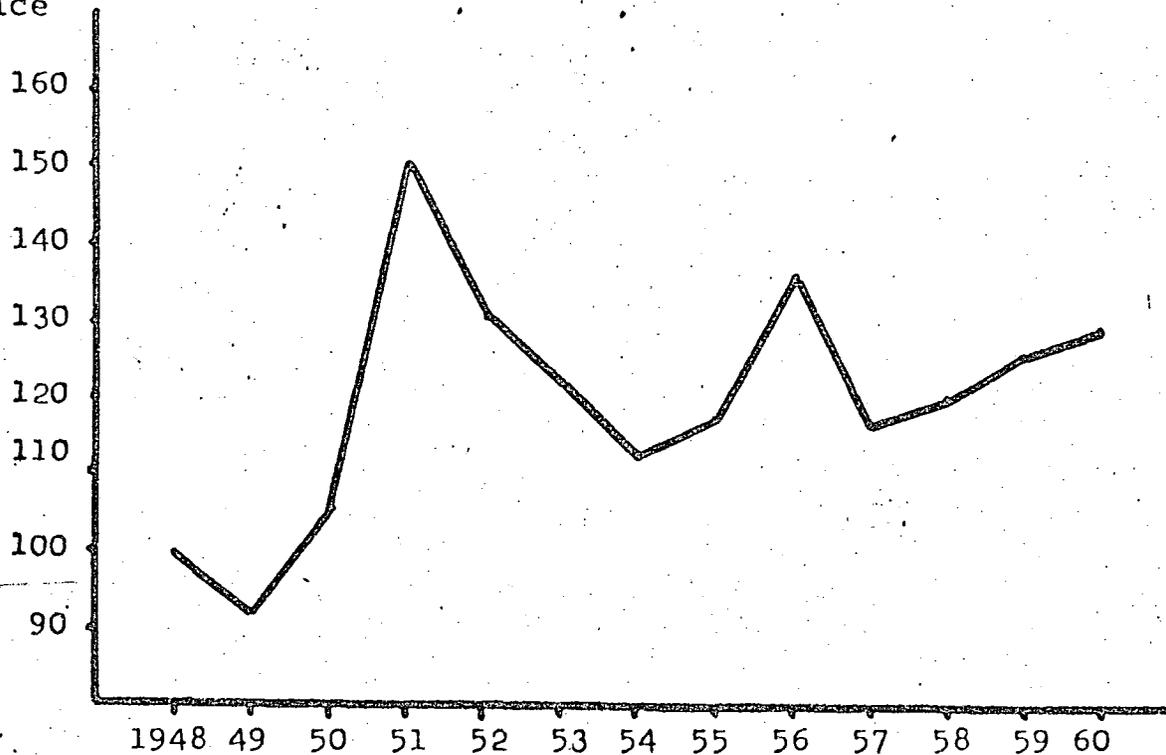
Fonte: Tabela 18

Gráfico nº 45

Preço das madeiras beneficiadas (soalho)

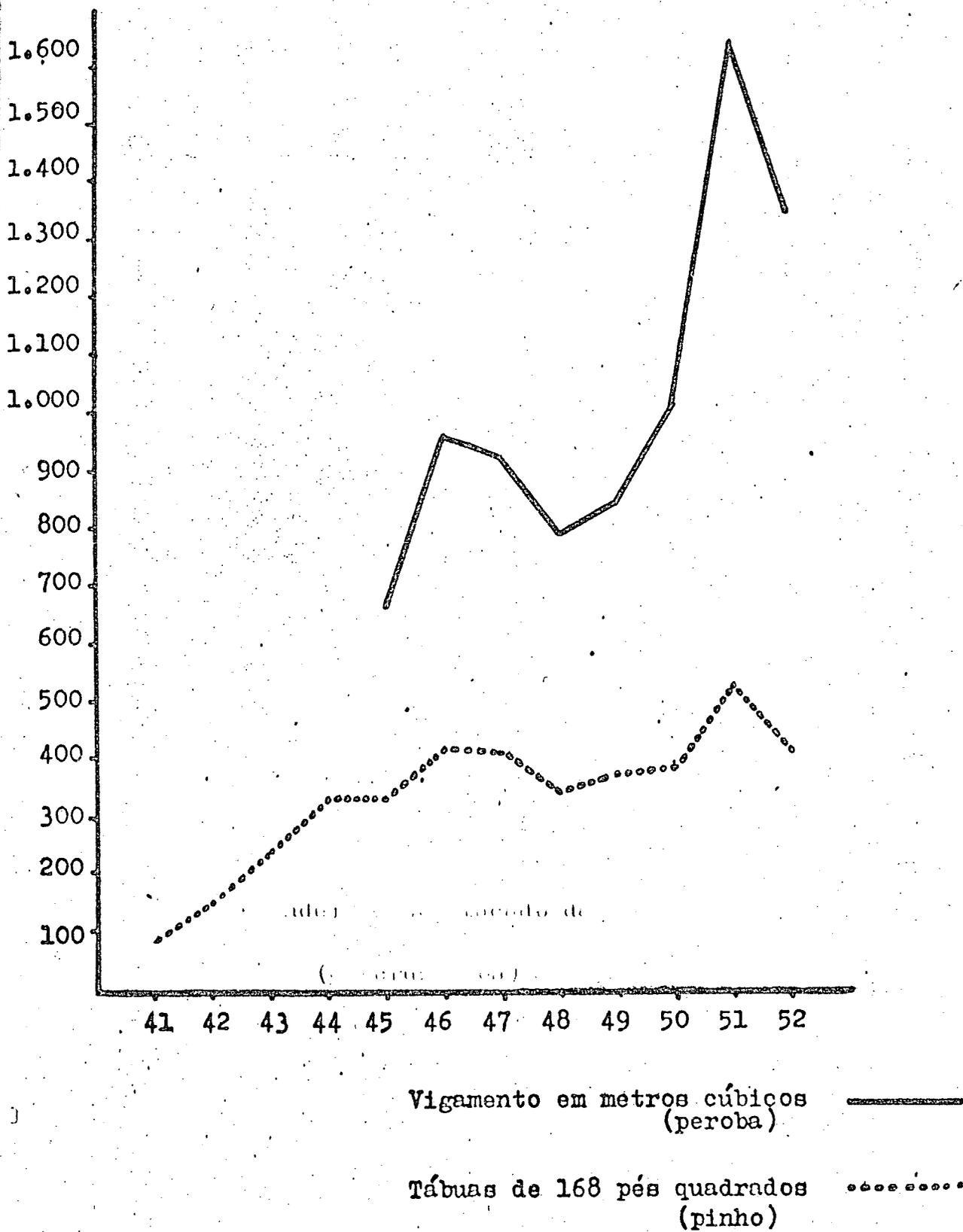
São Paulo. Deflacionado a preço constante. 1948 = 100

Índice



Fonte: Tabela 14

Preços de madeiras no atacado da Barra Funda
(em cruzeiros)



Fonte: Tabelas 11 e 12

5. T r a n s p o r t e s:

Embora as serrarias do Norte do Paraná existissem desde as primeiras aberturas na mata, no início da década de 1930, só puderam operar em escala comercial intensa, atingindo os grandes mercados principalmente São Paulo, polo de crescimento a que estava ligado desde os primeiros tempos, após a construção da estrada de ferro, que chegou ao Norte do Paraná antes das estradas de rodagem.

Pierre Monbeig assinala a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana até Ourinhos e sua extensão até Ingá (atual Andirá), no quilômetro 57, em abril de 1930.¹ Deste modo, ou melhor, deste ponto em diante, até atingir o interior das terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, por negociações desta Companhia com o Governo do Estado do Paraná e com a Estrada de Ferro Sorocabana, rapidamente os trilhos foram sendo estendidos, chegando em 1932, no quilômetro 184, a Cornélio Procópio. Até Londrina, que chegou em 1935, demorou-se um pouco mais devido a construção da ponte sobre o Rio Tibagi.

O Relatório Othon Mader, de 1934, oferece informações precisas sobre o andamento da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná.

PRINCIPAIS DADOS SÔBRE AS ESTAÇÕES ENTREGUES AO TRÁFEGO ATÉ
31-XII-1933.

Estações	Kilômetros	data da entrega ao tráfego	Observações
Ourinhos	0 - S.P.	12-6-1924	Edifício da So- rocabana
Munhoz	14,550	12-6-1924	
Leoflora	20,910	12-6-1924	
Cambará	29,050	11-7-1925	
Meireles	40,840	15-4-1930	
Ingá	57,430	15-4-1930	
Bandeirantes	81,300	1-7-1930	
Santa Mariana	107,600	1-12-1930	
Corn. Proc.	124,800	1-12-1930	
Congonhas	142.070	3-5-1932	
Frei Timóteo	175,720	3-5-1932	
Jatai	184,000	3-5-1932	
Londrina	209,000	3-1-1933	Estação rodoviá- ria.

Fonte: Relatório Othon Mader, 1933. p. 382.

Entre Londrina e Jatai o tráfego era rodoviário, numa extensão de 25 km.

A arrecadação das estações ferroviárias revelam aspectos interessantes da economia do Norte do Paraná. A falta de rodovias adequadas colocava toda a economia regional na dependência da ferrovia, que desde os primeiros tempos já reflete as oscilações cíclicas e aleatórias. Assim é que as flutuações na arrecadação refletem, nesse período, os efeitos da crise de 1929 e da Revolução de 1932, como também podem ser observados no Quadro apresentado por Othon Mader.

DEMONSTRAÇÃO DA ARRECADAÇÃO BRUTA TOTAL DAS ESTAÇÕES NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS DE EXPLORAÇÃO, ATÉ 31-XII-33

Estações	Kms.	1929 30 kms.	1930 125 kms.
Ourinhos	-	93:984\$700	44:482\$200
Munhoz	15	20:840\$250	22:857\$800
Leoflora	21	67:252\$150	40:416\$700
Cambará	30	1.501:606\$350	906:170\$600
Meireles	41	-	7:255\$000
Ingá	58	-	158:832\$900
Bandeirantes	82	-	69:816\$100
Sta. Mariana	108	-	8:409\$300
Cornélio Proc.	125	-	21:137\$500
Congonhas	143	-	-
Frei Timóteo	176	-	-
Jataí	184	-	-
Londrina	209	-	-
Totais:		1.683:683\$450	1.279:378\$100

Estações	Kms.	1931 125 kms.	1932 184 kms.	1933 184 kms.
Ourinhos	-	126:360\$100	105:309\$800	162:633\$700
Munhoz	15	11:330\$300	8:498\$500	13:230\$200
Leoflora	21	49:819\$300	17:288\$500	27:696\$600
Cambará	30	450:466\$800	344:686\$900	505:340\$300
Meireles	41	13:288\$500	9:280\$100	17:113\$300
Ingá	58	103:004\$600	77:577\$200	139:102\$600
Bandeirantes	82	153:425\$000	100:933\$100	149:586\$400
Sta. Mariana	108	22:612\$900	20:829\$700	51:525\$300
Corn. Proc.	125	898:714\$900	249:332\$600	201:269\$600
Congonhas	143	-	5:652\$700	19:449\$200
Fr. Timóteo	176	-	21:274\$600	54:569\$700
Jataí	184	-	175:221\$800	272:962\$200
Londrina	209	-	-	395:196\$300
Totais:		1.829:022\$400	1.135:885\$500	2.009:675\$400

NOTA: Tráfego rodoviário entre Jataí e Londrina: 25 kms.

Fonte: Paraná, S.F. Relatório Othon Mader - 1934.

Secretaria de Agricultura e Obras Públicas.

Pierre Monbeig mostra o transporte de mercadorias por essa ferrovia, no mesmo período, onde já se encontra a exportação de madeira.

MERCADORIAS TRANSPORTADAS PELA FERROVIA

PRODUTOS (em toneladas)	1931	1932	1933	1934
arroz	732	632	929	733
trigo	820	582	945	1.353
açucar	755	558	664	983
algodão	5	10	270	1.798
milho	9.593	6.634	15.439	14.548
café	1.946	1.543	3.480	6.899
feijão	2.039	1.371	1.365	3.236
madeira	422	867	6.903	10.745
porcos	940	3.498	8.590	15.435

Fonte: Monbeig, p. 16.

Evidentemente que esse quadro mostra o movimento de importação e exportação. Importava-se trigo, talvez o açúcar e exportava-se os demais produtos. Monbeig registra ainda o movimento de passageiros, onde se pode perceber a grande importância dessa ferrovia para o Norte do Paraná. O movimento de passageiros é de 68.066 para 1931; 50.958 para 1932; 99.401 para 1933 e 111.707 para 1934. À medida que avança a colonização, aumenta o número de passageiros que trafegam pela ferrovia.

Diz Monbeig sobre o transporte da madeira: "Enfim o aumento das derrubadas e os progressos da indústria da madeira se traduzem pelo aumento de tonelagem da madeira transportada".² Portanto, já se pode estabelecer que desde o início da abertura das matas no Norte do Paraná, ali se instalaram as serrarias, já exportando madeira para o Estado de São Paulo, ~~em~~ para outras regiões

interligadas à Viação Férrea-São Paulo - Paraná.

Desde essa época até o início da Guerra, tudo indica que não houve dificuldade de transporte, contudo, a insuficiência de dados estatísticos impede uma apreciação real da situação.

Durante a Guerra, a Viação Férrea São Paulo - Paraná foi absorvida pela R.V.P.S.C. . Esta, com deficiência no fornecimento de vagões, contribuiu para dificultar os transportes nesse período . Continuando na dependência do transporte ferroviário, as exportações de madeira eram uma verdadeira aventura. Havendo poucos caminhões, dificuldades na obtenção de outros devido à impossibilidade de importá-los, e as más condições das rodovias, o movimento de exportação interestadual só pôde desenvolver-se mais satisfatoriamente no após guerra, quando foi possível uma distribuição mais regular dos vagões, fazendo-se parte do percurso por rodovia e parte por ferrovia.

Se as estatísticas da produção segundo as guias emitidas pelo I.N.P. não evidenciam realmente a evolução das quantidades de madeiras produzidas no Paraná, mas podem mostrar a madeira comercializada, principalmente as que se destinam às exportações interestaduais e ao exterior, é possível perceber através delas que nunca o transporte ferroviário esteve em consonância com esse fenômeno.

O transporte de madeiras pela R.V.P.S.C., cujas médias mensais foram publicadas pelo Anuário Brasileiro de Economia Florestal mostram que, desde o início da década de 1940 (ver gráfico nº 47), havia instabilidade desse meio de transporte. A partir de 1944 já é possível uma comparação entre os mesmos e a produção de madeiras, segundo as guias emitidas pelo I.N.P. . Seria possível pensar que a fraca comercialização da madeira nos anos de guerra seria a responsável pela diminuição das disponibilidades de vagões ferroviários, não fossem as constantes reclamações dos ma-

deireiros aos Sindicatos, transmitidas ao I.N.P., e publicadas por esse órgão. Ao lado do aumento constante nos fretes havia falta de vagões.

Terminada a Guerra, as ferrovias brasileiras, de modo geral, puderam adquirir novas locomotivas e vagões que suavizaram o problema. Acontece, porém, que a R.V.P.S.C. servindo a dois Estados, Paraná e Santa Catarina, sem contar com eventuais serviços prestados ao Rio Grande do Sul, não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento desses Estados. Rapidamente o efeito das compras de novos vagões no após-guerra foram anulados pelo crescimento econômico de toda a região Sul do Brasil, tornando o transporte ferroviário deficiente.

As madeiras no Sul do Paraná podiam contar com o transporte marítimo. A revista "A Construção", de São Paulo, publica semanalmente a relação das madeiras entradas no porto de Santos e provenientes dos portos sulinos. No Norte do Paraná, entretanto, não existia esse transporte, como não existia também o escoamento pelas fronteiras secas ou transporte fluvial de que dispõem as madeiras do Oeste. A dependência à R.V.P.S.C. foi quase absoluta até o asfaltamento da região em meados da década de 1950.

À medida que mais se precisava do transporte ferroviário, menor disponibilidade de vagões havia. Toda a década de 1950 é ainda marcada pela morosidade e precariedade do fornecimento de vagões ao transporte de madeiras.

Embora o ramal da R.V.P.S.C. seja relativamente novo no Norte do Paraná, encampando a antiga Viação Férrea Paraná-São Paulo, trouxe para essa região todo o arcaísmo e precariedade de funcionamento com que operava nas regiões servidas já há mais tempo.

Essa precariedade mereceu um longo artigo da "Revista Materiais de Construção", de março/abril de 1938, publicada no Rio de Janeiro onde diz "A situação atual, vista pessoalmente, é uma ver

dadeira tristeza. Falta de locomotivas, falta de vagões... Eis a vida do Paraná e Santa Catarina, asfixiada".³ Nesse mesmo artigo reclamava-se de que muitas encomendas de madeiras feitas do Exterior não podiam ser atendidas, devido aos prazos de entrega. Enquanto o pedido era feito para ser atendido em um mês, a demora devido à falta de transportes era de seis meses.

Outro problema crucial de transporte ferroviário é narrado por Hasdrubal Bellegard:

Comumente o madeireiro é vítima, por exemplo, da falta de orientação da estrada de ferro no atendimento das requisições de transporte. Ora o fornecimento dos vagões se atrasa, deixando acumular a madeira na estação; em seguida eles são concedidos em número avultado, num só período, com graves prejuízos para o serrador, que vê o aviltamento dos preços no mercado paulista. É um fenômeno que se repete, sem remédio até aqui.⁴

A falta de vagões, de combustível e de organização na R.V. P. S.C. determinaram a exigência dos chamados "estoques visíveis" durante e ainda por algum tempo no após-guerra. É quando pelos depoimentos dos madeireiros, dos Sindicatos e do próprio I.N.P., que lutaram para acabar com esse costume, se pode perceber quanto foi agudo o problema dos transportes no Paraná. Alguns anos depois, ainda se podia ver as madeiras apodrecidas e abandonadas nos pátios, sem condições de serem vendidas porque os possíveis preços que alcançariam não eram suficientes para compensar os fretes.

Pela relação de fretes pagos durante o ano de 1952 pela Serraria São Carlos, levantamento realizado a pedido do Sindicato dos Madeireiros, consta gastos maiores com a Estrada de Ferro Sorocabana que com a R.V.P.S.C.

QUADRO 6
RELAÇÃO DOS FRETES PAGOS DURANTE 1952
 (Superiores a Cr\$ 1.000,00)

NOMES DOS TRANSPORTADORES	IMPORTÂNCIAS
Estrada de Ferro Sorocabana	203.973,80
Rede Viação Paraná - Santa Catarina	121.551,20
Estrada de Ferro Central do Brasil	101.513,00
Empresa Transportadora "ANDRADE"	4.581,00
Transparaná S.A.	2.916,00
Narcizzo Pivetta	1.350,00
Adérito de Jesus	1.180,00
Antônio E. Silva	1.180,00
Ernesto Uliana	1.180,00

Fonte: Relação de fretes pagos em 1952. Serraria São Carlos- Cambé.

As poucas exportações verificadas durante esse ano são na maioria, despachos feitos em Ourinhos, pela Estrada de Ferro Sorocabana, quando destinadas a São Paulo e com vagões da Estrada de Ferro Central do Brasil, quando destinadas ao Rio de Janeiro. Até Ourinhos o transporte era rodoviário e depois por ferrovia.

Esse levantamento pedido pelo Sindicato a todos os madeireiros paranaenses resultou um estudo enviado ao I.N.P. para que providências junto às autoridades competentes fossem tomadas.

Em "As atividades do I.N.P. em 1954" foi publicado o resultado desses esforços. Era Diretor da R.V.P.S.V. o general Iberê de Matos que declarou, em reunião da Junta Deliberativa do I.N.P., que no referente a aparelhamento a Rede estava com um atraso de vinte anos, em relação à região que estava servindo. As locomotivas eram ainda movidas a lenha, estando a Rede com um débito de dois anos junto aos lenhadores e, ainda assim pagara em promissô-

rias, vencíveis mensalmente, com um prazo de vinte e quatro meses para resgate. Faltava lenha estando a ferrovia paralisada por esse motivo há oito dias quando assumira a direção. As máquinas tinham cerca de quarenta anos e algumas sessenta. Contudo, o problema não era tanto falta de vagões como se supunha, dizia Iberê de Matos. Perto de Ponta Grossa, havia perto de mil e cem vagões congestionados. Isso porque era necessário uma saída para São Paulo dez vezes superior à existente na época. Calculava que o material disponível poderia realizar o dobro do transporte caso houvesse linhas. Nessa mesma reunião pediu aos madeireiros que sempre que houvessem dificuldades o procurassem, ao invés de reclamar e mandar telegramas às autoridades. Tinha chegado ao seu conhecimento a existência de requisições de até cinco anos sem que alguma providência fosse tomada.⁵

Provavelmente como resultado desses estudos, em 1955 nota-se maior disponibilidade de vagões, diminuindo em 1957, mas recuperando-se nos anos seguintes.

As requisições de vagões eram enviadas a Curitiba, que se encarregava da distribuição dos vagões da R.V.P.S.C., e a Ourinhos, que distribuía os da Sorocabana. Nem sempre foi respeitada a ordem de chegada das requisições, influenciando as "gorjetas" que às vezes resolviam o problema. Basta lembrar aqui a declaração do General Iberê de Matos, que encontrara requisições com atraso de cinco anos.

Havia duas maneiras principais de burla na longa espera da liberação de vagões. Uma era oferecer dinheiro por vagão distribuído e isto quando havia, outra era exceder à tonelagem permitida por vagão, pagando multas do excesso de tonelagem. Havia tolerância de até 10% de excedente, mas às vezes se conseguia embarcar até 30%. Se os fiscais percebessem os excessos pagava-se a multa, mas ainda aqui havia um recurso: passar os vagões pelas barreiras de controle quando não havia fiscais, isto é, altas horas da noi-

te. Funcionavam também para que isso ocorresse, as gratificações.

Não havendo solução satisfatória para o transporte ferroviário, no final da década de 1950, quando o asfaltamento da BR-369 era uma realidade, o transporte rodoviário superou o ferroviário. Comprova o fato, o relatório do presidente do I.N.P. à Junta Deliberativa, em 1959:

O ano passado (1958) verificou-se uma chegada média mensal de 1.326 vagões ferroviários, contra 2.420 caminhões. Este ano, baixou a entrada pela ferrovia para a média de 1.102 e aumentou para 2.850 a entrada de caminhões.

Informa a Delegacia Regional de São Paulo ter verificado que a classe madeireira vem igualmente observando esse fato e indicando que a sua causa imediata reside em ser o frete ferroviário, entre Guarapuava e Maringá (principais centros embarcadores de madeira) para São Paulo, de Cr\$ 450,00 por dúzia de tábuas, enquanto que o rodoviário é de Cr\$ 500,00, com a vantagem para este último de ser a mercadoria posta diretamente na obra ou nos depósitos, isento de requisições e livre dos serviços de descarga, classificação, etc, a cargo do INP, em Jaguaré e Barra Funda.⁶

Todo o problema de transportes se refletiu sobre a Serraria São Carlos. Pelo quadro abaixo, pode perceber-se as dificuldades da empresa em escoar sua produção.⁷

QUADRO 7

Transportes utilizados pela Serraria São Carlos - Cambé
Número de despachos

Ano	rodoviário	ferroviário	rodoviário e ferroviário
1948	2	45	1
1949	22	93	1
1950	10	95	-
1951	31	55	1
1952	32	56	...
1953	78	49	10
1954	12	56	74
1955	18	84	33
1956	22	85	32
1957	41	36	107
1958	53	59	33
1959	29	14	...
1960

Fonte: Despachos efetuados pela Serraria São Carlos - Cambé.

Além da morosidade no atendimento das requisições, a insegurança sobre esse atendimento obrigava a empresa a fazê-las em várias localidades ao mesmo tempo. Assim é que, fazia-se requisições em Curitiba, Londrina, Assis e Ourinhos. Às vezes passava-se várias semanas sem que aparecesse um único vagão disponível. Repentinamente surgiam vários ao mesmo tempo. Esses distúrbios, não raro, traziam sérias consequências, como por exemplo, a oferta de grandes lotes de madeira a um só tempo, ocasionando vendas a qualquer preço, sem a observância das cotações vigentes.

Nos períodos em que a R.V.P.S.C. não dispunha de vagões, o re

curso era embarcar a madeira em Ourinhos ou Assis, fazendo-se parte do percurso por rodovia, parte por ferrovia.

Entretanto, esses não eram os únicos problemas. As siglas dos vagões encontradas nas notas de despachos da Serraria São Carlos, dizem muito sobre a deficiência do transporte ferroviário.⁹ Ideal seria o uso de vagões fechados, apropriados para que as madeiras chegassem ao seu destino com bom aspecto. Entretanto, o que ocorria era o aproveitamento de qualquer tipo de vagão, desde a simples gôndola e plataforma, até o vagão ainda sujo do transporte de gado e o próprio vagão bagageiro da Rede.

Devido aos problemas apontados, a Serraria São Carlos passou a investir em transportes rodoviários, adquirindo caminhões próprios.

Da mesma forma como agiu a firma Carlos Codato, Filhos & Cia. agiram muitas outras. O investimento nos transportes rodoviários foi tão grande que, no final da década de 1950, o I.N.P. já reconhecia que o transporte rodoviário era um sério concorrente do ferroviário, chegando a prejudicar o movimento de cobrança de taxas desse órgão, para as madeiras que anteriormente se destinavam ao Entreposto do Jaguaré, em São Paulo.⁹

Com isso é possível perceber certa mudança na estrutura dos negócios madeireiros de exportação, principalmente após o asfaltamento das rodovias, em meados da década de 1950. Enquanto antes se ficava na dependência dos transportes ferroviários para a realização das vendas e exportação interestadual, a partir desse período as exportações se tornaram mais regulares, a ponto de São Paulo poder reexportar as madeiras entradas na cidade, principalmente em 1960, ano em que São Paulo mais reexportou.¹⁰

Examinando-se os relatórios dos Presidentes do I.N.P., se pode admitir com eles, que o principal problema com que defrontavam os produtores de madeiras era o escoamento da produção, dada à inadequação dos transportes. Quando se inicia o transporte rodo-

viário, parecendo melhorar tais condições, verifica-se que os fretes se tornaram quase proibitivos, alterando em muito os custos das operações intermediárias de vendas e transportes, modificando-se a natureza do problema.

CITAÇÕES NO TEXTO

¹MONBEIG, p. 16.

²Ibid.

³FERREIRA, p. 248.

⁴BELLECARD, Hasdrubal. Armazéns gerais - investimentos. Anu Bras. Econ. Flor. 6(6):274, 1953.

⁵INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. As atividades do I.N.P. em 1954 Anu. Bras. Econ. Flor. 7(7):34-36, 1954.

⁶_____. Principais atividades do I.N.P. em 1959. Anu Bras. Econ. Flor. 12(12):19, 1960.

⁷Onde consta o transporte rodoviário, muitas vezes se referem a despachos a Assis e Ourinhos, onde a Empresa manteve um escritório de representação entre 1951 a 1956, sendo as madeiras embarcadas dali por ferrovia, seguindo outro destino.

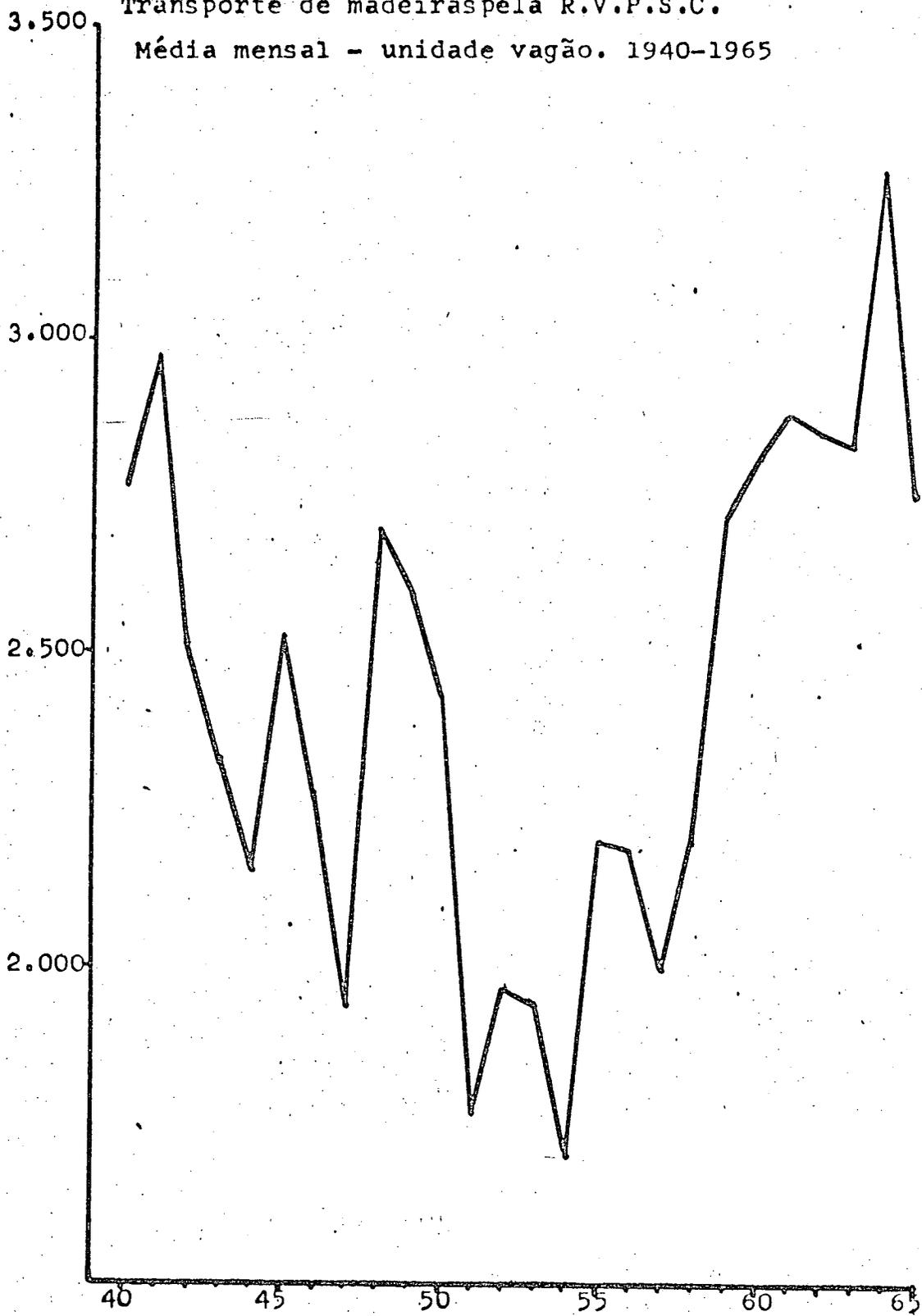
⁸Ver Quadro em Anexos.

⁹Principais atividades do I.N.P. em 1959, p. 19.

¹⁰INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. O comércio madeireiro de São Paulo no ano de 1960. An. Bras. Econ. Flor. 13(13):216-223, 1961.

Gráfico 47

Transporte de madeiraspela R.V.P.S.C.
Média mensal - unidade vagão. 1940-1965



Fonte: Tabela 10

IV - CONCLUSÃO

As condições de isolamento em que o Norte do Paraná viveu por longos séculos, só penetrado esporadicamente e só tardiamente ocupado, primeiro pela expansão da cultura cafeeira paulista no Norte Pioneiro e mais tarde, no início do década de 1930, pela colonização em moldes capitalistas, garantiram-lhe circunstâncias propícias para um rápido crescimento demográfico, graças à presença de terras de excelente qualidade para a agricultura.

Se, por um lado, a década de 1930 teve início com a Depressão, por outro, marca também, o início de nova fase do crescimento econômico brasileiro.

Aqui, pouco importam os fatores desse crescimento. Importam, sim, as perspectivas que se abriram às "frentes pioneiras".

Logo depois, a economia paulista é como algo que se transborda sobre o Norte do Paraná, dando-lhe o impulso necessário em capitais, mão-de-obra, técnica, além de se constituir em mercado consumidor ou redistribuidor da produção em geral.

Coube, sem dúvida, papel preponderante à ferrovia que prontamente ligou essa nova região a um polo de crescimento, São Paulo. Porém, isto de nada adiantaria não fosse a expansão do mercado interno, como observam Caio Prado Júnior, Nícia Villela Luz, Octávio Ianni e tantos outros. O Norte do Paraná, voltado diretamente para o mercado paulista, o mais importante, foi beneficiado.

Ao lado do verdadeiro chamariz em que se constituíram as terras roxas, atraindo imigrantes paulistas, mineiros, nordestinos e outros, a Europa em crise, atuando como fator de repulsão, favoreceu a emigração de grandes contingentes de população que, junto com os primeiros, se estabeleceram em grande parte no Norte do Paraná, pelas facilidades encontradas na aquisição de pequenas propriedades, oferecidas por grande número de companhias particulares de colonização.

(Com os primeiros moradores vieram também as serrarias.)

À medida que o Norte do Paraná foi recebendo novos habitantes, crescendo rapidamente a sua população e conseqüentemente sendo ampliada a extensão de terras de cultivo, liberando-as das matas que as recobriam originalmente, foi também aumentando o número de serrarias que passaram a aproveitar as madeiras liberadas. Em seguida, se passou à verdadeira fase de exploração madeireira. Por volta de 1935, as serrarias eram em número de 11, e catorze anos depois, em 1949, perfaziam um total de 177 serrarias registradas no I.N.P.

O aumento do número de serrarias foi tão rápido e tão grande que o I.N.P. que, quando de sua criação em 1941, só visava o pinho, logo depois estendeu a legislação sobre as demais essências florestais, com isso atingindo também a produção madeireira do Norte do Paraná. Contudo, pode afirmar-se que pouco pode fazer para atingir seus objetivos, dado a impossibilidade de disciplinar a produção madeireira em uma área agrícola, como a do Norte do Paraná.

Durante a Guerra, os mercados não foram capazes de absorver toda a quantidade de madeira produzida, caracterizando-se essa etapa por um fenômeno frequentemente chamado de superprodução, embora muitos falem de sub-consumo. Tudo indica que a superprodução ocorreu em virtude da conjuntura de guerra, quando a retração no mercado exportador desorganizou o comércio do pinho e as dificuldades de transportes auxiliaram a retenção dos estoques na fonte de produção por falta de escoamento.

Embora isso tenha ocorrido, não cessou o aumento do número de serrarias, nem do crescimento da produção, principalmente em virtude da abertura de novas áreas de colonização. No pós-guerra a tendência foi aumentar ainda mais a produção, pela ampliação do mercado exportador para o pinho e do mercado interno, tanto para o pinho como para as madeiras duras ou de eli.

Dependendo da maior ou menor intensidade da ocupação do solo,

a exploração madeireira no Norte do Paraná durou, em média, de 25 a 30 anos, em uma localidade e seus arredores. Deste modo, a exploração madeireira, iniciada logo após a extensão da ferrovia até o interior do Norte do Paraná, já mostrava sinais de esgotamento em meados da década de 1950, nas áreas cujo início de colonização situava-se entre as décadas de 1930 a 1940. Por volta desta mesma época, isto é, em meados da década de 1950, outras áreas, ou melhor dizendo, outras micro-regiões estavam em período de plena expansão da exploração madeireira, enquanto que, nas últimas frentes pioneiras, apenas se iniciava a colonização, e conseqüentemente a exploração madeireira das últimas áreas de matas no Norte do Paraná. As áreas de colonização pioneira, no chamado "Norte Velho" quase não mais dispunham de matas por explorar. Há vários anos estavam em declínio.

Acompanhando a "marcha da colonização" as serrarias apresentaram fenômeno semelhante. Concentraram-se nas áreas onde a madeira era abundante. Na medida em que a madeira ia escasseando a tendência da maior parte das serrarias foi no sentido de deslocar-se, penetrando cada vez mais rumo ao interior, onde a matéria-prima era mais acessível. Outras serrarias, ao inverso, preferiram permanecer por um tempo maior, buscando a madeira em áreas mais longínquas. Quando as reservas se tornaram insuficientes para abastecer as serrarias e fábricas de beneficiamento dos centros urbanos regionais mais desenvolvidos como, por exemplo, Londrina, um grupo de comerciantes de toros passou a ser os fornecedores de matéria-prima para essas serrarias e fábricas. Compravam a madeira nas áreas onde havia abundância do produto e vendiam onde já se tornava escasso. Desta forma, evitou-se temporariamente a paralisação por falta de matéria-prima nesses centros ou sua emigração para outras regiões. Entretanto, só as serrarias melhor aparelhadas e com maior capital puderam operar nessas condições. A tendência geral foi o deslocamento para onde a matéria-prima era abun -

dante e conseqüentemente mais barata.

Tudo leva a crer que a superprodução caracterizou todo o período que abrange este estudo, salvo raros intervalos.

O estudo dos preços, mais que qualquer outra variável, pode dar a medida da superprodução, pois há uma relação muito grande entre a produção e os preços. Toda vez que a produção se avoluma a um ponto excessivo, os preços caem, ou sobem quando a produção se reduz. Não é preciso nem escolher o preço de qual madeira deve ser usado como medida. Esse mecanismo abrange a todas de maior aceitação nos mercados, embora em proporções diferentes, tanto no mercado interno como externo.

Tomando apenas a década de 1950 como representativa, é possível apontar a alta de preços que se verificou até 1951, incentivando a produção, cujo volume mais alto se encontra no ano de 1954 para o Paraná, exatamente quando os preços atingem seu ponto de maior depressão. Em seguida a produção declina até 1956 e os preços no mesmo período apresentam recuperação. Novamente a produção aumenta e os preços caem em 1957. Eles se mantêm em elevação em 1958, 1959 e 1960, e a produção declina em 1959. Isto se explica pela maior ou menor intensidade no ritmo da ocupação das terras, observado no estudo da produção de madeiras em cada micro-região, já que o desmatamento ocorreu paralelamente a essa ocupação.

Já que as medidas de controle por parte do I.N.P. pouco efeito surtiram na contenção da produção, tudo indica ser o desestímulo dos preços baixos que de fato exerceram influência na produção, ao lado de fatores acidentais que em alguns anos forçaram quedas.

O que levou à conclusão da relação existente entre produção e preços foi o estudo de uma empresa madeireira. Partindo do levantamento total das vendas à vista e à prazo, tanto das vendas locais como das exportações interestaduais, e comparando o movimento de comercialização da empresa com a produção do Norte do Paraná, bem como os preços de madeira da Serraria São Carlos com aqueles das cotações publicadas pela revista "A Construção", em São Paulo, e

das exportações ao exterior, foi possível observar que as oscilações da produção exercendo influência sobre os preços, se refletiam de maneira profunda sobre a comercialização da empresa e sobre seus preços. O estudo das variações sazonais corroboram a afirmação dessa relação. Os mercados procurando tirar o maior proveito possível das "safras" determinavam todo o mecanismo da formação anual de preços com estações bem determinadas, excluídas as influências aleatórias.

São Paulo, liderando o comércio das madeiras, determinava os preços, regulados pelo mecanismo da oferta e procura. Sendo o Norte do Paraná região de economia periférica, ligada a esse polo de crescimento, refletiu as oscilações de preços desse mercado, que se evidenciaram no estudo da produção, comercialização e preços da empresa madeireira em estudo.

A Serraria São Carlos, cuja produção era destinada acima de tudo à exportação interestadual, tendo São Paulo como principal mercado, teve dificuldade em exportar sua produção no início da década de 1950. O aumento contínuo da produção de madeiras em todo o Estado, ao mesmo tempo que se acentuava a produção agrícola, tornou insuficiente o número de vagões disponíveis para o transporte dessas mercadorias. Os preços eram bons em 1950 e melhores ainda em 1951, mas pouco se conseguia exportar por falta de meios de transporte.

Para enfrentar essa dificuldade passou a vender, a partir de 1949 até o início de 1953, grande parte de sua produção no mercado local e regional, lançando mão de um artifício no caso, isto é, vendas a prazo, forma de operação de vendas até então realizada unicamente para as madeiras destinadas a consignatários em São Paulo e Rio de Janeiro. Com vendas a prazo e, em alguns casos, até à prestação, facilitava as transações, diminuindo ao mesmo tempo sua produção, podendo enfrentar tanto problemas de estocagem devido à superprodução, como a falta de transportes.

No período anterior à Segunda Guerra, havia exportado normalmente, de acordo com depoimentos de seus sócios. Durante a Guerra, com sérios problemas de transportes, ficou a empresa dependente da disponibilidade de vagões ferroviários. Houve períodos, nas entre-safras, que os vagões requisitados durante vários meses, chegavam todos ao mesmo tempo, mas podia passar vários meses sem que nenhum aparecesse. No final de 1944, houve ocasião em que chegaram 92 vagões no prazo de quinze dias. Verificava-se então verdadeira corrida para o embarque. Quando terminou a Guerra, havia tanta madeira em estoque que já faltava espaço para guardá-la, mas a produção não parou um só dia. Aos poucos foi sendo escoada essa produção, principalmente porque já se podia conseguir alguns caminhões, sendo possível fazer requisições de vagões tanto à R.V.P.S.C. como à Sorocabana, embarcando-se a madeira em Assis, Rancharia e ourinhos e outras localidades.

Toda vez que ocorriam esses distúrbios, as grandes quantidades exportadas ao mesmo tempo, fazia com que a oferta superior à procura exercesse pressão baixista sobre os preços. Muitas vezes os compradores faziam ofertas muito abaixo do valor real e para se verem livres dos estoques, estes eram vendidos.

A observação do comportamento desta empresa permite concluir que a mesma reação deve ter ocorrido nas demais, já que o I.N.P. foi frequentemente obrigado pelas circunstâncias a determinar preços mínimos para a comercialização das madeiras, embora esses preços nem sempre foram obedecidos.

V - FONTES DE PESQUISA.

Fontes primárias:

1. Arquivo da Serraria São Carlos. Cambé. Paraná.
 - 1.1. Talões de notas fiscais.
 - 1.2. Romaneios.
 - 1.3. Guias de despacho para "Exportação Interestadual".
 - 1.4. Copiador de faturas.
 - 1.5. Diário da empresa.
 - 1.6. Livro de Registro de Compras.
 - 1.7. Livro de Registro de Vendas à Vista.
 - 1.8. Correspondência Comercial.
 - 1.9. Livro de Registro de Estampilhas.
 - 1.10. Amarrados avulsos.
 - 1.11. Movimento bancário.
2. Junta Comercial do Estado do Paraná.
3. Departamento Estadual de Estatística. Paraná.
 - 3.1. Produção Extrativa Vegetal - 1947-1964.
 - 3.2. Cadastro Industrial - 1950 e 1961.

Fontes secundárias.

1. Instituto Nacional do Pinho. Quadros Estatísticos. Anuário Brasileiro de Economia Florestal - 1948-1965.
2. Revista "A Construção". São Paulo. 1948-1960.
3. Relatório Othon Mader, 1934. Secretaria da Fazenda e Obras Públicas.
4. Mensagem à Assembléia Legislativa. Manoel Ribas. 1934.
5. Relatórios de Presidentes do Instituto Nacional do Pinho.
6. Ministério da Fazenda. Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional.
7. Fundação IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Estatístico de 1970.

A documentação do Arquivo da Serraria São Carlos, em Cambé, Paraná, foi utilizada quase na totalidade para a formação de séries do movimento de vendas da serraria, e dos valores médios do metro cúbico de madeira serrada em bruto e beneficiada. Através dos talões de notas fiscais, dos romaneios, guias de despacho de "Exportação Interestadual", copiador de faturas, foram estabelecidas quatro séries completas, abrangendo os anos de 1948 a 1960. Foi através dessa mesma documentação que se obteve as informações referentes aos mercados e transportes utilizados pela empresa.

As séries de compras de matéria prima foram obtidas dos livros de "Registro de Compras".

O conjunto dos outros documentos, aliados aos obtidos na Junta Comercial do Paraná, serviram para a análise dos demais aspectos da atividade da empresa.

Do Departamento Estadual de Estatística foram obtidos dados sobre a "Produção extrativa vegetal". Embora sob esse título, na verdade esses dados se referem às madeiras de serraria e de outros estabelecimentos e organizações que operam no setor madeireiro. Foram colhidos a partir de 1947, com uma lacuna em 1949. São coletados por município, em ordem alfabética, obedecendo à disposição: pinho, imbuia, cedro, peroba, madeiras diversas. Isto até 1958. Desta data até 1964, estão separados por micro-regiões e apenas com a indicação de toros, embora a forma de coleta seja a mesma do período anterior. De 1964 em diante foi usado o sistema de amostragem, em vários municípios, razão pela qual não foram utilizados.

A partir dos "Quadros Estatísticos" que aparecem no final de cada volume do "Anuário Brasileiro de Economia Florestal", num total de dezoito volumes, foram formadas as séries de preços para o mercado atacadista de São Paulo; séries de produção; de exportação e transporte de madeiras pela Rede Viação Paraná-Santa Catarina.

Apesar de várias tentativas no sentido de se estudar quantitativamente a produção de madeiras no Paraná, não foi encontrada uma forma eficiente, porque as estatísticas não apresentam segurança a quem deseja manipulá-las sob este aspecto estrito. As estatísticas de produção do I.N.P. já criticadas por vários especialistas, em especial no Relatório CODEPAR-SPL, de agosto de 1964, sofrem de todas as falhas ali apontadas. As estatísticas coligidas pelo D.E.E. - I.B.G.E. estão em completo desacordo com as do I.N.P., sendo que as diferenças encontradas nos volumes produzidos, chegam em alguns casos, a milhões de metros cúbicos em um mesmo ano.

A principal crítica que se faz às estatísticas da produção, segundo as guias emitidas pelas Delegacias Regionais do I.N.P. é que elas são extraídas a pedido do produtor, de acordo com a quota anual que lhe é destinada, fazendo-se dessa forma o controle da produção. Acontece que o produtor só tem necessidade dessas guias no momento de comercializar sua produção, quando são necessárias para acompanhar a mercadoria vendida. As serrarias destinadas à produção para consumo local não têm necessidade das mesmas, pois a madeira por elas produzidas se destinam ao consumo imediato, isto é, são vendidas diretamente aos consumidores, sem a presença de intermediários. As madeiras sujeitas ao controle pelo I.N.P. são aquelas destinadas à exportação interestadual, ao exterior e a localidades distantes de onde foram produzidas e ainda assim quando usam transporte ferroviário, não havendo fiscalização no transporte rodoviário estadual, pois as más condições das estradas quase que afastavam as possibilidades desse tipo de transporte, mas foram encontradas provas de sua existência.

Nesse caso, as estatísticas de produção podem refletir muito mais o movimento de comercialização, que realmente o de produção.

Os relatórios de presidentes do I.N.P. apontam algumas queixas relativas ao mau uso das guias, bem como a ineficácia desse tipo de controle, tanto que por várias vezes foram utilizados novos modelos de guias. As reuniões de madeireiros deixam ainda transparecer toda a situação de descontrole e inoperância dessas guias. Há ainda registros de situações de contrabando. Com isso, não se pode crer que esses dados traduzam a realidade da produção, podendo apenas refletir a comercialização realizada nos moldes exigidos pelo I.N.P. .

Por outro lado, as estatísticas do D.E.E. - I.B.G.E. com diferenças tão acentuadas podem refletir os estoques acumulados de um ano para outro e que foram contados duplamente, quando os questionários não foram preenchidos de maneira adequada.

Há uma vantagem nas estatísticas do D.E.E. - I.B.G.E. . São dados oficiais, apurados pelo I.B.G.E., criticados pelo D.E.E. e distribuídos a diversos órgãos públicos, inclusive o Ministério da Agricultura. Além disso, fazem parte dos Arquivos da Divisão de Estatística militar. Na prática, combinando-os com outras fontes de informação, é possível algumas conclusões bastante aproximadas sobre a produção efetiva por municípios. O mesmo, porém, não se pode dizer sobre os valores. Pela lógica, mediante simples média aritmética, poder-se-ia obter o valor unitário médio, em cruzeiros, do metro cúbico de madeira, e conseqüentemente o preço . Ocorre, porém, que não se declara o grau de industrialização dessas madeiras, havendo mistura de madeiras em toros, serrada e beneficiada. Somente em alguns casos é possível distinguir o grau de industrialização, pelo confronto com vários outros preços ou fontes de informação.

Como a maior parte da produção paranaense diz respeito ao pinho, que concorre com a produção de Santa Catarina e Rio Grande do Sul na disputa de mercados, acredita-se que é justamente com

relação a essa essência, de mais difícil escoamento, que se verificam os casos de interferência dos estoques no cômputo da produção anual. Desta maneira, os dados referentes à produção do Norte do Paraná estão de certa forma menos sujeitos a esse tipo de distorção, por se tratar de serrarias de produção mista, isto é, operando com pinho e madeiras duras em maior quantidade, menos sujeitas às flutuações que sofre a comercialização do pinho.

A revista "A Construção", publicada em São Paulo, fornece semanalmente as cotações de materiais de construção "posto em obras" para o mercado paulista. Dessa publicação foram formadas as séries de preço de vigamento de peroba, que correspondem à madeira serrada em bruto, e as de soalho de peroba, que equivalem à madeira beneficiada.

As demais fontes de pesquisa serviram para complementar a análise das séries organizadas, da mesma maneira que a bibliografia assinalada no final do trabalho.

VI - BIBLIOGRAFIA

- ¹A CONSTRUÇÃO. São Paulo, Editora Pini, fev. 1948.
- ²ANUÁRIO BRASILEIRO DE ECONOMIA FLORESTAL. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Pinho, 1948-1965.
- ³BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, F.G.V., 1966.
- ⁴BARBOSA, Ignez Costa. Esboço de uma nova divisão regional do Paraná. Rev. Bras. Geog. Rio de Janeiro, 29(3):83-102, jul/set. 1967.
- ⁵CAVALCANTI, Lysia Maria. O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. Rev. Bras. Geog. 15(3):335-383, 1953.
- ⁶CERTEZA DE LUCRO e garantia do direito de propriedade colonizaram o Norte do Paraná. O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 jan 1965. cad. esp.
- ⁷CODEPAR. O Paraná e a economia madeireira. Curitiba, SPL., ago./1964.
- ⁸CONJUNTURA ECONÔMICA. Estatísticas básicas: 26 anos de economia brasileira. Rio de Janeiro, F.G.V., v. 27 (12) dez./1973.
- ⁹COUTINHO, A. Puiggari. Londrina 25 anos de sua história. São Paulo, EDIGRAF, 1959.
- ¹⁰DEFFONTAINES, Pierre. A floresta a serviço do homem no Brasil. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, 3(28):562-568, 1945.
- ¹¹Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, 3(28):562-568, 1945.
- ¹¹. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 3(25):18-27, abr. 1945.
- ¹²ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, I.B.G.E., Rio de Janeiro, (12):11-475, 1964.
- ¹³FERREIRA, Manoel Jacinto. Pela grandeza da madeira do Brasil. - Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1942.
- ¹⁴IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico do Brasil. 1930-70. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

- 15 JÚNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. 3a. ed. - São Paulo, Brasiliense, 1953.
- 16 KRETZEN, João. As grandes potências econômicas no Estado do Paraná em 1949. São Paulo-Curitiba, Escritório Sul-Brasil Econômico, s/d.
- 17 LIVRO AZUL. Curitiba, W. Tani, 1953/1954.
- 18 LUZ, Nícia Villela. A década de 1920 e suas crises. São Paulo . Separata da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.(6) : 67-75, 1969.
- 19 MAACK, Reinhard. Geografia física do Estado do Paraná. BADEP - U.E.P. - I.B.P.T. 1968.
- 20 MARTINS, Romário. O livro das árvores do Paraná. Curitiba, Diretório Regional de Geografia do Estado do Paraná, 1944.
- 21 MATOS, Odilon Nogueira de. Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira . São Paulo, Alfa-Ômega, 1974.
- 22 MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte-Paraná. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, 3(28):11-17, 1945.
- 23 MULLER, N.L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, (22):55-97, 1956.
- 24 NICHOLLS, William A. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba. BADEP (26):19-53, set./out. 1970.
- 25 PAIVA PEREIRA, Emmanuel. Manual do Madeireiro. Curitiba, 1(1) : 1-183, 1965.
- 26 PEREIRA, Rubens de Mattos et alii. Estudos básicos para a definição de polos de desenvolvimento no Brasil. Rev. Bras. Geog. 29(1):82-101, jan./mar. 1967.
- 27 SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964. 2a.ed Rio de Janeiro, Saga, 1969.
- 28 SOUZA, Elza Coelho de. Extratores de pinho. In: Fundação IBGE . Tipos e aspectos do Brasil. Rio de Janeiro, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1970, p. 394-397.

²⁹ SOUZA, Paulo Ferreira de. Tecnologia de produtos florestais.

³⁰ VENÂNCIO FILHO, Alberto. A intervenção do Estado no domínio econômico. Rio de Janeiro, F.G.V., 1968.

ERRATA

Onde se lê	-	leia-se
3 inversões de tendência	-	4 inversões de tendência (p.10, 24a. linha)
Os fretes ferroviários chegaram em 100%.	-	O aumento dos fretes ferroviários, em alguns casos chegaram a 100%. (p.24. 14a. linha).
enquanto as micro-regiões 283, 285 e 286 estão ainda no mesmo período.	-	enquanto as micro-regiões 283, 285 e 286 estão ainda no início da exploração. (p.103, 4a. linha).
madeireiras	-	maceireiros (p.107, 16a. linha).
adquirindo	-	adquirindo (p.132, 23a. linha).
Janeiro	-	janeiro (p.151, 26a. linha).
O quadro	-	O quadro 9 (p.159, 2a. linha).
Ao contrário, quando os toros provinham de derrubadas, o aproveitamento do solo não era feito com seleção,	-	Ao contrário, quando os toros provinham de derrubadas para o aproveitamento do solo, não havia seleção, (p.169, 18a. linha).
9	-	8 (p.199, 5a. linha).
eli	-	lei (p.204. 31a. linha).